

Consultora: Tânia Hernandes

Projeto: Projeto de Cooperação Técnica "Apoio às políticas e à participação social no desenvolvimento rural sustentável" – PCT IICA/MDA – NEAD

Número do contrato: 108400

Objetivos da consultoria: Em linhas gerais, esse estudo tem como objetivo principal fornecer subsídios técnico-científicos para obtenção e sistematização das informações sobre os processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras envolvendo empresas de capital aberto no Brasil.

Produto Elaborado: Produto 3 – Texto contendo a análise final dos dados levantados das empresas selecionadas

Palavras-chave: estrangeirização de terras, empresas de capital aberto, Comissão de Valores Mobiliários, Açúcar Guarani S.A., Aracruz Celulose S.A., Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas - Brasil Agro, Cosan S/A Indústria e Comércio, Fertilizantes Fosfatados S.A. – Fosfertil, JBS S.A., Infinity BIO-ENERGY Brasil Part S.A., Klabin S.A., Marfrig Frigoríficos e Com. de Alim. S.A., Parmalat Brasil S.A. Ind. de Alimentos, Perdigão S.A., SLC Agrícola S.A, Votorantim Celulose e Papel S.A.

Projeto de Cooperação Técnica (PCT MDA-NEAD-IICA)

Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA

Produto 3 - **Análise final dos dados levantados das empresas selecionadas**

Título: ***Estudo sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil – estrutura de mercado***

Consultora: Tânia Hernandes

Junho
2009

Siglas e Abreviaturas

AI	Ativo Imobilizado
APRO	Acordo de Preservação de Reversibilidade da Operação
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESPar	BNDES Participações
Bracelpa	Associação Brasileira de Celulose e Papel
Cade	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CDN	Conselho de Defesa Nacional
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DDPE	Divisão de Desenvolvimento Produtivo e Empresarial
DFP	Demonstrativo Financeiro e Patrimonial
Funai	Fundação Nacional do Índio
IAN	Informações Anuais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEDs	Investimentos Externos (Estrangeiros) Diretos
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Sem-Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

OGMs	Organismos Geneticamente Modificados
OMC	Organização Mundial do Comércio
ON	Ações Ordinárias
PAR	Pasta de Alto Rendimento
PCN	Ponto de Contato Nacional
PN	Ações Preferenciais
PND	Programa Nacional de Desestatização
S.A.	Sociedade Anônima
SBDC	Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência
SDE	Secretaria de Direito Econômico
Seae	Secretaria de Acompanhamento Econômico
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCC	Termo de Compromisso de Conduta
TJSP	Tribunal de Justiça de São Paulo
TR	Termo de Referência
Unica	União da Indústria de Cana-de-Açúcar

Índice Analítico

Siglas e Abreviaturas	3
1. Notas metodológicas	6
Pressupostos para seleção das empresas	6
Fontes de Pesquisa	7
Procedimentos para coleta de dados	8
(a) Caracterização das empresas e responsabilidade social	8
(b) Solicitação formal (oficial) de consultas às fontes de pesquisa	10
(c) Estrutura de mercado	10
2. Caracterização das empresas	11
Agricultura, Agronegócios e Alimentos	11
Açúcar Guarani S.A.	11
Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas – Brasilagro	15
Cosan S.A. Indústria e Comércio	20
JBS (Friboi) S.A.	27
Infinity Bio-Energy Brasil Participações S.A.	33
Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A.	37
Parmalat Brasil S.A. Indústria de Alimentos	43
Perdigão S.A.	50
SLC Agrícola S.A.	58
Papel e Celulose	62
Aracruz Celulose S.A.	62
Klabin S.A.	75
Votorantim Celulose e Papel S.A.	80
Petroquímico e Borracha – Fertilizantes	87
Fertilizantes Fosfatados S.A. – Fosfértil	87
3. Responsabilidade Social	94
(a) Ações Sociais	94
(b) Trabalho Escravo	98
(c) Desmatamento da Amazônia	101
(d) Gênero	101
4. Estrutura de Mercado	107
(a) Investimento Externo Direto (IEDs)	107
(a.1) Posição das empresas entre as maiores do Brasil	110
(b) Setores de atividade econômica	112
Agricultura – produção de açúcar e álcool	112
Agricultura – produção de grãos e outros itens	115
Agronegócios – produção de carnes e leite	116
Papel e Celulose	117
(c) Volume de vendas e transações	120
(d) Marcas	124
5. Considerações Gerais	129
Comissão de Valores Mobiliários – CVM	129
Responsabilidade Social – RS	130
Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – SBDC	132
Participação de capital estrangeiro no Brasil	132
Leis e normas sobre aquisição de terras por estrangeiros no Brasil	136
Alguns conceitos utilizados na pesquisa	139
Anexo I – Companhias e empresas coligadas/controladas	141
Anexo II – Localização das propriedades relevantes declaradas pelas empresas à CVM	143
Fontes de Consulta	150

Introdução

A estrangeirização de terras está entre os principais temas de debate sobre o desenvolvimento agrário no Brasil. Nesse contexto, o comportamento do capital estrangeiro e as estruturas de mercado tornaram-se referência de análise para a elaboração das políticas públicas no âmbito dos governos.

Este relatório, *Estudo sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil – estrutura de mercado*, identificado no termo de referência (TR) – Estruturas de Mercado como “P3 – Análise final dos dados levantados das empresas selecionadas”, está inserido nas demandas da Reunião Especializada da Agricultura Familiar no Mercosul, cujo objetivo está alinhado com a Declaração Final da Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR), realizada pela FAO em 2006.

Em linhas gerais, as informações contidas neste relatório são: (a) Notas metodológicas; (b) Caracterização das empresas; (c) Responsabilidade Social; (d) Estrutura de Mercado; (e) Considerações Gerais; (f) Leis e Normas sobre Aquisição de Terras por Estrangeiros no Brasil.

1. Notas metodológicas

Pressupostos para seleção das empresas

Este estudo baseia-se em dois aspectos fundamentais. O primeiro refere-se ao pressuposto de que as empresas selecionadas sejam sociedades jurídicas constituídas como Sociedades Anônimas (S.A.); ou seja, empresas de capital aberto obrigadas a divulgar informações sociais, financeiras e patrimoniais à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) do Brasil.

O segundo aspecto refere-se aos critérios estabelecidos no Termo de Referência (TR), segundo os quais as empresas pesquisadas devem possuir dois ou mais das seguintes características: 1) Possuir capital estrangeiro majoritário ou em proporção significativa; 2) Constar em posição de destaque no *ranking* nacional de vendas anuais (geral ou setorial); 3) Comunicação de Fato Relevante relacionado ao tema desse estudo; 4) Requisição de Ato de Concentração ou; 5) Objeto de investigação sobre condutas anticompetitivas (abuso de posição dominante, cartel).

As empresas selecionadas para este estudo são: Açúcar Guarani S.A.; Aracruz Celulose S.A.; Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas - Brasil Agro; Cosan S/A Indústria e Comércio; Fertilizantes Fosfatados S.A. – Fosfertil; JBS S.A.; Infinity BIO-ENERGY Brasil Part S.A.; Klabin S.A.; Marfrig Frigoríficos e Com. de Alim. S.A.; Parmalat Brasil S.A. Ind. de Alimentos; Perdigão S.A.; SLC Agrícola S.A.; Votorantim Celulose e Papel S.A.

Essas empresas atuam nos setores de agricultura, agropecuária, alimentos, papel e celulose e fertilizantes. Todas elas estão listadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). São sociedades jurídicas abertas; divulgam informações para investidores em seus sites; atuam em atividades relacionadas ao uso da terra; apresentam algum interesse em aquisição de terras; têm participação acionária de capital estrangeiro (direta e/ou indiretamente) ou de empresas nacionais de interesse

público, como o BNDES Participações (BNDESPar); ocupam posição de destaque no *ranking* setorial e estão enquadradas em um ou mais dos critérios estabelecidos no Termo de Referência (TR) que define as regras para este estudo.

Fontes de Pesquisa

As principais fontes de consulta para este estudo foram as seguintes: (a) Os registros da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); (b) *Clipping* referente a matérias publicadas sobre as empresas; (c) Sites das empresas; (d) A chamada “Lista Suja” do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); (e) “Lista dos Maiores Desmatadores da Amazônia”, do Ministério do Meio Ambiente (MMA); (f) Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).

(a) Comissão de Valores Mobiliários (CVM)¹ – autarquia constituída no âmbito do Ministério da Fazenda com a finalidade de ordenar o funcionamento do mercado de valores mobiliários e a atuação dos seus operadores, cuja responsabilidade principal é o estabelecimento de normas e a fiscalização de companhias abertas (Sociedades Anônimas), investidores, intermediários financeiros e outros agentes que atuam na esfera do mercado de valores mobiliários².

A CVM foi selecionada como a principal fonte de consulta para o estudo por tratar-se do órgão responsável por disciplinar, fiscalizar e aplicar penalidades no que diz respeito às empresas de capital aberto no Brasil. No que diz respeito às empresas³ selecionadas para o presente estudo, foram consultados os registros da CVM referente a: 1) informações anuais, 2) propriedades relevantes, 3) distribuição do capital, 4) identificação dos principais acionistas, 5) comunicados de fatos relevantes, 6) participação por produtos e serviços, matéria-prima, fornecedores, etc.

Os dados da Comissão de Valores Mobiliários foram coletados basicamente no período de outubro de 2008 a janeiro de 2009. Nas notas das tabelas, gráficos e quadros do relatório consta o período ao qual se refere o dado da empresa, a data de apresentação (pela empresa) das informações à Comissão de Valores Mobiliários e a última verificação de dados feita para este produto.

(b) *Clipping* / mídia – são as notícias veiculadas na mídia (impressa e eletrônica) referente ao período de 2003 a 2008. O levantamento baseou-se nos nomes das companhias e de suas empresas controladas / coligadas conforme Anexo I deste relatório.

A coleta dos dados do *clipping* foi realizada por um técnico do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de São Paulo (INCRA/SP), de outubro de 2008 a março de 2009.

(c) Sites – Os sítios ou páginas web das empresas foram consultados com o objetivo de obter informações sobre o histórico da empresa, ano de criação, principais associações, fusões,

¹ A CVM foi criada pela Lei 6385/76 juntamente com a Lei das Sociedades Por Ações 6404/76. Disponível em: < <http://www.cvm.gov.br/indexpo.asp> >. Acesso em: 20 ago 08.

² O Mercado de Valores Mobiliários ou Mercado de Capitais é o segmento de operações em que participam poupadores, empresas (sociedades por ações S.A.) ou intermediários financeiros, desde que não-bancários, em operações de investimentos ofertados publicamente.

³ De acordo com a Instrução 202 – Art. 13 e 20 da CVM, os registros das Companhias são feitos pelos seus administradores, que também são os responsáveis pela veracidade e atualização das informações.

parcerias, administrações, ações sociais, etc. As informações foram consultadas como fonte complementar (secundária) aos dados relevantes coletados na CVM.

(d) Lista Suja do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)⁴ – É um Cadastro de Empregadores estabelecido no âmbito da Portaria nº 540/2004⁵, de 15 de outubro de 2004, pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a qual reúne os nomes de pessoas jurídicas e pessoas físicas autuadas por manter trabalhadores em condições semelhantes à de escravos. A lista foi consultada pois todas as empresas possuem propriedades rurais no Brasil. As informações da lista foram comparadas às informações da CVM referente a propriedades relevantes das companhias.

(e) Lista dos Maiores Desmatadores da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente (MMA)⁶ – É a primeira medida de um pacote com 12 ações voltadas à redução do desmatamento ilegal de áreas da Amazônia⁷, lançada pelo governo para a região. A lista foi consultada por apresentar informações sobre áreas desmatadas na Amazônia e os nomes das pessoas (físicas ou jurídicas) autuadas. As informações da lista foram comparadas às informações da CVM referente a propriedades relevantes das companhias e com os nomes das subsidiárias.

(f) Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) – É um sistema formado por órgãos do Ministério da Fazenda (Secretaria de Acompanhamento Econômico – Seae), do Ministério da Justiça (Secretaria de Direito Econômico – SDE) e a autarquia vinculada a esse mesmo Ministério (Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade), responsáveis por investigar, analisar e julgar processos que envolvam a defesa da concorrência no país.

Procedimentos para coleta de dados

(a) Caracterização das empresas e responsabilidade social

⁴ O Cadastro de Empregadores pode ser consultado no site do Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: < http://www.mte.gov.br/trab_escravo/cadastro_trab_escravo.asp >. Acesso em: 5 dez. 08.

⁵ Portaria nº 540 de 15/10/2004, cria a chamada “Lista Suja”, um cadastro de empregadores que mantém trabalhadores em condições análogas à escravidão.

⁶ Lista dos Maiores Desmatadores da Amazônia. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/ascom/ultimas/index.cfm?id=4385> >. Acesso em: 30 set 08.

⁷ O MMA lançou um pacote com 12 ações, que além da divulgação da lista e da parceria com outros órgãos, inclui a contratação de agentes para reprimir o desmatamento nas áreas afetadas; a revisão do Programa de Prevenção e Combate ao Desmatamento (PPCDAM) e Criação do Comitê Interministerial de Combate ao Desmatamento (Cide); a parceria com a União Européia para Implementação do Distrito Florestal da BR-163; a equiparação dos direitos das comunidades extrativistas aos dos assentados da Reforma Agrária e anúncio do primeiro Plano de Manejo para um assentamento do Incra em Rondônia; Operações para desocupação de Florestas Nacionais em Rondônia; o estímulo aos estados amazônicos a produzirem seus planos estaduais de combate ao desmatamento; a integração do sistema federal de emissão do Documento de Origem Florestal (DOF); a criação de seis novos portais nas principais rodovias da Amazônia para coibir o transporte ilegal de madeira e carvão vegetal; a criação de um grupo de trabalho para definir unidades de conservação que vão permitir a conservação ambiental ao longo da BR-319, que liga Manaus a Porto-Velho; a realização de oficinas nos estados para agilizar o licenciamento dos assentamentos rurais e a recuperação de Reservas Extrativistas e Áreas de Proteção Permanentes. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/ascom/ultimas/index.cfm?id=4386> >. Acesso em: 30 set 08.

Para a caracterização das empresas foram utilizadas as informações anuais⁸ (IAN) e informações do demonstrativo financeiro e patrimonial (DFP) da CVM, que reúnem dados referentes a: a) Constituição jurídica – razão social e denominação comercial (como é conhecida publicamente); b) Características do(s) setor(es) de atuação da empresa e tipos de produtos e serviços oferecidos por participação da receita líquida; c) Principais patentes e marcas desde que estejam mencionadas e não codificadas por critérios técnicos não conhecidos publicamente; d) Distribuição do capital da empresa consideradas as posições dos principais acionistas (com destaque para as informações daqueles com mais de 5% de ações); e) Informações sobre denominação social de empresas coligadas controladas; f) Aspectos sobre gênero; g) Propriedades relevantes da empresa, que inclui informações sobre localização; h) Informações ambientais desde que faça menção à passivos ambientais da empresa e; i) Ativo Imobilizado⁹ (AI) – Por esse dado é possível identificar a evolução dos investimentos da empresa relacionados com sua atividade-fim. No entanto, o AI não permite identificar a relação direta com a aquisição de terras. Esses dados serão apresentados em acordo com o que está disposto no Balanço Patrimonial apresentado na CVM; j) Comunicados ao Mercado – esclarecimentos sobre fatos não considerados relevantes e informações periódicas eventuais que sejam consideradas, para efeito desse estudo, como Ato ou Fato Relevante¹⁰ relacionado aos negócios das empresas pesquisadas e que tenham qualquer relação com o foco da pesquisa.

Os comunicados de fatos relevantes foram mantidos em um quadro para cada uma das empresas pois nem sempre as informações coletadas em outras fontes são conclusivas para caracterização da empresa e porque a informação do quadro refere-se a um documento oficial divulgado pela empresa em uma autarquia responsável pela regulação do mercado de capitais no Brasil.

Além das informações coletadas na CVM, foram usadas as informações dos *clippings* dos jornais de 2003 a 2008, principalmente os arquivos dos bancos de dados dos jornais Gazeta Mercantil e Estadão, que podem ser consultados livremente pela internet. O Jornal Valor Econômico disponibiliza para acesso gratuito apenas algumas matérias.

As informações dos sites contribuíram para traçar o histórico das empresas a partir de *links* como “linha do tempo”, “cronologia” e outros cujo objetivo era a apresentação da história da empresa na *web* através de seu site.

O capítulo sobre responsabilidade socioambiental também foi elaborado a partir dos sites das empresas. Referem-se às declarações das empresas com relação ao que definem como ações

⁸ Nas notas de rodapé sobre as Informações Anuais coletadas, há referência à data de encerramento do período fiscal da empresa, a data de apresentação das informações na CVM e a data em que foi realizada a última verificação dos dados para esse estudo.

⁹ Imobilizado é o registro dos bens e direitos necessários à manutenção das atividades-fim da empresa, ou seja, possui natureza imobiliária como terrenos, prédios, edificações, veículos, máquinas, instalações, móveis etc.

¹⁰ Considera-se como Ato ou Fato relevante qualquer decisão de acionista ou da assembléia e/ou órgãos da companhia diretamente relacionados aos seus negócios, que possa influenciar nos valores mobiliários da empresa e na decisão dos investidores, tais como: incorporação, fusão, dissolução, concordata, falência da companhia etc.

sociais comparado às denúncias encontradas na web ou em outras fontes de consulta como a lista de pessoas autuadas por trabalho escravo ou por desmatamento na Amazônia.

(b) Solicitação formal (oficial) de consulta às fontes de pesquisa

Foram enviadas cartas de solicitação de consulta em outubro de 2008 a algumas das fontes de pesquisa. As solicitações foram enviadas oficialmente a partir do gabinete do ministro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em Brasília. Para os seguintes destinatários:

1) Ministério da Fazenda e Ministério da Justiça – referente à autorização para consulta aos processos sobre as empresas no SBDC. Nenhuma resposta e/ou resultado foi obtido.

2) Comissão de Valores Mobiliários – referente à consulta de informações sobre as empresas pesquisadas. A resposta a essa solicitação foi enviada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário em 23 de dezembro de 2008, mas repassada ao grupo de pesquisa somente em 3 de março de 2009. De acordo com o conteúdo da resposta, a instituição informava que não poderia contribuir com o estudo pois não identificava nenhuma relação entre ela e a temática da pesquisa.

3) KPMG e ACNielsen – referente à consulta a informações de mercado sobre as empresas e os setores de atividade em que estão inseridas, além de análises de mercado sobre marcas e produtos. A KPMG não respondeu à solicitação e a ACNielsen respondeu em novembro de 2008, um mês após o pedido, informando que precisaria de mais detalhes sobre a pesquisa mas antecipando que era uma empresa privada de prestação de serviços de consultoria a empresas e instituições. Apesar dos esclarecimentos sobre a pesquisa, a ACNielsen não respondeu mais.

(c) Estrutura de Mercado

Para o capítulo estrutura de mercado foram coletadas informações sobre investimentos externos diretos (IEDs), níveis de produção por setores de atividade econômica, volume de vendas e transações das empresas.

Para isso foram consultados os dados na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), na União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa) e na ACNielsen.

Além desses foram consultados alguns relatórios de informações anuais das empresas, com objetivo de complementar dados sobre a produção individual que nem sempre estavam disponíveis para consulta ou tinham informações insuficientes para esse estudo.

2. Caracterização das empresas

Este capítulo tem como objetivo apresentar o perfil das empresas com capital estrangeiro que atuam no Brasil. Para isso são consideradas a caracterização do grupo controlador das empresas selecionadas, as informações disponibilizadas na mídia impressa (*clipping*), os dados coletados na CVM, Ministério da Justiça, Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e outras fontes mencionadas no início desse estudo.

Agricultura, Agronegócios e Alimentos

Açúcar Guarani S.A.

CNPJ - 47.080.619/0001-17

A Açúcar Guarani¹¹ começou a operar nos anos 60 no município de Severínia, a oeste do estado de São Paulo, como uma indústria de processamento de cana-de-açúcar para produção de álcool, aguardente e outros produtos relacionados a este tipo de cultivo.

Em 1976, o Grupo Gafisa¹² comprou a Unidade Industrial Severínia, que produzia etanol e açúcar cristal, realizando também outros empreendimentos nas décadas seguintes, como a construção de uma nova unidade industrial em 1987, em uma área rural do município de Olímpia, conhecida como Fazenda Cruz Alta¹³.

Em 2001, a empresa foi comprada pelo segundo maior grupo açucareiro da União Européia, o grupo francês Tereos, que começou a operar no Brasil em 2000 ao tornar-se acionista minoritário do maior grupo nacional do setor, o grupo Cosan. Após a vitória do Brasil na OMC sobre os subsídios ilegais ao setor, o grupo francês ampliou sua atuação no Brasil como parte de sua estratégia de expansão e investimentos globais.

O Grupo Tereos¹⁴ é uma cooperativa composta por 12.000 agricultores franceses que uniram-se para produzir e comercializar açúcar, álcool e produtos à base de amido. O grupo possui 32 unidades de produção, 930.000 hectares de terras cultivadas em três continentes (Europa, América do Sul e África) destinados a produção de cereais, açucares, glucose, álcool e etanol.

Dentre as mudanças realizadas sob a administração do grupo francês, destaca-se a ampliação da unidade industrial Cruz Alta, cujas operações e capacidade foram duplicadas a partir de 2003, e a inauguração de uma destilaria de etanol nesta mesma unidade no ano seguinte.

O Grupo Tereos comprou, em dezembro de 2004, os 35,8% restante de participação no grupo italiano Edison, tornando-se o único acionista da Açúcar Guarani.

¹¹ Disponível em: < <http://www.acucarguarani.com.br> >. Acesso em: 31 out. 08.

¹² O Grupo Gafisa é uma incorporadora imobiliária com atuação nacional.

¹³ De acordo com informações do site da empresa, a Fazenda Cruz Alta foi pioneira no uso do difusor de cana-de-açúcar em substituição à moenda. O difusor é um equipamento que permite maior eficiência e aproveitamento em relação à moenda, na extração de cana.

¹⁴ Disponível em: < <http://www.tereos.com/> >. Acesso em: 23 fev 09.

A partir de 2005, o grupo intensificou os investimentos nas unidades de produção, começando pela unidade industrial de Severínia, em São Paulo. No ano seguinte, deu início ao projeto da unidade industrial de Cardoso (Fazenda Marinheiro), incorporou ao grupo a unidade industrial São José (Fazenda São Joaquim) e adquiriu também o projeto da unidade industrial de Tanabi, no município de mesmo nome.

Em 2007, a empresa adquiriu a participação na *holding* controladora da Companhia de Sena, em Moçambique; o controle acionário da Andrade Açúcar e Álcool S.A; iniciou as operações acionárias da Guarani na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa); inaugurou a unidade de produção de Tanabi e aumentou sua participação na Companhia de Sena.

No ano de 2008 a empresa realizou um consórcio para geração de energia por meio de sua subsidiária Andrade Açúcar e Álcool S.A. com a empresa Tractebel Energia S.A.. A operação está sob avaliação do Cade. Entretanto, não há resultados disponíveis sobre o caso nos sites dos órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, nem mesmo número de processo.

Os eventos (comunicados, atos e fatos) considerados relevantes para o mercado de valores mobiliários divulgados pela Guarani na CVM são os seguintes.

Quadro 1 - Açúcar Guarani S.A.		
Período	Comunicados	Obs.
Março de 2006	A Tereos - <i>Union de Coopératives Agricoles à Capital Variable</i> permutou 12,93% do capital social da Açúcar Guarani S.A. por 59,45% do capital social da Companhia Energética São José .	A troca das ações da São José foi realizada em nome da empresa Matesa Comércio e Participações Ltda.
Maio de 2007	A Tereos foi fiadora da sua controlada Cruz Alta Participações Ltda. , para a compra de ações representativas da totalidade do capital social da Jocael Comércio e Participações S.A. e de 28,1% do capital social da Andrade Açúcar e Álcool S.A.	A empresa Cruz Alta Participações Ltda é uma empresa controlada pelo Grupo Tereos do Brasil.
Julho de 2007	A empresa Ventoria Limited , de origem inglesa, comunicou a aquisição de participação acionária (ON) de 9,3% da empresa Açúcar Guarani S.A.	Participação minoritária que não envolve mudança na composição do controle acionário da empresa
Dezembro de 2007	A Açúcar Guarani S.A. adquiriu 75% de ações da empresa Sena Holding Ltd. (SHL) , em Moçambique.	A empresa Sena Development Limited (negociadora) permaneceu como acionista dos outros 25% das ações. A SHL detém 91,12% da Cia de Sena em sociedade com o governo de Moçambique (8,88%).
Agosto de 2008	A empresa Andrade Açúcar e Álcool S.A. , controlada da Açúcar Guarani S.A., realizou formação de consórcio (Consórcio Andrade) para geração de energia com a empresa Tractebel Energia S.A.	A constituição do consórcio foi submetida à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).
Setembro de 2008	A Tereos – <i>Union de Coopératives Agricoles à Capital Variable</i> realizou uma reestruturação interna de capital com a contribuição dos 48,3% de suas ações para a S.A.S. Berneuil Participations , sociedade de direito francês, do Grupo Tereos.	Com essa operação, a Tereos do Brasil Participações Ltda mantém sua participação acionária na Açúcar Guarani S.A. de 14,1%. A Berneuil é controlada pela Tereos e controla 99,99% da Tereos do Brasil. Com a operação, a Berneuil passou a deter 48,3% do capital social da Açúcar Guarani S.A.

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009.

Extraído dos registros da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) referente a: "Comunicado ao Mercado", "Contratos com Partes Relacionadas" e "Fatos Relevantes".

Obs. A Guarani consta no site da Tereos como uma filial internacional. Nas transações comerciais realizadas no âmbito da CVM, a Tereos aparece como a controladora da Açúcar Guarani.

Atualmente, a Açúcar Guarani S.A. atua nos municípios de Olímpia, Severínia, Colina, Tanabi, Cardoso, Pedranópolis e Uchoa, no estado de São Paulo, e no município de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro. Além disso, a empresa está presente em outros países, França, Ilhas Maurício e Moçambique.

De acordo com os registros da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a atividade principal da Açúcar Guarani é a produção de açúcar, etanol e energia. Sua principal marca é a “Guarani”, usada em doces, açúcares e adoçantes em geral.

Razão Social - Participação acionária	Nacionalidade	ON (em %)
S.A.S Berneuil Participations	francesa	48,32%
Tereos do Brasil Participações Ltda	brasileira	14,11%
Ventoria Limited	inglesa	9,30%
GAVIAO - M INVESTMENTS LLC	estadunidense	3,45%
GAVIAO II INVESTMENS LLC	estadunidense	1,49%
GAVIAO-P INVESTMENTS LLC	estadunidense	1,05%
Sucres Et Denrees	francesa	5,02%
Ações em Tesouraria	-	0%
Outros	S/I	17,26%
Total		100,00%

A composição acionária da empresa é formada majoritariamente por capital de origem francês e inclui ainda participações inglesa e estadunidense, conforme o quadro ao lado.

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009. Extraído de CVM. IAN referente a 31/03/08. Apresentado em: nov.08. Verificado em: 18/01/09. S/I – Sem Informação

Obs.: A empresa realizou alterações nas informações mantendo a mesma data de encerramento.

No que diz respeito às empresas controladas/coligadas à Açúcar Guarani S.A., destacam-se as seguintes: Andrade Açúcar e Álcool; Companhia Energética São José; Cruz Alta Participações Ltda; Sena Holdings Limited; Usina Cardoso Ltd..

As empresas registradas na Comissão de Valores Mobiliários estão obrigadas a apresentar as demonstrações financeiras e patrimoniais e as propriedades territoriais consideradas relevantes. Nesse caso, a empresa declarou sete (7) propriedades, sendo seis (6) delas imóveis rurais e um (1) imóvel urbano como centro de distribuição. Todos, porém, situados no estado de São Paulo.

Tipo de Propriedade	Endereço	Município	UF	Área Total (Mil m2)	Área Construída (Mil m2)	Idade (Anos)
Imóvel Rural - Parque Industrial	Parque Industrial Via de Acesso Guerindo Bertoco, Km 5	OLÍMPIA	SP	432.700,000	126.896,050	13
Imóvel Rural - Parque Industrial	Estrada Severínia - Monte Verde, Km 3	SEVERÍNIA	SP	716.500,000	60.492,530	31
Imóvel Rural - Parque Industrial	Fazenda São Joaquim, s/nº	COLINA	SP	699.800,000	51.820,240	4
Imóvel Rural - Parque Industrial	Fazenda Tanabi	TANABI	SP	1.157.700,000	35.333,060	0
Imóvel Rural - Parque Industrial	Fazenda Marinheiro	CARDOSO	SP	1.463.400,000	0,000	0
Imóvel Rural - Parque Industrial	Estr Santa Isabel do Marinheiro, km 3	PEDRANÓPOLIS	SP	726.000,000	0,000	1
Imóvel Urbano - Centro de Distribuição de Etanol	Avenida Amélio Cecchin, nº 1500	UCHÔA	SP	61.952,000	372,760	0

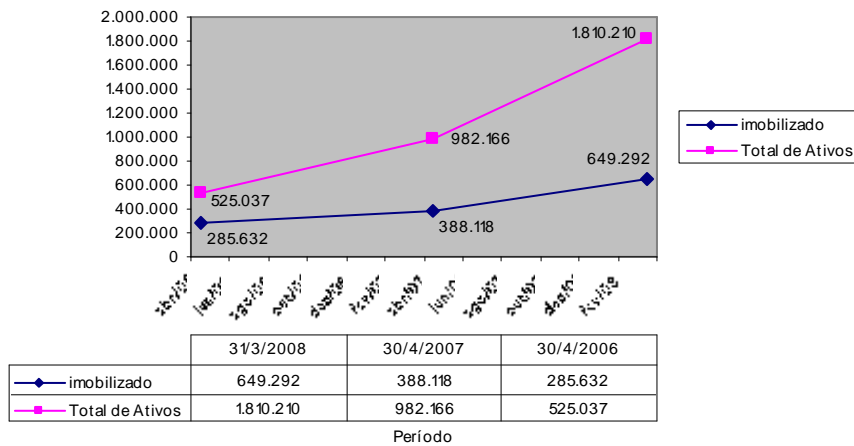
Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009. Extraído de CVM. IAN referente a 31/03/08. Apresentado em nov. 08. Verificado em 18/01/09.

Obs.: Nenhuma propriedade mencionada pela empresa é alugada. Não há outras observações às informações prestadas.

Com relação aos ativos imobilizados, as declarações da empresa à CVM indicam um aumento dos investimentos direcionados para a aquisição de propriedades e/ou equipamentos no período. No entanto, é possível observar que os investimentos são mais expressivos em 2006, quando a empresa começa a declarar essas informações na CVM.

Como a informação sobre ativos foi alterada nos registro durante essa pesquisa, e mantida a mesma data de apresentação dos dados, conforme verificado em janeiro de 2009, optou-se por utilizar a informação declarada em janeiro de 2009. Conforme gráfico a seguir.

Ativo Imobilizado Açúcar Guarani S.A.



Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009. Extraído de CVM. DFP referente a 31/03/08. Apresentado em 01/07/08. Verificado em: 18/01/09

Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas - Brasil Agro

CNPJ - 07.628.528/0001-59

A Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas - Brasilagro¹⁵ foi fundada em 2005 pelas empresas *Cresud*, *Tarpon* e *Cape Town*, com o objetivo de atuar no setor agropecuário através da exploração de oportunidades no segmento agrícola e imobiliário brasileiro¹⁶.

A Cresud¹⁷ é uma empresa de origem argentina do setor agropecuário, constituída em dezembro de 1936, para atuar nos ramos de plantio de grãos, como soja, girassol, trigo e milho, além da criação de bovinos, produção de leite e exploração de atividades florestais. A empresa também atua no ramo de exploração de propriedades agrícolas com potencial para investimento a longo prazo (semelhante à atuação da própria Brasilagro), além das atividades desenvolvidas no setor imobiliário urbano através de sua subsidiária argentina, a IRSA¹⁸.

A Tarpon Investimentos¹⁹ é uma empresa brasileira, fundada em 2002 para administrar recursos do mercado de renda variável e investimentos em *private equity*. A empresa negocia ações de empresas de capital fechado em segmentos emergentes na América do Sul. Investe em empresas consideradas sólidas financeiramente com valor de mercado abaixo daquele avaliado por ela. A empresa mantém escritório nas Bermudas.

A Cape Town é uma empresa de origem americana, fundada no estado de Delaware e controlada por um único acionista, Elie Horn, que também preside o conselho de administração da empresa Cyrela Brazil Realty S.A.²⁰. A Cyrela é uma empresa do setor da construção civil no Brasil que opera principalmente no ramo de incorporação de imóveis residenciais em 17 estados brasileiros e na Argentina. A Cyrela têm uma parceria a Irsa-Cyrela voltada para empreendimentos residenciais.

Na composição acionária da Brasilagro apenas a Cresud (de origem argentina) aparece como acionista. As empresas Tarpon e Cape Town não são mencionadas diretamente, conforme informações da tabela a seguir. No entanto, a participação de acionistas não especificados, incluídos no item "outros", é superior a todas as participações dos acionistas mencionados, chegando a 54,37% das ações.

Além disso, as empresas HSBC Global Investment Funds, Morgan Stanley Uruguay Ltda, Credit Suisse (Brasil) Distribuidores de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e outras, aparecem nos comunicados ao Mercado na CVM como empresas de intermediação na aquisição e negociação de ações por acionistas não mencionados.

¹⁵ Disponível em: < http://www.brasil-agro.com/brasilagro/web/default_pt.asp?idioma=0&conta=28 >. Acesso em: 5 nov. 08.

¹⁶ O site da empresa não apresenta informações suficientes para caracterização do seu perfil, por essa razão optou-se por buscar elementos em outras fontes como os sites das empresas fundadoras e suas parceiras.

¹⁷ Disponível em: < <http://www.cresud.com.ar/> >. Acesso em: 5 nov. 08.

¹⁸ IRSA é uma empresa que do setor imobiliário que possui também empreendimentos em parceria com a Cyrela. Disponível em: < http://www.irsacom.ar/irsacom.ar/index_eni.htm >. Acesso em: 26 abr 09.

¹⁹ Disponível em: < http://www.tarponinvest.com.br/pt/tarpon/web/default_pti.php > . Acesso em: 5 nov. 08.

²⁰ Disponível em: < <http://www.cyrela.com.br/Web/Default.aspx> >. Acesso em: 10 nov. 08.

Tabela 3 - Composição acionária da Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas - BrasilAgro		
Razão Social - Empresa	Nacionalidade	ON (em %)
JP Morgan Whitefriars Inc.	S/I	16,62%
Cresud S.A.C.I.F. y A.	S/I	14,39%
HSBC Global Investment Fund	S/I	8,73%
Janus Overseas Fund	S/I	5,89%
Ações em Tesouraria	-	0
Outros	S/I	54,37%
Total		100,00%

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009. Extraído de CVM. IAN referente a 30/06/08. Apresentadas em 04/12/08. Verificadas em 18/01/09. S/I – Sem Informação. Obs.: Nenhum dos acionistas mencionados aparece como controlador.

De acordo com as informações disponibilizadas nos registros da CVM, a Brasilagro opera no setor de agricultura (açúcar, álcool e cana), especificamente no ramo de atividades de agronegócio. Na mídia, entretanto, a Brasilagro aparece especificamente como uma empresa que compra, arrenda e explora propriedades agrícolas sejam elas áreas de cultivo de grãos ou de pastagens, e outras atividades imobiliárias.

Vale ressaltar também que em junho de 2006, a empresa realizou sua primeira oferta primária de ações voltada a investidores qualificados, nessa operação mais de 80% delas foram adquiridas por estrangeiros. O presidente do conselho de administração da companhia, senhor Alejandro Elsztain, disse ao jornal Gazeta Mercantil²¹ que: *“o modelo de negócios proposto pela BrasilAgro vem suprir uma necessidade no setor, que é a canalização de investimentos para o agronegócio”*, além disso, o presidente do conselho afirmou que *“o Brasil é visto, internacionalmente, como país de maior potencial para a produção de alimentos no mundo.”*

Alejandro Elsztain é presidente da Inversiones Ganaderas S.A., segundo vice-presidente da IRSA (empresa do ramo imobiliário na Argentina) e segundo vice-diretor e principal executivo da Cresud. Detém 12,5% de participação na empresa Paraná Consultora, que aparece como subsidiária da Brasilagro. É o irmão do presidente do conselho de administração da Cresud, que por sua vez, detém 85% das ações da empresa Consultores Asset Management, fundada por ele (Eduardo S. Elsztain) e que presta consultoria à Cresud.

Seguindo a linha das atividades de suas fundadoras a Brasilagro destaca-se por operações de aquisição e arrendamento de propriedades rurais que ofereçam potencial para produção agrícola e valorização imobiliária. Mas até meados de novembro de 2008, quando os dados da CVM foram coletados para esse estudo, a empresa possuía apenas três registros de Informações Anuais (IAN) na CVM, entregues nas seguintes datas de fechamento: 10/11/2006, 25/09/2007 e 31/07/2008. Em nenhum desses registros constava qualquer informação sobre propriedades relevantes desta empresa, ainda que os ativos imobilizados apontem aumento desses investimentos desde o ano de

²¹ Fonte: Invest News – Jornal Gazeta Mercantil. Entrevista ao Jornal Gazeta Mercantil, *Brasilagro capta R\$583 milhões, 2 de maio de 2006*. Disponível em: < <http://indexet.gazetamercantil.com.br/arquivo/2006/05/02/128/CAPITAL-ABERTO%3A-BrasilAgro-capta-R%24-583-milhoes.html> >. Acesso em: 22 abr 09.

2007. Lembrando que a Brasilagro abriu capital em 2005 sem ter patrimônio algum e foi aceita na Comissão de Valores Mobiliários dessa forma.

Após novo levantamento dos registros da CVM em janeiro de 2009 (referente a informações apresentadas à Comissão em dezembro de 2008), foram encontradas oito propriedades rurais (ver tabela 4).

Tabela 4 - Propriedades Relevantes declaradas pela Cia Bras. Prop. Agric. - Brasilagro

Tipo de Propriedade	Endereço	Município	UF	Área Total (Mil m2)	Área Construída (Mil m2)	Idade (Anos)
Rural	Rodovia GO 050 KM 20	Chapadão do Céu	GO	24.430,000	0,000	2
Rural	Lug Otr Comarca R Gonçalves	Baixa Grande Ribeiro	PI	323.750,000	0,000	2
Rural	Rodovia BR 020 KM 304	Jaborandi	BA	316.020,000	0,000	1
Rural	Rodovia Buriti km 18 + 8 km a direita S/N	Alto Taquari	MT	52.660,000	0,000	1
Rural	Rodovia GO 341 km 68	Mineiros	GO	116.570,000	0,000	1
Rural	Rodovia BR 349 km 228 SN	Correntina	BA	377.990,000	0,000	1
Rural	Estrada Januaría a Veredinha km 87	Bonito de Minas	MG	241.850,000	0,000	1
Rural	Rodovia BR 430 km 73 16 km a direita SN	Baianópolis	BA	168.300,000	0,000	1

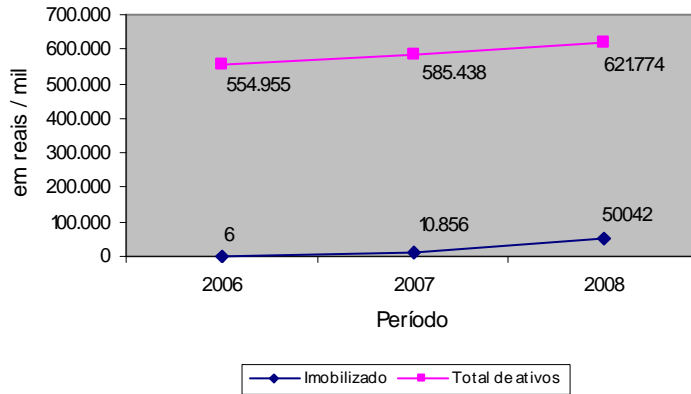
Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009. Extraído de CVM. IAN referente a 30/06/08. Apresentada em 04/12/08. Verificada em: 18/01/09.

Mas vale destacar que de acordo com os comunicados da empresa ao mercado, o primeiro contrato de compra e venda de propriedade aconteceu em agosto de 2006, antes, porém, as informações referem-se apenas a aquisição de ações e contratação de serviços.

Na imprensa, a primeira transação realizada pela Brasilagro foi divulgada em junho de 2008 envolvendo a propriedade conhecida como Fazenda Engenho, localizada em Maracaju (MS), com 2.022 he. A propriedade foi vendida por mais de 21 milhões de reais com lucro de 116% na operação, mas novamente não consta nos registros da CVM.

Além disso, as propriedades declaradas pela empresa possuem áreas muito superiores ao tamanho da primeira propriedade negociada (ver tabela 4), sem contar a disparidade entre os ativos totais e o imobilizado do período para uma empresa que adquiriu áreas produtivas de extensões tão amplas. Ou seja, é possível inferir que ou a empresa adquiriu essas propriedades com valor muito inferior ao valor de mercado ou absolutamente nenhum tipo de investimentos foi realizado nessas propriedades.

Ativo Imobilizado Brasilagro - Cia Bras. Prop. Agric.



Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009. Extraído de CVM. DFP BRASILAGRO - CIA BRAS DE PROP AGRICOLAS referente a 30/06/08. Apresentada em 27/08/08. Verificada em: 18 jan.09.

Com relação às empresas que são controladas e/ou subsidiárias da Brasilagro, destacam-se: Paraná Consultora de Investimentos S.A.(declarada no site); Brasilagro Global Corporation; Fundo Fiq Agro - Exclusivo; Imobiliária Araucária Ltda; Imobiliária Cajueiro Ltda; Imobiliária Cremaq Ltda; Imobiliária Engenho de Maracaju Ltda; Imobiliária Mogno Ltda; Jaborandi Agrícola Ltda; Jaborandi Propriedades Agrícolas S.A.; Tarpon Ethanol LLC. (CVM).

O número de empresas do segmento imobiliário que são controladas pela Brasilagro confirma sua natureza de negócios especificamente voltados para exploração de áreas estratégicas.

Quadro 2 - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas - Brasilagro		
Período	Comunicados	Obs.
Março de 2006	Contrato de uso comum de imóvel com uma de suas controladoras, a empresa Tarpon Investimentos S.A.	
	Contratação da Paraná Consultora de Investimentos S.A. para prestar serviços de consultoria nas áreas de agropecuária e imobiliária.	A Paraná Consultora é uma sociedade constituída pela Tarpon BR, Consultores Asset Management S.A. e pelo sr. Alejandro Elsztain.
Maio de 2006	Comunicação de aquisição de 10,97% ações (ON) da Brasilagro pela empresa estrangeira (sem definição de origem) HSBC Global Investment Funds	O comunicado emitido pela empresa à CVM informa que a operação dispensa a publicação para a imprensa, pois as ações da Brasilagro estão pulverizadas no mercado e sua finalidade é a de investimento sem intenção de mudança do controle acionário da empresa.
Maio de 2006	Aquisição de 12,90% de ações (ON) pela empresa estrangeira Morgan Stanley Uruguay Ltda	
	Aquisição de 11,06% das ações (ON) pela empresa Citadel Equaty Fund Ltd , de origem das Ilhas Cayman.	
Julho de 2006	Aquisição de 7,3% das ações (ON) pela empresa Cresud Sociedad Anônima Comercial, Inmobiliaria, Financiera y Agropecuaria , de origem argentina	A intermediação foi realizada pela empresa Credit Suisse (Brasil) Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Agosto de 2006	Compromisso de compra e venda de terras agricultáveis nos estados de Piauí e Goiás. Piauí - Tasso Fragoso e Baixa Grande do Ribeiro (Fazenda Cremaq). Goiás - Chapadão do Céu (Fazenda São Pedro) .	O contrato de compra e venda da propriedade de Baixa Grande do Ribeiro, no Piauí foi extinto em maio de 2007, pela falta de título de propriedade.
Outubro de 2006	Compromisso de compra e venda de propriedade rural localizada no estado de Mato Grosso,	Aquisição concluída em 15 jan 07.

	município de Maracajú	
Dezembro de 2006	Aquisição de 8,18% de ações (ON) da Brasilagro pela empresa Merrill Lynch International , de origem do Reino Unido.	A participação no capital social da empresa tem caráter de investimento e não objetiva participação no controle acionário da empresa.
Janeiro de 2007	Contrato de celebração de parceria com o Grupo Maeda Agroindustrial S.A. para exploração de oportunidades de agronegócios e aquisição de imóvel rural em Jaborandi, na Bahia (Fazenda Jatobá)	A parceria renderá duas empresas. 1) para aquisição de imóveis rurais (Empresa Imobiliária) e 2) desenvolvimento e operações de culturas (Empresa Operadora)
Março de 2007	Contrato de aliança estratégica com a empresa BRENCO – Brazilian Renewable Energy Company Ltd. e sua subsidiária brasileira, BRENCO – Companhia Brasileira de Energia Renovável (“Brenco”),	O contrato é para o mapeamento, identificação, negociação, aquisição e/ou arrendamento de propriedades para o plantio e cultivo de cana-de-açúcar e para a construção de usinas para produção de álcool etanol.
	Alienação de 4,88% de ações emitidas pela Brasilagro detidas pela Merrill Lynch International , de origem do Reino Unido.	
Abril de 2007	Compromisso de compra e venda de imóvel rural (Fazenda Alto Taquari) situado no município de Alto Taquari, no estado do Mato Grosso.	Imóvel destinado ao plantio de cana-de-açúcar
	Compromisso de compra e venda de imóvel rural (Fazenda Araucária) no município de Mineiros, estado de Goiás.	Este contrato tem como adquirente a Companhia Brenco do Brasil.
Agosto de 2007	Compromisso de compra e venda de propriedade rural (Fazenda Chaparral) em Correntina, no estado da Bahia.	
Novembro de 2007	A empresa Credit Suisse (Brasil) DTVM S.A. , representante de Credit Suisse Securities (Europe) Limited, comunicou a propriedade 5,63% em ações (ON)	O comunicado informa que, após a aquisição e alienação de parte de suas ações, a empresa já possuía outros 2,84% de ações mais os atuais.
Dezembro de 2007	Compromisso de compra e venda de propriedade rural (Fazenda Nova Buriti) em Januária, estado de Minas Gerais.	
Março de 2008	A empresa Merrill Lynch International , de origem do Reino Unido, comunicou a alienação de 4,88% de suas ações emitidas pela Brasilagro.	
Junho de 2008	Venda propriedade rural Fazenda Engenho , localizada no município de Maracaju, no Mato Grosso do Sul.	
Setembro de 2008	Compromisso de compra e venda de propriedade rural no município de Barreiras, estado da Bahia.	A propriedade será destinada à pecuária bovina e cultura de grãos.
Novembro de 2008	A empresa JP Morgan Writefrias INC. , (de origem estrangeira não declarada) informa que alcançou a cota de 16,19% das ações da Brasilagro.	A intermediação foi realizada pelo Banco Itaubank S.A.

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009.

Extraído dos registros da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) referente a: “Comunicado ao Mercado”, “Contratos com Partes Relacionadas” e “Atos ou Fatos Relevantes”.

O Grupo Cosan, foi o que mais realizou aquisições no período de 2000 a 2004, foram sete operações que o colocaram na posição de maior usina exportadora do país e a segunda maior do mundo em volume de produção naquele período. Entre 2005 e 2008 a empresa realizou outras onze transações para aquisição de empresas diversificando suas atividades.

A Cosan²² foi fundada em 1936 na unidade Costa Pinto, localizada em uma zona canavieira de Piracicaba, estado de São Paulo. Na década de 80, especificamente em 1986, a empresa incorporou outras unidades no mesmo estado, a de São Francisco (Elias Fausto) e de Santa Helena (Rio das Pedras). A unidade de São Francisco produz açúcar refinado granulado e cristal. A unidade de Santa Helena, após receber investimentos em tecnologia, conseguiu reduzir o uso de água por meio de um sistema de captação e efluentes líquidos.

Nessa mesma década, a empresa iniciou o processo de exportação de açúcar desde a região centro-sul²³ do país. Em 1988, incorporou a unidade de Ipaussu, localizada na cidade de mesmo nome no estado de São Paulo. Essa unidade passou por transformações e a partir de 1995 tornou-se uma grande unidade de produção de açúcar.

No ano de 1993, a Cosan desenvolveu um açúcar destinado ao mercado externo (VHP – Very High Polarization) e passou a exportar açúcar a granel. Três anos depois (1996), a empresa conseguiu a concessão de um terminal portuário na cidade de Santos através do qual opera com a empresa Cosan Operadora Portuária S.A.

A empresa tornou-se pioneira na terceirização de cana e passou a atuar principalmente na produção e comercialização dos seus produtos finais. As unidades de Diamante (Jaú) e Serra (Ibaté) foram incorporadas no ano seguinte. Ambas têm geografia privilegiada e terreno que permite colheita mecanizada de cana. Na unidade de Diamante, que está localizada às margens do Rio Tietê, foi desenvolvido um sistema de transporte fluvial de matéria-prima que reduz os custos operacionais da empresa. Na unidade da Serra, foi desenvolvido um sistema de fontes alternativas de geração de energia possibilitando não apenas a auto-suficiência de energia elétrica como a comercialização de aproximadamente 27.000 MW/h de energia.

Os investimentos em transporte de matéria-prima e geração de energia não foram os únicos investimentos da empresa. Em 1999, ela firmou uma parceria com o grupo inglês *Tate & Lyle* na qual a empresa açucareira britânica adquiriu 10% de participação no terminal portuário de Santos.

As alianças estratégicas da Cosan seguiram nos anos seguintes. Em 2000, a empresa realizou a integração administrativa de todas as unidades e centralizou a operação financeira da companhia, concretizando ainda uma aliança com as empresas francesas *Tereos* e *Sucden*, formando a

²² Disponível em: < <http://www.cosan.com.br/> >. Acesso em: 10 nov. 08.

²³ De acordo com informações do site da empresa, a exportação do açúcar a partir da região centro-sul começou em meados de 1986, já que antes havia uma lei federal que restringia a exportação desse produto aos produtores dos estados nordestinos. Disponível em: < http://www.cosan.com.br/grupo_linha.aspx >. Acesso em: 10 nov. 08.

Franco Brasileira de Açúcar e Álcool (FBA), que passou a administrar a unidade Ipaussu, localizada em Rafard (SP). Nessa mesma cidade, a Cosan incorporou a unidade denominada Rafard. O grupo Tereos deixou de ser acionista da Cosan em 2007. Sua participação no capital social da empresa naquele ano era de 6,2%.

No ano de 2001, a empresa criou a Fundação Cosan como parte de uma tendência mundial de empresas privadas na gestão de projetos de responsabilidade social e incorporou outras duas unidades, a Univalem (Andradina) e a Gasa (Valparaíso). A Univalem é a única unidade da Cosan que produz açúcar orgânico. A unidade Gasa é responsável pela produção de álcool anidro, que inclui sistema de produção diferenciado pelo uso de peneira molecular. Essa unidade também produz açúcar VHP.

Em 2002, a empresa incorporou três outras unidades, Junqueira (Igarapava – SP), Da Barra (Barra Bonita – SP) e Dois Córregos (Dois Córregos – SP). Nesse ano a Cosan implantou um sistema de geoprocessamento, através do qual monitora as áreas de cultura via satélite. A unidade de Junqueira está localizada nas proximidades de Ribeirão Preto, na divisa com o estado de Minas Gerais e, Da Barra é, segundo informações do site da empresa, a maior usina de açúcar e etanol do mundo em termos de capacidade de moagem de cana, onde se produz o açúcar de mesmo nome.

No segundo semestre de 2004, a Cosan ocupava o lugar de maior usina exportadora do país. Havia concentrado sete aquisições a seus negócios e era a segunda maior do mundo em termos de volume de produção. Mas não parou por aí.

A empresa incorporou a unidade Destivale no ano seguinte, localizada a noroeste do estado de São Paulo, a qual produz álcool e açúcar VHP e firmou uma parceria com o grupo chinês Kuok e outra com as empresas Crystalsev, Grupo Nova América e Cargil, para abertura de terminal específico para exportação de Etanol, o TEAS – Terminal Exportador de Álcool de Santos S.A., localizado no porto de Santos (SP).

Nesse período, a empresa entrou para o mercado de ações da Bovespa e adquiriu 35% das ações do Grupo Corona, por meio da empresa Águassanta S.A., que é uma subsidiária da Cosan; ampliou a atuação na região noroeste de São Paulo, onde se localiza as unidades Destivale, Univalem e Gasa, e adquiriu a unidade Mundial para produção de açúcar tipo exportação, álcool anidro e hidratado.

No ano de 2006, a empresa adquiriu as unidades Bom Retiro (Capivari – SP), Tamoio (Arararaquara – SP) e Bonfim (Ribeirão Preto – SP).

Um fato relevante na caracterização da Cosan é o contrato firmado em 2006 com a empresa CanaVialis, controlada pela Votorantim Novos Negócios. A CanaVialis é uma empresa de pesquisa genética e biotecnologia contratada para realizar um programa de melhoramento genético da cana de açúcar, produção de mudas e serviços de consultoria ao produtor.

O objetivo da Cosan era primeiro utilizar variedades de cana aprimoradas e posteriormente inserir variedades transgênicas que estão sendo desenvolvidas pela empresa Alellyx²⁴, outra empresa que recebeu capital da Votorantim Novos Negócios.

Vale destacar que no ano seguinte, as empresas Alellyx e CanaVialis, controladas pela empresa Votorantim Novos Negócios, do grupo Votorantim, assinaram acordo de parceria tecnológica com a Monsanto a fim de desenvolver tecnologias para o setor sucroalcooleiro. De acordo com a notícia veiculada no site da Votorantim²⁵, os primeiros produtos desse acordo serão variedades de cana-de-açúcar resistentes a insetos e tolerantes a herbicidas, diminuindo assim os custos de produção.

No mesmo ano, a empresa informou que estava estudando em parceria com a empresa Dediní a construção de uma unidade de açúcar e álcool na África do Sul como parte de um projeto de cooperação produtiva entre Brasil e Grã-Bretanha. Além disso, o presidente do grupo Cosan, Rubens Ometto, afirmou sua pretensão em continuar a adquirir usinas para aumentar sua capacidade de produção, inclusive nos Estados Unidos e Índia que estão entre os maiores produtores e consumidores mundiais.

Em abril de 2007, a Cosan em parceria com a São Martinho e a Santa Cruz compraram a Usina Santa Luzia, localizada em Motuca (SP), com capacidade de moagem de 1,8 milhão de toneladas de cana-de-açúcar. A aquisição ocorreu por meio da holding Etanol Participações S.A., formada pelas três empresas. Além da Santa Luiza, também foi adquirida a Agropecuária Aquidaban, que produz 1,5 milhão de toneladas de cana por ano. No mesmo ano foram fechadas as duas empresas e encerradas as operações da Agropecuária Aquidaban S.A. cujas ações foram incorporadas pelas três empresas nas proporções da participação do capital de cada sócio.

Cerca de dois anos após ter aberto o capital e lançado ações no Novo Mercado da Bovespa, a Cosan S.A. anunciou, em julho de 2007, um plano de reestruturação acionária envolvendo a criação da empresa Cosan Limited, nas Bermudas (região do Caribe), para ser a controladora da Cosan S.A. no Brasil. O objetivo da empresa, segundo divulgado na imprensa, é que a Cosan Limited fique responsável pelos negócios no exterior e a Cosan S.A. pelos investimentos no Brasil.

Mas a decisão chamou a atenção do mercado de capitais e deixou em dúvida os acionistas minoritários em relação a uma possível manobra da empresa para passar posteriormente para as mãos do capital estrangeiro o controle acionário da companhia no Brasil.

Em março de 2008, a Cosan, Copersucar e Crystalsev formaram a empresa Uniduto Logística S.A. voltada para a realização de estudos técnicos e a construção de um alcoolduto em São Paulo. A viabilidade do projeto será estudada pela própria empresa, assim como a responsabilidade sobre a obtenção de licenças ambientais para implantação do projeto.

²⁴ A empresa Alellyx foi formada em 2002 por um grupo de biólogos na cidade Campinas. Pertence ao Grupo Monsanto. Disponível em: < <http://www.allellyx.com.br/> >. Acesso em: 25 mar 09.

²⁵ Sala de Imprensa. Grupo Votorantim. Disponível em: < http://www.votorantim.com.br/PTB/Sala_de_imprensa/release_e_noticias/070529_allellyx_cana_vialis_monsanto.htm >. Acesso em: 26 mar 09.

Cerca de um mês depois, a Cosan assinou um “memorando de entendimentos” com a empresa Rezende Barbosa, para a criação da empresa Rumo Logística, especializada em logística de açúcar e grãos no Porto de Santos. A Cosan também compromete-se em adquirir 49% das ações da Teaçú Armazéns Gerais, terminal de exportação de açúcar em Santos, que pertence à Rezende Barbosa (Grupo Novamérica).

Em 2008, ainda na linha de aquisições, a Cosan incorporou a unidade Benálcool (produtora de álcool hidratado), localizada a oeste do estado de São Paulo, no município de Bento de Abreu, próximo a Araçatuba. Em agosto e setembro do mesmo ano, a Cosan firmou um contrato com a CPFL Brasil para comercialização de bioeletricidade por quinze anos a começar em 2009. E assinou também o acordo com o Grupo Rede para empreendimentos de co-geração de energia por meio de biomassa, ou seja, utilização de folhas e palha da cana-de-açúcar e bagaço.

Esses projetos garantiram à Cosan S.A. Bioenergia (uma subsidiária criada para explorar a comercialização de energia elétrica excedente) a aprovação de financiamento de mais de 300 milhões de reais pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) utilizados para a implantação de unidades de co-geração de energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar.

A empresa anunciou ainda sua entrada no mercado imobiliário através da criação da empresa Radar Empreendimento Imobiliário Agrícola que deverá atuar no ramo de compra e venda de terras agricultáveis com alto potencial de valorização tanto para arrendamento como para venda. Esta transação envolverá uma empresa estrangeira de origem norte-americana, cujo nome não foi divulgado, que deverá participar em 80% do capital total da Radar.

A Cosan também realizou em 2008 uma aquisição no setor de combustíveis com a Esso Brasileira de Petróleo Ltda (Essobrás) e afiliadas detentoras dos ativos de distribuição e comercialização de combustíveis e de produção e comercialização de lubrificantes e outras especialidades da ExxonMobil no Brasil. A operação eleva a Cosan ao primeiro lugar como companhia integrada de energia renovável do mundo, que atua desde o plantio da cana-de-açúcar até a distribuição e comercialização de combustíveis (etanol) no varejo, passando a atuar nos segmentos de distribuição, lubrificantes e combustíveis.

A transação para aquisição da ExxonMobil foi investigada pela Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae) em maio de 2008 e aprovada sem restrições. Após a avaliação pela Seae (Ato de Concentração - AC08012.005716/2008-31), o processo é encaminhado para o CADE para avaliação e julgamento com base na observância da lei antitruste.

Todos os comunicados ao mercado considerados relevantes que foram apresentados pela Cosan à CVM estão listados no quadro a seguir, incluso aqueles que não foram caracterizados no perfil. É o caso da aquisição da Usina Mundial, em 2005, e os aumentos de participação acionária no capital social da empresa, como é o caso da empresa Janus (EUA) que atua como intermediária de acionistas na Cosan e cujo nome também aparece na composição acionária da Brasilagro.

Quadro 3 - Cosan S.A. Indústria e Comércio e Cosan Limited		
Período	Comunicados	Obs.
Dezembro de 2005	Aquisição de 100% do grupo de empresas que detém a Usina Mundial .	Usina localizada no município de Mirandópolis, estado de São Paulo
Fevereiro de 2006	Aquisição de 100% das ações do Grupo Corona , uma das mais tradicionais empresas do setor sucroalcooleiro no Brasil.	Grupo Corona detém as usinas Bonfim e Tamoio .
Abril de 2006	Aquisição de 100% das ações da Usina Bom Retiro S.A.	Usina localizada em Capivari, próxima a Piracicaba, SP
Outubro de 2006	Incorporação pela Cosan, das empresas controladas direta ou indiretamente por ela. São elas: Jump Participações S.A., Mundial Açúcar e Álcool S.A., Alcomira S.A., ABC 125 Participações Ltda., ABC 126 Participações Ltda., Aguapar Participações S.A., Usina Açucareira Bom Retiro S.A.	
Janeiro de 2007	Contrato de compromisso de aquisição de 50% mais uma ação das ordinárias e nominativas do capital social da Companhia Açucareira Vale do Rosário	
Abril de 2007	Aquisição da Usina Santa Luzia S.A. e da Agropecuária Aquidaban , por meio da Etanol Participações S.A.	Etanol Participações S.A. - <i>holding</i> formada pelas empresas Usina São Martinho S/A (subsidiária integral da São Martinho S/A); Cosan S.A. Indústria e Comércio; e Santa Cruz S.A. Açúcar e Álcool,
Junho de 2007	A Tereos do Brasil , empresa controladora da Açúcar Guarani S.A., e acionista da Cosan com participação de 6,2% (ON) informa que alienou suas ações da companhia	O comunicado destaca que nenhuma outra empresa do Grupo Tereos tem participação acionária na Cosan.
Julho de 2007	Comunicado de aumento de participação acionária da empresa Wellington Management Company, LLP , para 5,06% do total de ações (ON)	
	Comunica que as empresas Aguassanta Participações S.A. e Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Álcool , controladoras da Cosan S.A. Ind. e Com. aprovaram a contribuição de participação acionária de 51% para a empresa Cosan Limited.	A Cosan Limited foi constituída com base nas leis das Ilhas Bermudas, para exercer o controle direto da Cosan S.A. Ind. e Com.
Fevereiro de 2008	Comunicado de aquisição de 100% das ações da Usina Benálcool .	Usina localizada em Araçatuba, São Paulo.
Abril de 2008	Contrato de Compra e Venda de Ações com a ExxonMobil International Holdings B.V. para a aquisição da totalidade do capital social de sociedades afiliadas a ExxonMobil titulares de 100% do capital social da Esso Brasileira de Petróleo Ltda (Essobrás) e suas afiliadas	As empresas adquiridas são detentoras dos ativos de distribuição e comercialização de combustíveis e de produção e comercialização de lubrificantes e especialidades da ExxonMobil no Brasil. Marcas "Esso" e "Móbil".
Agosto de 2008	Comunicado de celebração de contrato de comercialização de energia elétrica com a empresa CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL") , através da unidade Gasa.	Contrato de exploração de empreendimento de co-geração de energia por meio da utilização de biomassa
	Comunicado de aquisição de ações pela empresa Janus Capital Management LLC , de origem de Delaware, nos EUA, de 7,57% do total de capital social da Cosan S.A. Indústria e Comércio.	A empresa Janus atua como representante de diversos clientes.
Outubro de 2008	Comunicado ao mercado de que a empresa Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores , passou a administrar 10,44% do capital social da Cosan S.A. Ind. e Com.	A corretora é representante de diversos acionistas não mencionados

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009. Extraído dos registros da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) referente a: "Comunicado ao Mercado", "Contratos com Partes Relacionadas" e "Atos ou Fatos Relevantes".

A empresa fechou 2006 tendo como sócios os grupos franceses Tereos (também acionista da açúcar Guarani) e Sucden e os chineses Kuok, e reafirmando sua estratégia de crescimento da participação dos estrangeiros nas usinas.

De acordo com informações da Comissão de Valores Mobiliários, atualmente a Cosan S.A. atua no setor de agricultura, açúcar, álcool e cana, particularmente na fabricação e comércio de açúcar,

etanol e derivados. Sua principal marca declarada à CVM é “Da Barra” utilizada em açúcar e derivados e está concentrada no estado de São Paulo com operações em 18 municípios.

Apesar de a Cosan Limited aparecer como principal acionista, a Cosan S.A. Indústria e Comércio é uma empresa de origem brasileira que segundo a Seae tem participação acionária acima de 5% em vinte e uma empresas no Brasil.

Razão Social - Empresa	Nacionalidade	ON (%)
Cosan Limited	bermuda	69,05%
Credit Suisse HG Corretora de Valores S.A.	brasileira	8,68%
Ações em Tesouraria	S/I	0
Outros	S/I	22,27%
Total		100,00%

Pequisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009. Extraído de CVM. IAN referentes a 30/04/08. Apresentadas em 12/12/08. Verificadas em 18/01/09. S/I – Sem Informação

A composição acionária da empresa está dividida em ações ordinárias (ON) e tem como principal acionista a empresa Cosan Limited, originária das Ilhas Bermudas.

Segundo as informações do site da empresa, as subsidiárias vinculadas à Cosan são: Cosan Operadora Portuária; Cosan Finance Limited (Cayman Issuer); Cosan Bioenergia; e TEAS - Terminal Exportador de Álcool de Santos. Entretanto, nos registros da CVM, a única empresa que aparece como controlada coligada é a Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool.

Das propriedades relevantes declaradas pela empresa à CVM, é possível destacar que as unidades de Dois Córregos, Junqueira e o Terminal Portuário aparecem como terrenos alugados, o que contraria informação do site da empresa, cujas propriedades aparecem como incorporação da Cosan.

Além disso, a empresa Cosan Limited, que figura como a controladora da Cosan S.A. Indústria e Comércio, declarou à CVM as mesmas propriedades consideradas relevantes.

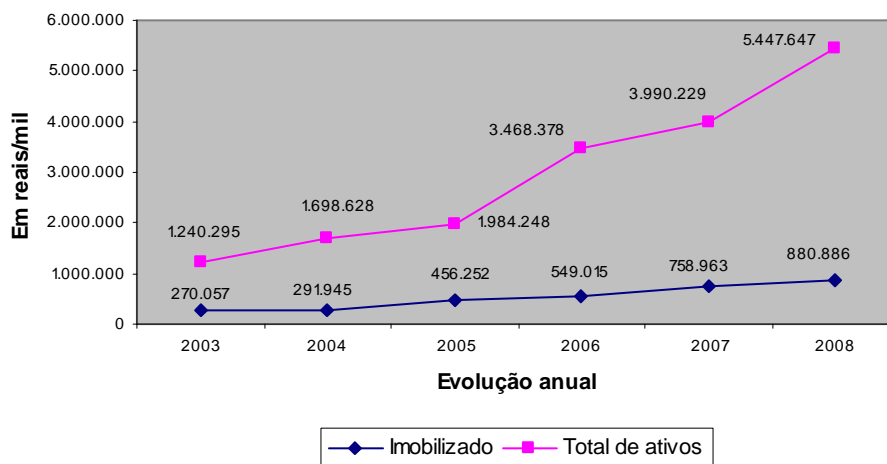
Tipo de Propriedade	Endereço	Município	UF	Área Total (Mil m2)	Área Construída (Mil m2)	Idade (Anos)	Obs
Parque Industrial da Usina Costa Pinto	Bairro Costa Pinto S/N	Piracicaba	SP	3.581,900	0,000	72	
Parque Industrial da Usina Diamante	Fazenda São José, S/N	Jaú	SP	655,400	0,000	63	
Parque Industrial da Usina Santa Helena	Bairro Campestre, S/N	Rio das Pedras	SP	228,953	0,000	57	
Parque Industrial da Usina São Francisco	Fazenda Sobrado, S/N	Elias Fausto	SP	10.548,900	0,000	60	
Parque Industrial da Usina da Serra	Fazenda da Serra, N. 1	Ibate	SP	7.742,464	0,000	55	
Parque industrial da Usina Rafard	Rua do Engenho, S/N - Centro	Rafard	SP	574,236	0,000	125	
Parque industrial da Usina da Barra	Fazenda Pau D'alho, S/N	Barra Bonita	SP	2.286,036	0,000	63	
Parque Industrial da Usina Univalem	Rod. Dr. Placido Rocha, Km 39,6	Valparaíso	SP	356,400	0,000	32	
Parque Industrial da Usina Ipaussu	Rod. Raposo Tavares, Km 334	Ipaussu	SP	634,820	0,000	26	
Parque Industrial da Usina Gasa	Rod. Acesso UHE 3 Irmãos, Km 3,5	Andradina	SP	419,020	0,000	12	
Parque Industrial da Usina Destivale	Rod. Eliezer M. Magalhaes, km 58	Araçatuba	SP	299,600	0,000	28	

Terrenos e terras p/ cultivo de cana	Vide observação	Vide observação	SP	509.142,301	0,000		S/I
Parque Industrial da Usina Dois Córregos	Fazenda Santo Antônio S/N - PRD22	Dois Córregos	SP	146,800	0,000	61	Ter.Alugado
Parque Industrial da Usina Junqueira	Estação Coronel Quito, S/N	Igarapava	SP	573,600	0,000	98	Ter.Alugado
Terminal portuário	Avenida Cândido Gaffree, S/N - Docas	Santos	SP	69,800	0,000	0	Ter.Alugado
Parque Industrial da Usina Mundial	Est.Mirandópolis/Pacaembu, S/N - KM 13,5	Mirandópolis	SP	514,740	0,000	29	
Parque Industrial da Usina Bonfim	Rod. Brigadeiro Faria Lima, KM 322	Guariba	SP	1.041,326	0,000	60	
Parque Industrial da Usina Tamoio	Rod. Washington Luiz, S/N - KM 263	Araraquara	SP	388,100	0,000	101	
Parque Industrial da Usina Bom Retiro	Fazenda Bom Retiro	Capivari	SP	901,405	0,000	95	
Parque Industrial da Usina Benácool	Fazenda Lago Azul S/N	Bento de Abreu	SP	363,000	0,000	28	
Parque Industrial da Usina Montividiu	Fazendas Monte Alegre/Cach.Montividiu	Rio Verde	GO	1.834,749	0,000	0	
Parque Industrial da Usina Jataí	Fazenda Santo Antonio do Rio Doce	Jataí	GO	1.900,000	0,000	0	
Parque Industrial da Usina Paraúna	Fazenda Torre Alta	Paraúna	GO	4.356,000	0,000	0	

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009. Extraído de CVM. IAN referente a 30/04/08. Apresentadas em 30/07/08. Coletadas em novembro de 2008. Verificadas em: 18/01/09. S/I – Sem Informação. Obs.: A empresa Cosan Limited, controladora acionária, declarou as mesmas propriedades que a Cosan S.A. Indústria e Comércio. As informações sobre a idade das propriedades não estão claras, há casos em que consta como zero, mas o contrato de locação faz referência a uma data. No caso do terminal portuário em que consta locação de 07/03/96 a 06/03/06. Neste caso, deveria constar como S/I (Sem Informação). Idade "0" pode significar que a propriedade ainda não completou um ano desde que foi adquirida.

Observa-se que os investimentos em bens e direitos da Cosan desde os anos 90 contribuíram fortemente para aumentar os ativos totais da empresa em termos significativos, principalmente pelos investimentos em aquisição de áreas para produção de matéria-prima e usinagem. Embora os ativos imobilizados (aquisição de terrenos, equipamentos, investimentos em construções etc) tenham aumentado no período, os ativos totais foram ainda maiores conforme mostra o gráfico abaixo.

Ativo Imobilizado Cosan S.A. Indústria e Comércio



Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009. Extraído de CVM. DFP referente a 30/04/08. Apresentado em 30/07/08. Coletado em novembro. Verificado em 18/01/09.

A JBS²⁶ iniciou suas atividades no ano de 1953 pelo senhor José Batista Sobrinho, no município de Anápolis, em Goiás. Ele comprava e revendia bois aos frigoríficos e tornou-se um profissional do ramo especializado em abate e preço do produto na região. Daí surgiu a Casa de Carne Mineira.

Cinco anos depois (1957), o comerciante abriu um abatedouro na região com capacidade de abate de 25 a 30 bois/dia, e passou a fornecer seu produto às construtoras que operavam na edificação de Brasília.

No ano de 1962, o proprietário conhecido como Zé Mineiro, alugou um abatedouro em Luziânia, próximo a Brasília, e elevou sua produção para 55 bois/dia, começando a comercializar com os açougues da cidade. Sete anos mais tarde (1969) comprou o Matadouro Industrial de Formosa, que elevou sua produção para cerca de 120 cabeças de gado/dia. A partir de então, o empresário entrou para o ramo de frigoríficos e batizou sua empresa com o nome de Friboi. Em 1997, a empresa começou a exportar carne *in natura*.

A aquisição da unidade Barra dos Garças, no Mato Grosso, e a possibilidade de compra do Frigorífico Mouran (1999), em Andradina (SP), marcaram a expansão da empresa no estado de São Paulo. Em 2000, a Friboi investiu em tecnologia de transporte para distribuição dos seus produtos e três anos depois criou a Transportadora de Andradina, da Divisão de Transportes do Grupo.

No ano de 2005, a Friboi realizou sua primeira empreitada em outro país, o que a elevou à condição de primeira empresa multinacional do setor de carnes no Brasil, pela aquisição da Swift Argentina. Um ano depois, deixou de ser uma empresa de capital fechado (sociedade limitada - Ltda) para tornar-se S.A. Seu nome passou a ser JBS, em alusão ao nome do seu fundador, José Batista Sobrinho, e “Friboi” passou a ser uma de suas marcas. A aquisição é parte da estratégia da empresa de ampliar suas operações nas Américas e em outros blocos, além de maior investimento na área de suínos.

As empresas do ramo de frigoríficos, JBS e Marfrig tem sido as empresas com maior índice de aquisições nos últimos anos, principalmente envolvendo transações feitas em outros países. Segundo, dados divulgados pela Oficina Nacional de Controle Comercial Agropecuário da Argentina (Oncca)²⁷, a empresa JBS-Friboi ocupa o primeiro lugar em abate na Argentina, com capacidade mensal de 75 mil cabeças. O segundo lugar é ocupado pela argentina Mattievich, com uma média mensal de 60 mil cabeças. E em terceiro lugar, outra brasileira, a Marfrig com capacidade de processamento de cerca de 50 mil cabeças por mês. Ou seja, duas empresas de origem brasileira ocupam o primeiro e terceiro lugar em termos de produção no país vizinho, Argentina.

Em 2006, a Friboi fez outra aquisição naquele país, por meio de um leilão muito concorrido comprou a Companhia Elaboradora de Produtos Alimentícios (Cepa), localizada no município de Merlo, província

²⁶ Disponível em: < <http://www.jbs.com.br> >. Acesso em: 22 nov. 08.

²⁷ Fonte: Oficina Nacional de Controle Comercial Agropecuário – ONCCA. Disponível em: < [http://www.oncca.gov.ar/principal.php?nvx_vista=453&m\[\]=654&m\[\]=409](http://www.oncca.gov.ar/principal.php?nvx_vista=453&m[]=654&m[]=409) >. Acesso em: 31 mar 09.

de Buenos Aires. Segundo informação divulgada no jornal Estado de São Paulo, a empresa estava falida e os empresários criticam os avanços das aquisições da JBS sob alegação de que a empresa possui financiamento do BNDES no Brasil e na Argentina não há nenhum tipo de apoio semelhante.

No mesmo ano a empresa enfrentou denúncia no Ministério Público Federal por formação de cartel, ou seja, por troca de informações estratégicas entre concorrentes. A Secretaria de Direito Econômico encaminhou ao CADE (Processo Administrativo: PA 08012.002493/2005-16) denúncia de onze 11 empresas produtoras de carne bovina por firmarem acordo de preços de aquisição de gado, dentre elas a JBS (Friboi) e Marfrig. Ambas foram consideradas culpadas.

Com efeito, a JBS teve que assinar um Termo de Compromisso de Conduta (TCC) e fazer uma contribuição pecuniária de mais de 13 milhões de reais ao Fundo Nacional de Direitos Difusos por incorrer em infração concorrencial ao negociar descontos para compra de gado desclassificado junto com outras empresas do ramo.

Em 2007, a JBS S.A. adquiriu 100% da companhia americana Swift Foods & Company, das unidades dos EUA e Austrália, considerada a terceira maior empresa de carnes bovina e suína dos Estados Unidos e maior empresa de carne bovina na Austrália. Com a operação, a JBS tornou-se, segundo dados do próprio site, a maior empresa de carne bovina em capacidade de abate (47.100 cabeças/dia). Nesse mesmo ano, a empresa adquiriu 50% da participação da empresa Inalca, uma das maiores produtoras do ramo na Europa, somando outras 10 unidades de produção na Itália.

Para o financiamento da compra da Swift & Co. a JBS emitiu novas ações no valor de US\$ 1,85 bilhão, sendo que o BNDESPar, empresa de participações do BNDES, subscreveu US\$ 1,46 bi. E como resultado desta transação a JBS trouxe para o Brasil o modelo de parceria com fornecedores de grãos.

Ainda em 2007, a empresa fechou uma parceria envolvendo a compra da participação de 50% da unidade Inalca da empresa italiana Cremonini, líder em produção de carne bovina e produtos à base de carne na Itália. De acordo com informações divulgadas na imprensa, a Inalca tem capacidade de abate de 3.500 cabeças de gado por dia e de processamento de 260 mil toneladas de carne por ano que foram incorporadas à capacidade da JBS.

No início de 2008, a empresa anunciou a compra das empresas National Beef, Smithfield Beef e Tasman. Ao todo, as operações somam mais US\$ 1 bilhão em dinheiro e ações. O objetivo da empresa com essas transações é estabelecer uma plataforma de abate, produção e comercialização de carnes nos EUA e Austrália, considerados pela empresa, mercados estratégicos nesse setor.

De acordo com informações divulgadas na imprensa²⁸, a JBS afirmou que a Smithfield Beef possui quatro plantas de abate de bovinos, uma graxaria e uma transportadora nos EUA e processa aproximadamente 680 mil toneladas/ano de carne bovina in natura. A National Beef é dona de três unidades de abate de bovinos, duas de processamento de cortes de carne embalados e

²⁸ Fonte: Jornal o Estado de São Paulo, *JBS compra três empresas estrangeiras por mais de US\$ 1 bilhão*. Disponível em: < http://www.estadao.com.br/economia/not_eco134805.0.htm >. Acesso em: 25 mar 09.

customizados, uma para produtos porcionados e uma transportadora e tem capacidade de processamento de 3,9 milhões de cabeça de gado/ano. A Tasman possui seis unidades de abate, uma de confinamento na Austrália e capacidade de processamento de 2,7 milhões de bovinos e animais de pequeno porte.

Em agosto de 2008, a empresa divulgou nota ao mercado informando que a exportação de carnes para o EUA estava suspensa em razão de divergências entre as normas de inspeção do Ministério da Agricultura dos EUA e o do Brasil. A empresa informou ainda que continuaria atendendo ao mercado dos EUA por meio da produção argentina.

Em outubro de 2008 a empresa assinou o Pacto Empresarial pelo Financiamento, Produção, Uso, Distribuição, Comercialização e Consumo Sustentáveis de Produtos da Pecuária Bovina Oriundos da Amazônia e destinados à cidade de São Paulo, cujo objetivo é promover o consumo responsável de matéria-prima de propriedades idôneas e afirmar a posição contra aquelas que praticam crime ambiental. A iniciativa mobiliza também a cadeia de fornecedores na conscientização da importância da preservação da Amazônia. No entanto, não há mecanismo de monitoramento que possa ser pesquisado sobre os impactos das atividades das empresas em relação ao acordo.

Ainda em outubro de 2008 o Departamento de Justiça dos Estados Unidos pediu o bloqueio da compra da empresa National Beef pela JBS. De acordo com o órgão esta aquisição e mais a compra da Smithfield Beef Group levaria a JBS a controlar cerca de 35% dos abates de bovinos nos EUA, o que seria prejudicial ao setor de *food service* e ao consumidor.

Além disso, a empresa concluiu a aquisição da Smithfield Group que engloba atividades de processamento de carne e confinamento de gado. A operação incluiu a totalidade do capital da empresa Five Rivers, prestadora de serviços de engorda de gado para terceiros, que era uma joint-venture com a empresa Continental Grain.

Com efeito, todas essas aquisições elevaram a capacidade de produção da JBS S.A. nos principais países produtores de carne bovina (Brasil, Argentina, EUA e Austrália), sendo três (3) plantas de suínos, quatro (4) de bovinos e uma (1) de carne fatiada nos EUA; na Austrália, são quatro (4) plantas e quatro (4) unidades de confinamento.

De acordo com os registros da CVM, a JBS S.A. atua nos setores de alimentos, especificamente com exploração do ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados.

Suas principais marcas de produtos de carne bovina *in natura* são: “Friboi”, “Maturatta”, “Cabaña Las Lilas” e “Linha Organic Beef Friboi”. Na linha de carne industrializadas as marcas são: “Swift”, “Anglo” e “Bordon”. A empresa está produzindo um hambúrguer orgânico que faz parte da “Linha Organic Beef Friboi”. No mercado estrangeiro, a JBS comercializa as marcas “Friboi”, “Mouran”, “Anglo”, “Cabaña Las Lilas”.

Com relação à composição acionária da JBS S.A., destaca-se a participação do BNDES Participações que possui 13 das ações ordinárias da empresa (ON). Além do BNDES a empresa

tem cerca de 20% de ações em circulação e a J& F Participações S.A. é a detentora de 44% das ações ordinárias (ON) conforme indicado na tabela a seguir.

Tabela 7 - Participação acionária da JBS S.A.		
Razão Social - Empresa	nacionalidade	ON (em %)
ZMF Fundo de Investimento em Participações	brasileira	6,11%
J. & F. Participações Ltda.	brasileira	44,00%
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	brasileira	13,00%
PROT - Fundo de Invest. em Participações	brasileira	14,28%
Ações em tesouraria	-	2,38%
Outros	S/I	20,23%
Total		100,00%

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009. Extraído de CVM. IAN referente a 31/12/07. Apresentada em 15/01/09. Coletada em 18/01/09. S/I – Sem Informação.

Nos registros da CVM, as empresas controladas pela JBS S.A. são as seguintes: JBS Confinamento Ltda; JBS Embalagens Metálicas Ltda; JBS Global A/S; JBS Global Investimentos S.A.; JBS Holding Internacional S.A.; JBS USA, Inc.; Mouran Alimentos Ltda; SB Holdings, Inc.

Atualmente a JBS S.A. mantém atividades no Brasil, Argentina, EUA e Austrália e suas exportações atendem a cerca de 110 países. No Brasil possui unidades nos seguintes municípios: São Paulo, Andradina, Epitácio, Barretos, Carapicuíba, Cubatão, Maringá e Embú no estado de São Paulo; Barra do Garça, Araputanga, Pedra Preta e Cáceres No estado de Mato Grosso; Campo Grande no Mato Grosso do Sul; Goiânia e Anápolis em Goiás; Vilhena, Cacoal e Porto Velho em Rondônia; Iturama e Uberlândia no estado de Minas Gerais.

Os comunicados ao mercado estão classificados no quadro e inclui os fatos considerados relevantes para a caracterização da empresa como alguns acionistas e intermediários e participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social através do BNDESPar.

Quadro 4 - JBS S.A.		
Período	Comunicados	Obs.
Março de 2007	Banco UBS Pactual S.A. gere 8,24% de ações do capital social da JBS S.A. E a entidade do Grupo UBS, a UBS AG London Branch , possui participação de 1,95% de ações representativas do capital social da companhia.	
Abril de 2007	Aquisição da Unidade de Frigorificação localizada no município de Maringá, no estado do Paraná.	
Maio de 2007	A empresa J&F Participações S.A., controladora da JBS S.A., iniciou por meio de suas subsidiárias J&F Acquisition Co., J&F I Finance Co. e J&F II Finance Co. , sediadas em Delaware, EUA, o processo de aquisição da Swift Foods Company ("Swift")	Aquisição concluída em julho de 2007
	Comunicado de aquisição da unidade de abate de bovinos do Frigorífico Garantia , na cidade de Maringá, no Paraná.	
	A subsidiária argentina da JBS, Swift-Armour Argentina S.A. , adquiriu naquele país, a empresa Argenvases S.A	Argenvases - indústria produtora de latas para embalagem de carne bovina e outros produtos em conserva.
Junho de 2007	Aquisição de propriedade rural no município de Castilho, estado de São Paulo	Sem detalhes adicionais
Julho de 2007	O BNDES Participações S.A. comunica que detém 5% de ações (ON) da JBS.	O BNDESPAR é uma subsidiária integral do BNDES.
Outubro de 2007	Aquisição por meio de sua subsidiária Swift-Armour S.A. Argentina. A aquisição do frigorífico Col Car S.A. , localizado na cidade de Colonia Caroya, província de Córdoba, Argentina.	A unidade produz carne in natura, resfriada e congelada e distribui para todo o país através de frota própria.
Novembro de 2007	Comunicação de Termo de Compromisso com o CADE em razão de infração concorrencial (desconto para compra de gado desclassificado) praticado pela JBS. Em razão disso, a JBS teve que fazer uma contribuição pecuniária de	As informações do comunicado não são claras com relações à infração cometida. Processo Administrativo nº 08012.002493/2005-16 acerca da aplicação dos artigos 20 e 21 da Lei 8.884/94.

	mais de 13 milhões de reais ao Fundo Nacional de Direitos Difusos.	
Dezembro de 2007	O HSBC Investments Gestão de Recursos Ltda. , comunica que é representante de 6,22% de ações (ON) do capital social da JBS.	
	Contrato de aliança com a italiana Cremonini S.p.A., para aquisição de 50% do capital social da Inalca S.p.A.	
Março de 2008	JBS compra a National Beef. A U.S. Premium Beef, LLC, associação formada por mais de 2.100 pecuaristas de 36 estados dos EUA, maior acionista da National Beef Packing Company, LLC, aprovou a venda da National Beef para a JBS S.A.	
	Aquisição da sociedade Smithfield Beef Group, Inc. , sediada em Delaware, EUA.	Sem mais informações
Abril de 2008	Comunicação de que a JBS recebeu autorização do governo da Austrália (ACCC – Australian Competition & Consumer Commission) para aquisição da sociedade Grupo Tasman , incluindo a Tasman Group Services Pty Ltd e a Industry Park Pty Ltd	A aquisição foi concluída em maio de 2008

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009. Extraído dos registros da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) referente a: "Comunicado ao Mercado", "Contratos com Partes Relacionadas" e "Atos ou Fatos Relevantes".

As propriedades relevantes da empresa registradas na CVM são basicamente as unidades frigoríficas. Há apenas um terreno declarado pela empresa sem edificação que pode ser propriedade destinada apenas a criação de animais ou a pastagem. Vale mencionar também que a JBS não declarou uma área rural localizada em Castilho (SP), mencionada no quadro anterior. Tampouco são conhecidas as propriedades da empresa nos outros países em que opera.

Tabela 8 - Propriedades Relevantes declaradas pela JBS

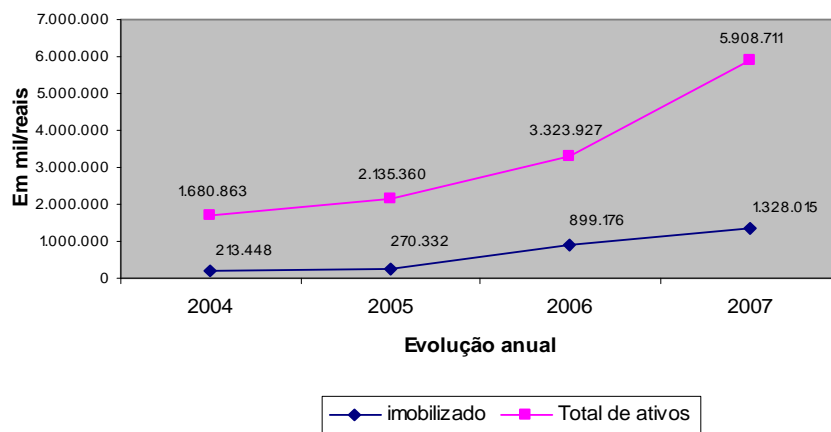
Tipo de Propriedade	Endereço	Município	UF	Área Total (Mil m2)	Área Construída (Mil m2)	Idade (Anos)
Escritório Administrativo	Av. Marginal Direita do Tietê, 500	São Paulo	SP	89,496	9,234	3
Frigorífico	Rod. Euclides Figueiredo, 1243	Andradina	SP	920,200	65,840	11
Frigorífico	Av. Domingos Ferreira de Medeiros, s/n	Epitacio	SP	1.089,000	39,821	11
Frigorífico	Av. Duque de Caxias, 7255	Campo Grande	MS	1.217,320	39,284	16
Frigorífico	Av. Atílio Fontana, 2550	Barra do Garças	MT	609,300	29,999	13
Frigorífico	Av. Lago Azul, s/n	Goiania	GO	487,343	17,720	9
Frigorífico	Av. Central, s/n	Barretos	SP	727,085	72,236	31
Frigorífico	Av. Hamilton Simioni, s/n KM 1,5	Araputanga	MT	311,182	18,391	16
Frigorífico	Av. Fabril, 555	Anápolis	GO	195,974	12,821	31
Frigorífico	Rod. BR 364, KM 18	Vilhena	RO	664,950	27,591	4
Frigorífico	Rod. BR 364, KM 3,5	Cacoal	RO	167,316	7,490	12
Frigorífico	Estrada belont, 9978, KM 18	Porto Velho	RO	31,140	10,954	16
Frigorífico	Av. Deputado Emílio Carlos, 1581	Carapicuíba	SP	9,297	3,195	9
Frigorífico	Rod. BR 364, KM 176	Pedra Preta	MT	143,600	8,794	4
Frigorífico	Rod. BR 497, s/n, KM 2,5	Iturama	MG	500,000	8,387	9
Frigorífico	Av. Vereador Osvaldo Batista, s/n	Cáceres	MT	153,163	8,855	11
Frigorífico	Av. Taylor Silva, nº 920	Uberlândia	MG	421,903	3,012	10

Frigorífico	Rod. Cônego Domenico Rangoni s/n, km 262	Cubatão	SP	27,696	1,965	S/I
Frigorífico	Rod. BR 323 ou PR 14, lote 350, km 156	Maringá	SP	242,000	25,066	5
Terreno	Av. Hélio Ossamu Daikuara, 1445	Embu	SP	139,600	0,000	S/I

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009. Extraído de CVM. IAN referente a 31/12/07. Apresentada em 15/01/09. Coletada em 18/01/09. Não há nenhum terreno alugado de terceiros. Obs.: Não há observações com relação a idade do terreno localizado em Embu ou o frigorífico de Cubatão (SP).

O fato de a empresa ter realizado várias aquisições nos últimos anos fez aumentar os ativos totais, principalmente após 2006. Em 2007 o total indicado pela empresa foi de quase 6 bilhões de reais, mas a apresentação dos resultados de 2008 (que não consta no gráfico) foi ainda mais surpreendente, pois alcançou a marca de R\$ 11,5 bi e o imobilizado foi de R\$ 1,8 bi, cerca de 500 milhões acima do que foi declarado para o período de 2007. Em termos gerais é possível inferir que a médio prazo os investimentos em equipamentos e infra-estrutura serão ainda menores uma vez que as aquisições incluem unidades de produção e organização consolidadas.

Ativo Imobilizado JBS S.A.



Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009. Extraído de DFP referente a 31/12/07. Apresentado em: 17/04/08. Verificado em: 18/01/09.

A Infinity²⁹ foi fundada em março de 2006 com o nome de Infinity Bio-Energy Ltd., pelas companhias Kidd & Company (empresa privada americana de investimentos) juntamente com a Worldinvest (consultoria brasileira) com o objetivo de gerar valor a partir da exploração de mercado do álcool. De acordo com o perfil corporativo da empresa, apresentado em seu site, sua atuação está voltada para as seguintes atividades:

“O principal objetivo da Infinity Bio-Energy é tornar-se líder mundial na produção e distribuição de álcool e outros biocombustíveis. A companhia se dedica à aquisição, construção e operação de usinas de produção de açúcar e álcool, com foco no Brasil.

A Infinity se beneficia da experiência global de sua administração tanto na produção de açúcar quanto de álcool, bem como em outras indústrias, para maximizar o crescimento e a criação de valor para os seus acionistas. A administração planeja utilizar ferramentas e técnicas financeiras, administrativas e de produção integradas e sofisticadas para assegurar operações eficientes para a Companhia.”

Para isso, a empresa ingressou na Bolsa de Londres, em 2006, através de uma Sociedade de Propósito Específico para Aquisição (SPE), no AIM (*Alternative Investment Market*). Em setembro desse mesmo ano, a empresa adquiriu a Coopernavi, reingressando no AIM como companhia operacional constituída a partir dos ativos da Coopernavi e um valor líquido de US\$ 150 milhões resultante do resgate das ações do truste da SPE.

Em outubro de 2006, a empresa adquiriu a Alcana e 51% da Cridasa. A Alcana está localizada em Nanuque, no estado de Minas Gerais, é uma usina de processamento de cana para produção de álcool e açúcar. A Cridasa é uma segunda usina de processamento de cana localizada nas proximidades da Alcana, em Pedro Canário, no estado do Espírito Santo. Sua produção é exclusivamente voltada para o álcool (hidratado e anidro).

No ano de 2007 a Infinity associou-se ao Grupo Disa para aquisição de 63,1% das ações da Disa Destilaria de Itaúnas e 50% mais um das ações da Pecana Empreendimentos e Participações S.A.-Montasa. A Disa está localizada no município de Conceição da Barra, no Espírito Santo. A Montasa possui os direitos e equipamentos do projeto *brownfield*³⁰, ainda em implantação, situado no município de Montanha (ES). Além disso, a Infinity adquiriu as usinas Paraíso, Ibirálcool e Agromar, sem informações sobre as localizações.

No mesmo ano a empresa comprou 51% da empresa Bioetanol Boca Chica, localizada na República Dominicana, afim construir uma desidratadora de álcool e produzir biocombustível no Caribe, além da produção de açúcar que já era feita pela empresa. Mas essa foi a segunda operação da empresa fora do país. A primeira foi no Panamá através de um acordo com uma produtora de açúcar para a construção de unidade com o mesmo propósito que a da República Dominicana.

²⁹ Disponível em: < http://www.infinitybio.com.br/infinity/web/index_pti.htm >. Acesso em: 11 nov. 08.

³⁰ A empresa não fornece detalhes sobre o projeto Montasa. Em linhas gerais *brownfield* é um termo norte-americano (“campos marrons”) utilizado para designar áreas que já foram usadas para fins industriais ou comerciais, mas estão subutilizadas e apresentam baixas concentrações de contaminação por lixo tóxico ou outro tipo de poluição. Possui potencial para reutilização desde que seja adequadamente limpa.

A empresa também renovou o contrato de compra do controle acionário da Central Energética Itaúnas SA - Ceisa, para desenvolver o programa de co-geração de energia na DISA; concluiu a aquisição da Destilaria de Álcool Ibirapuã – Ibirácool, localizada no sul da Bahia, e da Central Energética Paraíso – Cepar, situada em São Sebastião do Paraíso (Minas Gerais) e comprou também a empresa Agro Industrial Marcoalhado – Agromar, localizada no Rio Grande do Norte.

Com as aquisições feitas até 2007, a Infinity conseguiu adquirir treze usinas de processamento de cana e buscava recursos para financiar seu plano de investimentos em geração de energia elétrica e produção de carvão vegetal a partir do bagaço da cana.

Com base nisso, em fevereiro de 2008, a empresa concluiu uma joint-venture com a DISA Overseas, por meio de suas controladas Infinity Bio-Energy Brasil Participações e Infinity Disa Participações, envolvendo participações em unidades de produção de etanol de cana-de-açúcar e duas usinas com capacidade de moagem em torno de 3,3 milhões de toneladas/ano. Mas a parceria também incluía o desenvolvimento de uma planta de co-geração de energia de biomassa de 30MW e uma sociedade detentora de equipamentos agrícolas, infra-estrutura de plantio, manutenção e colheita de cana.

A Infinity Bio-Energy do Brasil possui “96,95% da Disa Destilaria Itaúnas; 50,01% da Pecana Empreendimentos e Participações, companhia que detêm direitos e equipamentos de um projeto brownfield denominado Montasa; 50,01% da Infinity Agrícola, companhia recém formada que possui a cana-de-açúcar que é fornecida à Disa, bem como a infra-estrutura agrícola e equipamentos utilizados no plantio, manutenção e colheita de cana-de-açúcar; e 50,01% da Ceisa Central Energética Itaúnas, companhia que desenvolverá co-geração na usina da Disa”³¹.

A empresa está registrada na CVM como empresa de administração e participação em agricultura (açúcar, álcool e cana), especificamente voltada para administração de empresas dedicadas à produção e comercialização de álcool, açúcar e energia elétrica. Utiliza a marca mista e nominativa “Alcana”.

A composição acionária da empresa está formada por um controlador majoritário situado nas Bermudas e outros, pessoas físicas, que detêm unidades de ação. Vale notar que dois brasileiros mencionados (ver tabela 9) aparecem como acionistas detentores de uma unidade de ação, cujo percentual não é sequer determinado. O mesmo ocorre com Thompson-Flores³², cuja participação soma 98 unidades.

Sérgio Schiller Thompson-Flores é membro do Conselho de Administração e diretor-presidente da Infinity Bio-Energy desde 2006. Foi o diretor da WordInvest, empresa brasileira de consultoria que fundou em parceria com a estadunidense Kidd & Company, a Infinity no Brasil. Foi diretor da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e diplomata no Ministério da Fazenda.

³¹ Fonte: Gazeta Mercantil. A Infinity Bio- Energy concluiu a formação de uma joint venture com a Disa Overseas. Disponível em: < http://indexet.gazetamercantil.com.br/arquivo/2008/02/13/406/ENERGIA%3A-Infinity-conclui-joint_venture-com-Disa-Overseas.html >. Acesso em: 25 fev 09

³² Sérgio Schiller Thompson-Flores é membro do Conselho de Administração e diretor-presidente da Infinity Bio-Energy desde 2006. Foi o diretor da WordInvest, empresa brasileira que fundou em parceria com uma estadunidense, a Infinity no Brasil. Foi diretor da FINEP e diplomata no Ministério da Fazenda.

Tabela 9 - Composição acionária Infinity Bio-Energy Brasil Part. S.A.

Razão social – Empresa	nacionalidade	ON (em %)	ações (em unidades)
INFINITY BIO ENERGY LIMITED	Ilhas Bermudas	100%	-
Stuart Maron	brasileiro	0	1
Andre Schwartzman	brasileiro	0	1
Sérgio Schiller Thompson-Flores	brasileiro	0	98
Ações em Tesouraria	-	0	0
Outros	S/I	0	0
Total		100%	

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009. Extraído de CVM. IAN referentes a 31/03/08. Apresentadas em 29/08/08. Verificadas em 20/01/09. S/I – Sem Informação.

As empresas controladas que estão coligadas à Infinity Bio-Energy Brasil Part. S.A. são: Alcana Holdings, LLC; Infinity Agrícola S.A.; Infinity Ind. de Biocombustíveis BA Ltda; Infinity Ind. de Biocombustíveis MG S.A.; Infinity Ind. de Biocombustíveis MS Ltda; Infinity Ind. de Espírito Santo S.A.; Infinity Ind. de Minas Gerais S.A.; Infinity-DISA Participações Ltda; Usina Naviraí S.A. - Açúcar e Alcool.

De acordo com comunicado de Fato Relevante emitido em outubro de 2008, a Infinity solicitou cancelamento de seu registro na CVM. Em novembro de 2008 o cancelamento foi concedido³³. Não há informações sobre a razão do cancelamento.

Quadro 5 - Infinity Bio-Energy Brasil Participações S.A.		
Período	Comunicados	Obs.
Fevereiro de 2008	A controladora Infinity Bio-Energy Ltd anuncia a <i>joint-venture</i> com a empresa Disa Overseas, LLC . Com a operação a Infinity adquire: 1) 96,95% da Disa Destilaria Itaúnas S.A. ("Disa"); 2) 50,01% da Pecana Empreendimentos e Participações S.A. , companhia que detém direitos e equipamentos de um projeto denominado Montasa, conforme inicialmente anunciado em 12 de março de 2007; 3) 50,01% da INFISA – Infinity Itaúnas Agrícola S.A. , companhia recém formada que possui a cana-de-açúcar que é fornecida à Disa, bem como a infra-estrutura agrícola e equipamentos utilizados no plantio, manutenção e colheita de cana-de-açúcar; 4) 50,01% da Ceisa Central Energética Itaúnas S.A. ("Ceisa"), companhia que desenvolverá co-geração na usina da Disa.	Essa operação reforça a atuação da Infinity nos estados da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais.
Outubro de 2008	A Companhia comunica ao mercado e aos acionistas como Fato Relevante o cancelamento do registro de companhia aberta da Infinity Infinity Bio-Energy Brasil Participações S.A. , foi submetido à avaliação da CVM.	Concedido em 27 de novembro de 2008.

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009. Extraído dos registros da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) referente a: "Comunicado ao Mercado", "Contratos com Partes Relacionadas" e "Atos ou Fatos Relevantes".

Nos comunicados ao mercado e fatos relevantes disponíveis na CVM não há quaisquer informações sobre aquisição das áreas rurais ou usinas adquiridas pela companhia.

³³ A concessão do registro na CVM para a Infinity Bio-Energy Brasil Participações foi autorizada em Janeiro de 2008. Mesmo ano de seu cancelamento.

Atualmente a empresa opera em sete municípios: Ibirapuã (BA); Conceição da Barra, Pedro Canário (ES); Nanuque, São Sebastião do Paraíso (MG); Naviraí e Laranjáí (MS).

No que diz respeito às propriedades da empresa foram declaradas as seguintes à CVM:

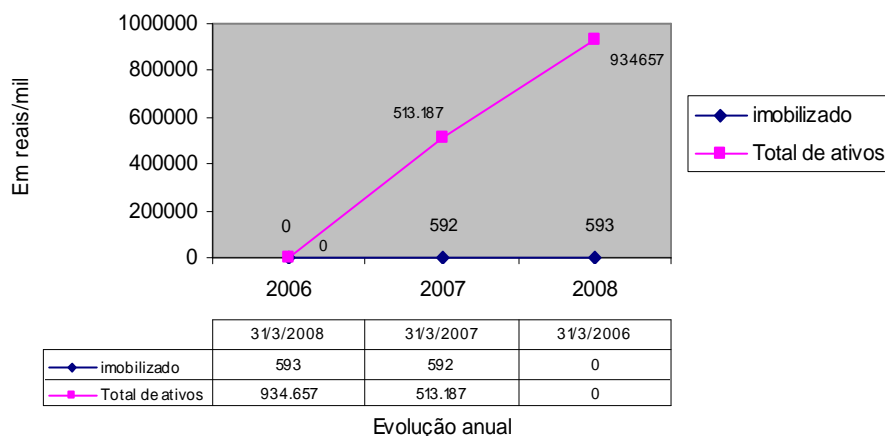
Tabela 10 - Propriedades Relevantes declaradas pela Infinity Bio-Energy Brasil Part. S.A.

Tipo de Propriedade	Endereço	Município	UF	Área Total (Mil m ²)	Área Construída (Mil m ²)	Idade (Anos)
Complexo Industrial CRIDASA	Rod. Cristal - Montanha, Km 1,5	PEDRO CANÁRIO	ES	110,715	19,474	30
Complexo Industrial ALCANA	Rod. Pedro Canário, Km 09	NANUQUE	MG	48,400	14,796	24
Complexo Industrial USINAVI	Rodovia BR 163, Km 118	NAVIRAÍ	MS	474,000	25,000	27
Complexo Industrial IBIRÁLCOOL	Estrada Ibirapuã/Medeiros Neto, Km 07	IBIRAPUÃ	BA	727,000	8,000	0
Complexo Industrial PARAÍSO	Sítio Recanto do Hawaí - Zona Rural	S. SEBAST DO PARAÍSO	MG	145,200	11,427	0
Complexo Industrial DISA	Rod. BR-101 Norte, Km 39 - Sayonara	CONCEIÇÃO DA BARRA	ES	147,407	18,561	25

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009. Extraído de CVM. IAN referentes a 31/03/08. Apresentadas em 29/08/08. Coletadas em Novembro. Verificadas em 20/01/09. Obs.: Nenhuma propriedade é alugada de terceiros

Nas demonstrações financeiras e patrimoniais da empresa, o ativo imobilizado foi declarado desde o ano de 2006, mas sua evolução foi pequena se comparado às aquisições e investimentos em usinas e outras unidades feitos pela Infinity, principalmente em 2006 e 2007. Os ativos totais da empresa apontam um crescimento muito superior aos investimentos feitos em terrenos, construções ou equipamentos.

Ativo Imobilizado Infinity Bio Energy Part. S.A.



Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009. Extraído de CVM. DFP referente a 31/03/08. Apresentada em 21/07/08. Verificada em 20/01/09.

O negócio que deu origem à Marfrig³⁴ foi criado pelo senhor Marcos Antonio Molina dos Santos em 1986 no estado de Mato Grosso e tornou-se pouco depois, em 1988, um centro de distribuição de carnes bovina, suína, aves e pescados, além de vegetais congelados.

A empresa, como é conhecida atualmente, foi fundada no ano 2000 como Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A., localizada em uma planta arrendada no município de Bataguassu (MS). Um ano depois a empresa começou a exportar seus produtos e arrendou sua segunda planta de abate e processamento na cidade de Promissão (SP).

No ano de 2003 a Marfrig adquiriu a planta de Tangará da Serra (MS) e em 2004, arrendou outra planta, a de Paranatinga (MS).

Em 2005 a empresa envolveu-se em um caso de formação de cartel denunciada pelo Ministério Público Federal. A Secretaria de Direito Econômico (SDE), vinculada ao Ministério da Justiça, pediu ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a condenação de oito empresas frigoríficas e pessoas físicas dirigentes, por formação de cartel no abate de gado bovino. Dentre as empresas estavam Marfrig e JBS-Friboi.

A partir do levantamento de processos feito na site do Cade e da Seae não foi encontrado nenhum documento processual em que havia determinação de culpabilidade por parte da Marfrig³⁵. O único item com informações a respeito do caso, envolvendo a empresa, estava em “Termo de Compromisso de Cessação” e de acordo com uma síntese de decisão de plenário ocorrida em novembro de 2007, o plenário determinou o arquivamento do processo administrativo contra algumas empresas, inclusive a Marfrig. Outras empresas, como a JBS-Friboi, foram consideradas culpadas e punidas por formação de cartel com multas e compromissos oficiais de não reincidência.

O ano de 2006 foi o período em que a Marfrig mais realizou investimentos em unidades de produção e aquisições de empresas. A empresa comprou sua planta de Mineiros (GO) e estabeleceu sua primeira unidade estrangeira, a Marfrig Chile. Adquiriu 50% do capital social da empresa Quinto Cuarto e 100% do capital da empresa argentina *Argentine Breeders and Packers*, que mantém uma planta de abate na Argentina. Além da aquisição das plantas de Chupinguaia (RO) e São Gabriel (RS), a Marfrig comprou ainda a planta de Tacuarembó e Inaler, localizadas no Uruguai.

Além dessas aquisições, a Marfrig, seguindo a estratégia de expansão de outras empresas do setor como a JBS, adquiriu o frigorífico Elbio Perez Rodriguez, no Uruguai. De acordo com dados da empresa a capacidade de abate das unidades do Uruguai e Argentina é de aproximadamente 2,5 mil bovinos/dia. No Brasil, essa capacidade é de cerca de 11 mil/dia.

³⁴ Marfrig. Disponível em: < <http://www.marfrig.com.br> >. Acesso em: 23 nov.08.

³⁵ De acordo com os pareceres verificados desde 2002, as transações envolvendo aquisições de empresa ou participação societária em sociedades jurídicas que foram feitas pela Marfrig foram aprovadas sem restrições pela Seae.

No ano seguinte, a empresa adquiriu a segunda unidade de produção em Promissão (SP), batizada pela empresa como "Promissão II".

Outras unidades foram adquiridas (mas não especificadas) pela empresa, no estado de São Paulo, Rio Grande do Sul e no Uruguai. Em 2007, a empresa realizou a compra de uma área no município de Itu (SP) para construção de um centro de armazenamento e distribuição.

Ao longo de 2007 a Marfrig realizou dez aquisições nos mercados argentino, uruguaio, chileno e brasileiro: La Caballada (Uruguai), 50% do Quinto Cuarto e Patagonia, frigorífico para abate de ovinos (Chile), Quickfood, Vivorató e Estâncias del Sur (Argentina), a unidade de suínos Mabella e a Pampeano, de industrializados, ambas no Rio Grande do Sul. Adquiriu também um curtume em Promissão e arrendou um confinamento para 50 mil cabeças em Pereira Barreto, em São Paulo.

Na Argentina a Marfrig adquiriu 70,51% da Quickfood e de sua subsidiária uruguaia Establecimientos Colonia Ltda. E avalia ainda a aquisição das empresas Best Beef S.A. e Estâncias del Sur. A Quickfood é líder no segmento de carne bovina na Argentina, com quatro unidades para abate, processamento e exportação de carne e derivados para a América Latina, Caribe, Europa e Ásia. Sua capacidade de abate é de 1,4 mil cabeças/dia e de 189 toneladas de processamento diário de hambúrgueres, cortes frios e carne cozida congelada.

Sua principal marca de hambúrguer é o Paty, que detém 60% do mercado argentino e 45% do mercado uruguaio. A compra da unidade da Quickfood no Uruguai dá o controle de grande parte das exportações de carne do país à brasileira Marfrig. A Colonia foi a maior exportadora do Uruguai entre os anos de 2004 e 2006. Possui capacidade diária de abate de 1,2 mil cabeças e pode processar 30 toneladas por dia.

Em agosto de 2007 a empresa anunciou ao mercado as negociações para aquisição do Frigorífico Patagônia, localizado na Terra do Fogo, Chile. E comunicou também o compromisso em adquirir um imóvel e equipamento de curtume, em São Paulo, com capacidade de processamento de 1.500 couros ao dia. O objetivo desta aquisição foi consolidar a posição da Marfrig no setor de couro cujas peles são originadas dos abates realizados nas unidades de (curtume) Promissão.

Em dezembro do mesmo ano a Marfrig comprou o frigorífico Mabella Ltda, que possui duas plantas localizadas em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. De acordo com informações divulgadas na imprensa, ambos tem a capacidade diária de 4.200 cabeças e possui uma linha de produtos embutidos/defumados e salgados.

Além disso, a empresa lançou o Programa Genética Prime, dando continuidade ao seu Programa Carne Angus, lançado em maio do mesmo ano. O objetivo do programa é premiar de forma diferenciada os pecuaristas fornecedores que investirem em qualidade. O projeto prevê que os criadores tenham acesso a genética diferenciada para inseminação, assistência sanitária, nutricional e reprodutiva.

No início de 2008 a Marfrig realizou a aquisição da empresa argentina Mirab, localizada em Buenos Aires. A compra foi realizada por intermédio de sua subsidiária integral na Argentina, a Argentine Breeders & Packers S.A. (AB&P). Com isso, a Marfrig tornou-se líder na produção de

carne para aperitivo na Argentina, conhecida como *meat snack*, com exportação de produtos específicos para os EUA, Japão e Reino Unido.

A partir dessa aquisição, a Marfrig passou a controlar a primeira unidade fora da América do Sul, já que a Mirab tem operações em Michigan (EUA), além de distribuir para o Canadá. De acordo com informações divulgadas na imprensa, o objetivo da Marfrig era ampliar os itens de produção de maior valor de mercado, o que a distancia de sua principal concorrente no Brasil, a JBS, cujos investimentos são voltados para a capacidade de abate.

Nos meses de fevereiro e março de 2008, a empresa fechou acordo para a aquisição do controle acionário da empresa Carroll's Food do Brasil S.A e comprou as empresas DaGranja e Pena Branca. A Carroll's tem como principal atividade a criação e comercialização de suínos de alta qualidade, além de possuir uma das maiores fábricas de ração do estado do Mato Grosso. A DaGranja e Pena Branca são do setor avícola.

A empresa também comunicou o acordo para arrendamento de uma unidade frigorífica de suínos na cidade de Itararé (SP), com capacidade de abate de mil cabeças por dia. A operação foi realizada por meio de sua subsidiária Frigorífico Mabella Ltda.

Em março de 2008 nova aquisição registrada pela Marfrig no Reino Unido. A empresa adquiriu o controle total do capital social do grupo britânico *CDB Meats*, que importa e distribui produtos alimentícios no Reino Unido. A transação inclui ainda a *Ham Packers Limited*, subsidiária integral da CDB e controladora de uma unidade de produção de enlatados comercializados no Reino Unido.

Em junho do mesmo ano, a Marfrig realizou acordo de compra com o americano Grupo OSI para aquisição de três empresas, a Braslo Produtos de Carnes (fornecedora de redes "fast food" em produtos de valor agregado de carne e de aves); Penasul Alimentos (produção de industrializados de frangos e suínos); e da Agrofrango Indústria e Comércio de Alimentos.

Ao todo, serão adquiridas 15 unidades de processamento de aves e outros animais localizados no Brasil e em países da Europa. As aquisições permitirão à Marfrig diversificar suas atividades no setor de aves, sem contar que o grupo é um importante fornecedor de carne para a rede *Mc Donalds*. Com esse incremento nas aquisições da empresa, o seu tamanho será dobrado e sua presença consolidada no setor de alimentos diversificados, industrializados, processamento de aves, além de garantir o avanço no mercado europeu.

A transação entre Marfrig e Grupo OSI foi efetuada com a participação do BNDES Participações S.A. (BNDESPar) que aprovou um financiamento para a compra das unidades por meio de aumento do capital da empresa. Ou seja, o banco poderá comprar até 10,44% do capital da empresa, o equivalente a 31,4 milhões de ações ordinárias e preferência por outras 1,8 milhão, recebendo parte do pagamento em ações da Marfrig.

Em julho de 2008, a Marfrig adquiriu a marca beef jerky Pemmican da ConAgra Foods, por meio de sua subsidiária Mirab USA. A marca era de propriedade de uma das principais fabricantes de produtos alimentícios dos Estados Unidos e inclui a aquisição de equipamentos ligados à produção

de beef jerky pela ConAgra Foods, Inc.. O acordo entre as empresas prevê a distribuição conjunta da marca até o ano 2013. Durante este período, a ConAgra Foods venderá e distribuirá a marca de beef jerky Pemmican para a Marfrig dentro de sua Divisão de Produtos de Consumo. Está previsto no acordo também a produção de beef jerky da marca Slim Jim pela Marfrig para a ConAgra Foods.

A atividade econômica da Marfrig é a de alimentos, conforme registro na Comissão de Valores Mobiliários, e seu ramo de atividade é o de exploração de atividades frigoríficas, abate industrialização, comércio, importação e exportação.

Na tabela a seguir, constam os comunicados e dados relevantes que a empresa apresentou à CVM para divulgação ao mercado. Dentre eles há informações sobre alguns acionistas cuja referência não foi feita na caracterização do perfil da empresa.

Quadro 6 - Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A.		
Período	Comunicados	Obs.
Julho de 2007	Aquisição dos outros 50% das ações da empresa chilena Quinto Cuarto S.A. e os outros 50% remanescentes	
Agosto de 2007	Aquisição de 97,82% das ações do Frigorífico Patagônia S.A. (FPSA), através de sua subsidiária no Chile.	Frigorífico localizado em Comuna Porvenir – Tierra del Fogo, no Chile.
	Os fundos sob a gestão de Franklin Templeton Investments Funds , atingiram a participação acionária de 5,02% (ON) do capital social da Marfrig .	Em janeiro de 2008, a participação da Templeton foi reduzida para 4,72%.
	Aquisição de Curtume , na cidade de Promissão (SP)	Sem outras informações
Setembro de 2007	Aquisição, através de sua subsidiária integral na Argentina, a AB&P (Argentine Breeders & Packers S.A.), das empresas argentinas Best Beef S.A. e Estâncias del Sur (EDSA) .	Breeders localizadas em Santa Fé, Argentina
Novembro de 2007	Aquisição de 70,51% das ações da empresa argentina Quickfood S.A. e aquisição da totalidade das ações da empresa uruguaia Establecimientos Colonia Ltda.	Sem outras informações
	CADE arquivou o processo administrativo (parte Marfrig) que apurava a formação de cartel por frigoríficos brasileiros.	Arquivamento favorável da parte relativa à Marfrig
Dezembro de 2007	Aquisição do Frigorífico Mabella Ltda	Duas plantas de abates de suínos, situados em Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
Janeiro de 2008	Comunicado de que a subsidiária integral da Marfrig, a Argentine Breeders & Packers S.A. ("AB&P"), sediada em Santa Fe, Argentina, adquiriu 100% das ações de Mirab S.A. ("Mirab"), Buenos Aires.	Mirab é o fabricante líder de <i>meat snacks</i> .
Fevereiro de 2008	Comunicado de participação acionária da Gênesis Investment Management, LLC em 5,03% na Marfrig.	
	Aquisição, através de sua subsidiária Frigoríficos Mabella Ltda., de 100% das ações da Carroll's Food do Brasil S.A.	Criação e comercialização de suínos de alta qualidade e fábricas de ração.
Março de 2008	Marfrig firma Protocolo de Intenções para o controle da empresa DaGranja Agroindustrial Ltda.	
	Comunicado de Contrato de Compra e Venda relativo a toda a operação no segmento de avicultura da Moinhos Cruzeiro do Sul S.A. , que inclui dentre outros, 100% das quotas da Penapaulo Alimentos Ltda.	A empresa Penapaulo é detentora da marca Pena Branca
	Compromisso de compra e venda para aquisição, através de sua subsidiária integral, Weston Importers Limited , Reino Unido, 100% das ações do grupo C.D.B. Meats Limited , também localizada no Reino Unido.	A empresa CDB é considerada uma das principais importadoras e distribuidoras de produtos alimentícios no Reino Unido. A aquisição também inclui a empresa Ham Packers Limited ("HP")

	<p>Comunicado de compromisso de compra e venda para aquisição de negócios do Grupo OSI no Brasil e em diversos países da Europa, incluindo 15 plantas no segmento de produtos processados e industrializados de aves e outras proteínas animais.</p> <p>No Brasil o Grupo OSI inclui: Braslo Produtos de Carnes Ltda., Penasul Alimentos Ltda., e Agrofrango Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.</p> <p>Na Europa inclui: Grupo Moy Park baseado no Reino Unido (unidades em Irlanda do Norte, Inglaterra, França e Holanda com operações de processados também na França). A aquisição inclui ainda a Kitchen Range Foods, e a Albert Van Zoonen BV (distribuição de produtos de valor adicionado congelados na Holanda).</p>	
Julho de 2008	<p>Compromisso de compra e venda para aquisição da marca Pemmican através de sua subsidiária Mirab USA Inc., além de equipamentos ligados à produção de <i>beef jerky</i> da ConAgra Foods, Inc.</p>	Acordo de venda e distribuição pelos próximos 5 anos.

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009. Extraído dos registros da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) referente a: "Comunicado ao Mercado", "Contratos com Partes Relacionadas" e "Atos ou Fatos Relevantes".

As principais marcas da empresa no Brasil são: "GJ" (mercado premium) e "Palatare" (mercado classe média). As marcas mais expressivas no varejo são: "Bassi" (mercado premium), "Montana" (mercado classe média) e "Carnes Resfriadas Palatare" e "Marfrig".

Na Argentina, as marcas mais conhecidas são: "Hughes", "Aberdeen Angus", "Good Beef" e "Gaúchos Beef" e "Argentine Breeders & Packers". No Uruguai, destacam-se: "Bernina", "Burgerbif", "Montevideo", "Hamby" e "Tacuarembó".

No que concerne às empresas controladas coligadas à Marfrig, destacam-se: Argentine Breeders & Packers S.A.; Blue Horizon Trading Co.; Frigoclass Alimentos S.A.; Frigorífico Tacuarembó S.A.; Inaler S.A.; Marfrig Chile Inversiones Ltda; Masplen Limited Prestcott International Seculum Participações Ltda; União Frederiquense Participações Ltda; Weston Importers Ltd.; e Zanzibar Capital LLC.

Razão Social - Empresa	nacionalidade	ON (em %)
MMS Participações S.A.	brasileira	65,7
Merril Lynch Credit Products LLC	estadunidense	2,43
ABN Amro Banco NV, London Branch	inglesa	2,43
Genesis Investment Management, LLC	estadunidense	5,03
Ações em tesouraria	-	0,1
Outros	S/I	24,31
Total		100

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009. Extraído de CVM. IAN referente a 31/12/07. Apresentado em: 03/11/08. Verificado em: 20/01/09. S/I – Sem Informação.

A composição acionária da empresa é mista, inclui empresas nacionais e estrangeiras. A maior participação é da brasileira MMS Participações S.A.

Com relação às propriedades declaradas pela Marfrig à CVM, há quatro (4) alugadas de terceiros, nas regiões de Promissão (SP), Mineiros (GO), Paranatinga (MT) e São Gabriel (RS) cujos períodos de locação estão discriminados nas observações da tabela a seguir. Vale notar que há referência a outra propriedade da empresa na cidade de Itu e um arrendamento em Pereira Barreto, São Paulo, além das unidades de Promissão. No entanto, a única referência mencionada à CVM é um centro de distribuição localizado no município de Santo André.

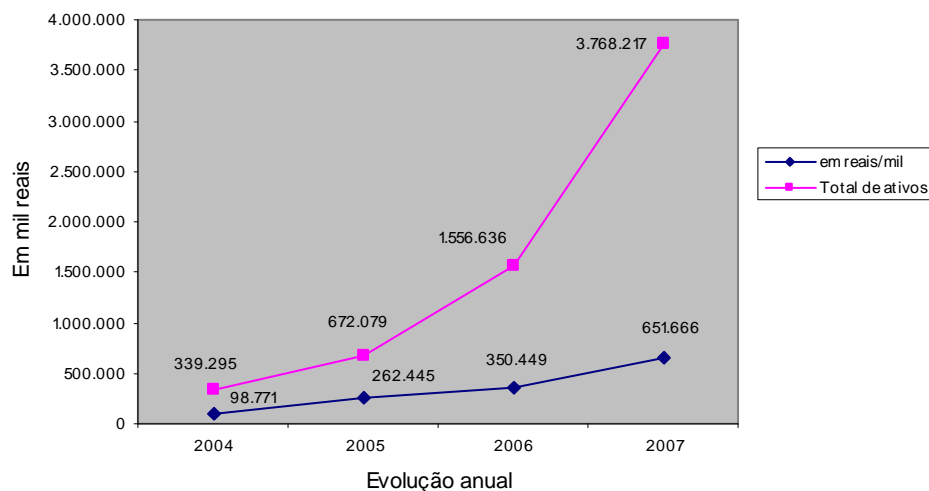
Além disso, as unidades incorporadas por meio das aquisições em outros países também não são informadas à CVM.

Tipo de Propriedade	Endereço	Município	UF	Área Total (Mil m2)	Área Construída (Mil m2)	Idade (Anos)	Obs (início de contrato)	Término de contrato
Centro de Distribuição	Rua Acarapé,559	Santo André	SP	12,500	4,810	20		
Complexo Frigorífico	Rodovia Manoel Da Costa Lima BR 267	Bataguassu	MS	1.044,793	72,486	9		
Complexo Frigorífico	Via Acesso Dr. Shuei Uetsuka, KM 02	Promissão	SP	439,600	33,564	18	27/3/2001	31/12/2013
Complexo Frigorífico	Vicinal Kitizo Ytiyama, Km 01	Promissão	SP	81,942	10,678	5		
Complexo Frigorífico	Rod. BR 358, Km 05	Tangara da Serra	MT	87,120	21,427	10		
Complexo Frigorífico	BR 267, Km 05	Porto Murtinho	MS	473,000	16,584	1		
Complexo Frigorífico	Estrada Projetada, Km 04	Chupinguaia	RO	1,816	489,500	5		
Complexo Industrial	Rod. GO 341, Km 10, Zona Rural	Mineiros	GO	1.440,000	52,728	2	28/7/2006	28/7/2011
Complexo Industrial	Rod. MT 130, Km 03	Paranatinga	MT	555,000	19,447	10	22/12/2006	22/12/2011
Complexo Industrial	Santa Brigida	São Gabriel	RS	981,500	10,280	15	29/12/2006	29/12/2011

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009. Extraído de CVM. IAN referente a 31/12/07. Apresentado em: 03/11/08. Verificado em: 20/01/09.

Os dados sobre ativos imobilizados disponíveis nas demonstrações financeiras e patrimoniais na CVM não mencionam o período de 2003. Observa-se um aumento expressivo dos ativos totais principalmente no período que vai de 2006 a 2007 que a empresa mais realizou aquisições. Não há margem para avaliação do ano de 2008 no período da coleta de dados, conforme gráfico a seguir.

Evolução do Ativo Imobilizado - Marfrig



Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009. Extraído de CVM. DFP referente a 31/12/07. Apresentado em: 20/03/08. Verificado em: 20/01/09.

A Parmalat foi fundada por Calisto Tanzi no ano de 1961, na cidade italiana de Parma, como uma empresa de produtos alimentícios voltada para o ramo lácteo. Nos anos seguintes, a empresa expandiu suas operações para outros países como Canadá, Austrália, países da Europa, África do Sul e da América do Sul. No Brasil a empresa iniciou suas atividades em 1972.

A matriz italiana, conhecida como Parmalat Finanziaria SpA, consolidou sua presença nos mercados em que mantinha operações até meados de 2003, quando as autoridades italianas descobriram a maior fraude corporativa da Europa causada por irregularidades financeiras na empresa. O caso da Parmalat Finanziaria SpA atingiu todas as suas controladas pelo mundo, incluindo a Parmalat Brasil.

As autoridades estimavam que a fraude da empresa totalizava cerca de US\$ 10 bilhões em prejuízo contábil e financeiro. Em dezembro de 2003, após a comprovação das fraudes na contabilidade da empresa, o conselho diretor da empresa pediu concordata. Na época o governo italiano aprovou medidas emergenciais para pressionar a empresa a esta decisão e nomeou um executivo contratado pelos credores para reestruturar a empresa na posição de comissário especial da Parmalat para o processo. Com a divulgação da fraude as ações da empresa tiveram queda de 96,4% e foram retiradas da Bolsa de Valores de Milão retornando somente no final de 2005.

A Justiça italiana decidiu conceder a concordata e declarar a insolvência da empresa com base em uma Lei que regulamenta um regime especial de gestão com efeito restrito à Itália em que são aplicadas medidas para evitar cobranças judiciais de credores, durante 120 dias, que possam inviabilizar a continuidade das operações de avaliação da situação. Esse regime especial permitiu que a situação financeira do grupo fosse isolada da operação de suas indústrias e a obrigou a apresentar um plano de reestruturação para viabilizar a continuidade da empresa e dos seus débitos.

O grupo chegou a revelar a inexistência de uma conta que deveria ter US\$ 3,5 bi e informou também a ocorrência de operações financeiras que não existiram, como a de um anúncio publicado em abril de 2003 em que a empresa declarava a recompra de € 2,9 bilhões de seus próprios bônus, mas ex-gerentes da empresa na Itália afirmaram que essa operação nunca foi realizada.

Apesar da tentativa de isolar a situação da matriz de suas controladas pelo mundo, no Brasil a empresa³⁶ não conseguiu honrar muitas de suas dívidas após a crise. Exemplo disso, foram as dívidas com as onze cooperativas de Itaperuna (RJ) que fornecem leite para a fábrica da empresa no estado, cujo valor chegava a R\$ 2,3 milhões. A saída no Brasil foi pedir concordata preventiva e

³⁶ Disponível em: < <http://www.parmalat.com.br> >. Acesso em: 30 dez. 08.

posteriormente converter o pedido em um processo de recuperação judicial apoiado na nova Lei de Falências do Brasil³⁷.

Os fornecedores não foram os únicos a sentir os impactos negativos das ações da empresa italiana. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)³⁸ liberou um financiamento para a Parmalat referente a um projeto avaliado em 2002 para realocação industrial, aumento da produção, novos produtos, tratamento de efluentes, racionalização produtiva, logística e administrativa em várias unidades da empresa situadas em 10 estados no Brasil. O valor total do projeto orçado era de R\$ 111,3 milhões, mas o BNDES concedeu 23% do total e afirmou, diante da crise, possuir uma carta de fiança de um banco de primeira linha como garantia pelo valor emprestado.

Com o pedido de concordata encaminhado a empresa brasileira o comunicou ao mercado informando que pagamento a seus credores seria efetuado no prazo de dois anos, com o compromisso de quitar 40% ao final do primeiro ano e o restante ao término do segundo ano. Até aquele momento, o grupo Parmalat tinha 99 títulos protestados, seis pedidos de falência e aproximadamente 190 ações judiciais.

Em abril de 2004 a empresa já mostrava sinais de retomada nos níveis de produção no Brasil. Foram trocados 31 diretores do Conselho de Administração e negociadas as dívidas bancárias e não-bancárias da empresa. No ano seguinte, os acionistas aprovaram o aumento do capital da companhia em até 660 milhões de ações (ordinárias ou preferenciais), emitiram R\$ 800 milhões em três séries de debêntures (com valor nominal de R\$ 1 mil) e fizeram o grupamento de papéis negociados em bolsa (na proporção de uma nova ação para cada grupo de mil ações atuais).

A situação começou a ter um desfecho na Itália em 2006. A Suprema Corte validou em abril daquele ano uma permissão para que a empresa tentasse reaver cerca de € 7,5 bilhões em compensações de alguns de seus bancos credores, ou seja, seria uma tentativa de reaver parte dos fundos que saiu ilegalmente de contas do grupo no ano em que ocorreu o colapso financeiro.

Um desses bancos credores era o Citigroup. Nesse caso, a empresa italiana venceu a disputa iniciada contra ele em Nova Jersey. O pedido de indenização chegou a US\$ 10 bi sob alegação de que eles ajudaram os antigos diretores da matriz na maior fraude corporativa já ocorrida na Europa. Mas dois anos depois a Corte Superior rejeitou as alegações de fraude, extorsão e enriquecimento ilícito assim como o pedido de indenização de US\$ 10 bi. A corte estadual, entretanto, permitiu o prosseguimento da alegação de que o banco teria ajudado e incentivado a quebra de confiança fiduciária por parte de pessoas corruptas de dentro da Parmalat. Além desse, outros 30 bancos estão sendo processados pela Parmalat.

³⁷ Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2005/Lei/L11101.htm >. Acesso em: 2 abr 09. A Parmalat foi o grande teste da Nova Lei de Falências, estabelecida em 2005, que substituiu a concordata pelo Plano de Recuperação. A Lei possibilita a recuperação de empresas economicamente viáveis por processo de reestruturação.

³⁸ O pedido de concordata no Brasil foi entregue em julho na Justiça estadual de São Paulo. Com essa medida os bancos BNDES e Banco do Brasil suspenderam os apoios financeiros.

Cinco anos depois de a fraude ser descoberta na Itália, a Parmalat SpA abriu um processo contra o fundo Hermes Focus Asset Management com o mesmo argumento usado contra o Citibank, de que o fundo teria contribuído com a falência da empresa uma vez que tinha conhecimento sobre o estado financeiro da empresa até 2003.

A despeito dos procedimentos judiciais impetrados pela Parmalat, vale destacar que a italiana também foi processada judicialmente por um coletivo de investidores nos EUA. Em maio de 2008, a empresa chegou a um acordo com os ex-acionistas e investidores no qual prevê a emissão de ações em torno de US\$ 37 milhões equivalentes a 10,5 milhões de ações como pagamento pelas perdas. Até este período, a italiana já tinha conseguido arrecadar com acordos e processos mais de US\$ 1 bilhão.

O fundador da Parmalat foi condenado junto com outros executivos e banqueiros por manipular o mercado financeiro, fornecer informações contábeis falsas e enganar órgãos reguladores do mercado.

No Brasil, a Consultoria Integra foi responsável pela elaboração do plano de recuperação judicial que foi aprovado pelos credores da empresa, em maio de 2006. Eles aceitaram zerar a dívida junto aos bancos estrangeiros e um deságio de mais de 80%. Com a aprovação, o fundo americano *Latin América Equity Partners* (LAEP) fez um aporte de R\$ 20 milhões pelo controle de 98,5% das ações da empresa no Brasil. A operação também incluiu a aquisição dos 51% que a Parmalat tinha na Batávia pela Perdigão por R\$ 101 milhões. Este pagamento foi feito após a homologação da venda da participação na justiça que ocorreu no mês seguinte, e zerou a dívida da empresa com as instituições estrangeiras. Além disso, a empresa negociou as dívidas acumuladas com fornecedores em torno de R\$ 170 milhões.

A operação para aquisição da Batávia pela Perdigão foi avaliada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para o julgamento da aquisição de três fábricas da Batávia S/A Indústria de Alimentos, que produz bebidas lácteas, iogurtes e bebidas à base de soja, uma planta industrial produtora de biscoitos, e a Unidade de Garanhuns, que é uma fábrica de bebidas lácteas e iogurtes, pertencentes à Parmalat Brasil.

De acordo com o relatório da Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae), do Ministério da Fazenda, a Perdigão já utilizava a marca Batavo - licenciada pela Batávia – desde o ano 2000 em alguns de seus produtos de carnes, o que para o consumidor já significa uma identificação entre os produtos vendidos pela Perdigão e a marca Batavo. Por essa razão a operação foi aprovada.

O Grupo Laep Investments Ltd³⁹ que adquiriu a Parmalat Brasil é de origem das Bermudas. O grupo *Latin América Equity Partners* foi fundado em 1994 com o objetivo de realizar investimentos de *private equity*, com foco em aquisições de empresas e implementação de *turnarounds*, seus investimentos são voltados principalmente para os setores de alimentação. Outros investimentos compõem a carterira de negócios do grupo. São eles: GDC Alimentos S.A. (peixes enlatados com

³⁹ Disponível em: < <http://www.laepinvestments.com> >. Acesso em: 5 jan.09.

a marca Gomes da Costa), Camil Alimentos S.A. (arroz e feijão) e Eurocash S.A. (cadeia de distribuição *cash & carry* da Polônia).

Em 2007, já como controlador da Parmalat, o grupo adquiriu a empresa Só Nata e criou a Integralat, cujo objetivo é qualificar a produção primária de leite no Brasil. A Integralat tem sido responsável pela produção de leite a baixo custo e alta qualidade e produtividade.

Por meio da sua controlada, a Parmalat, o grupo realizou outras aquisições, como a unidade Ibituruna, em Governador Valadares (MG), que foi ampliada, assim como a unidade de Carazinho, no mesmo estado. O grupo também estabeleceu uma parceria com a distribuidora de produtos lácteos Ascal, considerada uma das maiores do estado do Rio de Janeiro, e adquiriu a marca Poços de Caldas.

A grupo também criou em maio de 2008 uma empresa especificamente voltada para os sistemas de cooperação com o produtor junto às “fazendas integradoras” através de um conceito de atuação que envolve pesquisa e fecundação. Através da recém criada Integralat os animais fecundados são dados aos produtores que atuam em parceria com a empresa.

Atualmente, a empresa ainda enfrenta impactos da fraude ocorrida em 2003. A Parmalat Brasil teve que pagar em março de 2008, o valor de R\$ 70 mil à CVM referente a um processo em que é acusada de omitir informações relevantes nas demonstrações financeiras anuais e trimestrais, desrespeitando normas brasileiras de contabilidade, em transações que envolvem as partes mencionadas⁴⁰. Além desse, outro caso semelhante ocorreu no início de 2009 envolvendo a auditoria independente Deloitte e seus sócios Wanderley Olivetti e Michael John Morrel, em razão da não emissão, entre 2000 e 2003, dos pareceres e relatórios de revisão especial em acordo com as normas contábeis vigentes no país sobre a Parmalat. O encerramento do processo na CVM implicou no pagamento de R\$ 400 mil à Comissão.

No final de 2008, o Grupo Laep decidiu colocar a maior parte de seus ativos disponíveis ao mercado concorrente incluindo imóveis, fábricas e marcas menos expressivas como a “Glória”. O grupo enfatizou que pretende permanecer apenas com a marca Parmalat. A decisão foi motivada pelo endividamento e a baixa credibilidade no mercado⁴¹. Segundo informações divulgadas pela imprensa, o grupo ocupava o quarto lugar entre as maiores produtoras de lácteos do Brasil, posição ameaçada, segundo seus diretores, pelas várias aquisições, queda nas ações e falta de crédito entre os bancos pequenos e médios.

Entretanto, a história divulgada pelo grupo parece um pouco diferente. O objetivo da empresa era atrair investidores para a realização de um projeto que incluía a compra de fazendas, vacas e embriões, aquisição de novas marcas e unidades de produção, a fim de melhorar a produtividade

⁴⁰ Fonte: Gazeta Mercantil Online. CVM suspende processo contra a Parmalat. Disponível em: < <http://indexet.gazetamercantil.com.br/arquivo/2008/03/18/474/ALIMENTOS%3A-CVM-suspende-processo-contr-a-Parmalat.html> >. Acesso em: 18 mar 09.

⁴¹ Fonte: Jornal O Estado de São Paulo. Laep quer ficar só com a Parmalat. Caderno Economias e Negócios. Disponível em: < http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20081128/not_imp284882,0.php >. Acesso em: 28 nov 08.

que era uma das mais baixas do mundo. Com esta proposta o grupo angariou mais de 500 milhões de reais sem conseguir levar a cabo a estratégia vendida.

Não obstante, o grupo foi envolvido em um escândalo no Brasil que foi investigado pela Política Federal, intitulado de operação “Ouro Branco”, em que foi acusado de adulterar o leite. Como as vendas caíram cerca de 10% o grupo não conseguiu cumprir o plano apresentado aos investidores comprometendo-se a investir 60% do recurso captado na recém-criada Integralat.

Mas conseguiu investir apenas 30% e o restante empregou em novas aquisições, como a fábrica de requeijão Poços de Caldas. Como resultado, o banco Pactual rebaixou o preço – alvo de suas ações de R\$11,50 para R\$4,00 em junho de 2008, e a rede Pão-de-Açúcar devolveu cerca de 30 mil litros de leite por problemas de qualidade.

Desde então, o grupo tem lançado novos produtos (leites regulares e enriquecidos), embalagens diferenciadas, biscoitos enriquecidos, lojas de sorvete (Gelateria Parmalat) e se dedicado a consolidar as marcas bem como aumentar as vendas.

Atualmente, o grupo opera com as marcas “Parmalat”, “Specialat”, “Santa”, “Duchen”, “Glória”, “Alimba”, “Lacesa”, “Kidlat”, “Lady” e “Ibituruna”, “Poços de Caldas” e “Paulista”.

As empresas controladas pela Parmalat Brasil S.A. Indústria de Alimentos são a Aster Holdings S.A. e a PRLT S.A. Indústria de Alimentos. O grupo que aparece como controlador da empresa é a Lácteos do Brasil S.A. Já o grupo Laep aparece formado pelas empresas In Vitro Brasil (Empresa Brasileira de Produção In Vitro de Embriões Bovinos e Ovinos); a Parmalat Brasil S.A. Indústria de Alimentos e a Integralat.

O quadro a seguir informa sobre os comunicados feitos ao mercado financeiro, incluso os fatos relevantes. Destacam-se as datas de aprovação do pedido de concordata e a reestruturação da diretoria e conselho. Além disso, menciona as operações de compra e venda de unidades contempladas no Plano de Recuperação Judicial da empresa.

Quadro 7 - Parmalat Brasil S.A. – Indústria de Alimentos		
Período	Comunicados	Obs.
Novembro de 2003	Comunicação de aquisição da empresa Inbal – Indústria Brasileira de Alimentos Ltda com o objetivo de investir na divisão de tomates	
Janeiro de 2004	Comunicado de Fato Relevante referente a concordância da Acionista majoritária Parmalat Empreendimentos e Administração Ltda., com o pedido de concordata preventiva da Sociedade.	Em referência aos fatos ocorridos desde novembro de 2003.
Fevereiro de 2004	Afastamento dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Parmalat Brasil S/A Indústria de Alimentos e nomeação de administradores judiciais provisórios	Sem informações adicionais
Junho de 2005	Pedido de processo de recuperação judicial. O comunicado informa que sua controladora indireta, a empresa Parmalat Participações S.A. deverá fazer o mesmo	Protocolo de pedido de recuperação judicial em Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca de São Paulo
Janeiro de 2006	Compromisso de venda de sua Unidade de Atomatados e Vegetais Etti com a empresa Assolan Industrial Ltda.	A referida venda foi contemplada no Plano de Recuperação Judicial da Parmalat
Mai de 2006	Aprovação de aumento e subscrição do capital social da Companhia dentro do limite do capital autorizado e previsto no Estatuto Social e sua integralização por AGORD Holdings S.A. , controlada por LAEP Capital LLC. Passando a deter	Nesta mesma data, AGORD Holdings S.A. integralizou o respectivo aumento de capital.

	98,5% do capital total da companhia.	
Julho de 2007	Contrato de Arrendamento com a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Frutal , referente ao estabelecimento localizado no Município de Frutal, Estado de Minas Gerais.	
Abril de 2008	Comunicação de Memorando de Entendimentos, com a empresa Danone Ltda. , para análise e aquisição da marca "Poços de Caldas", incluindo a aquisição de todos ativos estratégicos relacionados a esta marca, bem como para o licenciamento de uso da marca "Paulista" no Brasil, Bolívia e Paraguai, para produção e comercialização de requeijão, manteiga, creme de leite e leite pasteurizado.	Pelo prazo de 15 (quinze) anos.
Abril de 2008	Comunicado ao mercado de cessão à empresa Só-Nata Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios S/A ("Só-Nata"), empresa esta constante do mesmo grupo econômico, todos os direitos e obrigações decorrentes do Memorando de Entendimentos firmado com a empresa Danone Ltda.	Conforme memorando acima.

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009. Extraído dos registros da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) referente a: "Comunicado ao Mercado", "Contratos com Partes Relacionadas" e "Atos ou Fatos Relevantes".

De acordo com informações da CVM, a composição acionária das empresas Parmalat e do Grupo Laep estão organizadas da seguinte forma:

Razão Social - Empresa	nacionalidade	ON (em %)	PN (em %)
Lácteos do Brasil S.A.	brasileira	99,75%	0,00%
Ações em tesouraria	-	0	0
Outros	S/I	0,25%	100%
Total		100,00%	100,00%

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009. Extraído de CVM. IAN referente a 31/12/07. Apresentado em 14/11/08. Verificado em 20/01/09. S/I – Sem Informação.

Razão Social - Empresa	nacionalidade	ON (em %)	PN (em %)
LAEP Holdings Ltd.	Bermudas	100%	0,00%
LAEP Investment & Restructuring Fund SPC	Ilhas Cayman	0	43,00%
North Sea Capital LLC	Delaware (USA)	0	4,00%
Gavião-M Trading LLC	Delaware (USA)	0	9,60%
UBS AG.London Branch	London	0	4,10%
Banco Pactual S.A	brasileiro	0	3,70%
JP Morgan Whitefriars INC	New York	0	3,20%
Ações em Tesouraria	-	0	0,00%
Outros	-	0	32,40%
Total		100%	100,00%

A empresa Parmalat opera em 16 municípios, em 11 estados e no Distrito Federal. São eles: Ouro Preto D'Oeste (RO); Garanhuns (PE); Simões Filho (BA); Santa Helena de Goiás (GO); Samambaia Sul (DF); Jundiá (SP); Itaperuna, Duque de Caxias, Rio Bonito (RJ); Viana (ES); Contagem (MG); Carazinho, Porto Alegre (RS); Pinhais, Londrina (PR); São José (SC).

Com relação às propriedades relevantes declaradas pela Parmalat à CVM, é possível observar que todas são produtivas. Não há nenhuma informação sobre propriedades destinadas a criação de animais ou propriedades sem construção. Além disso, há unidades não mencionadas como a de Porto Alegre (RS), Simões Filho (BA), Samambaia Sul (DF), Duque de Caxias e Rio Bonito (RJ), Viana (ES) e Contagem (MG).

Tabela 14 - Propriedades Relevantes declaradas pela PARMALAT BRASIL S.A. IND DE ALIMENTOS

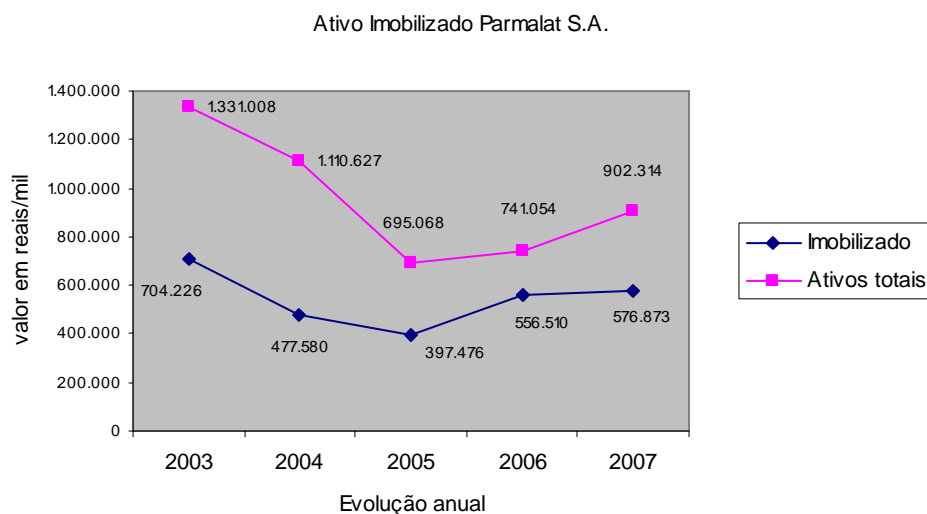
Tipo de Propriedade	Endereço	Município	UF	Área Total (Mil m2)	Área Construída (Mil m2)	Idade (Anos)
Fábrica	Av. Bom Pastor S/N	Garanhuns	PE	177,900	19,782	33
Fábrica	Rua Empr Angelo Senger, S/N	Carazinho	RS	163,551	32,332	8
Fábrica*	Rua Wilhem Winter, 350 Fundos	Jundiaí	SP	27,740	18,820	12
Fábrica	Rua Professora Ana Aguiar, S/N	Santa Helena de Goiás	GO	54,200	20,500	18
Fábrica	Av. das Indústrias, 547	Jundiaí	SP	87,546	40,546	17
Fábrica	Av. Presidente Dutra, 943	Itaperuna	RJ	66,775	16,684	0
Fábrica	Av. Marechal Deodoro da Fonseca, S/N	Ouro Preto D'Oeste	RO	16,691	4,380	12

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009.

Extraído de CVM. IAN referente a 31/12/07. Apresentado em 14/11/08. Verificado em 20/01/09.

Obs.: *A fábrica localizada em Jundiaí, SP, está declarada como alugada de terceiros, com contrato vigente de 30/09/03 a 30/09/13.

Com relação aos ativos da empresa é possível identificar uma queda no período de 2003 a 2005 motivada pelas dificuldades econômicas e a condição de falência da empresa que a levou a abrir mão de várias unidades para cobrir dívidas. Em 2007, observa-se um aumento dos imobilizados, conforme o quadro a seguir.



Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009.

Extraído de CVM. DFP referente a 31/12/07. Apresentado em: 26/03/08. Verificado em: 20/01/09.

Obs.: a empresa Laep Investments Ltd declarou -0- de ativo imobilizado.

A Perdigão⁴² foi fundada como um pequeno armazém de secos e molhados no ano de 1934 por imigrantes italianos das famílias Ponzoni e Brandalise na cidade de Videira, estado de Santa Catarina. Somente após cinco anos, em 1939, as atividades industriais foram iniciadas com um abatedouro de suínos.

Em meados dos anos 40, o negócio de abate de suínos e processamento das peles aumentou, exigindo mais investimentos em tecnologia e equipamentos. Em 1945, os negócios de indústria, comércio e também o de curtume foram agrupados em uma sociedade anônima, denominada Ponzoni, Brandalise S.A. Comércio e Indústria. O nome Perdigão S.A. Comércio e Indústria foi adotado apenas em 1958.

Na segunda metade dos anos 40, a empresa diversificou suas atividades ingressando no ramo madeireiro com a aquisição de serrarias. Em 1954 construiu a Granja Santa Gema, em Videira (SC) para produção de animais de alta linhagem. Mas as novas atividades não foram as únicas atividades incorporadas aos negócios da empresa. Em 1973, incluíram também a fruticultura de maçãs cultivadas nas fazendas produtoras da região de Fraiburgo, em Santa Catarina.

Ainda nos 70, a Perdigão incorporou a União Velosense de Frigorífico Unifrico S.A., empresa de abate e industrialização de suínos, localizada na cidade de Salto Veloso (SC) e incorporou a empresa Rações Pagnocelli S.A., localizada em Catanduvas (SC).

Em 1980, a Perdigão incorporou as empresas: Agropecuária Confiança Ltda, a Comércio e Indústria Saulle Pagnocelli S.A., localizadas em Salto D'Oeste (SC); e as Indústrias Reunidas Ouro S.A. em Capinzal (SC). Seis anos depois a empresa adquiriu a Frigoplan Ltda, em Lages (SC) e se desfez dos negócios de fruticultura, supermercado, postos de combustível e serrarias.

A empresa comprou a Sulina Alimentos S.A., em 1988, localizada em Serafina Corrêa (RS), que não foi incorporada ao grupo e sim à Perdigão Amazônia S.A., empresa voltada para o processamento de soja e derivados; a Perdigão Avícola Rio Claro Ltda, em São Paulo; e ainda, formou uma *joint-venture* com a *Cobb-Vantress*, uma empresa de genética avícola americana, para produção de matrizes.

No ano seguinte, sua subsidiária Sulina Alimentos incorporou a Ideal Avícola S.A. e a Granja Ideal, em Serafina Corrêa. No mesmo ano firmaram parceria com a empresa *Mitsubishi Corporation*, do Japão, para fortalecimento da empresa no mercado internacional.

Mas as operações internacionais começaram mesmo em 1990 ao formar uma *joint-venture* com a empresa portuguesa Persuínos para produção de salsicha e lingüiça. Parceria que foi desfeita no ano seguinte. No mesmo período, a empresa recebeu aprovação para exportar para a União Européia e incorporou a empresa Sulina Alimentos à Perdigão Agroindustrial.

⁴² Disponível em: < <http://www.perdigao.com.br> >. Acesso em: 7 jan 09.

Quatro anos depois, em 1994, o controle acionário da empresa de perfil familiar, passou a ser assumido por um grupo de fundos de pensão que está no comando até então.

A empresa chegou a firmar no ano 2000, uma parceria para a criação da *BRF Trading* junto com a Sadia para a comercialização de produtos avícolas, suínícolas e outros alimentos voltados para mercados emergentes. Esta sociedade foi desfeita apesar de não concorrerem nos mercados atendidos e do faturamento de US\$ 97 milhões no primeiro semestre de 2002, em razão dos resultados baixos e das diferenças de gestão entre as empresas. Dois anos depois a Perdigão assumiu a BRF trocando sua denominação para *BFF – Brazilian Fine Foods*.

Em maio de 2009⁴³, durante o fechamento desta pesquisa, as empresas Sadia e Perdigão anunciaram a fusão para formar a nova BRF. A operação ainda será avaliada pelo CADE, mas a transação garante a sobrevivência da Sadia e eleva a nova empresa a posição de segunda maior empresa do setor de alimentos no Brasil e a maior exportadora mundial de carnes processadas.

Em 2002, a empresa abriu outro escritório em Dubai, nos Emirados Árabes, ampliando com isso sua presença no Oriente Médio. Três anos mais tarde, a Perdigão adquiriu o controle total do abatedouro Mary Loise Indústria de Alimentos, que comercializava a marca “Dunaturalis”.

Um ano depois, a Perdigão constava na lista de empresas devedoras da Previdência Social e informou que a dívida com o INSS⁴⁴ estava sendo contestada na justiça e que não aceitava ser classificada como inadimplente.

Em 2006, a empresa adquiriu 51% do capital social da participação que a Parmalat tinha na Batávia S.A. Indústria de Alimentos, de Carambeí (PR). Pela participação foram pagos cerca de R\$ 110 milhões e posteriormente outros R\$ 120 milhões para fornecedores e outros R\$ 50 milhões em dívidas. Com esta operação a empresa entrou para o mercado de lácteos em parceria com a CCLP – Cooperativa Central de Laticínios do Paraná e Agromilk que mantiveram o controle dos 49% das ações da Batávia. No ano seguinte, a Perdigão assumiu o controle total da Batávia.

Para o CADE a Perdigão já utilizava a marca Batavo, licenciada pela Batávia, desde o ano 2000. Além disso, com base em parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae) os conselheiros avaliaram que a operação não representava riscos para a concorrência, ou a concentração no setor de alimentos, especialmente para as empresas Sadia e Bunge que são as maiores concorrentes. A aprovação da compra dos outros 49% de ações da Batávia ocorreu em 2008, e o Conselho considerou que a empresa já era a acionista majoritária desde 2006 com a compra dos 51% pertencentes à Parmalat, por essa razão a transação foi aprovada em rito sumário.

Em junho de 2006 a Perdigão inaugurou um sistema de tratamento de efluentes (água com resíduos orgânicos gerados durante o processo de produção) na unidade de Capinzal (SC). De

⁴³ Jornal Folha Online. *Perdigão e Sadia assinam acordo de fusão*. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fofha/dinheiro/ult91u568000.shtml> >. Acesso em: 19 mai 09.

⁴⁴ Fonte: Jornal O Estado de São Paulo. *Empresas afirmam que dívida com o INSS está na Justiça*. Caderno Cidades/Geral, 15 maio de 2003. Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/arquivo/economia/2003/not20030514p17396.htm> >.

acordo com informações divulgadas pelos representantes da empresa⁴⁵, o reuso de água é uma prática em todas as unidades da empresa e a economia de água resultante desse novo sistema é suficiente para abastecer uma cidade com 25 mil habitantes. A água será devolvida para o Rio Santa Cruz.

Um mês depois, as unidades da Perdigão e da Batávia localizadas em Carambeí (PR), foram multadas em R\$ 2 milhões cada pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) pelo despejo de resíduos sem tratamento no Rio São João, localizado a cerca de 130 km de Curitiba⁴⁶. A estação de tratamento foi embargada e os técnicos identificaram também uma saída de efluentes clandestina, cujos resíduos sequer recebiam tratamento.

O crescimento da Perdigão chamou a atenção das concorrentes e fez com que a Sadia⁴⁷ demonstrasse interesse em adquirir a totalidade das ações da Perdigão por cerca de R\$ 3,7 bilhões para tornar-se líder na produção de carnes e suínos industrializados. Se a transação tivesse sido levada adiante, teria surgido a maior empresa de aves e suínos do mundo, com receita aproximada em R\$ 12 bilhões, cujo maior faturamento seria originado de exportações para cerca de 100 países.

Em julho de 2007 a Perdigão comprou da Unilever as marcas de margarina “Doriana”, “Delicata” e “Claybom”, mas todas continuaram a ser produzidas em Valinhos (SP), mesma unidade em que são fabricados os sorvetes e sabonetes da Unilever. O valor total pago pelas marcas foi de R\$ 77 milhões. O faturamento desse produto pela Unilever, que inclui a marca “Becel”, é de R\$ 300 milhões, sendo que as quatro marcas são responsáveis por 20% do mercado, 12% da Doriana, 6% da Becel e 2% da Delicata e da Claybom.

A Perdigão realizou outras grandes aquisições em 2008, a primeira foi a compra da Eleva Alimentos (antiga Avipal), proprietária da marca Elege. A Eleva é dona de uma das principais marcas de leite, a Elege, mas também comercializa frango e carne suína, além de outros produtos lácteos. A segunda compra foi da empresa mineira Cotochés. A empresa tem produção de leite longa vida, leite em pó, queijos, manteiga, requeijão, creme de leite, iogurtes e bebidas lácteas. A Cotochés também utiliza as marcas *Moon Lait* e *Pettilé*.

Além dessas, a empresa firmou parceria com a CCLP – Cooperativa Central de Laticínios do Paraná para industrialização de produtos com a marca Perdigão (Batavo e Elege).

A aquisição da Eleva fez com que a Perdigão superasse a posição da Sadia em termos de faturamento no segmento de processamento de carne suína e de frango no Brasil. Ainda assim, a operação foi aprovada pelo CADE sem restrições em fevereiro de 2008. Os técnicos do Conselho observaram que existe uma pequena “concentração horizontal” na produção de carnes processadas em torno de 25% a 27%, na qual a Sadia participa no mercado com

⁴⁵ Fonte: Jornal O Estado de São Paulo. *Perdigão investe R\$ 7,5 milhões em tratamento ambiental em SC*. Caderno Economia e Investimentos, 27 jun 06.

⁴⁶ Fonte: Jornal o Estado de São Paulo. *Perdigão e Batávia são multadas por órgão ambiental em R\$ 2 mi cada*. Caderno Economia e Investimentos, 11 jul 06.

⁴⁷ Jornal O Estado de São Paulo. *Sadia quer comprar Perdigão por R\$ 3,7 bilhões*. Caderno Economia e Investimentos, 17 jul 06.

aproximadamente 1/3 disso, mas os técnicos da Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae) afirmaram que isso não impede as condições de competição no setor de alimentos.

Em meados de abril de 2008 a Perdigão pagou cerca de R\$ 54 milhões pelas marcas “Batavo”, “Eleva” e “Cotochés” e estudava estratégias para o melhor posicionamento das três marcas de produtos lácteos no mercado nacional. Segundo o diretor do negócio de Lácteos da Perdigão, Wladimir Paravisi⁴⁸, com a reestruturação a marca “Batavo” deve estar presente no segmento de refrigerados (iogurtes, polpas, achocolatados e bebidas lácteas), a “Eleva” no segmento de leites e queijos (leite em pó e UHT), e a Cotochés será um misto das duas.

Como parte da estratégia de crescimento da empresa ela anunciou no final de 2008, o recebimento de mais de R\$ 280 milhões do BNDES para investimentos em expansão de capacidade em unidades industriais⁴⁹. Além disso, a empresa fará a segunda fase de reestruturação societária e de negócios envolvendo algumas subsidiárias diretas e indiretas. As subsidiárias Perdigão Agroindustrial Mato Grosso, Batávia e Maroca & Russo Indústria e Comércio (Cotochés) serão incorporadas pela Perdigão mas as operações não resultarão em aumento de capital por serem subsidiárias integrais.

Atualmente a empresa opera em oito estados, além de outros países como a Argentina, Inglaterra, Holanda, Hungria, Espanha, Áustria, Itália, França, Rússia, Emirados Árabes Unidos (Dubai), Cingapura, Japão e Ilha da Madeira (Portugal).

Dentre as marcas da empresa destacam-se principalmente a “Perdigão”, “Batavo”, “Elegê”, “Perdix”, “Chester” e “Cotochés”, mais conhecidas pelo consumidor final.

No que concerne aos comunicados feitos ao mercado, estão relacionados a seguir aqueles considerados relevantes que se referem a: aquisições, joint-venture e empresas de intermediação de ações.

Quadro 8 - Perdigão S.A.		
Período	Comunicados	Obs.
Fevereiro de 2003	Os fundos de investimento cujas carteiras são administradas pela Investidor Profissional Gestão de Recursos Ltda. (“Fundos”), informam que atingiram participação superior a 5% das ações preferenciais da companhia Perdigão S.A.	
Junho de 2005	Acordo para aquisição integral das sociedades Mary Loise Indústria de Alimentos Ltda e Mary Loise Indústria e Comércio de Rações Ltda , ambas com sede na cidade de Nova Mutum, Estado do Mato Grosso	Para operações de abate de frangos, incubatório, fábrica de rações, granja de matrizes, armazém de grãos e desativadora de soja.
Setembro de 2005	Assinatura de contrato de prestação de serviços industriais com a empresa Arantes Alimentos Ltda e início de operação no mercado de bovinos com foco voltado principalmente para a exportação.	
Mai de 2006	Aquisição de 51% do capital social da Batávia S.A. Indústria de Alimentos. , que prevê ainda o uso na forma de licenciamento da marca Parmalat para	A Batávia está sediada em Carambeí (PR) e atuação agroindustrial também no Estado de Santa Catarina.

⁴⁸ Jornal O Estado de São Paulo. *A Perdigão conclui hoje a compra da Cotochés, fabricante de lácteos de Minas Gerais, por R\$ 69 milhões, sendo R\$ 15 milhões em dívida, segundo comunicado.* Caderno Economia e Negócios, 2 abr 08.

⁴⁹ Jornal Gazeta Mercantil On line. *Perdigão recebe R\$ 283,7 milhões do BNDES.* 27 nov 08. Disponível em: < <http://indexet.gazetamercantil.com.br/arquivo/2008/11/27/381/ALIMENTOS%3A-Perdigao-recebe-R%24-283%2C7-milhoes-do-BNDES.html> >. Acesso em: 13 mar 09.

	processados lácteos. Perdigão entra no mercado de lácteos em parceria com a Cooperativa CCLP – Cooperativa Central de Laticínios do Paraná – e Agromilk, que permanecem com 49% do capital da Batávia S/A – Indústria de Alimentos.	
Julho de 2006	A participação da WEG PARTICIPAÇÕES atingiu 5,43% das ações representativas do capital social da Perdigão S.A.	
Dezembro de 2006	Batávia S.A. – Indústria de Alimentos, empresa controlada pela Perdigão, conclusão de negociações com o grupo francês Andros — um dos maiores processadores de frutas da Europa — para a compra, no Brasil, dos ativos, tecnologia do processo de produção e os direitos do uso da marca de sobremesas de frutas Fruitier.	Direito de uso da marca Fruitier.
Março de 2007	Perdigão Agroindustrial S/A e a Grandi Salumifici Italiani comunicam a conclusão das negociações para a aquisição, pela Perdigão, da empresa Sino dos Alpes Alimentos Ltda.	A empresa Sino dos Alpes está instalada no município de Bom Retiro do Sul – RS
Junho de 2007	A Perdigão comunica a conclusão de negociações com a Valore Participações e Empreendimentos Ltda. para a compra do frigorífico de bovinos operado pela Unifrigo no município de Mirassol D’Oeste, no Estado do Mato Grosso.	
	Unilever e Perdigão comunicam a criação de uma <i>joint venture</i> , para gerir as marcas Becel e Becel ProActiv e identificar oportunidades de outros negócios.	
Agosto de 2007	A Perdigão S.A. comunica a aquisição da empresa Paraíso Agroindustrial S.A. , incluindo um frigorífico de aves e uma fábrica de rações, do Grupo Gale (Gale Agroindustrial S.A.) no município de Jataí, em Goiás.	
Outubro de 2007	Comunicado de incorporação da empresa Eleva Alimentos S.A.	
Dezembro de 2007	A Perdigão, através de suas controladas Perdigão Holland BV, Perdigão Agroindustrial SA e Cebeco Groep BV, atual acionista proprietária da Plusfood Groep BV, celebraram contrato de compra e venda de ações (“Share Sale and Purchase Agreement”), mediante o qual a Cebeco se obriga a vender à Perdigão Holland a totalidade das ações de emissão da Plusfood Groep BV	O acordo fica sujeito a aprovação pela autoridade alemã de defesa da concorrência Bundeskartellamt .
Abril de 2008	Comunicado de aquisição da empresa Cotochés	A Cotochés possui duas unidades produtivas instaladas em Ravena e Rio Casca, na região Leste de Minas Gerais

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009.
 Extraído dos registros da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) referente a: “Comunicado ao Mercado”, “Contratos com Partes Relacionadas” e “Atos ou Fatos Relevantes”.

O capital societário da Perdigão é basicamente administrado por fundos de previdência de origem brasileira, como o Previ do Banco do Brasil, a Petros da Petrobras, Valia da Vale do Rio Doce entre outros. Além disso, a empresa realiza operações em outros países e ocupa posição de destaque no setor de alimentos.

Tabela 15 - Composição acionária Perdigão S.A.		
Razão Social - Empresa	nacionalidade	ON (em %)
PREVI-CAIXA de Prev Fun do Bco do Brasil	brasileira	14,15%
Fund Petrobras de Seg Social - PETROS	brasileira	12,04%
Fund TELEBRÁS de Seg Social - SISTEL	brasileira	4,00%
VALIA - Fund Vale do Rio Doce	brasileira	3,72%
Fundo BIRD	brasileira	7,26%
Real Grandeza Fund de Previdencia	brasileira	1,00%
FPRV1 SABIÁ FI Multimercado Previd	brasileira	1,10%
Ações em tesouraria	-	0,21%
Outros	S/I	56,52%
Total		100,00%

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009. Extraído de CVM. IAN referente a 31/12/07. Apresentado em 30/10/08. Verificado em: 20/01/09.

Obs. Não há ações preferenciais (PN). S/I – Sem Informação.

A composição acionária da empresa permanece com fundos de pensão desde 1994, todos de origem brasileira. As empresas controladas registradas na CVM são a Perdigão Agroindustrial S.A. e a Perdigão Export Ltd..

No que concerne as propriedades relevantes registradas na CVM há 52 propriedades e a indicação de “outros” imóveis e/ou propriedades situados no estado de Santa Catarina com um total de área superior a todas as áreas declaradas.

Tabela 16 - Propriedades Relevantes declaradas pela Perdigão S.A. (a)						
Tipo de Propriedade	Endereço	Município	UF	Área Total (Mil m2)	Área Construída (Mil m2)	Idade (Anos)
Frigorífico Aves/Suínos	Rua 15 de Novembro, S/N	Videira	SC	222,465	69,955	27
Frigorífico de Suínos	Av. Presidente Castelo Branco, 141	Herval D'Oeste	SC	29,219	25,539	32
Frigorífico de Industrialização	Rua Saul Brandalise, 118	Salto Veloso	SC	42,744	9,257	27
Frigorífico de Industrialização	Rua Ernesto Hachamann, 585	Capinzal	SC	30,643	8,052	32
Frigorífico de Aves	Estrada Capinzal/Campos Novos, Km 06	Capinzal	SC	629,200	43,993	22
Frigorífico de Suínos	Av. Presidente Vargas, 1040	Marau	RS	186,012	20,278	32
Frigorífico de Aves	Rodovia RS-325, Km 02	Marau	RS	97,789	34,860	22
Frigorífico de Aves e Suínos	Av. Arthur Oscar, 1706	Serafina Correa	RS	372,599	27,642	32
Filial de Venda	Av. Getúlio Vargas, 5705	Porto Alegre	RS	11,610	2,325	11
Industrialização	Rodovia BR 116, Km 255	Lages	SC	529,796	9,909	27
Administração	Av. das Indústrias, 720	Porto Alegre	RS	8,000	2,499	13
Filial de Venda	Rua Guido Camargo Penteado, 601	Campinas	SP	37,821	5,732	5
Frigorífico Mineiros	Pça Dep. José de Assis, 36 Centro	Mineiros	GO	121,503	55,000	2
Fábrica de Rações	Estrada de Itapuã, 3119	Porto Alegre	RS	44,230	1,704	28
Fábrica de Rações	Av. Presidente Vargas, 77	Porto Alegre	RS	42,597	1,611	30
Abatedouro	Quadra Nº 13	Dourados	MS	17,440	4,220	18
Fábrica de Rações	BR 463, Km 87	Dourados	MS	15,000	5,976	18
Usina de Laticínios	Entre as Linhas 03 e 04	Ijuí	RS	315,000	1,975	31
Abatedouro	R. Carlos Spohr Filho, 2836	Lajeado	RS	152,433	11,705	28
Abatedouro	R João Vedano, 2836	Porto Alegre	RS	99,825	2,219	32
Indústria de Laticínios	BR 116, Km 462	São Lourenço do Sul	RS	16,000	2,343	29
Indústria de Laticínios	Lote Nº 97 da Segunda Seção	Santa Rosa	RS	72,372	0,978	23
Usina de Laticínios	Rua Paulo Ernesto Norst, S/Nº	Teutônia	RS	348,717	24,374	25
Abatedouro	Rod. BA 503 Km 10	São Gonçalo	BA	1.184,209	34,939	11

Frigorífico Carambeí	Av. dos Pioneiros, 2.510	Carambeí	PR	57,005	34,550	6
Fábrica de Rações	BR 324, Km 99	Feira de Santana	BA	41,077	17,114	11
Indústria de Laticínios	R. São Leopoldo, 558	Ivoti	RS	14,652	3,568	51
Indústria de Laticínios	Lotes Industriais de 2 ao 9	ITUMBIARA	GO	35,000	17,350	20
Indústria de Bovinos	Fazenda São Pedro	Mirassol D'Oeste	MT	242,000	0,000	22
Filial de Venda	Av. Nações Unidas, 51/15	Bauru	SP	12,906	3,234	27
Frigorífico de Aves e Suínos	Rod. BR 060, Km 432	Rio Verde	GO	2.000,000	154,210	7
Frigorífico de Industrializados	Rodovia RS 324 Km 76,2	Marau	RS	19,293	11,382	9
Fábrica de Rações	Rua Wenceslau Braz, S/N	Catanduvas	SC	37,795	6,704	24
Fábrica de Rações	Rod. PR-180, KM 02	Francisco Beltrão	PR	22,484	3,821	20
Filial de Venda	Asa Norte Quadra 04, 565	Brasília	DF	6,000	2,985	24
Filial de Venda	Av. Wenceslau Braz, 255	Curitiba	PR	6,987	3,584	24
Filial de Venda	Rod. BR-101, Km 265	Vitória	ES	22,250	4,596	18
Filial de Venda	Av. Acrísio Mota, 350	Rio de Janeiro	RJ	18,522	5,474	26
Filial de Venda	Estr. Ger. Forquilhas, 4138	São José	SC	112,934	4,523	27
Filial de Venda	Rua 2, Nº 500 Distr. Ind. Rio das Pedras	Contagem	MG	11,634	2,177	12
Administração	Av. Escola Politécnica, 760	São Paulo	SP	21,430	12,814	18
Fábrica de Rações	Av. Júlio Borella, 2236	Marau	RS	90,575	2,985	9
Administração	Rua Duque de Caxias, 3	Marau	RS	2,500	1,477	20
Administração	Rua Saul Brandelise, 39	Videira	SC	2,065	5,040	32
Administração	Rua Arthur Oscar, 1706	Serafina Correa	RS	1,339	1,069	27
Fábrica de Rações	Av. Júlio Borella, 2236	Marau	RS	74,601	13,004	27
Filial de Vendas	BR 116 Km4	Fortaleza	CE	13,770	1,710	9
Filial de Vendas	Av. Nossa Sra. De Fátima, 1262	Cubatão	SP	14,534	3,445	9
Filial de Vendas	BR 324, Km 7,5	Salvador	BA	25,985	3,429	9
Fábrica Industrial Carambeí Batávia	Av. dos Pioneiros, 2868	Carambeí	PR	135,554	35,761	2
Fábrica Indústria Condórdia Batávia	Rod. SC 283 Km 10 S/Nº Ala 2	Concórdia	PR	12,000	6,373	2
Frigorífico Nova Mutum	BR 163 Km 587 Industrial Sul	Nova Mutum	MT	657,000	21,599	3
Outros	Outros	Outros	SC	153.638,863	5.299,976	0

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009.

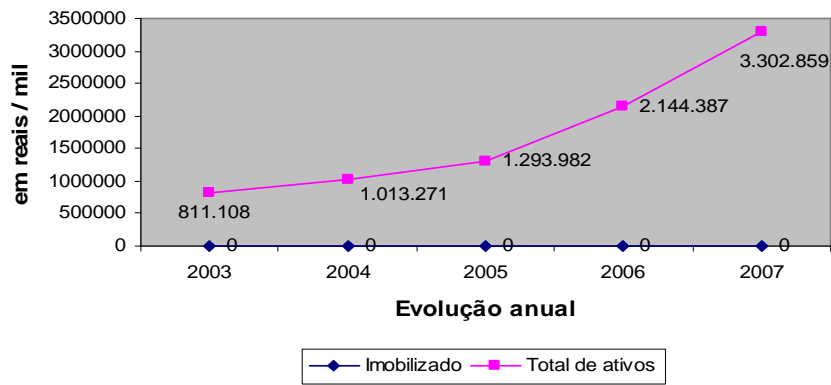
Extraído de CVM. IAN referente a 31/12/07. Apresentado em 30/10/08. Verificado em: 20/01/09.

Obs.:(a) Nenhuma das propriedades declaradas pela empresa é alugada de terceiros. (b) Outras empresas do grupo Perdigão como Perdigão Agroindustrial S.A e Perdigão Couros S.A. tem os seus registros cancelados na CVM. Por essa razão não há informações sobre outras propriedades.

Com relação ao ativo imobilizado da empresa cabe destacar que não há declaração de imobilizado⁵⁰ em nenhum dos períodos pesquisados, de 2003 a 2008. Com relação aos ativos totais destaca-se um aumento contínuo condizente com as operações da empresa nos últimos anos, principalmente após 2005.

⁵⁰ De acordo com os registros da CVM, a última Demonstração Financeira e Patrimonial (DFP) refere-se ao encerramento de 31/12/07 e foi apresentada em 25/02/08. No último levantamento feito por este estudo em 20/01/09, não havia nenhum dado sobre imobilizado da Perdigão S.A.

Ativos totais Perdigão S.A.



Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009.
Extraído de CVM. DFP referente a 31/12/07. Apresentado em: 25/02/08. Verificado em: 20/01/09.
Obs.: Em 23 de mar 09 a Perdigão declarou 642.456 em ativos imobilizados referente a 2008.

O grupo Schneider Logemann & Cia (SLC) foi fundado no ano de 1945⁵¹, na cidade de Horizontina (RS) por três famílias de imigrantes alemães. A atividade produtiva envolvendo o cultivo de grãos começou em meados de 1977 após aquisição da Fazenda Paineira, no município de Coronel Bicaco (RS). Pouco tempo depois, a SLC associou-se ao Grupo John Deere, dos EUA, tornando-se pioneira na implantação de agricultura mecanizada de alta tecnologia no Brasil.

John Deere foi um ferreiro que viveu nos Estados Unidos no século XIX e dedicou-se à produção de garfos, pás, ferraduras para cavalos e outros equipamentos destinados a produção agrícola. Naquela época era comum a fabricação de equipamentos sob medida para atender as necessidades dos fazendeiros, mas John Deere destacou-se pela produção de arados que definia como “autolimpantes”. Seu conceito de fabricação e comercialização de equipamentos estendeu-se a vários estados diferenciando-se ao longo das décadas seguintes por incorporar qualidade aos seus produtos através de investimentos em pesquisa e tecnologia.

Os negócios de John Deere foram ampliados para outros países em meados dos anos 80 e 90. No Brasil a parceria começou em 1979, através de uma sociedade de 20% de participação com a empresa Schneider Logemann & Cia. Ltda que produzia trilhadeiras para cereais com a marca SLC. A partir de 1996, a linha de tratores John Deere passou a ser produzida no Brasil com a marca SLC e a empresa norte americana aumentou sua participação para 40% na empresa brasileira formando a SLC – John Deere Ltda.

Três anos depois (1999), a John Deere adquiriu o controle total do capital da SLC – John Deere Ltda incorporando sua marca “John Deere” nos equipamentos produzidos no Brasil⁵². A partir de 1999 a SLC dissociou suas atividades da John Deere e passou a usar apenas a sua marca.

Desde o início dos anos 80 a SLC explora a capacidade agrícola da região centro-oeste, onde estão localizadas todas as fazendas da empresa: Fazenda Pamplona (GO); Fazendas Planorte e Paiguás (MT); Fazenda Planalto (MS); Fazendas Planeste, Palmeira e Parnaíba (MA); e, recentemente, as Fazendas Panorama, Piratini e Palmares (BA), e a Fazenda Parnaguá (PI).

O grupo é formado pelas empresas: SLC Alimentos, SLC Comercial, Ferramentas Gerais e Hotel Ouro Verde. A SLC Alimentos indica em sua página na internet (em construção) algumas marcas de produtos, são eles: “Namorado”, “Butuí” e “Bonzão”. A SLC Comercial dedica-se a comercialização dos tratores da linha John Deere na região (RS) e outros equipamentos agrícolas. A empresa Ferramentas Gerais comercializa equipamentos, máquinas e suprimentos variados para indústrias e setores de serviços, além de atendimento personalizado. O Hotel Ouro Verde foi criado na cidade Horizontina, onde foi criada a SLC.

⁵¹ Disponível em:< <http://www.slcagricola.com.br/> >. Acesso em: 1 dez. 08.

⁵² Atualmente, a John Deere possui três fábricas de equipamentos no Brasil, além de um escritório regional para América do Sul (RS), o Banco John Deere (RS), o Centro de Distribuição de Peças para a América do Sul (SP) e a Unidade de Negócios Cana (SP).

A SLC Agrícola é a única empresa de capital aberto do grupo, desde 2007⁵³. De acordo com esquema apresentado no site, a família Logemann detém 51% do capital social da empresa e os 49% restante são ações em circulação na Bolsa de Valores.

Em 2008 a empresa conseguiu um financiamento de pouco mais de R\$ 62 milhões em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) a serem repassados pelo Banco do Nordeste do Brasil⁵⁴, para aquisição de máquinas, equipamentos, corretivos e obras e instalações nas fazendas Parnaíba, Palmeira e Planeste, no estado do Maranhão, e Panorama, Piratini e Palmares, na Bahia. Os empréstimos terão vencimento entre 2014 e 2015. Com essa medida, a empresa incrementa o ativo imobilizado sem fazer uso direto de capital próprio.

Além desse, a empresa conseguiu ainda três linhas de financiamento com o Banco do Nordeste (BNB)⁵⁵ no valor de R\$ 151 milhões para suas operações relativas ao ano safra 2008-2009. A SLC informou que os recursos serão aplicados nos custos de produção das fazendas Parnaíba, Palmeira e Planeste, no Maranhão, e Panorama, Piratini e Palmares, na Bahia.

Os comunicados ao mercado declarados à CVM pela SLC referem-se basicamente a compra e venda de terras, arrendamento e alterações de participação de capital social.

Quadro 9 - SLC Agrícola S.A.		
Período	Comunicados	Obs.
Julho de 2007	Acordo para a aquisição de 4.224,84 ha e arrendamento 3.002 ha de terras agricultáveis , em área fronteira à Fazenda Pamplona.	A Fazenda Pamplona está situada no município de Cristalina, no Estado de Goiás.
	Acordo para a aquisição de 3.357 ha de terras agricultáveis , em área fronteira à Fazenda Paiaguás.	A Fazenda Paiaguás está localizada no município de Diamantino, no Estado do Mato Grosso.
Outubro de 2007	Contrato de Compra e Venda de Imóvel Rural de 25.000 há. E Contrato de Arrendamento de 5.000 hectares , anexos a área adquirida, com vigência até 2021.	As áreas referidas localizam-se no município de Jaborandi, Bahia, e são destinadas ao cultivo de soja, milho e algodão.
Fevereiro de 2008	A participação da empresa BlackRock Inc. no capital social da SLC Agrícola S.A. atingiu a marca de 5,24%	A BlackRock Inc. (EUA-NY) é gestora de fundos de investimentos.
Abril de 2008	Venda de área rural de 821,23 ha , localizada no município de Coronel Bicaco, RS.	A alienação não alterou a área cultivada pela empresa
Junho de 2008	Aquisição e arrendamento de 10.635 ha de terras contíguas à Fazenda Planorte para cultivo de algodão, soja e milho.	A Fazenda Planorte está localizada em Campos de Júlio, no Estado do Mato Grosso.
	Aquisição e arrendamento de 5.165 ha de terras para o cultivo de algodão, soja e milho.	A área está localizada no município de Barreiras, Bahia.
Julho de 2008	Aquisição de 3.406,62 ha de área adjacente à Fazenda Parnaíba, no município de Tasso Fragoso, Maranhão.	Esta transação ampliou a área da Fazenda Parnaíba em 14,6%.
Outubro de 2008	Aquisição de 26.598 ha de terras não desenvolvidas para o cultivo de algodão, soja e milho.	As terras estão situadas no município de Santa Filomena, Piauí.

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009. Extraído dos registros da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) referente a: "Comunicado ao Mercado", "Contratos com Partes Relacionadas" e "Atos ou Fatos Relevantes".

Em linhas gerais é possível afirmar que a única relação da SLC com capital estrangeiro foi por meio da parceria firmada com a John Deere nos anos 70 que possibilitou a incorporação de

⁵³ A SLC é a única empresa do grupo com capital aberto. O site da SLA Alimentos não está disponível (Consulta em 1 mai 09).

⁵⁴ O FNE foi criado em 1988 com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do nordeste por meio de programas de financiamento a setores produtivos que estejam em acordo com plano regional de desenvolvimento.

⁵⁵ Fonte: Jornal Valor Econômico on line. *SLC toma crédito de R\$ 151 milhões para custeio no BNB*. 2 dez 08. Disponível em: < [http://www.valoronline.com.br/ValorOnLine/MateriaCompleta.aspx?tit=SLC+toma+crédito+de+R\\$+151+milhões+para+custeio+no+BNB&codmateria=5301876&dtmateria=02+12+2008&codcategoria=78](http://www.valoronline.com.br/ValorOnLine/MateriaCompleta.aspx?tit=SLC+toma+crédito+de+R$+151+milhões+para+custeio+no+BNB&codmateria=5301876&dtmateria=02+12+2008&codcategoria=78) >. Acesso em: 23 fev 09.

tecnologia à SLC. A sociedade, no entanto, foi desfeita em meados de 1999 e desde então, o grupo SLC mantém relação comercial, mas não de sociedade com a norte-americana John Deere. Além disso, há a empresa *BlackRock Inc.* (EUA-NY) que faz gestão de fundos de investimentos mas mantém uma participação pequena no capital social da SLC Agrícola.

A empresa possui basicamente duas marcas, a “SLC Agrícola” e a “SLC”. Não há menção a qualquer autorização de uso da marca “John Deere” pela SLC. Exceto a relação comercial que permite a empresa brasileira a comercialização dos tratores da norte-americana.

Razão Social - Empresa	nacionalidade	ON (em %)
SLC Participações S.A	brasileira	29,27%
Evaux Participações S.A.	brasileira	21,76%
Blackrock, INC	estadunidense	4,74%
Ações em tesouraria	-	1,20%
Outros	S/I	43,03%
Total		100,00%

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009.
Extraído de CVM. IAN referente a 31/12/07. Apresentado em: 16/12/08. Verificado em 20/01/09.
S/I – Sem Informação.

A composição acionária da SLC Agrícola é formada por empresas brasileiras e inclui a participação de uma estadunidense, sendo que a maior parte do capital acionário (43,03%) está indicada como “outros” e não está acessível para consulta na CVM.

Com relação às empresas registradas na Comissão de Valores Mobiliários como coligadas à SLC Agrícola, destacam-se as principais fazendas: Fazenda Paiaguás S.A.; Fazenda Parnaíba S.A.; Fazenda Planorte S.A.; SLC Empreendimentos e Agricultura Ltda. Há outras fazendas mencionadas em propriedades relevantes, mas não indicadas pela Companhia como uma empresa coligada. Dentre as propriedades consideradas relevantes declaradas à CVM há dez (10) casos de arrendamento cujo período de contrato está mencionado nas observações gerais da tabela a seguir.

Atualmente, a SLC atua na área de agricultura de diferentes tipos de cultivos (algodão, soja, milho, café, trigo) com onze fazendas instaladas em seis estados totalizando 220,8 mil hectares plantados.

Tipo de Propriedade	Endereço	Município	UF	Área Total (Mil m2)	Área Construída (Mil m2)	Idade (Anos)	Obs Contrato	Obs Contrato
Fazenda Pamplona	Rod. GO 436, Km 60	Cristalina	GO	170.936,780	0,000	27	-	-
Fazenda Planalto	Rod. MS 306, Km 213	Costa Rica	MS	174.896,203	0,000	22	-	-
Fazenda Planeste	Rod. MA 140, Km 200	Balsas	MA	182.560,604	0,000	10	-	-
Fazenda Palmeira	Povoado Marajá - Zona Rural	Buriti	MA	145.172,230	0,000	7	-	-
Fazenda Parnaíba	Rod. MA 006, Km 120	Tasso Fragoso	MA	294.910,003	0,000	18	-	-
Fazenda Planorte	Estr. Nova Fronteira, Km 170	Sapezal	MT	237.934,377	0,000	13	-	-
Fazenda Paiaguás	BR 364, Km328 + 25 Km (A DIREITA)	Diamantino	MT	262.571,055	0,000	7	-	-
Arrendamento Fazenda Planalto	Rod. MS 306, Km 213	Costa Rica	MS	16.773,700	0,000	0	1/9/2006	31/8/2007

Arrendamento Fazenda Planeste	Rod. MA 140, Km 200	Balsas	MA	79.399,000	0,000	0	25/5/2005	31/8/2015
Arrendamento Fazenda Panorama	BR 020, Km 71	Correntina	BA	144.041,700	0,000	0	1/6/2007	1/6/2015
Arrendamento Fazenda Paiguás	BR 364, Km328 + 25 KM (A DIREITA)	Diamantino	MT	17.140,000	0,000	0	1/10/2006	31/8/2010
Fazenda Panorama	BR 020, Km 71	Correntina	BA	92.197,100	0,000	0	-	-
Fazenda Piratini	Rod BR 020, Km, 305 Zona Rural	Jaborandi	BA	250.019,061	0,000	0	-	-
Arrendamento Fazenda Pamplona	Rod. GO 436, Km 60	Cristalina	GO	40.799,900	0,000	0	15/7/2007	15/4/2013
Arrendamento Fazenda Piratini	Rod BR 020, Km. 305 Zona Rural	Jaborandi	BA	50.000,000	0,000	0	1/9/2007	1/9/2021
Arrendamento Fazenda Parnaíba	Rod. MA 006, Km 120	Tasso Fragoso	MA	128.622,600	0,000	0	1/7/2007	1/5/2023
Arrendamento Fazenda Planorte	Estr. Nova Fronteira, Km 170	Sapezal	MT	34.810,000	0,000	0	8/11/2007	30/4/2008
Arrendamento Fazenda Palmares	Barreiras - Zona Rural	Barreiras	BA	163.720,000	0,000	0	9/6/2008	31/5/2015
Fazenda Palmares	Rod. BA 458 - ANEL DA SOJA	Barreiras	BA	20.000,000	0,000	0	-	-
Arrendamento Fazenda Palmares	Rod. BA, 459 - ANEL DA SOJA	Formosa do Rio Preto	BA	40.580,000	0,000	0	9/6/2008	30/6/2009
Fazenda Palmares	Rod. BA 458 - ANEL DA SOJA	Riachão das Neves	BA	31.450,000	0,000	0	-	-

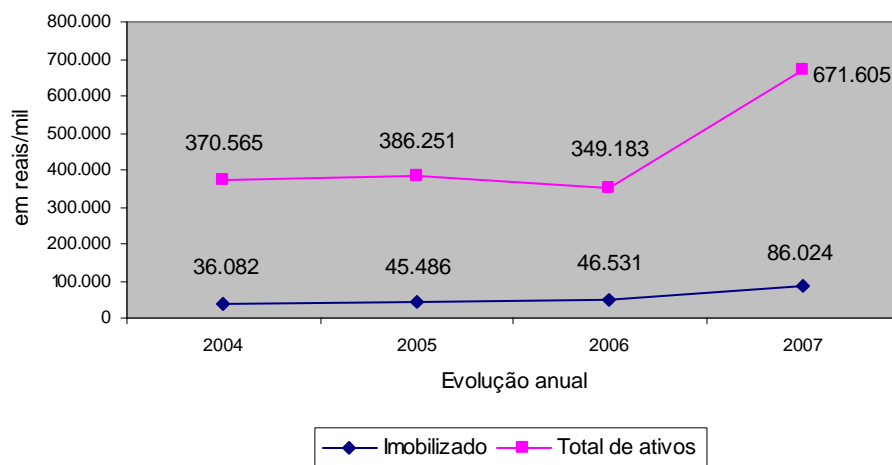
Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009.

Extraído de CVM. IAN referente a 31/12/07. Apresentado em: 16/12/08. Verificado em 20/01/09.

Obs.: As datas mencionadas na coluna "observações" referem-se ao período de contrato para utilização das propriedades alugadas de terceiros.

As informações financeiras e patrimoniais da SLC Agrícola foram declaradas a partir de 2004, lembrando que a empresa ingressou na CVM em 2007. Os ativos totais da SLC quase dobraram de 2006 a 2007, o mesmo ocorreu com os ativos imobilizados.

Ativo Imobilizado SLC Agrícola S.A.



Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009.

Extraído de CVM. DFP referente a 31/12/07. Apresentado em: 16/06/08. Verificado em 20/01/09.

Obs.: Não há declaração de ativo referente ao período de 2003.

A Aracruz Celulose foi fundada em abril de 1972, e os primeiros plantios de eucalipto ocorreram no ano de 1967⁵⁶. Em 1978 foi iniciada a produção da unidade chamada de “fábrica A” em Barra do Riacho, Aracruz. Nessa unidade, estão instaladas ainda as unidades “fábrica B”, inaugurada em 1992, e “fábrica C”, inaugurada dez anos depois, em 2002.

No ano de 1985, a Aracruz fundou o primeiro porto brasileiro especializado no embarque de celulose, conhecido como Portocel⁵⁷, situado no município de Aracruz, região norte do litoral do Espírito Santo, a cerca de 2 km da fábrica da Aracruz. O terminal portuário pertence a Aracruz (51%) e a Cenibra – Celulose Nipo-Brasileira (49%).

Em 1997 a Aracruz iniciou sua área de produção de sólidos de madeira (Lyptus), cuja unidade industrial é conhecida como Aracruz Produtos de Madeira S.A.

A partir de 2000 a Aracruz realizou grandes transações como o investimento na Veracel⁵⁸ em parceria com a suco-finlandesa, Stora Enso. Além dessa parceria, a empresa adquiriu uma participação de 28% nas ações da Mondi pela Votorantim Celulose e Papel (VCP) e em 2003, comprou a Riocell.

A Veracel ocupa uma área de 1,2 milhão m². Foi adquirida por cerca de 1,25 bilhão de reais, sendo 50% do valor financiado pela Aracruz e a sócia Stora Enso e a outra metade pelo BNDES (US\$ 495 milhões) e os bancos internacionais European Investment Bank (US\$ 80 milhões) e Nordik Investment Bank (US\$ 70 milhões). A Veracel foi considerada a maior fábrica de celulose do mundo com uma linha de produção com capacidade estimada em produzir 900 mil toneladas/ano de celulose de eucalipto branqueada e empregar cerca de três mil trabalhadores. Suas atividades foram iniciadas em meados de 2004, em Eunápolis (BA).

Em maio de 2003 a empresa assinou contrato de compra com a Klabin pela empresa Riocell por US\$ 610,5 milhões. A empresa localiza-se na região de Guaíba no Rio Grande do Sul e produz celulose branqueada de eucalipto e exporta a maior parte.

Desde essa época a Aracruz tornou-se um alvo constante de manifestações de movimentos sociais e representantes de comunidades locais. E para lidar com essas questões a empresa criou uma gerência de sustentabilidade que agrega as direções de relações institucionais, meio ambiente e comunidades.

Mas as medidas econômicas adotadas pela empresa não serviram para resolver os problemas políticos e sociais decorrentes dos impactos causados por suas atividades. Em 2003, a Aracruz foi denunciada por organizações sociais por provocar vários problemas, inclusive mortes humanas e danos ambientais, em consequência do uso de herbicidas nas lavouras de eucalipto por

⁵⁶ Disponível em: < <http://www.aracruz.com.br> >. Acesso em: 5 nov 08.

⁵⁷ Disponível em: < <http://www.portocel.com.br/pt/index.htm> >. Acesso em: 6 nov. 08.

⁵⁸ Disponível em: < <http://www.veracel.com.br/pt/index.html> >. Acesso em: 6 nov. 08. A empresa Veracel está localizada em Eunápolis, na Bahia.

movimentos sociais. As denúncias estavam sob análise da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados (REQ 9/2003 CDH), mas o requerimento consta como arquivado no site da Câmara⁵⁹.

Em julho de 2003 foi elaborada uma carta por representantes de comunidades quilombolas, Tupiniquins, Pataxós, Guaranis, pescadores e camponeses, além de outras entidades sociais para o II Encontro Nacional da Rede Alerta Contra o Deserto Verde⁶⁰, na qual os representantes denunciaram a Aracruz pelo desvio de água do Rio Doce (drena os estados do Espírito Santo e Minas Gerais) para garantir o consumo de três unidades de produção.

De acordo com o documento a empresa garante diariamente o consumo de 248 mil metros cúbicos de água para sua empresa destruindo o modo de vida das comunidades locais, provocando o êxodo rural e contaminando a água. O documento ressalta que a monocultura e o plantio do eucalipto em larga escala contribui para o secamento do solo e o comprometimento da qualidade e quantidade de água na região⁶¹. Ressalta ainda, que a empresa recebe empréstimos de bancos públicos, é devedora do INSS e beneficiada pela Lei Kandir. Como consequência, o governo do Espírito Santo deve mais de R\$ 100 milhões em créditos para a Aracruz Celulose.

As entidades observaram ainda que os impactos desse tipo de exploração e produção são tão intensos que não há como reverter os danos existentes nem mesmo com o emprego de sistema de manejo sustentável (FSC) de monoculturas de árvores.

Poucos meses depois, a empresa recebeu uma multa do Ibama no valor de R\$ 300 mil por ter realizado plantio de eucalipto em 213 hectares sem licenciamento na Fazenda São José, em Jaguaré (ES). De acordo com norma do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) a empresa deveria primeiramente obter a licença prévia e a licença de instalação. Além disso, não apresentou os documentos relativos ao Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto no Meio Ambiente obrigatórios nos casos de plantio de madeira destinado a exploração econômica em áreas acima de 100 he.

A Aracruz buscou então apoio no governo para defender-se da pressão constante dos movimentos sociais. Criou no mesmo ano a Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (Abraf), com viés mais político que a Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS) que é mais técnica e cujo presidente era o diretor da própria Aracruz, Carlos Aguiar. De saída a Abraf conseguiu do governo federal o lançamento do Programa Nacional de Florestas 2004-2007.

A empresa reafirmou seu argumento quanto à necessidade de estímulo aos pequenos produtores a fim de evitar o chamado “apagão florestal”, que segundo os representantes do setor será inevitável se não ocorrer o aumento da oferta de madeiras nos próximos anos. Com a proposta a Aracruz chegou a declarar que em 2005, cerca de 15% da madeira consumida era proveniente de cerca de 2,5 mil produtores, a maior parte deles localizados em Minas Gerais, Espírito Santo e Sul

⁵⁹ Fonte: < <http://www2.camara.gov.br/> >. Acesso em: 1 mai 09.

⁶⁰ Fonte: Revista do Terceiro Setor. *Carta de Porto Seguro*. Caderno Temas / Reforma Agrária. 19 jul 03.

⁶¹ O eucalipto não é uma árvore típica do Brasil. Foi trazida na segunda metade do século XIX da Austrália e das Ilhas da Oceania.

da Bahia. Segundo a empresa o custo para investimento em ativos imobilizados é muito grande, por essa razão a terceirização torna-se a saída.

A idéia de atrair pequenos produtores para garantir a demanda da empresa foi bem sucedida, mas a medida econômica serviu para atender apenas aos interesses da Aracruz e não como resposta aos problemas gerados por ela ao meio ambiente e as comunidades afetadas por suas atividades.

Tanto é assim que em abril de 2004 a empresa foi novamente alvo de ação de movimentos sociais. Dessa vez, a Veracell Celulose (BA) foi ocupada por trabalhadores rurais sem terra que acusavam a empresa de ser proprietária de grandes faixas de terra e de expulsar os pequenos produtores da região, promovendo a monocultura.

Em contrapartida, a ação dos movimentos levou os representantes do setor de papel e celulose ao Congresso Nacional o que lhes rendeu a redução do IPI para aquisição de máquinas e equipamentos de 5% para 3,5%, e prazo para depreciação de bens de capital. Mas o objetivo era conseguir ainda mais benefícios, como eliminação de Imposto sobre Importação (II), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição sobre o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

E a queda de braços continuou desde então. No mesmo mês o BNDES anunciou que desembolsaria cerca de R\$ 245 milhões para projetos florestais para empresas do setor de papel e celulose⁶² e as empresas deveriam investir R\$ 580 milhões para repor 300 mil hectares de novas florestas. Somente a Veracel declarou que faria investimentos de R\$ 4,9 bilhões, dos quais o BNDES financiaria R\$ 1,4 bilhão para o reflorestamento de eucalipto.

Em meio a essas questões, vieram ao Brasil representantes de jornais da Finlândia para visitar a Veracel Celulose no sul da Bahia e ouvir ambientalistas, sindicalistas, pequenos produtores agrícolas e representantes do MST sobre as acusações de que a empresa teria desmatado a mata amazônica em 1993 para dar início à plantação de eucalipto na região. Os jornalistas tiveram acesso a um vídeo sobre o desmatamento promovido pela empresa naquela época e queriam saber se o dinheiro finlandês estava financiando desmatamento de mata atlântica no Brasil⁶³.

Os conflitos, no entanto, não impediram a empresa de conseguir financiamento para garantir suas operações, tanto do BNDES como do Banco Mundial. Em dezembro de 2004, a Aracruz conseguiu um financiamento de US\$ 50 milhões do Banco Mundial através do International Finance Corporation (IFC) e no início de 2005, garantiu novo financiamento com o BNDES de R\$ 21 milhões destinado a obras de infra-estrutura (rede de saneamento básico, reforma de hospitais e escolas) nos municípios da região em que está localizada a Veracel no sul da Bahia. O projeto da unidade também recebeu financiamento do European Investment Bank (EIB), de US\$ 80 milhões e do Northern Investment Bank (NIB), de US\$ 70 milhões.

⁶² Fonte: Jornal Valor Econômico. *Banco investirá R\$ 245 mi em plantio de florestas*. 1º Caderno. 7 abril 04.

⁶³ De acordo com dados disponibilizados pela Veracel, do total da área da empresa, 73 mil he são de plantação de eucalipto, 66.434 he são de reserva de Mata Atlântica e 6.069 he estão reservados para a Estação Veracruz, uma reserva particular do patrimônio natural (RPPN). Os ambientalistas afirmaram que a área da Estação Veracruz só foi poupada em razão das denúncias feitas na época, quando a empresa ainda chamava-se Veracruz e pertencia à Odebrecht.

De acordo com o presidente da empresa, os financiamentos estão sendo empregados em tecnologia de produção para aproveitamento de 98% da árvore, enquanto a média mundial é de 94% de aproveitamento⁶⁴. Além disso, parte do resíduo do eucalipto será utilizada como biomassa para geração de energia elétrica através de uma termelétrica.

Os financiamentos externos recebidos pela Aracruz para os investimentos em tecnologia justificam-se pela afirmação do vice-presidente de operações da Stora Enso na América Latina, Glauco Affonso⁶⁵, de que a produção de madeira dura nos próximos anos será transferida de Escandinávia e América do Norte para os países do hemisfério sul que são conhecidos produtores de baixos custos.

Isso fez que a pressão dos movimentos sociais aumentasse. As etnias tupiniquin e guarani decidiram ocupar pela primeira vez, em 2005, uma parte das instalações da Aracruz Celulose, no município de Aracruz, para chamar atenção para a desapropriação de 11 mil hectares de terras que as comunidades indígenas afirmam ser suas⁶⁶. Além da ocupação indígena outros 8 mil hectares estavam ocupados pelos trabalhadores do Movimento dos Sem Terra.

Algum tempo depois as comunidades indígenas derrubaram árvores de eucalipto e construíram uma grande cabana onde os índios alegam ser a antiga aldeia Tupiniquin Araribá que foi destruída na década de 60. Os índios iniciaram a plantação de árvores frutíferas e nativas, mudas de abacaxi e mandioca na aldeia.

As comunidades indígenas junto com mais de 30 organizações, movimentos e demais apoiadores da luta indígena encaminharam uma carta ao Fundo de Petróleo da Noruega, um fundo público que investiu em 2004 cerca de US\$ 7 milhões na Aracruz Celulose, para solicitar a suspensão deste investimento, devido à violação praticada pela Aracruz Celulose contra os direitos constitucionais dos tupiniquins e guaranis a suas terras.

De acordo com a empresa, a questão começou no final dos anos 70 quando a Aracruz comprou terras de mais de 80 proprietários rurais seguindo o cumprimento da lei para compra e venda de propriedades desse tipo. Em 1983 a empresa doou 4.500 hectares para formação de reserva indígena, mas afirma que as reivindicações não pararam mais. O governo federal organizou um grupo de trabalho em 1994 para realizar um levantamento da existência de áreas indígenas na região. Como resultado, três anos depois foi entregue um estudo antropológico não reconhecido pela empresa no qual se inscreve 18 mil hectares como sendo terras indígenas. A empresa alega que o laudo não foi reconhecido nem mesmo pelo governo.

Nem sempre a resposta da empresa às ocupações foi por meio legal. A empresa foi criticada pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados por sua contribuição em ação ocorrida

⁶⁴ Fonte: Jornal Gazeta Mercantil. *O BNDES e a Veracel assinam novo contrato de financiamento*. Caderno Indústria, 21 jan 05.

⁶⁵ Fonte: Jornal Valor Econômico. *Brasil se destaca como produtor de baixo custo*. 21 jun 05.

⁶⁶ Os índios tupiniquins e guaranis lutam pela posse das terras há cerca de uma década.

contra a aldeia dos guaranis e tupiniquins construída em sua área em Aracruz, no Espírito Santo⁶⁷. De acordo com matéria divulgada pela Agência Carta Maior, a empresa mobilizou helicópteros, armamento bélico e mais de 100 agentes da polícia federal do Comando de Operações Táticas (COT) vindos de Brasília para destruir as duas aldeias construídas pelos índios no segundo semestre de 2005 nas áreas consideradas terras indígenas por eles.

O apoio logístico da empresa garantiu hospedagem e infra-estrutura para os agentes nas suas instalações e disponibilizou o heliponto para as ações táticas. Embora a mídia nacional não tenha veiculado o fato sua repercussão teve um impacto bastante negativo em outros países. A família real da Suécia chegou a vender suas ações da empresa devido a pressões sociais contra a violação dos direitos humanos e os danos ao meio ambiente naquele país. Mesmo assim, a empresa não deixou de receber o financiamento do BNDES de R\$ 297 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), informação que segundo os movimentos sociais também não foi repassada ao público.

A justiça condenou a empresa por divulgação de material difamatório contra os indígenas em sua página na internet, além dos painéis espalhados pela região. A decisão foi deferida com base em ação apresentada pelo Ministério Público Federal que identificou racismo e propaganda contra membros de etnias nativas.

Em março de 2006 o laboratório da Aracruz em Barra do Ribeiro (RS) foi novamente ocupado por trabalhadores do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e da Via Campesina. Mas além dos movimentos, a empresa tem que lidar com famílias pobres do entorno das unidades que colhem os resíduos deixados após o corte do eucalipto em Vila do Riacho, Aracruz (ES)⁶⁸. Esses resíduos são vendidos para produtores de carvão da região.

Mas a empresa usou da mesma tática de repressão com as famílias. Nesse caso, os moradores organizaram-se em uma associação (ACOVILA) para tentar negociar com a empresa por meios legais, mas não tiveram sucesso. A associação que conta com o apoio do MST no Espírito Santo agora reivindica terras de propriedade da Agril sob o domínio da Aracruz, mas que estão abandonadas, e segundo eles elas são consideradas estratégicas pela empresa pois por meio delas passa um dos canais da captação de água do Rio Doce para as unidades da Aracruz.

Em 2007, as terras disputadas pelas comunidades indígenas voltaram a ser o centro das discussões com a empresa. Dessa vez, porque o processo foi enviado em março de 2007, pelo Ministro Márcio Thomas Bastos, para a Fundação Nacional do Índio (Funai), para que o órgão reavaliasse o laudo antropológico que identifica os 18 mil hectares com sendo terras indígenas. A posição dos representantes das comunidades assim como do Conselho Indigenista Misionário (CIMI) é a de que o Ministro como representante do governo federal, estaria tentando negociar um

⁶⁷ Fonte Agência Carta Maior. *As lágrimas da Aracruz*. Colunista Cristiano Navarro. 13 mar 06. Disponível em: < http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=2979 >. Acesso em: 25 mar 09.

⁶⁸ Fonte: Centro de mídia independente. *Manifestação das famílias de Vila do Riacho – ACOVILA. Aracruz (ES)*. Disponível em: < <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/04/350412.shtml> >. Marilda Telles Maracci, 6 abri 06.

direito constitucional, uma vez que o artigo 231 da Constituição Federal determina que as terras indígenas são inalienáveis e indisponíveis, mesmo para a União.

A decisão foi proferida finalmente em agosto de 2007 em favor da demarcação dos 11 mil hectares de terras às comunidades indígenas dos tupiniquins e guaranis. As terras apropriadas indevidamente pela empresa eram utilizadas para o cultivo de eucaliptos destinados a produção de papel e celulose.

O Ministro da Justiça, Tarso Genro assinou duas portarias que demarcam 11.009 hectares como áreas permanentes dos povos guaranis e tupiniquins. Após a homologação do presidente, será feita um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a participação da FUNAI e do Ministério Público Federal (MPF) no qual se definem as condições em que as terras serão devolvidas aos povos e a indenização que será dada à empresa por benfeitorias feitas nas áreas.

A decisão, porém, serviu como precedente para a reivindicação de outro movimento social, as comunidades remanescentes de quilombolas, localizadas em Conceição da Barra no norte do Espírito Santo. Os representantes do movimento alegam que cerca de 9 mil hectares de terras são remanescentes de aldeias de escravos do século XVIII. A Aracruz, no entanto, afirmou que não há provas de que essas comunidades negras sejam mesmo remanescentes de quilombola do Sapê do Norte.

Do mesmo modo que as comunidades indígenas, os quilombolas conseguiram na justiça uma liminar de reintegração de posse da área que foi ocupada no mesmo mês por integrantes de comunidades remanescentes de quilombola⁶⁹. O parecer que determina a empresa como legítima proprietária das terras contraria a portaria do INCRA, publicada em maio de 2007⁷⁰, atestando que as terras pertencem às comunidades de afro-descendentes. Segundo publicação do INCRA, a região do Sapê do Norte que envolvia os municípios de São Mateus e Conceição da Barra no ES, foi habitada por cerca de 12 mil famílias quilombolas (em média 60 mil afro-descendentes) até meados do final da década de 60.

Além das questões relativas às comunidades indígenas e quilombolas, a Aracruz também se deparou com obstáculos da legislação ambiental no Rio Grande do Sul para expandir suas áreas florestais⁷¹. Uma lei de 1979⁷² transformou em área de segurança nacional uma faixa de 150 km a partir da fronteira, justamente nas áreas em que a Stora Enso pretendia formar uma base florestal. Até 2008 a empresa havia adquirido uma área de 46 mil hectares.

⁶⁹ Fonte: Agência Envolverde. *Justiça da reintegração de posse de área ocupada no Espírito Santo – Empresa consegue liminar judicial para retirar quilombolas que reivindicam suas terras reconhecidas pelo Incra*. 27 jul 07.

⁷⁰ A portaria do INCRA de 14 de maio de 2007 reconhece 9.542.57 hectares como sendo territórios quilombolas, pertencente à Comunidade de Linharinho. Sendo que destes, 82% estava ocupado por eucaliptos.

⁷¹ Fonte: Jornal Gazeta Mercantil/Investnews. *Lei de fronteira paralisa investimento no RS*. 17 mai 07. Disponível em: < <http://indexet.gazetamercantil.com.br/arquivo/2007/05/17/309/Lei-de-fronteira-paralisa-investimento-no-RS.html> >. Acesso em: 25 mar 09.

⁷² A Lei 6.634 proíbe o registro de terras em faixa de fronteira por empresas estrangeiras salvo se conseguir o consentimento do Conselho de Defesa Nacional.

Para conseguir o consentimento do Conselho de Defesa Nacional (CDN) é preciso obter uma série de documentos junto ao INCRA, mas após um ano de tramitação na autarquia a empresa não conseguiu registrar as terras, sobretudo por ser uma empresa de capital estrangeiro. A saída para a sueco-finlandesa foi constituir uma subsidiária brasileira (Derflin Agropecuária) que também não pôde registrar as terras porque tinha capital estrangeiro. Por fim, a sueco-finlandesa formou uma terceira empresa (Azen Glever Agropecuária) na qual os sócios são os executivos brasileiros da Stora Enso na Veracel. Com isso, a empresa conseguiu para plantar cinco mil hectares de eucalipto, em 2006.

Outra razão para o atraso na concessão do CDN foi o estudo da Cadeia Sucessória Dominial que busca os documentos de propriedade desde 1850. De acordo com a matéria do Jornal Gazeta Mercantil, já existem precedentes de concessão de autorização pelo Conselho de Segurança Nacional para empresas de origem Argentina que cultivam arroz em região de fronteira.

Além dos impactos da monocultura, vale destacar que a procura de áreas por grandes empresas de celulose e papel no Rio Grande do Sul provocou um incremento médio de cerca de 20% no valor das terras na região no ano de 2007⁷³. A maior procura foi pelas empresas Votorantim Celulose e Papel, Aracruz Celulose e Stora Enso.

A Aracruz foi mencionada em um documento organizado por várias ONGs do mundo⁷⁴ denominado de "Lista Negra" que inclui projetos e empresas considerados agressivos do ponto de vista social e ambiental e que em comum tem o fato de possuir financiamento de agências de desenvolvimento local ou de bancos internacionais para suas atividades danosas⁷⁵. A Aracruz é mencionada devido ao impacto negativo da produção da empresa no solo, na água e na biodiversidade. Além disso, o modo como a empresa agiu com relação a apropriação indébita das terras indígenas, quilombolas e o tratamento dispensado a movimentos sociais.

No que diz respeito aos comunicados emitidos pela Aracruz ao mercado, é possível destacar acordos e parcerias com outras empresas do setor, como a Klabin S.A. e as empresas do grupo Votorantim, conforme quadro abaixo.

De acordo com o comunicado de fevereiro de 2003, foi estabelecido contrato de regulação de direitos do Grupo Lorentzen e da Sodepa – Sociedade de Empreendimentos, Publicidade e Participações S.A. ou Sodepa – Letero Empreendimentos, Publicidade e Participações S.A.. A Sodepa aparece como a *holding* controladora do Banco Safra S.A. apesar de o grupo aparecer oficialmente como acionista da Aracruz através da Arainvest Participações S.A.. A operação leva a crer que há dois tipos de participação do grupo Safra, a primeira por meio de Sodepa que controla

⁷³ Fonte: Jornal Diário do Comércio e Indústria (DCI Online). *Grãos em alta valorizam terras agrícolas em 18%*. 21 jan 08.

⁷⁴ A relação dos empreendimentos e companhias está no "Bank Track" e é conduzido por organizações como WWF, Friends of the Earth, International Rivers Network e Rainforest Action Network.

⁷⁵ Fonte: Presidência da República Gabinete de Segurança Institucional. AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN). Três projetos do Brasil integram "lista negra". 10 jan 08. Disponível em: <<http://www.abin.gov.br/modules/articles/article.php?id=1741>>. Acesso em: 10 abri 09.

o Banco Safra e a segunda, diretamente do banco por meio da Arainvest, cuja participação chega a 28%. No caso da Sodepa não está estabelecido.

Os comunicados também informam sobre a aquisição das ações da Riocell pela Aracruz, que pertenciam à Klabin. Falam da participação da empresa Weyerhaeuser na Aracruz produtos de madeira S.A., o financiamento recebido do IFC e o aumento de participação em PN da empresa estadunidense Capital Research and Management Company.

Quadro 10 - Aracruz Celulose S.A.		
Período	Comunicados	Obs.
Fevereiro de 2003	As empresas acionistas da Aracruz, cada uma delas detentora do equivalente a 28% do capital social votante da empresa: Arapar S.A. e Lorentzen Empreendimentos S.A. e, de outro lado, Sodepa Sociedade de Empreendimentos, Publicidade e Participações S.A. celebraram contrato com Votorantim Celulose e Papel S.A. (" VCP ") e BNDES Participações S.A. - BNDESPAR (" BNDESPAR "), com objetivo de regular exercício de direitos patrimoniais do Grupo Lorentzen e da SODEPA .	As regras estabelecidas referem-se a: (i) à compra e venda de suas ações, (ii) à preferência para adquiri-las e (iii) ao direito de venda conjunta (<i>tag along</i>). O contrato é válido por 16 anos.
Julho de 2003	Contrato entre Aracruz Celulose S.A. e Aracruz Trading S.A., de um lado, e Klabin S.A. e Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda., para que a Aracruz assumira a titularidade de todas as ações em que se divide o capital social de RIOCELL S.A.	Empresa pertencente a Klabin S.A.
Outubro de 2004	Venda de participação de dois terços na Aracruz Produtos de Madeira S.A. (APM) para o grupo Weyerhaeuser .	A empresa Weyerhaeuser possui tecnologia avançada na fabricação de produtos sólidos de madeira e opera em 18 países, segundo o comunicado.
Dezembro de 2004	Comunicado de anúncio de contrato de financiamento (US\$ 50 milhões) com a International Finance Corporation (IFC), ramo do Banco Mundial para o setor privado.	O financiamento tem prazo de 10 anos e envolveu uma análise dos aspectos ambientais e sociais da empresa.
Dezembro de 2005	Entrada na primeira carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa, formado por 28 companhias.	O objetivo da Bovespa é compor uma carteira com 34 ações de empresas reconhecidas pelo compromisso com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial.
Março de 2006	A empresa Capital Research and Management Company (CRMC), sociedade constituída nos Estados Unidos da América (Los Angeles) comunica a aquisição de 5,15% de ações preferenciais (PN) classe "B".	Em janeiro de 2008, a empresa aumentou sua participação no capital social da Aracruz para 10,54% (PN)
Julho de 2008	Comunicado sobre aquisição das operações da empresa Boise Cascade do Brasil Ltda. pelo valor de US\$ 47,1 milhões, por áreas licenciadas de 15,4 mil ha de terras, das quais 10,2 mil ha plantadas com eucalipto, além de uma laminadora, máquinas, equipamentos e edificações.	
Agosto de 2008	A Aracruz comunica que recebeu correspondência dos controladores indiretos de Arapar S.A. informando o aceite da proposta apresentada por Votorantim Industrial S.A. , controladora de Votorantim Celulose e Papel S.A. para aquisição, de ações ordinárias de emissão da Aracruz representativas de aproximadamente 28% de seu capital votante.	Permissão da Arapar para a VCP adquirir ações da Aracruz, no montante de 28%.
Setembro de 2008	Arainvest Participações S.A. e Votorantim Industrial S.A. (VID) celebram acordo para definir obrigações para investimento conjunto na Aracruz Celulose S.A. e na Votorantim Celulose e Papel S.A. (VCP) Pelo acordo, a VID e a Arainvest concordaram em aportar a totalidade de suas participações societárias na VCP e na Aracruz em uma companhia <i>holding</i> recém constituída. A transferência para a <i>holding</i> das participações societárias de VID e Arainvest na VCP e na Aracruz está condicionada à aquisição, pela VCP, de aproximadamente 28% das ON da Aracruz (Conforme acordo anterior).	O esperado do acordo é que: (a) a <i>holding</i> será titular de 100% das ON da VCP e aproximadamente 28% das ON e 14,8% das PN da Aracruz; (b) a VCP será titular de aproximadamente 56% das ON da Aracruz, (c) VID e Arainvest serão detentoras cada uma de 50% do capital votante da <i>holding</i> e respectivamente 57,23% e 42,77% do capital total e estarão vinculadas por Acordo de Acionistas com o objetivo inclusive de regular o exercício do direito de voto e (d) Arainvest terá realizado pagamento de aproximadamente

		R\$530milhões para VID nas condições pactuadas.
Dezembro de 2008	Comunicado sobre participação acionária de 5,14% em ações preferenciais (PN) pela empresa Barclays Global Investors Ltd. , de origem inglesa.	

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009.
Extraído dos registros da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) referente a: "Comunicado ao Mercado", "Contratos com Partes Relacionadas" e "Atos ou Fatos Relevantes".

A Aracruz Celulose S.A. mantém unidades de produção no Brasil nos municípios de Aracruz (ES); Guaíba (RS); Eunápolis e Posto da Mata (BA). Opera também nos Estados Unidos, Suíça, Hungria e China.

Sua principal atividade é a produção de papel e celulose, principalmente a de celulose de fibra branqueada de eucalipto. Não há informações sobre suas marcas e produtos disponíveis no banco de dados da CVM e no site da empresa não há menção a respeito desse tema.

A maior parte do capital social da empresa (em ações ordinárias) pertence a quatro empresas, incluindo um braço do BNDES. São elas: Newark Financial Inc. (Grupo Votorantim); Arainvest Participações S.A. (Grupo Safra); Arapar S.A. e Lorentzen Empreendimentos (Grupo Lorentzen) e BNDESPar (BNDES Participações S.A.).

Tabela 19 - Composição Acionária da Aracruz Celulose S.A.

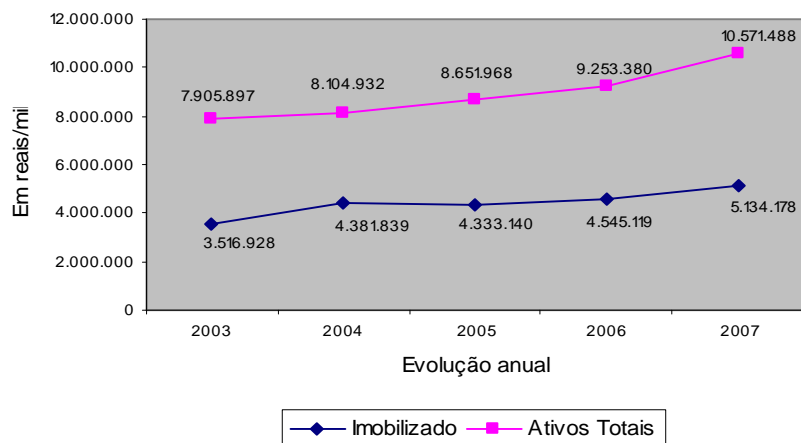
Razão Social - Empresa	Nacionalidade	(ON) Em %	(PN) Em %
NEWARK FINANCIAL INC.	Ilhas Britânicas	28,00%	-
ARAINVEST PARTICIPAÇÕES S.A	brasileira	28,00%	14,83%
ARAPAR S.A	brasileira	13,68%	-
BNDES PARTICIPAÇÕES S.A	brasileira	12,49%	-
U.S. TRUST COMPANY N.A.	estadunidense	-	6,54%
SÃO TEÓFILO REPRES. E PARTICIPAÇÕES S.A.	brasileira	14,32%	-
CAIXA PREVID. FUNC. BANCO DO BRASIL	brasileira	-	5,49%
WELLINGTON MGMT COMPANY	estadunidense	-	5,88%
NORTHERN CROSS INVESTMENTS LTD	estadunidense	-	8,68%
CAPITAL WORLD INVESTORS	estadunidense	-	7,98%
AÇÕES EM TESOURARIA	S/I	0,11%	0,26%
OUTROS	S/I	3,40%	50,34%
Total		100,00%	100,00%

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009.
Extraído de CVM. IAN referente a 31/12/2007. Apresentado em 15/12/08. Verificado em 18/01/09. S/I – Sem Informação.

Com relação às empresas controladas/coligadas à Aracruz, as seguintes empresas estão registradas na CVM: Portocel; Mucuri Agroflorestral S.A; Aracruz Trading S.A.; Aracruz Celulose EUA, (Inc.); Aracruz (Europe) S.A.; Aracruz Produtos de Madeira S.A.; Veracel Celulose S.A.; Aracruz Trading Hungary Ltd.; Riocell Trade Ltd.; Ara Pulp - Com. Import. e Export., Unipessoal Ltda.

Os investimentos da Aracruz em imobilizado acompanham o equivalente a 50% do total de ativos relativo a cada período anual, demonstrando que os investimentos voltados para as aquisições de propriedades, edificações, equipamentos etc estão em conformidade com a estratégia de crescimento da empresa.

Ativo Imobilizado Aracruz Celulose S.A.



Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009
 Extraído de CVM. DFP referente a 31/12/2007. Apresentado em 11/01/08. Verificação em 18/01/09.

Outra informação que as empresas estão obrigadas a apresentar são as demonstrações financeiras e patrimoniais e as propriedades consideradas relevantes. No que concerne as propriedades da Aracruz há o registro da planta industrial de Aracruz, em Barra do Riacho no estado do Espírito Santo, o de "terras" em diversos estados, de florestas de eucalipto e florestas de preservação/reservas. Não há informações sobre as unidades de produção de Guaíba, no Rio Grande do Sul, sobre a unidade de produtos de madeira ou Veracel (Fazenda Brasilândia) no estado da Bahia. A seguir as propriedades declaradas pela empresa à CVM:

Tipo de Propriedade	Endereço	Município	UF	Área Total (Mil m2)	Área Construída (Mil m2)	Idade (Anos)
Planta Industrial	Barra do Riacho , s/nº	Aracruz	ES	217.790,000	118.906,000	39
Terras	Alcobaça	Alcobaça	BA	518.864,600	0,000	0
Terras	Caravelas	Caravelas	BA	393.737,360	0,000	0
Terras	Ibirapuan	Ibirapuan	BA	142.708,470	0,000	0
Terras	Mucuri	Mucuri	BA	217.963,290	0,000	0
Terras	Nova Viçosa	Nova Viçosa	BA	339.911,500	0,000	0
Terras	Prado	Prado	BA	7.783,460	0,000	0
Terras	Teixeira de Freitas	Teixeira de Freitas	BA	49.568,130	0,000	0
Terras	Vereda	Vereda	BA	34.333,900	0,000	0
Terras	Aracruz	Aracruz	ES	577.552,040	0,000	0
Terras	Conceição da Barra	Conceição da Barra	ES	375.085,850	0,000	0

Terras	Fundão	Fundão	ES	9.670,180	0,000	0
Terras	Jaguaré	Jaguaré	ES	63.856,480	0,000	0
Terras	Linhares	Linhares	ES	61.394,700	0,000	0
Terras	Montanha	Montanha	ES	41.630,700	0,000	0
Terras	Mucurici	Mucurici	ES	11.623,930	0,000	0
Terras	Outros	Outros	ES	79.185,380	0,000	0
Terras	Pinheiros	Pinheiros	ES	23.778,250	0,000	0
Terras	São Mateus	São Mateus	ES	332.579,750	0,000	0
Terras	Vila Valério	Vila Valério	ES	28.912,540	0,000	0
Terras	Serra	Serra	ES	52.003,010	0,000	0
Terras	Sooretama	Sooretama	ES	34.329,290	0,000	0
Terras	Nanuque	Nanuque	MG	80.722,370	0,000	0
Terras	Carlos Chagas	Carlos Chagas	MG	55.887,360	0,000	0
Terras	Cachoeira do Sul	Cachoeira do Sul	RS	72.697,970	0,000	0
Terras	Arroio dos Ratos	Arroio dos Ratos	RS	56.307,770	0,000	0
Terras	Pantano Grande	Pantano Grande	RS	83.631,890	0,000	0
Terras	Barra do Ribeiro	Barra do Ribeiro	RS	117.240,650	0,000	0
Terras	Butiá	Butiá	RS	94.468,580	0,000	0
Terras	Encruzilhada do Sul	Encruzilhada do Sul	RS	65.142,540	0,000	0
Terras	Dom Feliciano	Dom Feliciano	RS	43.349,460	0,000	0
Terras	Eldorado do Sul	Eldorado do Sul	RS	35.029,670	0,000	0
Terras	Santa Margarida do Sul/General Camara	Santa Margarida Sul	RS	34.305,800	0,000	0
Terras	Guaíba	Guaíba	RS	30.076,480	0,000	0
Terras	Mariana Pimentel/Charqueadas	Mariana Pimentel	RS	32.465,710	0,000	0
Terras	Minas do Leão	Minas do Leão	RS	41.342,480	0,000	0
Terras	Triunfo/Barão do Triunfo	Triunfo/Barão do Triunfo	RS	25.477,750	0,000	0
Terras	São Jerônimo	São Jerônimo	RS	45.518,520	0,000	0
Terras	Rio Prado	Rio Prado	RS	35.300,900	0,000	0
Terras	Tapes	Tapes	RS	24.827,230	0,000	0
Terras	Outros	Outros	RS	194.173,240	0,000	0

Florestas de Eucalipto	Serra	Serra	ES	24.686,730	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Montanha	Montanha	ES	25.945,450	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Alcobaça	Alcobaça	BA	281.693,820	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Ibirapuan	Ibirapuan	BA	85.001,400	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Mucuri	Mucuri	BA	135.676,330	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Nova Viçosa	Nova Viçosa	BA	193.471,440	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Prado/Vereda	Prado/Vereda	BA	14.598,370	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Caravelas	Caravelas	BA	240.163,280	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Teixeira de Freitas	Teixeira de Freitas	BA	25.215,750	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Carlos Chagas	Carlos Chagas	MG	24.341,370	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Nanuque	Nanuque	MG	39.898,740	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Butiá	Butiá	RS	56.505,160	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Mariana Pimentel	Mariana Pimentel	RS	16.160,870	0,000	0
Florestas de Eucalipto	São Jerônimo	São Jerônimo	RS	29.617,990	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Barra do Ribeiro	Barra do Ribeiro	RS	74.929,420	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Minas do Leão	Minas do Leão	RS	25.910,540	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Tapes	Tapes	RS	18.835,170	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Guaíba	Guaíba	RS	17.402,410	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Arroio dos Ratos	Arroio dos Ratos	RS	34.433,990	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Eldorado do Sul	Eldorado do Sul	RS	22.880,210	0,000	0
Florestas de Eucalipto	São Mateus	São Mateus	ES	232.301,600	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Sooretama	Sooretama	ES	25.286,770	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Aracruz	Aracruz	ES	336.899,620	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Conceição da Barra	Conceição da Barra	ES	258.757,320	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Jaguaré	Jaguaré	ES	40.997,400	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Linhares	Linhares	ES	21.897,240	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Pinheiros/Vila Valério/Mucurici	Pinheiros/Vila Valério/Mucurici	ES	36.006,140	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Fundão/Stª Teresa	Fundão/Stª Teresa	ES	5.692,710	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Rio Bananal	Rio Bananal	ES	3.661,260	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Stª Leopoldina	Stª Leopoldina	ES	214,150	0,000	0

Florestas de Eucalipto	D.Feliciano/Triunfo	D.Feliciano/Triunfo	RS	35.943,030	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Pantano Grande/General Camara	Pantano Grande/General Camara	RS	53.639,820	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Charqueadas/Barão do Triunfo	Charqueadas/Barão do Triunfo	RS	10.582,350	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Sertão Santana/Sentinela do Sul/ R Prado	Sertão Santana/Sentinela do Sul/ R Prado	RS	24.043,840	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Amaral Ferrador/Camaqua	Caçapava do Sul	RS	21.257,520	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Cachoeira do Sul	Cachoeira do Sul	RS	33.241,320	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Cristal/Candelaria/	Santana Boa Vista	RS	10.044,780	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Encruzilhada do Sul	Encruzilhada do Sul	RS	28.983,820	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Lavras do Sul	Lavras do Sul	RS	14.679,790	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Santa Margarida do Sul	Santa Margarida do Sul	RS	16.605,350	0,000	0
Florestas de Eucalipto	São Gabriel	São Gabriel	RS	31.096,070	0,000	0
Florestas de Eucalipto	São Sepe	São Sepe	RS	8.370,690	0,000	0
Florestas de Eucalipto	Vila Nova do Sul	Vila Nova do Sul	RS	8.670,990	0,000	0
Florestas de Preservação/Reservas	Estado do Espírito Santo	Vários	ES	552.906,580	0,000	0
Florestas de Preservação/Reservas	Estado da Bahia	Vários	BA	636.166,960	0,000	0
Florestas de Preservação/Reservas	Estado de Minas Gerais	Vários	MG	66.462,620	0,000	0
Florestas de Preservação/Reservas	Estado do Rio Grande do Sul	Vários	RS	346.152,300	0,000	0

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 20082009.

Extraído de CVM. IAN referente a 31/12/2007. Apresentada em 15/12/08. Verificação em 18/01/09.

Obs.: Nenhuma propriedade, terreno ou imóvel alugado de terceiros. Não há observações a nenhum dos itens disponíveis.

A Klabin S.A.⁷⁶ foi criada em 1890 como uma tipografia (Empreza Graphica Klabin) e importadora de artigos para escritório, em São Paulo. Nove anos depois os irmãos Klabin e o primo Miguel Lafer fundaram a Klabin Irmãos e Cia. (KIC) para importar produtos de papelaria e produzir artigos para escritório, comércio, repartições públicas e instituições bancárias.

Somente em 1902 a empresa ingressou no ramo de produção de papel com a locação da Fábrica de Papel Paulista de Vila de Salto, Itu. Cinco anos depois (1907) a KIC e outros acionistas começaram a construção da fábrica própria, a Companhia Fabricadora de Papel (CFP), na cidade de São Paulo.

Em 1929, fundaram a filial Sociedade Anônima Jardim Europa (SAJE). Três anos depois, a KIC arrendou a Manufatura Nacional de Porcelanas S/A (MNP) que se tornou em 1936 sua filial. Em 1934, a empresa comprou a Fazenda Monte Alegre, em Tibagi (PR), para construção da primeira fábrica integrada do grupo, as Indústrias Klabin do Paraná (IKP), que em 1941 recebeu o nome de Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A.

No ano de 1943 a Klabin Irmãos e Cia. (KIC) associou-se à Empresa Caolim Ltda, tornando-se controladora majoritária das ações e iniciou o trabalho de reflorestamento na Fazenda Monte Alegre, com árvores de Araucária. Poucos anos mais tarde, em 1951, a Klabin Irmãos e Cia., juntamente com a Nitroquímica Brasileira S.A. e a Votorantim, constituíram a Rilsan Brasileira S.A. para produção de fios sintéticos. Um ano depois a Klabin passou a produzir papelão ondulado na Ponte Grande Klabin (PGK), uma de suas filiais.

Em 1955, a KIC adquiriu a Companhia Universal de Fósforos (RJ) e transferiu suas instalações para a cidade de São Paulo. A companhia, então subsidiária da KIC, foi vendida em 1960 para a Fiat Lux do Brasil, quando a empresa abandonou definitivamente esse setor. No mesmo período, a empresa construiu no Rio de Janeiro a Unidade Del Castilho de papelão ondulado.

Além da negociação com a Fiat Lux, a KIC criou a Papel e Celulose Catarinense (PCC), como uma empresa controlada em sociedade com o Grupo Monteiro Aranha e duas organizações estrangeiras, a Adela Investment Co. SA e a International Finance Corporation (IFC) financeira do Banco Mundial. Esta empresa passou a chamar-se Celucat S.A. a partir de 1996.

A partir de então, as unidades passaram a receber investimentos. Em 1961, a empresa concluiu a construção da Unidade Vila Anastácio (SP) como filial da KIC. Quatro anos depois construiu a Unidade Santa Luzia (MG) voltada para a produção de azulejos. Em 1967, a Klabin comprou a Cia Manufatura de Papel e Embalagens (Cimape), em Piracicaba (SP), que passou a ser sua filial. Construiu a Papelão Nordeste S.A. (Ponsa) e começou a construção da Papel e Celulose Catarinense Ltda.

A Klabin associou-se à Hoescht em 1970 para produzir fios sintéticos da marca “trevira” por meio da Companhia Brasileira de Sintéticos (CBS).

⁷⁶ Disponível em: < <http://www.klabin.com.br> >. Acesso em: 25 out. 08.

A KIC comprou a ONIBLA S.A. Indústria e Comércio de Papel pela CFP no ano de 1974. Em 1979, a empresa assumiu o controle acionário das empresas PCC e KESA pela IKPC e construiu a Klabin Mineiração S.A. (PR). No início dos anos 80, a empresa PONSÁ passou a ser controlada pela KESA, a CFP tornou-se subsidiária integral da KIC e a Klabin adquiriu a Rio Grande Companhia de Celulose do Sul (Riocell), na cidade de Guaíba (RS).

Em 1986, a KIC adquiriu a Bates do Brasil Papel e Celulose S.A. através da Papel e Celulose Catarinense Ltda. Quatro anos mais tarde (1990), a Klabin comprou a Companhia de Papéis (COPA) pela KFPC, formada por fábricas em Cruzeiro (SP) e Mendes (RJ) com produção de papéis descartáveis.

Em 1997, ocorreu a *joint-venture* entre a IKPC e a Kimberly-Clark, através das subsidiárias Kimberly-Clark Worldwide Inc. e Celucat S.A., controladas pela empresa Celulosa Argentina S.A.. A nova empresa foi denominada KCK Tissue S.A.. Nesse mesmo ano a empresa constituiu a Klabin Tissue S.A., como uma subsidiária da IKPC e mais tarde (1999) recebeu o nome de Klabin Kimberly.

Em 1999 a Celucat S.A. incorporou a KFPC, a Klabin Kimberly adquiriu a Bacraft e Lalekla e formam a *joint-venture* com a empresa Boise Cascade para produzir e comercializar produtos de madeira.

Outra *joint-venture* da Klabin foi com a Norske Skog para produção de papel imprensa na Unidade Monte Alegre (PR). No mesmo ano, a companhia adquiriu a empresa Igaras Papéis e Embalagens S.A., através de uma subsidiária argentina, a Klabin Argentina S.A..

Em 2003, a Klabin S.A. deixou de produzir papel imprensa retirando-se do setor. No mesmo ano, a empresa vendeu sua participação acionária de 81,71% do capital total da Klabin Bacell S.A. e os 50% da participação social na sociedade Klabin Kimberly S.A. (Brasil) e KCK Tissue S.A. (Argentina) para a Kimberly-Clark Tissue do Brasil Ltda e Kimberly Clark Argentina S.A.. Além dessas vendas a empresa saiu do setor de descartáveis e desmobilizou ativos da empresa Riocell.

A participação na Kimberly-Clark Tissue do Brasil Ltda e Kimberly-Clark Argentina S.A foram vendidas por R\$ 408,6 milhões. A venda é parte do plano estratégico da empresa em manter os segmentos de madeira, papéis, cartões e produtos de embalagem de papel.

A Klabin compra praticamente toda a matéria-prima produzida por pequenos produtores na região de Telêmaco Borba, no Pará, onde tem sua maior fábrica. O restante é absorvido pelas madeireiras e moveleiras que integram um pólo regional. A empresa recomenda aos pequenos produtores que não dediquem mais de 30% de sua área para o plantio de madeira já que esse tipo de cultivo é um investimento de longo prazo.

Assim como ocorreu com a Aracruz, a Fazenda Faxinal do Paulista, de propriedade da Klabin, foi ocupada por integrantes do Movimento dos Sem Terra, em abril de 2003. A área está localizada no município de São Cristóvão do Sul, em Santa Catarina.

No ano de 2004, a Klabin tornou-se a primeira empresa brasileira e integrar a bolsa de créditos de carbono, chamada Chicago Climate Exchange (CCX). No ano seguinte (2005), muitas florestas da Klabin foram certificadas e receberam o selo do Forest Stewardship Council (FSC), assim como a cadeia de custódia de papel cartão e kraftliner (unidade do Paraná). No ano seguinte, a mesma certificação foi concedida para a produção de papéis e sacos industriais (unidade de Angatuba, em São Paulo).

Em agosto de 2006, a empresa conseguiu um dos maiores financiamentos concedidos pelo BNDES no valor de R\$ 1,74 bilhão destinados ao aumento da capacidade de produção da unidade da Klabin Papéis, localizada em Telêmaco Borba, no estado do Paraná. O projeto é considerado o 5º maior financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Esta certificação também foi conquistada em 2006 nas produções de papel cartão, kraftliner e embalagem de papel cartão em outras unidades industriais e ampliada em 2007, quando a empresa conquistou o selo para a produção de papéis reciclados e embalagens de papelão ondulado (para as unidades de Jundiá, Piracicaba (SP); Itajaí (SC), Ponte Nova, Betim (MG); feira de Santana (BA), Goiana (PE) e Guapimirim (RJ).

A empresa realizou uma venda de créditos de carbono, em fevereiro de 2007, de 14,5 toneladas de CO2 em uma área de 32 mil hectares. A operação foi realizada na bolsa internacional de comércio de emissões de gases de efeito estufa, sediada nos Estados Unidos.

A Klabin produz e comercializa papel para embalagem voltado a produtos como alimentos.

A Klabin S.A. está registrada na Comissão de Valores Mobiliários como uma empresa do setor de papel e celulose. Como atividade principal consta indústria de papel, celulose, embalagem, florestamento e reflorestamento.

Assim como outras empresas selecionadas para esse estudo, não é possível conhecer quem são os acionistas de 20,47% das ações ordinárias (ON) e 61,10% das ações preferenciais (PN) que estão classificadas em "outros" da Klabin S.A.

Todos os acionistas declarados pela Klabin S.A. são brasileiros. É possível observar que a participação do BNDESPar é por meio de ações preferenciais (PN), sem direito a voto, e superior a participação de todas as outras empresas analisadas nesse estudo.

Tabela 21 - Composição acionária Klabin S.A.			
Razão Social - Empresa	nacionalidade	ON (em %)	PN (em %)
KLABIN IRMÃOS & CIA.	brasileira	51,7	-
MONTEIRO ARANHA S.A. (INVESTIDORA)	brasileira	20,03	5,18
NIBLAK PARTICIPAÇÕES S.A.	brasileira	7,8	-
BNDES PARTICIPAÇÕES S/A - BNDESPAR	brasileira	0	30,93
AÇÕES EM TESOURARIA	-	0	2,79
Outros	S/I	20,47	61,10
Total		100	100

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009
 Extraído de CVM. IAN referente a 31/12/07. Apresentado em: 16/12/08. Verificado em: 20/01/09. S/I – Sem Informações.

Nenhuma empresa coligada ou controlada foi declarada à CVM pela Klabin. Mas sabe-se que opera no Brasil e Argentina, além de exportar para cerca de 50 países de América do Norte, América do Sul, Europa, África, Ásia e Oceania.

No relatório de sustentabilidade da empresa também não há menção às empresas coligadas que compõem o grupo. No quadro abaixo, sobre os comunicados ao mercado, a empresa declarou uma incorporação da empresa Klabin Monte Alegre Comércio e Indústria Ltda.

Os comunicados ao mercado feitos pela Klabin referem-se a venda da Riocell para a Aracruz, à venda da participação de 50% nas sociedades Klabin Kimberly S.A. e KCK Tissue S.A.. A operação de venda da Klabin Bacell S.A. para a RGM International PTE Ltd. que inclui uma transferência de ações da empresa florestal Norcell S.A. não está clara nos comunicados, nem no site da empresa.

Período	Comunicados	Obs.
Maio de 2003	Comunicado de transferência total de ações detidas pela Klabin na Riocell S.A. para a Aracruz Celulose S.A.	
Agosto de 2003	A Klabin S.A. comunica que, foi concretizada a venda, para a Kimberly-Clark Tissue do Brasil Ltda. e Kimberly Clark Argentina S.A., da sua participação de 50% (cinquenta por cento) nas sociedades Klabin Kimberly S.A. (Brasil) e KCK Tissue S.A. (Argentina).	
	Assinatura de contrato para venda de participação acionária de 81,71% do capital total da Klabin Bacell S.A. (Bacell) para a RGM International PTE Ltd. , grupo empresarial asiático, sediado em Singapura.	A operação abrange, adicionalmente, a transferência dos direitos e obrigações relacionados à aquisição por Klabin das ações da empresa florestal Norcell S.A.
Março de 2004	Comunicado sobre incorporação da controlada (99,99%) Klabin Monte Alegre Comércio e Indústria Ltda.	O objetivo da incorporação é simplificar a estrutura operacional e societária.

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009
Extraído dos registros da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) referente a: "Comunicado ao Mercado", "Contratos com Partes Relacionadas" e "Atos ou Fatos Relevantes".

Assim como as outras empresas analisadas a Klabin não declarou à CVM suas propriedades em outro país, ou seja, na Argentina. A localização das propriedades não está clara. De acordo com o site da empresa, há uma unidade de produção em Fortaleza (CE), que não foi mencionada, uma fábrica em Goiânia (GO), em Recife (PE), em Betim (MG), em Del Castilho (RJ), unidades fabris e florestais em Itajaí, Lages (SC), além de unidade fabril em São Leopoldo (RS).

Tipo de Propriedade	Endereço	Município	UF	Área Total (Mil m2)	Área Construída (Mil m2)	Idade (Anos)
Fazenda Monte Alegre	Fazenda Monte Alegre	Telêmaco Borba	PR	142.550,000	0,000	41
Fábrica	Fazenda Monte Alegre	Telêmaco Borba	PR	9.000,000	0,000	41
Gleba de terras com edificações	Via Anhanguera, Sítio Tijuco Preto	Jundiá	SP	122,100	33,560	13
Fábrica	Av. Cristóvão Colombo, 2307	Piracicaba	SP	84,587	27,368	22
Terreno com edificações	Rua Hum s/nº, Distrito Ind. Paulo Camilo	Betim	MG	78,200	0,000	16
Terreno com edificações	Estr. Rio-Friburgo, s/nº, km 429	Guapimirim	RJ	190,708	0,000	6
Terreno com edificações	Av. Olinkraft, 6602	Otacílio Costa	SC	755,368	0,000	44

Imóvel urbano com edificações	Rua Felisberto Leopoldo	Ponte Nova	MG	202,462	0,000	5
Imóvel urbano com edificações	Rod. BR-324, Km 104,5	Feira de Santana	BA	102,844	12,261	4
Imóvel urbano com edificações	Estr. do Bonsucesso, 6001	Itaquaquecetuba	SP	115,626	19,077	4
Imóvel urbano com edificações	R. João Antonio Mecatti, 1575	Jundiaí	SP	77,872	0,000	3
Imóvel urbano com edificações	Rod. Raposo Tavares, Km 197	Angatuba	SP	734,699	8,934	6

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009
 Extraído de CVM. IAN referente a 31/12/07. Apresentado em: 16/12/08. Verificado em: 20/01/09.
 Obs.: (a) Há propriedades declaradas com edificação (área construída) mas não declarado no item "Área Construída". (b) Nenhum imóvel que foi declarado é alugado de terceiros.

No que concerne à Klabin Segal S.A., outra empresa que também aparece como S.A. declarou apenas uma propriedade que é a sede da empresa na cidade de São Paulo. A empresa está registrada desde agosto de 2006 como empresa do setor de construção civil, materiais de construção e decoração que opera no segmento de incorporação, compra e venda de imóveis.

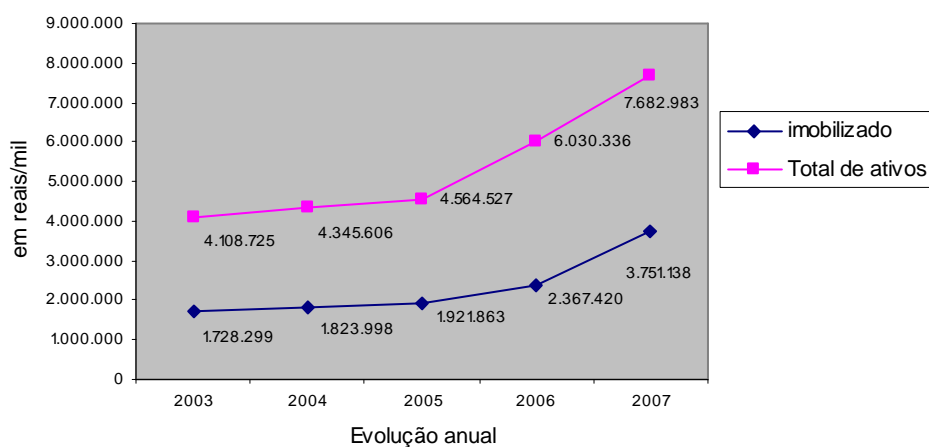
Tabela 22 (b) - Propriedades Relevantes declaradas pela Klabin Segal S.A.

Tipo de Propriedade	Endereço	Município	UF	Área Total (Mil m2)	Área Construída (Mil m2)	Idade (Anos)
Sede Social	Av. das Nações Unidas, 8.501, 9º andar	São Paulo	SP	1.950,00	0,000	0

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009.
 Extraído de CVM. IAN referente a 31/12/07. Apresentado em: 16/12/08. Verificado em: 20/01/09.
 Obs.: A propriedade declarada consta como sendo alugada de terceiros de 12/03/2008 a 11/03/2013.

Os ativos totais da Klabin S.A. apresentam aumento basicamente nos períodos de 2006 e 2007. O mesmo parece acontecer com o ativo imobilizado que saltou de 2006 para 2007 em mais de 1 bilhão de reais, mais de 50% do imobilizado registrado em 2006.

Ativo imobilizado Klabin S.A.



Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009.
 Extraído de CVM. DFP referente a 31/12/07. Apresentado em: 18/02/08. Verificado em: 20/01/09.

A história do grupo Votorantim⁷⁷ começou em meados de 1918, na cidade de Votorantim, distrito de Sorocaba, interior de São Paulo, com uma fábrica de tecidos que recebeu o nome de Sociedade Anonyma Fábrica Votorantim.

Foi nas décadas seguintes que o grupo diversificou suas atividades para outros setores de atividade econômica como minérios, produtos químicos, agricultura e papel e celulose. A produção de papel e celulose começou somente no ano de 1948, com a empresa Votocel, também localizada em Votorantim (Sorocaba) que fabricava papel transparente.

Dois anos depois (1950) o grupo adquiriu a fábrica de papel Pedras Brancas, em Guaíba (RS) e iniciou a plantação de 80 milhões de mudas de eucaliptos em Capão Bonito (SP).

Algumas décadas mais tarde, especificamente no ano de 1988, o grupo Votorantim juntamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) adquiriram o Celpav – Celulose e Papel Votorantim, um projeto pertencente à antiga Companhia Guataparã de Papel e Celulose para implantação da fábrica integrada de papel e celulose em Luiz Antonio (SP).

Em 1992 o grupo adquiriu a empresa Papel Simão S.A. com quatro unidades de produção e uma distribuidora. Três anos depois, em 1995, foi então consolidada a *holding* VCP – Votorantim Celulose e Papel que começou a exportar celulose no ano seguinte, expandindo sua capacidade de produção de diferentes tipos de produtos.

Em 1999, a VCP realizou uma reestruturação em sua sociedade, vendeu a empresa Papel Salto e incorporou a Celpav. Além desta, conseguiu a participação de 28% do capital social com direito a voto na empresa Aracruz Celulose.

Em abril de 2003 integrantes do Movimento dos Sem Terra (MST) ocuparam duas propriedades rurais da VCP, localizadas em Bauru e Pederneiras com o objetivo de pressionar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a promover assentamentos na região. A área de Bauru está arrendada por 24 anos, pela VCP, da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e a VCP já possuía uma reintegração de posse judicial.

Em junho de 2003 o Banco Safra, Grupo Lorentzen, Votorantim e BNDES, que formam um bloco controlador da Aracruz comemoraram a aquisição da Riocell e a decisão de investir US\$ 1,2 bilhão na unidade Veracel, localizada em Eunapolis (BA), pela empresa papeleira com sede em Aracruz no Espírito Santo.

Em maio de 2004 o MST voltou a ocupar uma propriedade de 504 hectares da VCP, a Fazenda do Una localizada em Taubaté, no Vale do Paraíba. A propriedade foi desocupada no mês seguinte, depois de um acordo judicial.

As ocupações dos integrantes do movimento levaram a empresa a apresentar um programa de incentivo à plantação de florestas no Rio Grande do Sul⁷⁸ que inclui também os assentados do

⁷⁷ Disponível em: < <http://www.vcp.com.br> >. Acesso em: 27 nov. 09.

MST. A proposta denominada Poupança Florestal, oferece mudas de eucaliptos, assistência técnica regular e financiamento de R\$ 2,3 mil/hectare com juros a 9% ao ano, destinados ao preparo do solo e mão-de-obra e garantia de compra de matéria-prima por dois ciclos de 7 anos cada. A garantia oferecida será a própria floresta.

Outro caso que merece destaque foi a parceria com a Suzano Bahia Sul Papel e Celulose no ano de 2004 para aquisição da Ripasa. Mesmo ano em que a empresa comprou uma área de 63 mil hectares de terra no Rio Grande do Sul, criando a VCP Extremo Sul, que recebeu imediatamente mudas de eucalipto em 11 mil desses hectares.

Em novembro de 2004 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), tomou conhecimento da operação envolvendo a parceria da VCP e Suzano para adquirir o controle da concorrente Ripasa, pelo montante de R\$ 720 milhões⁷⁹. O parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae) e da Secretaria de Direito Econômico (SDE) divulgado em agosto de 2006 recomendou a aprovação da compra da Ripasa pela VCP e Suzano com restrições.

A sugestão do conselho foi que as companhias realizassem uma atuação coordenada com as secretarias (Seae e SDE) para que estas últimas tivessem acesso facilitado às instalações da Ripasa e a documentos referentes ao consórcio criado para a compra e operação da nova aquisição. Seria empregado um “regime especial de acesso à planta da Ripasa” que dispensa a autorização prévia aos órgãos para inspeção das instalações.

O documento dos órgãos de defesa da concorrência sugeria que no segmento de papel para imprimir e escrever não revestido em formato *cut size* fosse reduzida a alíquota do Imposto de Importação (II), uma vez que o item passará a ser oferecido apenas por três empresas no país. Com efeito, o aumento das importações contribuiria com a entrada de competidores inviabilizando um exercício de poder de mercado das sócias.

Na área de papel de imprimir e escrever não revestido, a Seae e a SDE entenderam que a presença das empresas como competidoras é suficiente para inibir o abuso de poder de mercado, apesar da baixa probabilidade de que haja importação e entrada de novos investidores nesse segmento.

Por fim, em agosto de 2007, o Cade julgou e determinou que as empresas VCP e Suzano vendessem a marca de papel “Ripax” (formato ofício) para um terceiro concorrente a fim de manter as condições de competição no mercado de papéis.

Dois juízes relatores do caso votaram pela rejeição à associação entre VCP e Suzano em razão dos riscos à competição e ao mercado interno e a favor da venda da Ripasa a uma das sócias ou a

⁷⁸ Fonte: Jornal O Estado de São Paulo. *Votorantim inclui assentados do RS em programa de florestamento*. Caderno Cidades / Geral, 3 nov 04. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/arquivo/economia/2004/not20041103p23427.htm>>. Acesso em: 23 fev 08.

⁷⁹ De acordo com a lei antitruste, as fusões e incorporações no setor empresarial devem ser submetidas a análise dos órgãos de defesa da concorrência para avaliar os impactos da transação sobre o mercado. Negócios que envolvam mais de 20% de um segmento devem ser comunicados ao SBDC no prazo de 15 dias após a assinatura do primeiro documento que formaliza a operação.

um terceiro interessado. Mas a maioria dos conselheiros votou pela permanência da operação uma vez que as regras de gestão já estão incorporadas após o ano e meio em que se deu a transação. As empresas assinaram um Termo de Compromisso de Desempenho (TCD 08012.010192/2004-77) que inclui punições, multas e até mesmo o fim da associação caso não sejam observadas as regras de administração separadas e competitivas.

O Cade informou que esse caso foi uma novidade no Brasil em termos de gestão de negócios consorciada e por isso teve de checar com outras empresas do setor os dados e pareceres apresentados pelas empresas.

No mês de setembro de 2006 a empresa fez um acordo de permuta de ativos industriais com a empresa norte-americana International Paper. A negociação estabelecia que a VCP deverá transferir à IP sua unidade de produção na cidade de Luiz Antonio (SP) e a base florestal específica dessa planta. A IP, por sua vez, deverá transferir à VCP ativos referentes a uma planta de celulose em construção no valor de US\$ 1,15 bilhão, além de terras e florestas plantadas no entorno de Três Lagoas (MS).

Além desses termos ficou acordado que a celulose excedente da unidade de Luiz Antonio será vendida à VCP a preços de mercado, assim como a VCP venderá a celulose a ser produzida na unidade de Três Lagoas para integração nas futuras máquinas de papel que podem ser instaladas pela IP. A IP assumiu a sua nova unidade em fevereiro de 2007 quando passou a produzir papéis da marca "Chamex".

Nesse acordo, entretanto, a própria Suzano⁸⁰, parceira da VCP na aquisição da Ripasa, acionou o Cade a respeito da permuta de ativos entre a VCP e a IP. A empresa pediu que fosse observada a questão da exclusividade com os distribuidores nesse caso, do mesmo modo como foi imposto à sua parceria com a VCP. Por essa razão, o Cade assinou um Acordo de Preservação de Reversibilidade da Operação (APRO)⁸¹ realizada em setembro de 2006 em que ambas, VCP e IP, comprometeram-se a abrir mão da exclusividade com distribuidores de papel até que fosse realizado o julgamento final da associação.

No início de 2008 a VCP em continuidade ao seu projeto de expansão internacional, comprou um terminal marítimo e três armazéns situados no Porto de Antuérpia, na Bélgica. O objetivo da empresa é torná-lo um pólo de distribuição de suco de laranja, celulose e metais na Europa.

Em junho de 2008, integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) ocuparam duas propriedades rurais da Votorantim Celulose e Papel no Rio Grande do Sul, uma em Piratini e outra em Herval. O objetivo da ocupação foi protestar contra o aumento do cultivo de eucalipto na região.

⁸⁰ Fonte: O Estado de São Paulo. Isabel Sobral – Agência Estado. *Acordo no Cadê tenta assegurar concorrência em celulose*. Caderno Economia, 13 nov 07. Disponível em: < http://www.estadao.com.br/economia/not_eco80083,0.htm >. Acesso em: 14 abr 09.

⁸¹ Esse APRO não consta nos processos disponíveis para consulta pública no site do Cade. Disponível em: < <http://www.cade.gov.br/Default.aspx?a59968ac47c44bde36d547de2bfe051ff71735f1070919> >. Acesso em: 3 maio 09.

Em agosto de 2008 a empresa anunciou ao mercado a compra da participação na Aracruz que pertence à Arapar S.A. (Família Lorentzen), empresa que integra o bloco de controladores da Aracruz. Os recursos de US\$ 1,8 bi para a transação seriam emprestados junto ao JPMorgan, mas a transação, assim como o empréstimo, foram adiados em razão do impacto da crise financeira dos EUA sobre as empresas, particularmente a Aracruz que anunciou no final de 2008 ter sofrido perdas com derivativos além do limite acordado com o conselho de administração.

Em linhas gerais, o prejuízo da Aracruz foi decorrente do modo especulativo como empresa atuava no mercado financeiro. O lucro esperado com a eventual manutenção da valorização do real frente ao dólar não aconteceu. Pelo contrário, a crise financeira nos EUA provocou a alta do dólar e o consequente prejuízo desse tipo de operação de mercado. Os impactos causados pela crise dos EUA, praticamente anularam os ganhos do ano e os efeitos cambiais aumentaram as dívidas em moeda estrangeira.

Emfim, a Votorantim decidiu pelo adiamento da fusão das empresas. Além disso, a CVM exigiu a apresentação de informações claras sobre o uso de derivativos e a republicação dos balanços do terceiro trimestre.

Apesar dos obstáculos, no mesmo mês de setembro de 2008, o Grupo Votorantim (VID – Votorantim Industrial) aprovou a fusão da VCP com a Aracruz em uma *holding*. A participação passou a ser constituída da seguinte forma, a *holding* é titular dos 100% das ações ordinárias da VCP e cerca de 28% (ON) e 14,8% (PN) da Aracruz, e a Arainvest pagará R\$ 530 milhões para a VID. Com efeito, o acordo propicia o surgimento de uma empresa que controlará cerca de dois terços da produção nacional de celulose e que poderá fortalecer o poder de negociação de preços no mercado internacional facilitando a exportação para a empresa.

Os comunicados ao mercado feitos pela VCP referem-se basicamente às operações descritas na caracterização da empresa, além de informações específicas sobre as empresas administradoras de fundos de investimentos com participações menos expressivas na Votorantim. Vale destacar que em dezembro de 2007 a empresa Votorantim Investimentos Industriais S.A. comunicou que possui o controle de 51,78% da Votorantim Celulose e Papel S.A., conforme comunicado feito em 2007. Mas conforme o quadro sobre participação acionária observa-se que a Votorantim Investimentos Industriais S.A. aparece como controladora de 100% do capital social da VCP.

Quadro 12 - Votorantim Celulose e Papel S.A.		
Período	Comunicados	Obs.
Setembro de 2004	Aquisição de 7,98% de ações preferenciais nominativas (PN) pela empresa Alliance Capital Management L.P. (A.C.M.L.P.) de origem do estado de Delaware, Estados Unidos,	Em outubro de 2004 a participação da empresa no capital social da VCP subiu para 13,45%. A empresa apenas administra os fundos de investimentos.
Novembro de 2004	Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S.A, Votorantim Celulose e Papel S.A e Ripasa S.A Celulose e Papel, comunicam celebração de acordo para a aquisição, pela Suzano e VCP, de todas as ações ordinárias e preferenciais da Ripasa .	A Suzano e VCP terão igual participação no capital da Ripasa.
Janeiro de 2005	Comunicado de incorporação da subsidiária integral VCP Florestal S.A.	
Abril de 2005	Comunicado de aquisição por Votorantim Celulose e Papel S.A. (VCP) e Suzano Bahia Sul Celulose e Papel S.A. (Suzano), do controle acionário da Ripasa S.A. Celulose e Papel .	Não formalizado
Janeiro de 2006	A Alliance Capital Management L.P. (A.C.M.L.P.)	Alienação de ações em razão de

	comunica que sua participação acionária encontra-se em 7,747% de ações PN.	operações realizadas em Bolsa de Valores
Fevereiro de 2006	Aquisição de 5,5% das ações preferenciais nominativas da VCP pela empresa Letko, Brosseau & Ass. Inc. de origem canadense sob sua administração	
Abril de 2006	Incorporação da VCP Exportadora e Participações Ltda (VEP) , sociedade controlada pela VCP.	
	A empresa administradora de fundos Mondrian Investment Partners Limited , do Reino Unido, comunica a aquisição de 11,6% de ações preferências da VCP.	Aquisições por meio de operações de Bolsa de Valores ou ADRs.
Mai de 2006	Incorporação de ações da Ripasa pela empresa Ripasa Participações S.A. (Ripar) . A Ripasa será convertida em subsidiária integral da Ripar. Após a incorporação de Ações, dar-se-á a cisão total de Ripar, com versão de seu patrimônio, em partes iguais, para Votorantim Celulose e Papel S.A. e Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S.A.	
Novembro de 2006	A empresa administradora de fundos Mondrian Investment Partners Limited , do Reino Unido, comunica a alienação de ações preferências da VCP passando para 5,85% do total de ações.	
Fevereiro de 2007	Comunicado de formação de joint venture com a empresa finlandesa Ahlstrom Corporation para produção de papéis especiais na unidade de Jacareí, estado de São Paulo.	Formação de <i>joint-venture</i> para fabricação específica.
Dezembro de 2007	A Votorantim Investimentos Industriais S.A. comunica que é a controladora da Votorantim Celulose e Papel S.A. com 51,78% da participação acionária.	A empresa controladora comunica que incorporou a nova HPI Participações e Comércio Ltda que detinha 5,72% do capital social da Votorantim Celulose e Papel S.A.
Março de 2008	A empresa Geração Futuro Corretora de Valores SA comunica a aquisição de ações preferenciais (PN) da Votorantim Celulose e Papel S.A., representantes de 2,44% do capital total da companhia.	
Novembro de 2008	A empresa Barclays Plc. comunica a aquisição de 5,47% ações preferenciais emitidas pela VCP através de empresas subsidiárias.	Em 5 de janeiro de 2009, a empresa comunicou alienação de ações da VCP sob sua administração, que passou para 4,99%

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009. Extraído dos registros da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) referente a: "Comunicado ao Mercado", "Contratos com Partes Relacionadas" e "Atos ou Fatos Relevantes".

A Votorantim Celulose e Papel S.A. possui diversas marcas, dentre elas: AUTOCOPIATIVOS (Easycopy, Extracopy, Extracopy Laser, Extracopy Self, Slipcopy); COUCHÉ (Image, Luminax, Luminax Frontal, Lumimax HS, Lumimax Liner, Lumimax Matte, Lumimax Matte HS, Lumimax São); OFFSET (Printmax, Copimax Ecoeficiente); PAPEL CORTADO (Maxcote); TÉRMICOS (Termocopy HD, Termolabe 75, Termolabel KLH 75, Termoscript KPD 767, Termoscript KPH 785, Termoscript KPH 856 AM).

Razão Social - Empresa	nacionalidade	ON (em%)	PN (em %)
Votorantim Investimentos Industriais S.A	brasileira	100%	52,50%
BNDES Participações S.A.	brasileira	-	3,14%
Ações em tesouraria	-	0	0,00%
Outros	S/I	0	44,36%
Total		100%	100,00%

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008. Extraído de CVM. IAN referente a 31/12/07. Apresentado em: 09/12/08. Verificado em: 20/01/09. S/I – Sem Informação.

A composição acionária é formada por instituições brasileiras e inclui o BNDES como acionista de PN.

Com relação as empresas controladas da VCP destacam-se as seguintes: Ahlstrom VCP Ind.de Papéis Especiais S.A; Aracruz Celulose S.A.; Newark Financial INC.; Normus Empreend.e Participações Ltda; Pakprint S.A.; Ripasa S.A. Celulose e Papel; VCP North América; VCP

Overseas Holding KFT; VCP Terminais Portuários S.A.; VCP Trading N.V.; VCP-MS Celulose Sul Mato-Grossense Ltda; Voto-Votorantim Overs.Trading OP.N.V.I .

A empresa atua em diversos países da América Latina, Argentina, Bolívia, Peru e Colômbia. E ainda em outros países como: Canadá, EUA, Bahamas, Bélgica, Alemanha, Suíça, Inglaterra, China, Cingapura e Austrália.

No que se refere as propriedades relevantes a empresa declarou duas unidades fabris, uma distribuidora de papel e doze fazendas.

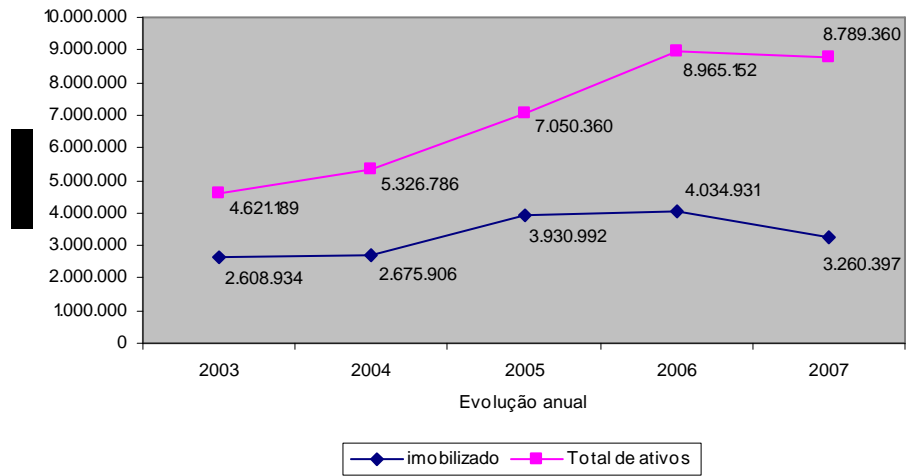
Tipo de Propriedade	Endereço	Município	UF	Área Total (Mil m2)	Área Construída (Mil m2)	Idade (Anos)
Fábrica de Celulose e Papel	Rod.Gal.Euryale de Jesus Zerbine s/nº	Jacareí	SP	638,016	57,172	0
Fábrica de Papel	Via Comendador Pedro Morgante, 3393	Piracicaba	SP	89,855	64,750	0
Distribuidora de Papel	Rua Karam Simão Racy, 10 - Pq.Fongaro	São Paulo	SP	14,530	14,008	0
Fazenda (Sta.Cruz I)	Estrada Jambeiro/Redenção da Serra	Jambeiro	SP	16.030,000	0,000	0
Fazenda (S.Sebastião R.Grande)	Estrada Ribeirão Grande	Pindamonhangaba	SP	17.061,000	0,000	0
Fazenda (Karacy)	Rodovia SP-5 km.154	Sapucaí-Mirim	MG	17.270,000	0,000	0
Fazenda (Karamacy)	Estrada do Agrolim km.13	Itapeva	SP	27.157,000	0,000	0
Fazenda (Santa Maria)	Estrada Vot.-Ventania	Sorocaba	SP	21.968,000	0,000	0
Fazenda (São Francisco)	Estrada Municipal de Votorantim	Votorantim	SP	28.478,000	0,000	0
Fazenda (Sapucaia)	Estrada Pindamonhangaba a Guaratinguetá	Pindamonhangaba	SP	50.243,000	0,000	0
Fazenda (Monte Verde-GI B)	Estrada Municipal Itapetininga Angatuba	Itapetininga	SP	77.169,000	0,000	0
Fazenda (Boa Vista GB - Juriti)	Estrada Municipal Itapetininga Angatuba	Itapetininga	SP	25.779,000	0,000	0
Fazenda (Boa Vista Ga)	Estrada Municipal Itapetininga Angatuba	Itapetininga	SP	12.278,600	0,000	0
Fazenda (Itapetininga)	Estrada Municipal Itapetininga Angatuba	Itapetininga	SP	11.605,500	0,000	0
Fazenda (Santa Albana)	Estrada Municipal Itapetininga	Itapetininga	SP	10.050,500	0,000	0

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009. Extraído de CVM. IAN referente a 31/12/07. Apresentado em: 09/12/08. Verificado em: 20/01/09.

A empresa Votorantim Finanças S.A. também está registrada na Comissão de Valores Mobiliários mas não declarou propriedades relevantes nas informações anuais.

Com relação ao ativo imobilizado é possível verificar que a VCP teve uma queda nos ativos totais e imobilizado no período de 2006 a 2007 apesar das aquisições e parcerias.

Ativo Imobilizado Votorantim S.A.



Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009. Extraído de CVM. DFP referente a 31/12/07. Apresentado em: 18/01/08.

Petroquímicos e Borracha – Fertilizantes

Fertilizantes Fosfatados S.A. – Fosfertil

CNPJ - 19.443.985/0001-58

A empresa Fertilizantes Fosfatados S.A. - Fosfertil⁸² tem uma história entrelaçada com o desenvolvimento do setor de fertilizantes no Brasil.

Em 1958 foi criada a Fábrica de Fertilizantes de Cubatão – Fafer, em Cubatão (SP). Sete anos depois (1965) foi fundada a Ultrafertil na mesma cidade, cuja participação no capital incluía as empresas Philips/OS Petroleum e Grupo Ultra, além de instituições financeiras internacionais.

Em 1969, a Ultrafertil iniciou as operações de seu Terminal Marítimo em Santos (SP), e no ano seguinte inaugurou seu complexo industrial em Piaçaguera, Cubatão. Em 1974, a Petrobrás assumiu o controle da Ultrafertil.

Em 1977 o governo federal criou a Fertilizantes Fosfatados S.A. Fosfertil para explorar jazidas minerais em Pato de Minas (MG). O objetivo da criação da estatal era realizar pesquisas e comercializar rocha fosfática proveniente daquela região de Minas. Nesse mesmo ano, a Ultrafertil incorporou a Fafer.

Em 1980 a Fosfertil adquiriu uma empresa de mineração de fosfato (Valep) em Tapira, e um complexo químico de fertilizantes (Valefertil), em Uberaba, ambas no estado de Minas Gerais. Dois anos depois, a Ultrafertil iniciou as operações de outro complexo industrial de fertilizantes no estado do Paraná.

No início dos anos 90, o governo federal iniciou um programa de desestatização das empresas estatais – Programa Nacional de Desestatização (PND), cujo objetivo era privatizar setores estratégicos do Estado e gerar receita ao governo, inclusive por meio de transferência de dívida ao setor privado⁸³.

No período de quatro anos (1990-1994) foram desestatizadas cinco empresas de fertilizantes cujo valor de venda arrecadado pelo governo foi de 418 milhões de dólares e mais 75 milhões de dólares em dívidas transferidas aos compradores. Com isso, o governo brasileiro angariou, somente com as privatizações no setor de fertilizantes, 493 milhões de dólares, segundo dados do BNDES⁸⁴.

Com efeito, em agosto de 1992 a Fosfertil foi privatizada através do Programa Nacional de Desestatização (PND) e passou a ser controlada por um consórcio de empresas do mesmo setor, denominado de Fertifos. No mesmo ano, a empresa tornou-se uma empresa de capital aberto (S.A.) e começou a negociar suas ações no mercado de valores mobiliários. Além disso, adquiriu

⁸² Disponível em: < <http://www.fosfertil.com.br> >. Acesso em: 11 nov 08.

⁸³ O PND foi estabelecido pela Lei 8.031 de 12 de abril de 1990 como parte de reformas econômicas governamentais. O governo de Fernando Collor de Melo (mar/90 a out/92) foi seu iniciador.

⁸⁴ Informações coletadas de estudo *Privatização no Brasil 1990-1994 1995-2002*, do BNDES. Disponível em: < http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/Priv_Gov.pdf >. Acesso em: 23 jun 09.

sua primeira empresa através do PND⁸⁵, a Goiás Fértil. No ano seguinte, adquiriu a Ultrafertil também por meio do programa de desestatização.

Atualmente, a Fosfertil opera basicamente em Minas Gerais, São Paulo e Paraná.

As operações do Complexo Industrial de Uberaba, no Bairro Industrial do município de Uberaba (MG), foram iniciadas no ano de 1981. Nessa unidade, são produzidos: ácido sulfúrico, ácido fosfórico, ácido fluossilícico, fosfato de monoamônio (MAP), TSP superfosfato triplo (TSP) e superfosfato simples (SSP). A empresa possui o Complexo Minerquímico de Catalão, situado na Zona Rural de Catalão (GO). Nessa unidade são produzidos: concentrado fosfático e superfosfato simples. Além deles, há o Complexo de Mineração de Tapiara, na Fazenda Boa Vista, cujas operações começaram em janeiro de 1979. Esta unidade realiza atividades de produção de concentrado fosfático e ultrafinos.

No estado de São Paulo, estão concentrados: 1) o centro administrativo, na capital; 2) o Complexo Industrial de Piaçaguera (1970), em Cubatão, que produz amônia, ácido nítrico, ácido sulfúrico, ácido fosfórico, fosfato de monoamônio (MAP), e fosfato diamônico (DAP); 3) o Complexo Industrial de Cubatão (1958), em Cubatão, com produção de ácido nítrico diluído e concentrado, nitrato de amônio solução e nitrato de amônio de baixa densidade; e ainda, 4) o Terminal Marítimo (1969), também localizado em Cubatão. O terminal portuário é de uso privado misto e está localizado fora do porto de Santos.

O Complexo Industrial de Araucária, no distrito industrial de Araucária, estado do Paraná, funciona desde 1982 e concentra a produção de amônia e uréia.

Os dois maiores acionistas da Fertifos (detentora de 82% do capital social da Fosfertil), Cargill e Bunge, estiveram envolvidos em uma disputa em 2006⁸⁶, fazendo a Fosfertil ser negativamente avaliada pelo mercado.

Nota: a Cargill é uma empresa multinacional norte-americana (EUA) de produtos agrícolas e alimentos. Sua produção é muito variada nos países onde opera, inclui processamento de grãos, alimentos para animais, armazenamento, industrialização de alimentos, terminal portuário, metais ferrosos, massas, etc. A empresa possuía 33,7% de participação no capital social da Fertifós Adm. e Part. S.A..

A Bunge, por sua vez, é uma empresa de origem holandesa (Países Baixos) do setor de alimentos, agronegócios, têxtil e químico. Devido as suas atividades e operações, a empresa que atua em vários países associou-se a empresas locais que promoveram a ampliação e diversificação produtiva. No Brasil, a empresa mantém a Bunge Fertilizantes e a Fertimport do setor de fertilizantes. A Bunge possuía 52,35% de participação ordinária no consórcio Fertifós.

⁸⁵ Apesar de ter sido adquirida pela Fosfertil em 1992, somente em 1995, a empresa foi incorporada ao grupo através da Ultrafertil.

⁸⁶ Fonte: Jornal O Estado de São Paulo. *Ações da Fosfertil podem perder com disputa entre controladores*. Caderno Economia / Investimentos. 20 jun 06.

As empresas, Cargill e Bunge, mantinham uma espécie de “acordo de cavalheiros” sobre a composição do conselho, que deveria durar até o ano de 2007, constituído por cinco conselheiros da Bunge, três da Cargill (representados pela Mosaic que detém todos os ativos de fertilizantes da Cargill) e um da Fertibras (controlada pela Yara Brasil Fertilizantes S.A.). Entretanto, o acordo não foi mantido pela Bunge e a Cargill teve que entrar na justiça com uma liminar para anular a assembléia que destituiu seus conselheiros.

Com uma manobra na composição do conselho a Bunge conseguiu aprovar a incorporação da divisão de fertilizantes na Fosfertil, uma vez que a Mosaic, antes com direito a veto, não fazia mais parte dele, sob alegação de descumprimento de acordo, não especificado. O único veto dessa reunião foi dado pela Fertibras que é uma das controladoras da Fosfertil juntamente com a Cargill e a própria Bunge.

Com efeito, a Fertibras recorreu ao Cade⁸⁷ sob a alegação de que a fusão aprovada favorece apenas a Bunge e leva a uma concentração na produção de fertilizantes no Brasil. Além disso, o pedido afirma que a operação destrói o compartilhamento do controle da Fosfertil prejudicando os outros acionistas e dando poder absoluto à Bunge. De acordo com a Fertibras a Bunge detém um terço do mercado de adubos industrializados e com a fusão a Fosfertil passaria a deter 90% das reservas minerais de fosfato que é o nutriente mais importante para a produção de fertilizantes.

Outra ação sobre o mesmo caso foi apresentada na justiça de São Paulo pedindo que a proposta de fusão fosse votada pelos sócios e não pelo conselho, que foi alterado pela Bunge e em benefício próprio.

Após a fusão aprovada no final de 2006 a Bunge publicou um comunicado defendendo a fusão como a forma mais eficaz de enfrentar a competição com produtores de fertilizantes de outros países no mercado interno. A empresa declarou por meio de sua assessoria de comunicação que a reestruturação não gera concentração de mercado na produção de fosfato.

Estima-se que a união cria uma companhia com faturamento anual de mais de R\$ 5 bilhões e coloca o Brasil em quarto lugar no mercado mundial de fertilizantes atrás apenas da China, estados Unidos e Índia em consumo de adubos industrializados. A proposta prevê ainda a conversão de todas as ações preferenciais da Fosfertil em ações ordinárias.

Em agosto de 2007 o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) foi unânime em decisão na segunda instância sobre o mérito favorável à Mosaic Fertilizantes, no qual julgou ilegítimo o afastamento dos representantes do conselho administrativo da Fertifós e da Fosfétil ocorrido em abril de 2006.

Entretanto, dois anos depois, a Mosaic ainda lutava na justiça para que a sentença fosse cumprida. A empresa entrou na justiça requerendo o cumprimento da sentença, pedindo o cancelamento das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Fosfertil realizadas desde abril de 2006, a

⁸⁷ Fonte: Jornal O Estado de São Paulo. Fertibras leva briga com Bunge à Justiça e ao Cade. Caderno Economia / Investimentos, 2 fev 07. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/arquivo/economia/2007/not20070202p9914.htm>>. Acesso em: 15 abr 09.

recondução de seus representantes ao Conselho de Administração da Fosfertil e a publicação de fato relevante pela Companhia⁸⁸.

Nesse ínterim a Bunge anunciou sua busca por outras alternativas de investimentos e a pretensão em construir uma usina de açúcar e álcool no Brasil. A empresa também realizou investimentos internos, como a ampliação em 50% da capacidade de produção em sua mina de Araxá (MG), expandiu a unidade de ácido sulfúrico e fez investimentos portuários. Juntos, os investimentos foram de aproximadamente US\$ 450 milhões.

Em março de 2008 a Fosfertil anunciou que faria investimentos em sua unidade de Uberaba, em Minas Gerais, no valor de R\$ 271 milhões que deverá incrementar a produção em mais 300 mil toneladas/ano somadas à capacidade de 1,1 milhão de toneladas que já possuía.

Dois meses depois, a Bunge anunciou investimentos de aproximadamente R\$ 3,2 bilhões em projetos voltados para ampliação da produção de fósforo e outros tipos de insumos para adubos no Brasil. O objetivo da empresa é aumentar a quantidade de fósforo disponível no mercado substituindo as importações do produto a médio prazo. Parte dos recursos são provenientes da Fosfertil que detém o controle acionário da holding Fertifós (52,35% ON) e a outra parte provém de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O maior dentre os investimentos será de cerca de R\$ 2 bilhões na Fosfertil da mina de Salitre, localizada em Patrocínio (MG) que terá uma capacidade de produção anual de 2 milhões de toneladas de rocha fosfática ou 700 mil toneladas de fósforo. As outras unidades produtivas a receberem investimentos serão a Fosfertil de Uberaba (MG) e das minas de Tapira e Catalão.

No mês seguinte a Fosfertil enfrentou uma manifestação de integrantes da Via Campesina⁸⁹, do Comitê dos Pequenos Agricultores e de entidades de agricultura familiar em frente à fábrica de Araucária, região metropolitana de Curitiba. O protesto que faz parte da Jornada de Luta Contra o Agronegócio e em Defesa da Agricultura Camponesa, tinha como objetivo pedir a reestatização da empresa, a quebra do controle das transnacionais sobre alimentos e fertilizantes, que segundo eles, encarecem os preços dos alimentos, e ainda, chamar a atenção para uma política de financiamentos para a agricultura familiar.

A Via Campesina alega que a principal acionista da Fosfertil, a Bunge, controla 52% do mercado de fertilizantes no país, o que conseqüentemente, contribui para o aumento dos preços dos alimentos básicos.

⁸⁸ Fonte: Jornal Gazeta Mercantil. Mosaic requer à Justiça medida contra Fosfertil. Investnews, 25 abr 08. Disponível em: < <http://indexet.gazetamercantil.com.br/arquivo/2008/04/25/66/Mosaic-requer-a-Justica-medida-contr-Fosfertil.html> >. Acesso em: 15 abr 09.

⁸⁹ Fonte: Jornal O Estado de São Paulo. Via Campesina faz protesto em fábrica da Fosfertil no PR. Caderno Geral, 12 jun 08. Disponível em: < http://www.estadao.com.br/geral/not_ger188463,0.htm >. Acesso em: 15 abr 09.

O resultado da concentração provocada pela Bunge no controle do segmento de fertilizantes foi a criação do Consórcio Nacional Cooperativo Agropecuário (Coonagro)⁹⁰ por um grupo de 21 cooperativas do Paraná em setembro de 2008. A associação tem como objetivo quebrar o monopólio no mercado de fertilizantes no Brasil, que segundo as cooperativas, está concentrado nas mãos da Bunge que controla seis dentre oito fábricas de segmento em operação no Brasil.

Os representantes do Consórcio afirmam que há regiões do Paraná em que o preço do produto representa cerca de 32% do custo de produção como é o caso do milho, 20% no caso da soja e 22% no custo de produção do trigo.

A Fosfertil, como é conhecida, atua basicamente no setor de produção e comercialização de fertilizantes. Suas principais marcas são: fosfertil, fertiphos, fertifos, fosnap, ortofosquim, fosnat, fertitepec-M23 e fosfertil ultrafertil, conforme informação disponibilizada nos registros da CVM.

Atualmente, a empresa desenvolve atividades nos estados de Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná.

A composição acionária da Fosfertil é formada basicamente por empresas de origem brasileira. Não há participação estrangeira direta no capital social da empresa. Como a questão da disputa entre Cargill e Bunge permanece pendente judicialmente, apesar de as operações seguirem orientadas pela Bunge, o controle acionário segue está composto conforme o quadro abaixo.

Tabela 25 - Composição acionária Fertilizantes Fosfatados S.A. - Fosfertil			
Razão Social - Empresa	nacionalidade	ON (em %)	PN (em %)
FERTIFÓS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SA	brasileira	81,53	43,25
BPI - BUNGE PARTIC. E INVESTIMENTOS S.A.	brasileira	11,12	13,25
CREDIT SUISSE HEDGING-GRIFFO COR VALORES	brasileira	0	7,21
YARA BRASIL FERTILIZANTES S.A.	brasileira	7,16	8,65
AÇÕES EM TESOURARIA	S/I	0	1,13
Outros	S/I	0,19	26,51
Total		100	100

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009. Extraído de CVM. IAN referente a 31/12/2007. Apresentado em: 05/12/08. Verificado em: 18/01/09. S/I – Sem Informação.

A única empresa registrada na CVM como empresa controlada coligada à Fosfertil é a empresa Ultrafertil S.A. Indústria e Comércio. Esta empresa aparece no banco de dados da CVM com o registro cancelado desde novembro de 1995. Não há informações sobre ela.

Dos comunicados feitos ao mercado pela empresa, incluso aqueles considerados relevantes, destacam-se a operação em que a Bunge Fertilizantes passou a ser subsidiária integral da Fosfertil, que era controlada pela Bunge Brasil Holdings B.V.; o episódio envolvendo uma “reorganização operacional e societária” em 2007 das mesmas empresas, mas que não apresnetna informações adicionais. Além de outra operação envolvendo a transferência de ações para a BPI – Bunge Participações e Investimentos S.A., sem informações adicionais.

⁹⁰ Fonte: Jornal Gazeta Mercantil. *Cooperativas do Paraná criam a Coonagro*. Caderno C – 07, 29 set 08. Disponível em: < <http://indexet.gazetamercantil.com.br/arquivo/2008/09/29/313/Cooperativas-do-Parana-criam-a-Coonagro.html> >. Acesso em: 15 abr 09.

Quadro 13 - Fertilizantes Fosfatados S.A. - Fosfertil		
Período	Comunicados	Obs.
Abril de 2004	A empresa Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A. , comunica a aquisição de 5,12% do total de ações preferenciais da Fosfertil por investidores estrangeiros.	A empresa declara-se gestora de fundos/carteiras. Não informa origem da empresa
Dezembro de 2006	Reorganização operacional e societária envolvendo as empresas Fertilizantes Fosfatados S.A – Fosfertil, sua controlada Ultrafertil S.A. e a Bunge Fertilizantes S.A. Na reorganização a Bunge Fertilizantes torna-se subsidiária integral da Fosfertil.	A Fosfertil permanecerá companhia aberta, controlada pela Bunge Brasil Holdings B.V.
	A empresa Mosaic Fertilizantes* entrou com um processo no Tribunal de Justiça de São Paulo para suspensão da proposta de reorganização operacional e societária entre Fosfertil e Bunge	O TJSP concedeu tutela parcial até julgamento do recurso.
Janeiro de 2007	Comunicado sobre “reorganização operacional e societária” envolvendo a Fertilizantes Fosfatados S.A – Fosfertil, sua controlada Ultrafertil S.A. e a Bunge Fertilizantes S.A.	Sem informações adicionais
Março de 2007	Comunicado sobre transferência de ações de emissão da Fosfertil detidas pela Bunge Fertilizantes S.A. para a BPI – Bunge Participações e Investimentos S.A. no volume de 3.955.583 (três milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos e oitenta e três) ações ordinárias e 9.161.612 (nove milhões, cento e sessenta e um mil e seiscentos e doze) ações preferenciais.	Não há informações sobre o percentual relativo.
Abril de 2007	Foi emitida sentença de mérito favorável à reorganização das empresas*	
Mai de 2007	A empresa Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A. , comunica que as ações emitidas pela Fosfertil alcançaram a margem de 12,59% de ações preferenciais.	
Junho de 2008	A empresa Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A. , comunica que alienou 5,38% de ações emitidas pela Fosfertil.	

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009.

Extraído dos registros da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) referente a: “Comunicado ao Mercado”, “Contratos com Partes Relacionadas” e “Atos ou Fatos Relevantes”.

* A empresa Mosaic recorreu da decisão judicial e até o último Fato Relevante e Comunicado ao Mercado emitido não havia deliberação final acerca de caso

Todas as operações comunicadas pelas empresas Bunge não estão claras, incluso aquela em que a empresa conseguiu por meio de manobra no conselho de administração, tirar a empresa Cargill da participação da empresa.

Com relação as propriedades consideradas relevantes observa-se que a empresa opera basicamente no estado de Minas Gerais.

Tabela 26 - Propriedades Relevantes declaradas pela Fertilizantes Fosfatados S.A. - Fosfertil

Tipo de Propriedade	Endereço	Município	UF	Área Total (Mil m2)	Área Construída (Mil m2)	Idade (Anos)
Complexo Industrial de Uberaba	Estrada da Cana, Km 11	Uberaba	MG	6.113.000,000	1.950,000	28
Unidade de Granulação	Av. Filomena Cartafina, S/Nº	Uberaba	MG	193.975,000	44.620,000	14
Área Lagoas (Ampliação)	Estrada da Cana, Km 11	Uberaba	MG	1.044.000,000	0,000	13
Terreno Bairro Boa Vista	R: Olimpio Jacinto Silva	Uberaba	MG	15.000,000	0,000	22
Terreno Jardim Eldorado	Qdra 10 - Lotes 1 A 31	Uberaba	MG	8.000,000	0,000	12
Complexo Mineral de Tapira	Rod. MG 341, Km 25	Tapira	MG	78.403,000	73,000	27

Unidade de Patos de Minas	Rod. BR 352, Km 60	Patos de Minas	MG	9.180.000,000	13,000	27
Terreno Araxá	Bairro Dona Beija	Araxá	MG	191.000,000	0,000	26
Terreno Patos de Minas	Área Bairro Cerro Azul	Patos de Minas	MG	33.000,000	0,000	26

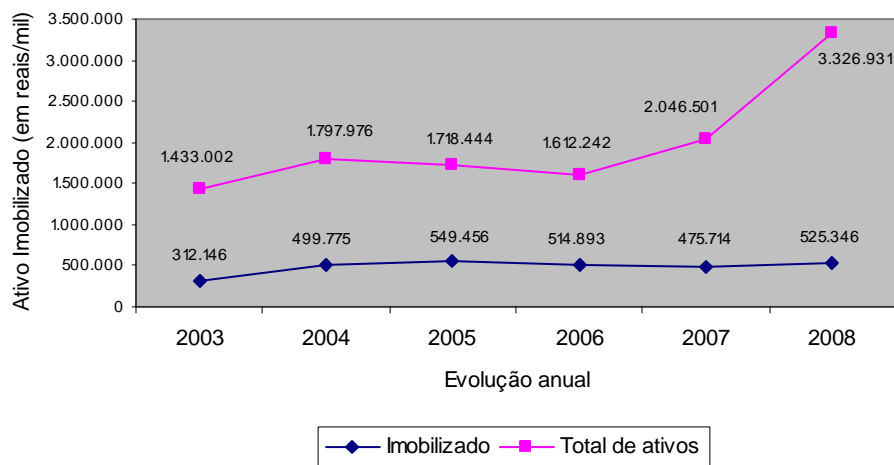
Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009.

Extraído de CVM. IAN referente a 31/12/2007. Apresentado em: 05/12/08. Verificado em: 18/01/09.

Obs.: (a) Não há menção a outras empresas relacionadas e não há observações às propriedades declaradas. (b) Nenhum terreno mencionado é alugado de terceiros.

No que diz respeito aos ativos totais da empresa e o ativo imobilizado é possível destacar que o ativo imobilizado apresenta alguma estabilidade. Mas no caso dos ativos totais observa-se um aumento considerável no período de 2007 a 2008, certamente motivado pelas operações realizadas pela Bunge desde que conseguiu assumir o controle da empresa.

Ativo Imobilizado Fosfertil S.A.



Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009.

Extraído de CVM. DFP referente a 31/12/07. Apresentada em: 10/03/08. Coletada em novembro de 2008. Verificada em: 18/01/09.

3. Responsabilidade Social

(a) Ações Sociais

O objetivo deste capítulo é identificar as principais ações sociais das empresas a partir das declarações disponíveis nos sites e denúncias encontradas na internet sobre o comportamento das empresas em relação à responsabilidade social e ambiental.

Além das ações sociais das empresas, foram verificadas as listas de pessoas autuadas por trabalho escravo e a lista de desmatadores da Amazônia. Ambas foram comparadas com as informações das empresas, suas coligadas e propriedades.

Quadro 14 - Responsabilidade Social das Empresas

Empresas	*Ações sociais declaradas (Áreas)	Números por área
Açúcar Guarani	Meio Ambiente	4
	Cultural	2
	Educação	3
Brasilagro	NENHUMA ação declarada	-
Cosan	Meio Ambiente	4
	Educação	1
	Saúde	1
JBS	Meio Ambiente	5
	Outros NÃO ESPECIFICADOS em diferentes áreas	S/I
Infinity Bio-Energy	NENHUMA ação declarada	-
Marfrig	Não há programas ou projetos especificados	-
Parmalat	Meio Ambiente	2
	Segurança	1
Perdigão	Meio Ambiente	4
SLC	Meio Ambiente	2
	Outros (promoção de encontros em instituições de caridade, arrecadação e distribuição de alimentos, apoio a creches)	S/I
Aracruz	Meio Ambiente	4
	Outros (não especificados)	S/I
	Voluntariado	1
	Cultura	1
	Educação	1
Klabin	Meio Ambiente	7
	Educação	1
	Voluntariado	1
	Outras ações (não-especificadas)	S/I
Votorantin	Meio Ambiente	6
	Educação	5
	Cultura	2
Fosfertil	Segurança e Saúde	3
	Meio Ambiente	5
	Comunidade (Educação e Cultura)	2

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009.
Fontes: sites das empresas pesquisadas. Elaboração da autora. S/I – Sem Informação.

Antes de tudo, deve-se destacar que o conceito de responsabilidade social das empresas pressupõe um comportamento socialmente ético, ambientalmente justo e economicamente sustentável, pautado por ações que vão além do que está determinado na lei.

A responsabilidade social e ambiental não se trata de um modismo, mas de um fenômeno que envolve também os governos e as comunidades, uma vez que os impactos gerados pelas ações sociais das empresas podem mudar questões culturais, sociais, ambientais e econômicas de uma comunidade. Por essas razões que as intervenções sociais das empresas devem ser monitoradas, ter objetivos definidos, metas a serem alcançadas, estar vinculadas às demandas sociais e às necessidades locais em que serão implantadas. Devem ser analisadas e avaliadas periodicamente.

Como não é possível obter essas informações, optou-se apenas por verificar o que as empresas divulgam em seus sites como ações sociais e responsabilidade socioambiental.

A **Açúcar Guarani** declarou possuir projetos localizados em regiões onde está inserida. Afirma que em 2006 apoiou cerca de 18.000 pessoas em regiões do noroeste de São Paulo, mas não especifica de que forma isso foi feito e se houve continuidade dessas ações em outros anos.

Embora a empresa mencione o número de atendidos através de seus projetos, não está claro o período de realização deles, se essas intervenções são espontâneas ou a pedido da população local, e quais as pessoas envolvidas, ou seja, se há pessoas contratadas para isso ou se trabalhadores são "incentivados" a participar como voluntários.

A empresa afirma que possui parceria com a prefeitura de Olímpia (SP) para realização de um festival anual sobre folclore, mas não esclarece em que medida acontece sua participação. Se há divulgação de sua empresa ou se contribui financeiramente.

A **Brasilagro**, que é uma empresa de agronegócios, não tem NENHUMA ação social declarada em seu site.

A **Cosan** declara que empreende ações de responsabilidade social, no entanto, as atividades realizadas fazem parte do melhoramento do desempenho da empresa, como a utilização de filtros para redução de emissão de gases ou o povoamento de peixes nos rios das áreas em que a empresa opera. Outras ações, como a prestação de serviços médicos e odontológicos, não são especificadas se atendem ao cumprimento de lei ou trata-se de concessão da empresa. O atendimento médico é um item relativo à saúde e segurança no ambiente de trabalho que deve ser assegurado pelo empregador.

A Cosan foi denunciada em 2005 pela morte de cortadores de cana na Usina Santa Helena em razão das condições de trabalho degradantes. A empresa possui associação com empresas do ramo de transgênicos (CanaVialis da Votorantim, que é associada à estadunidense Monsanto). Em 2006, a empresa enfrentou greve dos trabalhadores que a acusavam de ser a empresa a manter os salários mais baixos do setor no estado de São Paulo.

Em 2008, o Movimento dos Sem-Terra (MST) informou que o grupo, através da Usina Santa Helena e empreiteira rural Menudo, responde processo na justiça por mais 40 trabalhadores rurais

que denunciam escravidão por dívida, cárcere privado, terceirização fraudulenta, assédio moral, ameaças com armas de fogo e outras irregularidades. A Cosan também é citada em outras 103 denúncias em áreas trabalhistas.

A **JBS** declara como ações sociais os investimentos realizados para a melhoria das condições de produção da própria empresa; ou seja, investimentos na cadeia de produção para redução dos impactos ambientais e no cumprimento das leis relativas a meio ambiente. Além disso, alega fazer reflorestamento em áreas de preservação permanente e utilizar biodiesel.

A empresa declara em seu site que realiza projetos sociais em diversas áreas mas não especificou nenhum deles.

A **Infinity Bio-Energy**, que é uma empresa do setor de agronegócios, com ênfase na compra e venda de áreas agricultáveis no Brasil, não declarou NENHUM tipo de projeto ou programa nas áreas que denomina de sustentabilidade, envolvendo as dimensões econômica, social e ambiental.

A **Marfrig**, principal concorrente da JBS na produção de carnes no Brasil e outros países, não realiza NENHUM tipo de ação social.

A **Parmalat** possui uma página com o tópico “Responsabilidade Social e Ambiental” da empresa mas NENHUM dos itens mencionados são ações sociais. A manutenção da estação de tratamento de esgoto pela empresa constitui cumprimento de lei, portanto obrigatoriedade jurídica. As dicas sobre “segurança no lar”, “papel do leite na sociedade (história do leite)” e “glossário” não são ações sociais.

A Parmalat foi a primeira empresa denunciada no Brasil ao Ponto de Contato Nacional (PCN) por descumprimento das diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no ano de 2003. Na época, a empresa fechou uma unidade de produção sem comunicar previamente ao sindicato e aos trabalhadores. O caso foi julgado e a decisão foi favorável aos trabalhadores. No entanto, poucos meses depois ocorreu a denúncia de fraude internacional da Parmalat no país de origem, resultando na falência de muitas de suas subsidiárias, inclusive no Brasil.

A **Perdigão** incorre no mesmo procedimento que outras empresas. Declara como responsabilidade social os investimentos que geram lucro e resultados para a própria empresa. É o caso das florestas utilizadas como fontes de energia, as quais garantem créditos de carbono, a orientação sobre mecanismos limpos aos produtores de suínos fornecedores da empresa, a reutilização de água consumida e a economia de energia.

A **SLC** declarou que realiza várias ações de apoio a creches, asilos e instituto infantil, mas não menciona se as ações são pontuais ou periódicas. Informou ainda que a coleta seletiva da empresa é feita por funcionários, mas não esclareceu se por trabalho voluntário ou por iniciativa dos próprios trabalhadores.

Colocou também como “responsabilidade social” a prensagem de embalagens de defensivos agrícolas; entretanto, levando-se em conta os impactos negativos desses tipos de produtos (e

embalagens) na natureza, a medida deva ser avaliada como uma obrigação social e não um plus da empresa para a sociedade.

A **Aracruz** utiliza o conceito de “comunidade” e “meio ambiente” para classificar suas ações que são, segundo afirmação da própria empresa, em várias áreas. A empresa incentiva o trabalho voluntário entre seus trabalhadores e declara, entre as suas ações sociais, a manutenção de reservas particulares do patrimônio natural, plano de manejo ambiental, pesquisas sobre a interação do eucalipto com reservas nativas, fomento de produção de eucalipto junto aos pequenos produtores e o apoio a estudos sobre organismos geneticamente modificados (OGMs).

Ou seja, a empresa considera como ações sociais voltadas à comunidade e ao meio ambiente os investimentos que geram lucro e resultados financeiros para ela própria.

Conforme foi mencionado na caracterização da empresa, a Aracruz foi condenada a devolver 11 mil hectares de terras indígenas aos tupiniquins e guaranis em Aracruz (ES); condenada por difamação contra as comunidades indígenas através de sua página na internet e na cidade de Aracruz. As comunidades quilombolas que também reivindicam terras no Espírito Santo, em poder da Aracruz, conseguiram na justiça uma liminar de reintegração de posse contra a empresa.

Conforme mencionado antes, a Aracruz possui benefícios tributários, financiamento do BNDES, de banco europeu e do IFC (braço financeiro do Banco Mundial).

A **Klabin**, como outras empresas, declara investimentos em infraestrutura como ações de responsabilidade social. É o caso do tratamento com efluentes hídricos em que destaca o emprego de equipamentos de alta tecnologia; o programa de créditos de carbono que, em linhas gerais, é bastante criticado por ambientalistas, pois a plantação de florestas é usada como forma de compensação aos gases que causam o efeito estufa; o uso do sistema de manejo em forma de mosaico e; a disponibilização de tecnologias a pequenos produtores envolvidos no programa de fomento florestal da empresa, os quais se tornam fornecedores da própria empresa.

Essas medidas são investimentos da empresa para maximizar sua produção e lucro. As ações sociais da empresa, que inclui alguns projetos e programas pontuais nas áreas de capacitação, voluntariado, doações e patrocínios, estão no relatório de sustentabilidade que vincula todas as suas ações “sociais” à geração de “valor” à empresa.

A **VCP** também declara informações sobre o seu desempenho ambiental e conservação da biodiversidade como responsabilidade social. A empresa classifica como “investimento social externo” diversos projetos nas áreas de capacitação e qualificação profissional, inclusão digital e promoção de educação tecnológica, dentre outros.

A **Fosfertil** informa em seu site três áreas de atuação em responsabilidade social. 1) Em saúde e segurança a empresa realiza atividades de treinamento de funcionários e de comunidade do entorno da empresa (simulação de evacuação de área) e prêmio de incentivo à logística de seus parceiros como ações de responsabilidade social; 2) Sobre meio ambiente a empresa informa que possui certificação (ISO 14001) ambiental e mantém um projeto de desenvolvimento limpo, outro de pesquisa de ecossistemas no entorno de suas unidades e mantém uma lagoa (MG) e um

parque (PR); 3) Com relação a “comunidades”, a empresa informa que mantém projeto de educação infantil em alguns municípios e patrocina a cultura por meio da Lei Rouanet.

Algumas considerações sobre as ações sociais das empresas

Em linhas gerais, as empresas pesquisadas: 1) realizam intervenções pontuais (sem prazo e metas predeterminadas), podendo gerar impactos negativos; 2) desrespeitam a lei (Cosan, Aracruz); 3) declaram investimentos em infraestrutura como ações sociais; 4) não apresentam informações claras sobre as ações sociais que realizam.

A responsabilidade social das empresas não pode ser um caminho pelo qual os fins justificam os meios. Ela deve ser e ter um valor em si mesmo.

(b) Trabalho Escravo

Com relação à Lista Suja do Ministério do Trabalho e Emprego todas as informações sobre as empresas foram cruzadas com as do Cadastro dos Empregadores do Ministério do Trabalho e Emprego.

Os itens consultados foram: 1) acionistas (pessoa física e jurídica), 2) empresas controladas subsidiárias àquelas que estão sendo pesquisadas, 3) propriedades relevantes e, ainda, 4) os nomes de pessoas (física ou jurídica) encontrados nos comunicados ao mercado e fatos relevantes divulgados pela empresa na CVM.

NENHUM empregador da Lista Suja do Ministério está relacionado diretamente com as empresas pesquisadas neste relatório. Entretanto, cabe ressaltar que não é possível verificar se há relação indireta de empresas fornecedoras de matérias-primas, terceirizadas ou arrendatários com os empregadores cadastrados pelo Ministério, uma vez que as empresas não estão obrigadas a fornecer tais dados à Comissão de Valores Mobiliários. Do mesmo modo, o Cadastro do MTE não disponibiliza informações sobre o tipo de atividades desenvolvidas por eles, ou mesmo empresas que comprem e/ou fornecem produtos para esses infratores.

Lista suja do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Tabela 27 - Cadastro de Empregadores⁹¹ / Portaria 540 de 15 de Outubro de 2004.

Empresa	Acionistas	Empresas Controladas/Subsidiárias	Propriedades Relevantes	Comunicados ao Mercado e Fatos Relevantes	Observações Gerais
Açúcar Guarani S.A.	NE	NE	NE	NE	Poucas informações sobre propriedades rurais.
Aracruz Celulose S.A.	NE	NE	NE	NE	-
Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas - Brasilagro	NE	NE	SI	NE	Não há registro de nenhuma propriedade. Os imóveis rurais verificados estão em "Comunicados ao Mercado" e "Fatos Relevantes"
Cosan S/A Indústria e Comércio	NE	NE	NE	NE	A empresa está centrada no estado de São Paulo
Fertilizantes Fosfatados S/A - FOSFERTIL	NE	NE	NE	NE	-
JBS S.A.	NE (ID)	NE	NE	NE	Não há informações sobre áreas rurais (pastagens). Informações concentradas nos frigoríficos.
Infinity BIO-ENERGY Brasil Participações S.A.	NE	NE	NE	NE	Pediu cancelamento de registro na CVM
Klabin S.A.	NE	NE	NE	NE	Não há informações sobre plantações. Informações concentradas nas fábricas e outros imóveis urbanos

⁹¹ O Cadastro de Empregadores, ou Lista Suja, como é conhecida, é atualizada semestralmente. A última atualização ocorreu em 21 de novembro de 2008. Versão utilizada para esta pesquisa. Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008. Elaboração da autora.

Marfrig Frigoríficos e Com. de Alim. S.A.	NE	NE	NE	NE	Não há informações sobre áreas rurais (pastagens). Informações concentradas nos frigoríficos.
Parmalat Brasil S.A. Ind. de Alimentos	NE	NE	NE	NE	Não há informações sobre áreas rurais. Informações concentradas nas fábricas
Perdigão S.A.	NE	NE	NE	NE	Não há informações sobre "outras" propriedades localizadas em Santa Catarina
São Martinho S.A.	NE	NE	NE	NE	Não há informações sobre áreas rurais (plantações).
SLC Agrícola S.A.	NE	NE	NE	NE	Informações sobre áreas arrendadas para cultivo.
Votorantim Celulose e Papel S.A.	NE	NE	NE	NE	-

NE – Nenhum cadastro encontrado

ID – Informações Desatualizadas

(c) Desmatamento da Amazônia

NENHUM nome de pessoas (física ou jurídica) cadastradas na Lista dos Maiores Desmatadores da Amazônia tem relação direta com as empresas pesquisadas neste estudo.

Os nomes da lista foram cruzados com os nomes de acionistas, empresas controladas subsidiadas às que estão sendo pesquisadas, com os registros de propriedades relevantes e aqueles declarados nos comunicados ao mercado e comunicados de fatos relevantes.

Assim como no caso do Ministério do Trabalho e Emprego, a lista dos desmatadores da Amazônia carece de mais informações para viabilizar qualquer relação com outras listas. Isso porque faltam informações mais detalhadas, como endereço, empresas relacionadas (compradoras, fornecedoras), etc.

(d) Gênero

Este tópico tem como objetivo apresentar alguns dados relativos a participação das mulheres nos conselhos e diretorias das empresas pesquisadas neste estudo. Para isso, foram coletadas informações de pesquisas realizadas pelo Instituto Ethos de Responsabilidade Social referentes ao *Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil* e dados coletados nos registros das empresas pesquisadas pelo MDA na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Além disso, os dados populacionais referem-se basicamente a dados censitários do IBGE.

De acordo com o último censo demográfico realizado no Brasil⁹², a população brasileira em 2000 era de mais de 169 milhões de pessoas, cuja maior parte ou cerca de 86,3 milhões (50,79%), era formada por mulheres. Atualmente, estima-se que haja cerca de 184 milhões de pessoas no Brasil.

A participação das mulheres como chefe de domicílio no país é de 56%. Sem contar que (24,9%) dos domicílios administrados por elas apresentavam melhores condições de saneamento básico em comparação aos chefiados por homens.

Além disso, os dados do IBGE apontam que as mulheres eram mais escolarizadas e viviam mais. Prova disso, é que representam 55% da população idosa no país, contra 45% dos homens na mesma condição.

No que diz respeito a gênero e cor/raça é possível destacar que a população negra (considerada a soma de pretos e pardos) representa 45% do total, sendo 22,03% de mulheres negras e 22,63% de homens negros. Mas, entre o total de mulheres predominam as brancas que representam 55% do total de mulheres no país.

⁹² Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000. O próximo censo demográfico no Brasil será divulgado no ano de 2010. Foram utilizadas também informações do Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> . Acesso em: 2 fev. 09. Não foram considerados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) por tratar-se de uma pesquisa por amostra domiciliar e não representar toda a população.

No censo de 2000, apenas 44,1% das mulheres estavam no mercado de trabalho. No entanto, 1/3 delas exercendo atividades domésticas ou não remuneradas.

Apesar de ser maioria na população brasileira e mais escolarizadas as mulheres apresentavam rendimento médio 30% menor que o dos homens, ou seja, recebiam cerca de 70% do rendimento dos homens em 2000. Em geral elas trabalham em atividades mais precárias e de baixa qualificação, principalmente nas regiões norte e nordeste do país.

O fluxo migratório dessas regiões para as regiões sudeste também indica maior número de mulheres (282 mil) que de homens (218 mil) no período registrado.

As regiões centro-oeste, sudeste e sul concentram a maior parcela de mulheres que recebem menos de 70% dos salários dos homens. Também é nessas regiões que a diferença entre os brancos e negros pode alcançar até 50% ou 60% dos rendimentos.

Se a comparação for entre os rendimentos de mulheres brancas e negras nas áreas urbanas os dados são ainda mais expressivos. Segundo o censo de 2000, as mulheres negras recebem em média 51% do rendimento das mulheres brancas.

Pesquisa do Instituto Ethos

O Instituto Ethos de Responsabilidade Social realiza, desde o ano de 2001, pesquisa bianual sobre *Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil*⁹³. Os dados usados nesse relatório referem-se às pesquisas realizadas em 2005 e 2007⁹⁴.

O universo da pesquisa de 2005 foi definido a partir dos dados divulgados em edição especial do *Jornal Valor Econômico*⁹⁵; e o de 2007, definido com base em um anuário publicado pela *Revista Exame*⁹⁶.

As empresas que formam esse universo são aquelas classificadas nos *rankings* das publicações que aceitaram participar da pesquisa realizada pelo Instituto Ethos. O objetivo do levantamento é traçar o perfil da composição de funcionários e dirigentes segundo os critérios de raça, gênero, faixa etária, escolaridade e tempo de serviço nas maiores empresas do Brasil. São contemplados os níveis executivos, gerenciais, de supervisão, chefia ou coordenação e o quadro funcional.

⁹³ Pesquisa Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil. Instituto Ethos. Disponível em: http://www.uniethos.org.br/Uniethos/documents/Diversidade2005_web.pdf. Acesso em: 16 jan. 09. Pesquisa bianual realizada pelo Instituto Ethos desde 2001.

⁹⁴ A opção pelas publicações de 2005 e 2007, deve-se ao fato de que as pesquisas dos anos 2001 e 2003 são anteriores ao período estudado aqui. Portanto, optou-se apenas pelos últimos dois estudos, de 2005 e 2007.

⁹⁵ O universo da pesquisa de 2005 foi definido a partir de edição especial *500 maiores empresas*, do *Jornal Valor Econômico*.

⁹⁶ De acordo com a metodologia da pesquisa a publicação utilizada para definir o universo da pesquisa em 2007 foi *Melhores e Maiores 2006*, *Revista Exame*, Editora Abril.

Na pesquisa de 2005, apenas 119 (24%) empresas responderam ao questionário. Em 2007, a participação aumentou para 132 (26,4%) do total de empresas contatadas para participarem da pesquisa.

Em linhas gerais, o estudo aponta que há uma situação de grande desigualdade nas empresas, mas há também uma tendência de crescimento da participação das mulheres nos quadros executivos.

Esse aumento pode ser observado desde os dois primeiros biênios apurados. No ano de 2001, a participação das mulheres nesses níveis era de 6%; em 2003, esse número subiu para 9% no total de participação; em 2005 foi para 10,6% e; em 2007, alcançou 11,5% do total de trabalhadores nos níveis executivos das empresas.

Observa-se um “*afunilamento hierárquico*” na participação das mulheres nesses níveis administrativos, ou seja, quanto mais alta a hierarquia (cargo) nas grandes empresas, menor é o número de mulheres a ocupar os cargos nesses níveis. O mesmo acontece com o número de trabalhadores(as) negros(as).

A participação das mulheres nos níveis funcional ou de supervisão, chefia ou coordenação aumentou em comparação ao ano de 2005, são 35% e 37% respectivamente. Enquanto nos quadros executivos a participação passou de 10,6% para 11,5%.

A baixa representação das mulheres nesses níveis executivos representa o inverso da participação das mulheres na sociedade que é superior (mais de 50% da população) à dos homens. Em termos de população ocupada elas representam cerca de 45% do total de trabalhadores⁹⁷ das regiões metropolitanas apuradas pelo IBGE. Sem contar que quase 60% delas têm 11 anos ou mais de estudo, contra 52% dos homens.

No caso dos(as) trabalhadores(as) negros(as) a diferença é ainda mais expressiva. De acordo com o estudo de 2007, os negros representam cerca de 49,5% da população, levando-se em conta a soma de pretos e pardos, mas ocupam apenas 25,1% das vagas do quadro funcional das grandes empresas, 17,4% dos cargos de supervisão, 17% dos cargos de gerência e 3,5% dos quadros executivos.

O estudo Ethos de 2005 aponta um aumento da participação de trabalhadores(as) negros(as) nos quadros funcionais das empresas nos cargos de supervisão que era 2005 era de 13,5% e passou para 17,4% dois anos depois. Os de gerência que era de 9% em 2005, passou para 17%, em 2007.

Outro dado relevante é a faixa etária do quadro funcional. Aumentou o número de diretores com mais de 45 anos. No ano de 2005 os que se encontravam acima dessa faixa etária, representavam 48,9% do total e, no ano de 2007, esse percentual subiu para 55,8%.

Nos níveis gerenciais ocorreu o mesmo aumento para aqueles com mais de 45 anos. Em 2005, representavam 25% do total e no estudo seguinte, esse percentual subiu para 37%.

⁹⁷ IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego (PME), dez de 2008.

Em linhas gerais é possível observar que a participação das mulheres aumentou em 2007 em relação a 2005, exceto nos níveis gerenciais. Já a participação masculina, apresentou pequenas quedas, conforme quadro a seguir.

Tabela 28 – Participação dos trabalhadores(as) por gênero nos quadros funcionais

Quadro funcional por nível	Mulheres (2005)	Mulheres (2007)	Homens (2005)	Homens (2007)
Quadro executivo	10,6%	11,5%	89,4%	88,5%
Gerência	31%	24,6%	69%	75,4%
Supervisão	27%	37%	73%	63%
Quadro funcional	32,6%	35%	67,4%	65%

Fonte: Pesquisa Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil. Instituto Ethos.

Pesquisa sobre estrutura de mercado – breve análise

Para este estudo foram coletadas as informações referentes a composição das diretorias das empresas divulgadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As informações estão disponíveis no item “composição atual do conselho de administração e diretoria”, nas Informações Anuais (IAN). Neste item estão incluídos membros do conselho, diretorias, superintendências e coordenadorias.

O levantamento na CVM foi realizado em 15 de janeiro de 2009 para todas as empresas, portanto refere-se a informações apresentadas até esse período. Não há dados sobre o quadro funcional das empresas, portanto, não é possível fazer nenhuma relação com a questão de gênero e cor/raça a partir de dados sobre os trabalhadores das empresas pesquisadas.

No quadro observa-se a composição dos conselhos e diretorias das empresas pesquisadas. Note-se que a maioria, ou seja, cerca de 95% do total de membros é formada por homens.

Tabela 29 - Composição da diretoria das empresas (por sexo)		Diretorias		
Nº	Nome da empresa	Mulheres	Homens	Total
1	Açúcar Guarani S.A.	1	11	12
2	Aracruz Celulose S.A.	0	25	25
3	Brasilagro Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas S.A.	0	14	14
4	Cosan S.A. Indústria e Comércio	0	16	16
5	Fertilizantes Fosfatados S.A. Fosfertil	0	14	14
6	JBS S.A.	0	10	10
7	Infinity Bio-Energy Brasil Participações S.A.	1	5	6
8	Klabin S.A.	5	23	28
9	Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A.	1	8	9
10	Parmalat Brasil S.A. Indústria de Alimentos	0	8	8
11	Perdigão S.A.	1	25	26
12	SLC Agrícola S.A.	0	8	8
13	Votorantim Celulose e Papel S.A.	0	11	11
Total Geral		9	178	187

Fonte: CVM. Informações Anuais referentes a composição do conselho de administração e diretoria das empresas. Incluem diretorias, conselhos administrativos e fiscal. IAN coletado em 14/01/09.

Apenas cinco empresas contam com a participação de alguma mulher como membro do conselho de administração ou diretoria. São nove (9) mulheres para um total de cento e noventa (178) homens na administração de grandes empresas em setores de atividade

econômica importantes como de alimentos, agricultura, agropecuária, fertilizantes e papel e celulose.

Oito, entre 13 empresas, não contam com nenhuma mulher nos conselhos administrativos e diretorias no momento do levantamento dos dados na CVM. As outras cinco possuem alguma participação de mulheres na composição das suas diretorias.

A empresa com maior número de mulheres que integram os conselhos de administração e diretoria é a Klabin S.A. que conta com cinco mulheres (22%) num grupo diretivo composto por outros 23 homens (78%). É a empresa com o maior número de membros declarados na CVM, dentre as que estão sendo estudadas aqui.

As empresas Aracruz e Perdigão apesar de serem as que mantêm o maior número de membros nos conselhos e diretorias, são 25 membros em cada uma delas, a primeira não possui nenhuma mulher na diretoria e a segunda possui apenas uma entre outros 24 membros do sexo masculino.

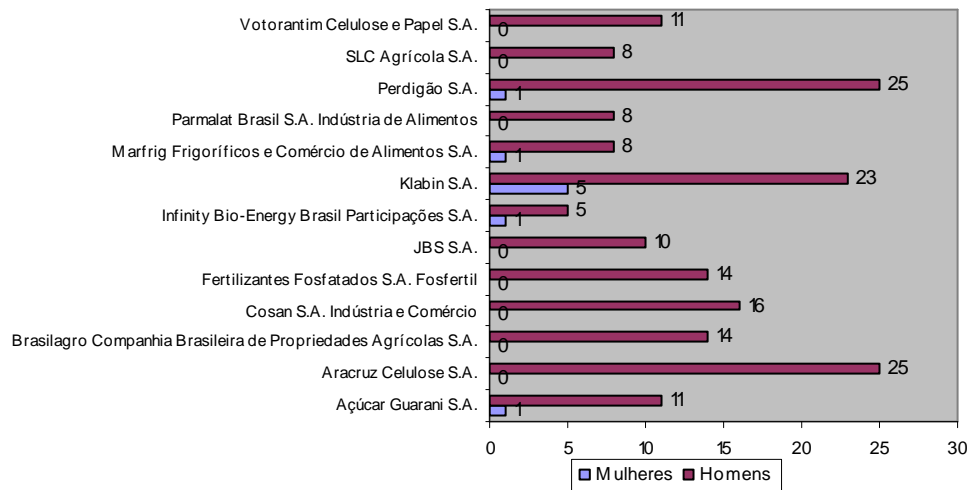
Apesar da baixa representação das mulheres nos quadros executivos das empresas pesquisadas há ainda as empresas que não possuem nenhuma mulher nas suas composições diretivas, como a Aracruz, Brasilagro, Cosan, Fosfertil, JBS, Parmalat, SLC e Votorantim.

Nesses casos, não há qualquer participação de mulheres nos conselhos administrativos ou nas diretorias das empresas e nenhuma delas possui políticas internas de gênero.

Vale destacar que os conselhos de administração das empresas são instâncias de decisão colegiada, eleitas em assembléia geral de acionistas para orientar os negócios e elaborar estratégias de longo prazo nas empresas. Além disso, o conselho escolhe e fiscaliza a gestão das diretorias eleitas.

O conselho de administração reúne-se periodicamente, mas cada conselho de empresa possui suas características de funcionamento que respeita as regras gerais de formação e funcionamento. O conselho também é responsável pela contratação de auditoria externa.

Composição das diretorias das empresas por sexo



Fonte: CVM. Informações Anuais referentes a composição do conselho de administração e diretoria das empresas. Incluem diretorias, conselhos administrativos e fiscal. IAN coletado em 14/01/09. Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009.

4. Estrutura de Mercado

O capítulo Estrutura de Mercado apresenta informações coletadas sobre investimentos externos diretos (IEDs), níveis de produção por setores de atividade econômica, volume de vendas e transações das empresas.

Para isso foram consultados dados na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), na União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa) e na ACNielsen.

Além dessas fontes foram consultados alguns relatórios de informações anuais das empresas, a fim de complementar dados sobre a produção e receitas (por itens) e o ranking das maiores empresas divulgado pela revista do Jornal Valor Econômico.

(a) Investimentos Externos Diretos (IEDs)

O objetivo deste tópico é apresentar um panorama da estrutura de mercado no Brasil dando ênfase ao volume de IEDs destinados à América Latina e Caribe e o volume de investimentos desta região destinados a outros países. As informações sobre Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) foram extraídas de estudos anuais divulgados pela Divisão de Desenvolvimento Produtivo e Empresarial (DDPE) da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal)⁹⁸. Para esta pesquisa, são utilizados dados agregados sobre os principais países que receberam e destinaram investimentos estrangeiros no Brasil.

De acordo com o último relatório⁹⁹, os investimentos estrangeiros em 2007 ultrapassaram os US\$ 100 milhões, superando a maior marca já registrada na região, que foi de US\$ 89 milhões em 1999, motivados basicamente pelas privatizações que marcaram aquele período. Em termos globais os fluxos de investimentos externos na região registraram um aumento de 46% no período, enquanto o incremento mundial foi de 36%.

O relatório afirma também que o aumento de IEDs na América Latina e Caribe foi impulsionado principalmente pela busca de novos mercados pelas empresas transnacionais, a fim de aproveitar o aumento das demandas locais e também pela busca de recursos naturais, como uma tendência mundial. Por outro lado, as chamadas translatinas (empresas transnacionais da região) apresentaram uma redução nos níveis de investimentos.

O estudo também aponta que apesar de Estados Unidos ser o maior investidor da América Latina e do Caribe, além de seu maior consumidor, a desaceleração da economia norte-americana não afetou a região de forma agressiva, certamente devido ao momento de solidez

⁹⁸ Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Publicações consultadas de 2004 a 2007. Disponível em: < <http://www.eclac.org/ddpe/default.asp> >. Acesso em: 28 abr 09.

⁹⁹ Fonte: CEPAL. *La inversión extranjera en América Latina y el Caribe 2007*, mayo de 2008. Disponível em: < <http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/0/32930/P32930.xml&xsl=/ddpe/tpl/p9f.xsl&base=/ddpe/tpl/top-bottom.xsl> >. Acesso em nov. 08.

das economias locais. Além disso, vale ressaltar a capacidade das empresas transnacionais em diversificar seus mercados para exportação, como a JBS (Friboi) e a Marfrig, do setor de alimentos, que além de operarem nas Américas também atuam em países da Europa, tendo como mercados países de outros blocos econômicos.

No que diz respeito ao volume de IEDs, o Brasil foi o país que mais recebeu investimentos em 2007, mais de US\$ 34 milhões, e o que mais realizou investimentos em outros países fora da região. Um montante de investimentos alto foi registrado no Brasil somente no ano 2000 quando recebeu quase US\$ 33 milhões. (ver tabela 30.1).

Os investimentos realizados pelo Brasil em outros países em 2007 foram de US\$ 7 milhões¹⁰⁰, ou seja, quase três vezes menor que o investido pelo Brasil no ano anterior, que chegou a aproximadamente US\$ 28 milhões. Vale mencionar que o volume total de investimentos externos desde os países da América Latina e o Caribe diminuiu em mais de US\$ 20 milhões em relação ao período anterior, principalmente porque naquele período, em 2006, a brasileira Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) comprou a canadense Inco, impulsionando a alta dos IDEs brasileiros no exterior e, conseqüentemente, o montante da América Latina e Caribe.

Mas a despeito da desaceleração dos investimentos das translatinas, o estudo ressalta que as empresas da região ocupam posição consolidada em outros mercados em diversos setores, como siderurgia, cimento, petróleo e gás, alimentos e bebidas, software, carne, petroquímico e serviços.

É possível observar também que nos anos de 2004, 2005 e 2006 os investimentos na América Latina e Caribe mantiveram um nível estável enquanto aqueles destinados para fora da região aumentaram. Essa estabilidade pode ser atribuída, segundo o estudo da Cepal, às limitações macroeconômicas e estruturais dos países da região, o que levaria as empresas transnacionais a optar por investimentos em outros países. Ademais, as políticas regionais sobre investimentos externos podem não ser eficazes se comparadas a países que adotam medidas estratégicas de desenvolvimento e preocupam-se em encontrar fontes não tradicionais de ingressos.

¹⁰⁰ O México foi o país da região que mais recebeu investimentos externos de 2003 a 2006.

Tabelas 30.1 - referentes a Investimentos Externos Diretos de América Latina e o Caribe. Inclui ingressos e saídas.

Tabela 30 (a) - Países que mais receberam IED na América Latina e Caribe (1993 -2007)
(em milhões de dólares)

Países	1993-1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Argentina	5.629,30	7.290,70	23.987,70	10.418,30	2.166,10	2.148,90	1.652,00	4.124,70	5.265,20	5.037,30	5.720,40
Brasil	8.014,60	31.913,00	28.576,00	32.779,20	22.457,40	16.590,20	10.143,50	18.145,90	15.067,00	18.782,00	34.584,90
Chile	3.332,10	4.627,70	8.760,90	4.860,00	4.199,80	2.549,90	4.307,40	7.172,70	6.983,80	7.357,70	14.457,30
Colômbia	2.409,60	2.828,80	1.507,90	2.436,50	2.541,90	2.133,70	1.720,50	3.015,60	10.240,40	6.463,50	9.028,10
México	10.680,90	12.416,20	13.712,40	17.942,10	29.506,80	21.152,90	16.589,30	22.777,10	20.960,20	19.211,00	23.230,20
Perú	2.443,40	1.644,00	1.940,00	809,70	1.144,30	2.155,80	1.335,00	1.599,00	2.578,70	3.466,50	5.342,60
Venezuela	2.111,00	4.985,00	2.890,00	4.701,00	3.683,00	782,00	2.040,00	1.483,00	2.589,00	-590,00	646,00

Extraído de: La Inversión Extranjera en América Latina y el Caribe (2007). Fonte: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre a base de dados de valores oficiais. Os dados considerados na tabela referem-se aos valores oficiais mais atualizados, disponíveis em 30 de abril de 2008.

Tabela 30 (b) - Países da América Latina e Caribe que mais realizaram IED em outros países (1993-2007)
(em milhões de dólares)

Países	1993-1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Argentina	1.693,70	2.325,50	1.730,30	901,00	160,90	-627,10	773,80	676,00	1.311,00	2.119,00	1.196,00
Brasil	697,40	2.721,00	1.690,00	2.281,60	-2.257,60	2.482,10	249,30	9.807,00	2.516,70	28.202,00	7.067,00
Chile	938,60	1.483,40	2.557,90	3.986,60	1.609,70	343,20	1.606,30	1.563,10	2.182,70	2.875,60	3.830,30
Colômbia	356,50	796,00	115,50	325,30	16,10	856,80	937,70	142,40	4.661,90	1.098,30	370,30
México	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	4.404,00	890,80	1.253,50	4.431,90	6.474,00	5.758,50	5.478,90
Venezuela	479,80	1.043,00	872,00	521,00	204,00	1.026,00	1.318,00	619,00	1.167,00	2.076,00	2.237,00

Extraído de: La Inversión Extranjera en América Latina y el Caribe (2007). Fonte: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre a base de dados de valores oficiais. Os dados considerados na tabela referem-se aos valores oficiais mais atualizados, disponíveis em 30 de abril de 2008.
(n.d.) dado não disponível.

(a.1) Posição das empresas entre as maiores do Brasil

Para identificar as empresas pesquisadas no mercado nacional, optou-se por utilizar o *Ranking* das 1000 maiores¹⁰¹ empresas que operam no Brasil e outros *rankings* de classificações de empresas por setor de atividade econômica, vendas e receita líquida. O *ranking* das 1000 maiores empresas é elaborado anualmente a partir dos balanços não consolidados dos exercícios sociais de 2006 e 2007¹⁰².

O conceito de lucro líquido empregado pela pesquisa refere-se ao resultado líquido (lucro ou prejuízo) do exercício social divulgado na demonstração do resultado. O patrimônio líquido é o valor apresentado no balanço patrimonial como tal. É também conhecido como passível não-exigível. A receita líquida é a receita bruta com as deduções. Ou seja, é a receita total decorrente das atividades-fim. E, finalmente, a variação a que se refere a tabela é o aumento ou redução, em percentual, dos investimentos apurados no fim do exercício social e divulgado na demonstração do resultado.

Para esse estudo, interessa saber a evolução dos balanços dessas empresas, como é sua participação em termos reais no mercado setorial em relação às suas concorrentes e identificar elementos relacionados às estratégias de ação dessas empresas. No *ranking* das 1000 maiores não estão incluídas as empresas Açúcar Guarani S.A., Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas - Brasilagro e Infinity Bio-Energy Brasil Part. S.A..

Recentemente, a Sadia anunciou a fusão com a Perdigão¹⁰³ para formar uma grande companhia do setor de alimentos. De acordo com o ranking do Valor Econômico, a Perdigão tinha receita líquida em 2007 de cerca de 5,5 milhões de reais e a Sadia de pouco mais de 8 milhões. Com a junção das empresas, a receita de vendas das empresas superaria naquele ano a receita da Bunge que era a primeira empresa em termos de vendas líquidas em operação no Brasil. Nas Américas somente a JBS supera a nova empresa, com faturamento anual de 12 bilhões de dólares.

¹⁰¹ O Jornal Valor Econômico divulga anualmente edição especial sobre ranking de empresas. *Valor 1000 Maiores Empresas*. Publicação Anual. Ago de 2008. Ano 8, n. 8. Informações disponíveis em: < <http://www.valoronline.com.br> >.

¹⁰² As empresas enviam os formulários de pesquisa ao Jornal Valor Econômico por meio eletrônico ou correio.

¹⁰³ Portal Exame. Disponível em: <http://portalexame.abril.com.br/negocios/sadia-perdigao-confirmam-megafusao-471184.html> . Acesso em: 26 jun 09.

Empresas por classificação no ranking das 1000 maiores do país

Tabela 30.2 - Classificação das empresas entre as 1000 maiores do país

Classificação		Empresa	Sede	Setor de atividade	Receita líquida (em R\$ milhões)	Variação (em %)	Capital (origem)	Lucro Líquido (em R\$ milhões)	Ativo Total (em R\$ milhões)	Patrimônio líquido (em R\$ milhões)
2007	2006									
45º	50º	Perdigão	SP	Alimentos	5597,4	22,8	BR	272	5080,6	1939,5
60º	54º	JBS-Friboi	SP	Alimentos	3995,8	1	BR	(-165,0)	5908,7	3054,6
97º	90º	Klabin	SP	Papel e Celulose	2666,3	2,8	BR	621,4	7994,6	2741,3
102º	107º	Aracruz	ES	Papel e Celulose	2467	8,2	BR/Ing	1020,6	10571,5	5403,2
114º	114º	Marfrig	SP	Alimentos	2250,2	12,7	BR	64,3	3768,2	1282,3
115º	91º	VCP	SP	Papel e Celulose	2245,2	(-11,7)	BR	837,5	8789,4	5638,3
136º	163º	Cosan	SP	Açúcar e Álcool	1977,3	38,9	BR	349,5	3990,2	1631
238º	279º	Fosfertil	MG	Químico e Petroquímico	1095,6	31,8	BR	450,7	2046,5	1445,4
247º	-	Parmalat	SP	Alimentos	1076	30,2	BR	(-64,4)	902,3	19
862º	873º	SLC Alimentos	RS	Alimentos	257	12,6	BR	0,2	128,2	8,3

Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009.

Fonte: Valor 1000 maiores empresas. - Revista do Jornal Valor Econômico. Publicação Anual. Ago de 2008.. Ano 8. Nº 8.

Notas metodológicas: A posição das companhias são definidas por investimentos entre as maiores do país. Os dados referem-se aos Balanços divulgados em 2008, referentes a 2007.

a) Classificação no setor de **Alimentos** por vendas líquidas

Classificação	Empresa	Venda líquida anual (em R\$ milhões)
1	Bunge Alimentos	12.598,8
2	Cargil	10.363,4
3	Unilever	8.543,7
4	Sadia	8.038,7
5	Perdigão	5.597,4
6	Betin	4.063,4
7	JBS Friboi	3.995,8
8	LD Commodities	3.996,6
9	Marfrig	2.250,2
10	Seara	2.092,3

Fonte: Revista do Jornal Valor Econômico. Valor 1000. Publicação Anual. Agosto de 2008.

b) Classificação no ramo de **açúcar e álcool** por vendas líquidas

Classificação	Empresa	Venda líquida anual (em R\$ milhões)
1	Copersucar	3.932,8
2	Cosan	1.977,3
3	Nova América	949,5
4	Usina Caeté	889,5
5	LDC Bioenergia	741,6
6	Usina Santa Terezinha	726,2
7	Usina da Pedra	585,4
8	Laginha	566,9
9	Usina São Martinho	552,9
10	Usina Alta Alegre	462,2

Fonte: Revista do Jornal Valor Econômico. Valor 1000. Publicação Anual. Agosto de 2008.

c) Classificação no ramo de **Papel e Celulose** por vendas líquidas

Classificação	Empresa	Venda líquida anual (em R\$ milhões)
1	Suzano Papel e Celulose	3.255,7
2	Klabin	2.666,3
3	Aracruz	2.467,0
4	VCP	2.245,2
5	International Paper	1.592,0
6	Cenibra	1.237,7
7	Ripasa	1.073,4
8	Veracel	807,1
9	Santher	647,2
10	Rigesa	634,3

Fonte: Revista do Jornal Valor Econômico. Valor 1000. Publicação Anual. Agosto de 2008.

O *ranking* define setores de atividade econômica diferentemente do modo como é definido pela CVM. De acordo com as empresas selecionadas para esse estudo, pode-se destacar os seguintes setores: alimentos, açúcar e álcool, agricultura, químico e petroquímico, papel e celulose. Não há informações sobre agropecuária ou agronegócios. Portanto, considera-se os ramos de atividades definidos pela empresa na CVM.

A partir da classificação das 1000 maiores empresas, foram selecionadas empresas que se destacaram por categorias, como a posição por vendas líquidas.

Enquanto a Aracruz configura em 17º lugar entre as 20 empresas com maiores lucros líquidos do país, a JBS (Friboi) está em 13º lugar entre os 20 maiores prejuízos líquidos. A Parmalat aparece em 9º lugar na classificação entre os 20 maiores níveis de endividamento, cujo percentual atinge, segundo dados do *ranking* do valor econômico, 4.652,0% do patrimônio líquido.

De acordo com o plano de trabalho (PT) que orienta este estudo, todas as empresas foram verificadas/analizadas com relação à possibilidade de participarem desse estudo, mas nem todas cumpriam os critérios necessários para serem incluídas. Por essa razão, há empresas que figuram em posições de destaque entre outras do setor mas não cumpriam os requisitos para esse estudo.

Exemplo disso são as empresas LDC Bioenergia e a Usina Santa Terezinha que não constam nos registros da CVM. A Bunge teve seu registro da CVM cancelado em 2002, embora apareça mais adiante devido à sua participação no capital social da Fosfertil. Outras como a Coopersucar e mesmo a própria Bunge adotam estratégias de aquisição de matérias-primas de produtores independentes, fato que dificulta ainda mais um acompanhamento de suas atividades.

(b) Setores de atividade econômica

Este capítulo tem como objetivo apresentar alguns dados sobre os setores de atividade econômica que estão sendo analisados neste estudo. Entre eles, destacam-se: agricultura (alimentos), papel e celulose e fertilizantes.

Agricultura – produção de açúcar e álcool

Desde o ano 2000, o setor de açúcar e álcool no Brasil vem despertando o interesse de empresas estrangeiras na aquisição de usinas e canaviais. O aumento dos investimentos no setor deve-se principalmente às condições favoráveis aos investidores, como o clima, a disponibilidade de crédito e áreas para cultivo, a capacidade instalada, os problemas financeiros das empresas familiares do setor e os baixos custos de mão-de-obra e produção no país.

Além dessas condições, o Brasil saiu vitorioso na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os subsídios europeus ao açúcar. Com efeito, a Europa foi obrigada a reduzir os subsídios para a produção de açúcar, contribuindo para ampliar a participação do país no mercado mundial.

Em contrapartida, a medida levou investidores europeus a apostarem no Brasil como um meio de compensar os prejuízos com o fechamento de usinas em seus próprios mercados.

Os primeiros investimentos no setor açucareiro do Brasil foram impulsionados, ainda em 2000, com a entrada do grupo *Louis Dreyfus* (antiga *Beghin-Say*) que despertou o interesse de outros grupos, como a alemã *Südzucker*, a inglesa *British Sugar* (controlada pela *Associated British Food*) e a americana *Imperial Sugar*. Atualmente, empresas de origem francesa e das Bermudas ocupam posição de destaque no mercado brasileiro.

Alguns movimentos no mercado interno foram fundamentais para facilitar o aumento do capital estrangeiro no segmento de açúcar e álcool no Brasil. A entrada de investidores estrangeiros forçou as companhias a buscar alternativas de expansão do capital em dois caminhos, ou tornando-se sociedade anônima e abrindo a empresa para captação de capital, e criando, com isso, condições de enfrentamento com as grandes do setor, ou optando pela venda de suas usinas a grandes empresas.

Em geral, os caminhos foram conduzidos a um misto dessas alternativas e impôs várias exigências ao setor. Empresas do ramo de açúcar e álcool são conhecidas pelas péssimas condições de trabalho dos cortadores de cana, pela terceirização irregular, falta de equipamentos de proteção individual (EPI), transporte inadequado, jornadas de trabalho exaustivas, além dos riscos ambientais que envolvem a produção, como a queima da safra e os resíduos da produção.

O aumento de grupos estrangeiros no país faz com que as preocupações com as condições de trabalho e produção sejam solucionadas. Nesse sentido, empresas que produzam em áreas devastadas ou que tenham outros passivos de meio ambiente terão cada vez mais dificuldade em se colocar no mercado nacional e internacional.

A União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) é uma organização de representação do setor de açúcar e bioetanol do Brasil. A Unica disponibiliza dados do setor sucroenergético, que inclui o volume de produção de açúcar, álcool e biocombustível, além de informações sobre exportação desses produtos no Brasil.

De acordo com os dados da Unica, na safra de 2007-2008 foram produzidos no Brasil mais de 30 milhões de toneladas de açúcar (bruto e refinado). Os estados que mais produzem açúcar de acordo com a última safra informada são: 1) São Paulo (296.313.957 t), 2) Paraná (40.369.063 t) e, 3) Alagoas (29.444.408 t).

Os volumes de produção de etanol (hidratado e anidro)¹⁰⁴ totalizaram mais de 22 milhões de litros no período de 2007-2008. O etanol hidratado deu um salto da safra 2006-2007 para a de 2007-

¹⁰⁴ O etanol hidratado é utilizado diretamente em veículos movidos a etanol e o etanol anidro é adicionado à gasolina na proporção de 25%. Ambos, etanol anidro e hidratado, são utilizados para outros fins, como para a indústria de solventes, tintas, vernizes, remédios, bebidas, produtos de limpeza, etc.

2008, de nove milhões de litros para mais de 14 milhões de litros, diferentemente da produção de álcool anidro, que apresentou oscilações de produção desde a entressafra de 2004.

Tabela 31 - Produção de Açúcar e Etanol no Brasil (2002-2008)

Produção brasileira	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008
Açúcar (toneladas)	22.567.260	24.925.793	26.621.221	25.905.723	29.882.433	30.760.165
Etanol Hidratado (mil litros)	5.607.759	5.896.655	7.112.218	8.108.448	9.418.202	14.300.346
Etanol Anidro (mil litros)	7.015.466	8.912.050	8.304.450	7.838.546	8.301.007	8.178.603

Fonte: Unica – União da Indústria de Cana-de-Açúcar

O Brasil é o maior exportador mundial de açúcar e álcool e os dados revelam que a exportação de açúcar aumentou desde 2002. O mesmo aconteceu com o volume que é exportado. Chama a atenção que praticamente dois terços da produção de açúcar nacional foi exportada para outros países, sendo que o país que mais comprou esse item do Brasil foi a Rússia. O volume de etanol exportado é inferior ao de açúcar e representa cerca de 43% do total produzido no Brasil em 2008. O país que mais comprou etanol do Brasil naquele período foram os Estados Unidos, seguidos da Holanda.

Tabelas 32 – Exportação de Açúcar e Etanol por país de destino

Tab. 32 (a) - Exp. de Açúcar por país de destino

PAÍS	Quantidade (milhares toneladas)		
	2006	2007	2008
Total geral	18.870,30	19.364,50	19.472,50
Rússia	4.346,10	4.197,20	4.384,80
Nigéria	1.126,70	1.119,40	1.358,70
Arábia Saudita	765,9	1.072,30	1.260,60
Egito	1.006,40	722,3	1.177,10
Argélia	723,1	927,6	875,8
Canadá	756,4	854,8	816
Síria	349,4	368,2	730
Marrocos	692,8	656,7	682,8
Malásia	1.116,00	919,1	674,1
Em. Árabes Unidos	1.231,10	1.283,40	605,8

Fonte: Unica – União da Indústria de Cana-de-Açúcar (açúcar refinado e bruto)

Tab. 32 (b) - Exportação de Etanol por país de destino

PAÍS	Volume (milhões de litros)		
	2006	2007	2008
Total geral	3.416,60	3.530,10	5.118,70
Estados Unidos	1.749,20	849,7	1.519,40
Países Baixos	344,5	800,9	1.331,40
Jamaica	133	312,1	436,1
El Salvador	182,7	226,8	355,9
Japão	227,7	367,2	263,2
Trinidad e Tobago	72,3	160,5	224,3
Virgens, Ilhas Am.	-	52,7	187,9
Coréia do Sul	93,4	67,4	186,6
Costa Rica	92,2	172,2	109,4
Nigéria	43,1	124,2	97,8

Fonte: Unica – União da Indústria de Cana-de-Açúcar.

A Unica também apresenta os dados referentes ao *ranking* de produção por empresa ou usina. Nesse caso, a empresa que mais produziu açúcar no Brasil foi a Cosan, que está concentrada no estado de São Paulo. A empresa produziu mais de 1 milhão de toneladas de açúcar em 2008, concentradas em três de suas unidades de produção.

A empresa Açúcar Guarani aparece na 12ª posição em termos de produção de açúcar no país. As empresas mencionadas no quadro a seguir estão entre as 20 maiores produtoras.

As unidades de produção ou usinas das empresas Brasilagro e Infinity Bio-Energy, que também estão enquadradas no setor de agricultura (açúcar e álcool) na CVM, não estão mencionadas no ranking de produção da Unica. Ambas não têm dados disponíveis em seus sites.

Tabela 33 - Ranking de produção por empresa (e unidades/usinas) em 2008

POSIÇÃO	UF	Empresa	UNIDADES/ Usinas	PRODUÇÃO DE	PRODUÇÃO DE	PRODUÇÃO DE ETANOL (mil litros)		
				CANA-DE-AÇÚCAR (t)	AÇÚCAR (t)	ANIDRO	HIDRATADO	TOTAL
1º	SP	Cosan	DA BARRA	6.815.821	489.723	193.903	96.223	290.126
4º	SP	Cosan	VALE DO ROSÁRIO	5.717.163	386.460	93.089	140.764	233.853
12º	SP	Açúcar Guarani	CRUZ ALTA	4.168.067	475.664	13.414	55.861	69.275
13º	SP	Cosan	BONFIM	4.132.634	345.775	54.144	113.547	167.691

Fonte: Unica (2008)

Agricultura – produção de grãos e outros itens

A Brasilagro e a SLC informam em seus sites que também produzem grãos. De acordo com um *release* da Brasilagro, a empresa declara que colheu 37 mil toneladas de soja na safra 2007-2008, 367 toneladas de arroz e 81 mil toneladas de mudas de cana-de-açúcar no mesmo período. O volume de arroz e soja vendidos foi de R\$19.948,00. Já a venda com a cana-de-açúcar foi de mais de R\$ 4 milhões.

A SLC declara que tem produção de soja, milho, algodão e café. Além desses, produz milho semente em parceria com grupos do setor de sementes. A receita total da empresa declarada em 2008 foi de R\$ 413.660,00, um aumento de 53,9% em relação à receita de 2007, que foi de R\$ 268.704 mil. Ao todo, a SLC produziu 439 mil toneladas de algodão, soja, milho, café e outros tipos de itens em 2007. Não há informação disponível referente a 2008.

Tabela 34 – Produção da SLC desde 2002 (em mil toneladas)

Períodos	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08
Produção (t)	348,2	307,7	375,3	355,4	439,2	-
Algodão	74,0	101,2	102,1	89,9	122,4	-
Soja	167,0	173,5	189,7	184,0	225,7	-
Milho	55,4	60,4	64,1	70,6	80,5	-
Café	0,9	1,7	1,9	3,1	1,3	-
Outros	50,9	33,9	17,5	7,8	9,3	-

Extraído de Relatório de Informações Anuais da SLC.

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab¹⁰⁵, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento possui dados referentes a produção total de grãos no país. De acordo com esses dados pode-se afirmar que a soja e o milho são os itens mais produzidos no país.

Além disso, é possível observar que as empresas pesquisadas do setor de agricultura estão concentradas basicamente na produção de cana-de-açúcar, soja, leite e carne, produtos de destaque no mercado nacional e em termos de exportação.

¹⁰⁵ Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - Conab. Disponível em: < <http://www.conab.gov.br/conabweb/> >. Acesso em: 11 mai 09.

Tabela 35 – Produção de safras no Brasil (em milhões toneladas)

PRODUTO	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08 Previsão	2008/09 Previsão
ALGODÃO - CAROÇO	1.364,8	2.099,2	2.110,3	1.685,7	2.383,6	2.504,7	1.952,7
ARROZ	10.367,1	12.829,4	13.227,3	11.721,7	11.315,9	12.059,9	12.809,3
MILHO TOTAL	47.410,9	42.128,5	34.976,9	42.514,9	51.369,7	58.652,2	51.381,2
MILHO 1ª SAFRA	34.613,6	31.554,2	27.272,4	31.809,0	36.596,7	39.964,1	33.969,1
MILHO 2ª SAFRA	12.797,3	10.574,3	7.704,5	10.705,9	14.773,0	18.688,1	17.412,1
SOJA	52.017,5	49.792,7	52.304,6	55.027,1	58.391,8	60.017,7	57.618,4
SORGO	1.696,7	2.014,1	1.567,7	1.543,0	1.497,1	1.985,5	1.866,9
TRIGO	5.851,3	5.851,3	5.845,9	4.873,1	2.233,7	4.097,1	6.015,6

Extraído de: Conab.
Os dados de 2007 a 2009 são preliminares, portanto sujeitos a mudanças.

Agronegócios – produção de carnes e leite

Segundo informações divulgadas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Brasil é o maior exportador de carne bovina e de aves do mundo, é o quarto maior exportador mundial de carne suína e foi responsável por US\$ 11 bilhões em exportações no ano de 2007. Somente a soja brasileira tem volume de exportação superior ao da carne no Brasil.

O IBGE¹⁰⁶ divulga estatísticas de produção de carnes no Brasil, e de acordo com esses dados, em 2008 o Brasil foi responsável pelo abate de: 28.691 milhões de cabeças de bovinos (queda de 6,6% em relação a 2007), 28.803 milhões de cabeças de suínos (aumento de 5,1% em relação a 2007) e 4.875 bilhões de unidades de aves (aumento de 11,5% em relação ao ano anterior). Além dos abates de animais, a produção de couro chegou a 36.378 milhões de peças inteiras de couros.

A produção de leite em 2008 foi de 19.238 bilhões de litros, um aumento de 7,5% em relação ao ano de 2007, que registrou 17.889 bilhões de litros. Em 2006 foram 16.670 bilhões de litros, em 2005, 16.284 bilhões de litros; 14.495 bilhões de litros de leite em 2004 e 13.627 bilhões em 2003.

No que diz respeito às empresas pesquisadas pelo MDA¹⁰⁷, destaca-se que a JBS declarou que em 2008 teve receita doméstica com abate de cabeças bovinas (no Brasil) de R\$ 2,5 milhões. Em 2007, a receita foi de R\$ 1,7 milhão. Em termos de exportação considerando a carne in natura e os produtos industrializados a receita foi de R\$ 2,3 milhões.

A Marfrig declarou que em 2008 sua receita com venda de bovinos, suínos e frangos alcançou R\$ 3,2 milhões, sendo R\$ 1,8 milhão para o mercado interno e R\$ 1,3 mil para exportação. Em 2007,

¹⁰⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estatística da Produção Pecuária – Março de 2009. Inform. Extr. de IBGE/DPE/COAGRO/GEPEC/IPEC/Pesq. Trim. Abate Anim.. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/producaoagropecuaria/default.shtm> >. Acesso em: 12 maio 09.

¹⁰⁷ Os relatórios da Perdigão não estavam disponíveis para consulta pública no site da empresa. No site da Parmalat (Laep) não há informações sobre a produção (em litros) da empresa.

as vendas totais no Brasil foram de R\$ 2,3 milhões, R\$ 1,1 milhão no mercado interno e R\$ 1,2 milhão de exportação.

Papel e Celulose

O setor de papel e celulose contribui com grandes volumes de exportação ao Brasil. Tanto é assim que as empresas receberam créditos de bancos de desenvolvimento no país, mesmo nos casos em que havia acusação de violação de direitos humanos ou danos ambientais decorrentes da plantação de eucalipto.

A monocultura do eucalipto tem sido muito criticada por ambientalistas¹⁰⁸ e representantes de movimentos sociais em razão dos impactos causados pela atividade das empresas em regiões como Espírito Santo, Bahia e Rio Grande do Sul.

As empresas do setor têm buscado alternativas como o plantio em mosaico, criação de reservas de mata atlântica ou parcerias com pequenos produtores rurais para fornecimento de eucalipto. No entanto, para os movimentos sociais as medidas têm sido insuficientes para resolver as questões ambientais, o êxodo de pequenos proprietários rurais, os desvios de rios, o respeito a reservas indígenas e comunidades quilombolas, etc.

A Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa) divulga anualmente um relatório com dados sobre o desempenho do setor de celulose e papel no país¹⁰⁹. Nele estão incluídas informações sobre os níveis de produção e exportação por tipo de produtos além de outros dados considerados relevantes para identificar o setor. O relatório apresenta informações sobre o conjunto das 220 empresas do setor de papel e celulose que operam nos 17 estados brasileiros.

De acordo com dados do relatório, somente em 2007 o Brasil produziu cerca de 12 milhões de toneladas de celulose e 9 milhões de toneladas de papel. O maior produtor de celulose e papel no mundo são os Estados Unidos, que no mesmo período registrou produção de mais de 53 milhões de toneladas de celulose e 84 milhões de toneladas de papel. Na classificação entre os maiores produtores mundiais, o Brasil ocupa a sexta posição em termos de produção de celulose e a 11ª em produção de papel.

O faturamento anual das empresas brasileiras em 2007 foi de mais de R\$ 24 milhões¹¹⁰ com vendas de papel, celulose química e semiquímica, pastas e artefatos. O setor declarou no período o uso de mão-de-obra de 67.830 trabalhadores(as), sendo a maioria concentrados na região sudeste, que conta com 37.985 trabalhadores(as), ou o equivalente a 56% do total. As regiões com maior concentração de empresas de grande porte do setor, nordeste e sul do país, registraram

¹⁰⁸ Jornal Valor Econômico. *Veracel cria divisão para cuidar de sem-terra, índios e ambientalistas*. Caderno: Empresas & Tecnologia. 21 jan. 05.

¹⁰⁹ Bracelpa é uma associação de representação do setor de papel e celulose no país e no exterior. Todas as empresas pesquisadas pelo MDA do setor são associadas à entidade. Disponível em: < <http://www.bracelpa.org.br/bra/index.html> >. Acesso em: 1 maio 09.

¹¹⁰ Não há relatório estatístico referente ao ano de 2008, apenas informações sobre a produção de 9.154.360 toneladas de papel e, 12.802.940 toneladas de celulose no ano.

41% de mão-de-obra do setor. No nordeste, há 5.574 trabalhadores (8%) e no sul, 22.309 (33%) do total geral de mão-de-obra empregada no setor.

Tabela 36 - Faturamento anual das empresas brasileiras do setor de papel e celulose (em milhares de reais)

Tipo	2006	2007	variação
Pastas de alto rendimento (PAR)	113.167	117.168	3,50%
Celulose química e semiquímica	6.541.605	7.332.207	12,10%
Papel	13.657.834	13.728.920	0,50%
Artefatos	3.033.132	3.415.170	12,60%
Total geral	23.345.738	24.593.465	5,30%

Extraído de: Relatório Estatístico 2007-2008. Fonte: Bracelpa

O Brasil se destaca em relação aos outros países por utilizar celulose de florestas plantadas, enquanto os outros países ainda utilizam florestas naturais. A matéria prima que subsidia o setor de celulose e papel no país provém basicamente do pinus e do eucalipto. Do pinus é extraída a fibra longa própria para papéis mais resistentes, como as embalagens. Do eucalipto é extraída a fibra curta, utilizada para produção de papéis mais finos, como guardanapos, papéis para higiene, para escrever e imprimir. O Brasil possui um dos menores ciclos do pinus (15 anos) e do eucalipto (7 anos).

De acordo com o relatório no Brasil há cerca de 1,7 milhão hectares de áreas reflorestadas distribuídas em estados do Norte, Nordeste, Sudeste e Sul do país. Em 2007, 79,7% desse total era de eucaliptos, 19,9% de pinus e 0,4% de outros tipos de cultivos de árvores. Com relação às áreas reservadas para plantio dessas empresas, são 192.065 hectares voltados para infraestrutura e 237.684,5 inaproveitáveis. Esses dados da Bracelpa incluem áreas possuídas pelas empresas brasileiras, levando-se em conta áreas arrendadas e coligadas, no entanto, não há esclarecimentos sobre os conceitos empregados.

Outro dado relevante diz respeito à produção de Pasta de Alto Rendimento (PAR)¹¹¹, principalmente pelas empresas pesquisadas pelo MDA. Essas empresas produziram quase 9 milhões de toneladas em 2007, sendo que o total de PAR produzida pelo conjunto de empresas no Brasil foi de quase 12 milhões de toneladas. Do total produzido no país, 6,5 milhões de toneladas, ou 55%, foram destinados ao mercado externo. Outros 36% foram destinados a consumo próprio e outros 9%, ao mercado doméstico.

As pastas são classificadas em cinco tipos e destinadas a várias espécies de produtos, como para produção da rayon, celofane, acetato, explosivos, etc. Segundo essa classificação, a empresa Aracruz ocupa o primeiro lugar entre as empresas brasileiras na produção de PAR. A segunda classificada, a Suzano Bahia Sul Papel e Celulose, associou-se à VCP em 2004 para aquisição da Ripasa, que está em nona posição dentre as maiores produtoras de pasta no Brasil.

A VCP que ocupa a terceira posição na classificação, também já realizou uma permuta de ativos com a International Paper para troca de unidades de produção no ano de 2006. Essa negociação foi denunciada ao CADE pela Suzano, que pediu a observação com relação a exclusividade de

¹¹¹ Pasta de Alto Rendimento (PAR) inclui: pasta mecânica, pasta mecanoquímica, pasta quimimecânica (CMP), pasta termomecânica (TMP) e pasta quimitermomecânica (CTMP).

distribuidores, do mesmo modo como foi determinado na questão da aquisição da Ripasa. Além disso, a empresa detém o controle acionário da empresa Aracruz que, por sua vez, controla a Veracel, em sétima posição. Já a Klabin, outra empresa estudada, ocupa a quarta posição em termos de produção de pasta.

Tabelas 37 – Produção de celulose por empresa e produção de papel por tipo

(a) Maiores produtoras de pasta de celulose no Brasil (t)				(b) Produção de papel no Brasil por tipo (em toneladas)	
Clas.	Empresa	2006	2007	Tipo de papéis	(t)
1	Aracruz	3.101.300	3.097.000	imprimir	2.572.175
2	Suzano Papel e Celulose	1.378.533	1.516.837	escrever	109.324
3	VCP	1.432.903	1.447.004	embalagem	4.661.928
4	Klabin	1.194.858	1.268.545	fins sanitários	1.104.546
6	International Paper do Brasil Ltda	348.729	782.225	papel cartão	1.330.270
7	Veracel Celulose SA (Stora Enso)	489.144	528.206	cartolina, papel paraná, cinza, polpa mold.	347.250
9	Ripasa S.A. Celulose e Papel	508.184	308.321	especiais (não especificados)	280.772
Total		8.453.651	8.948.138	Total país	10.406.265

Extraído de: Relatório Estatístico 2007-2008. Fonte: Bracelpa.

Obs.: Pastas de celulose inclui as: químicas, semiquímicas, de alto rendimento. Não inclui pastas para dissolução.

A participação das empresas investigadas na produção de PAR é bastante expressiva em relação ao total de produção desse item no Brasil, que foi de 11,1 milhões de toneladas em 2006 e de 11,9 milhões de toneladas em 2007.

Nesse sentido, é possível afirmar que cerca de 90% da PAR produzida no Brasil está concentrada em alguns grandes grupos do setor de papel e celulose: a VCP, que controla Aracruz, que controla a Veracel. Além disso, a VCP também controla parte da Ripasa. E a Klabin, que possui inúmeras empresas do segmento além de uma posição destacada entre as maiores empresas do ramo no país.

Com relação à produção de papel, o maior volume é de embalagens. São mais de quatro milhões de toneladas produzidas, 44% do total, e 2 milhões de toneladas, ou 26%, destinadas a produção de papéis para imprimir e escrever. A produção de papéis destina-se principalmente ao mercado interno, que consome mais de 5 milhões de toneladas. Outros 1,7 milhão de toneladas foram para o mercado externo. O consumo próprio foi de mais de 2 milhões de toneladas.

Tabela 38 - Maiores empresas produtoras de papel no Brasil (produção por tonelada)

Clas.	Empresa	2006	2007
1	Klabin	1.485.368	1.495.323
2	Suzano Papel e Celulose	922.547	1.087.234
3	International Paper do Brasil Ltda	431.449	761.518
4	VCP	673.502	420.823
5	Rigesa Celulose, Papel e Embs Ltda	322.522	319.831
6	Orsa Celulose, Papel e Embs S.A.	290.507	299.801
7	Stora Enso Arapotí Ind de Papel Ltda	198.317	186.645
8	Norske Skoge Pisa Ltda	173.303	179.449
9	Trombini Industrial S.A.	183.571	178.583
10	Celulose Irani S.A.	172.205	175.630
11	Santher - Fca Papel Sta Therezinha S.A.	161.026	155.937
12	MD Papéis Ltda	56.518	133.092
13	Fernandez S.A. Ind. de Papel	94.504	124.000

14	Inpa - Ind de Embs Santana SA	115.492	115.620
Subtotal		5.280.831	5.633.486
Demais		3.443.800	3.374.954
Total Geral		8.724.631	9.008.440

Extraído de: Relatório Estatístico 2007-2008. Fonte: Bracelpa.

A Klabin é a maior empresa de produção de papel, inclusive de papéis especiais, como o Kraft e papéis para embalagens. Com relação, aliás, a este último item ela responde por mais de 70% das exportações brasileiras.

No que diz respeito aos dados relativos a exportação, foram coletados no relatório da Bracelpa mas extraídos da Secretaria de Comércio Exterior – Secex, e referem-se aos anos de 2006 e 2007. De acordo com os dados apresentados no relatório, o maior volume de exportações de celulose em 2007 teve como principal destino o mercado europeu, foram 53,3%. E o mercado que mais comprou papel, 57% do total produzido naquele ano, foi a América Latina.

Tabela 39 – Exportação de papel e celulose e evolução da balança comercial

Export. brasileiras de celulose e papel por região de destino (2007)					Evolução da Balança Comercial - Papel e Celulose (em US\$ milhões)							
Regiões de destino	Celulose	(em %)	Regiões de destino	Papel	(em%)	Ano	Exportação			Importação		
							Celulose	Papel	Total	Celulose	Papel	total
	Europa	53,3%		América Latina	57,80%	2003	1.744	1.087	2.831	158	403	561
	Ásia e Oceania	25,1%		Europa	16,70%	2004	1.722	1.187	2.909	195	563	758
	Am. do Norte	20,5%		América do Norte	11,90%	2005	2.034	1.371	3.405	210	654	864
	América Latina	1,1%		Ásia e Oceania	7,90%	2006	2.484	1.521	4.005	213	912	1.125
	África	0,1%		África	5,60%	2007	3.024	1.702	4.726	232	1.086	1.318
	Total	US\$ 3 bil		Total	US\$ 1,7 bi							

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior (Secex). Extraído de Relatório Estatístico 2007-2008 (Bracelpa)

(c) Volume de vendas e transações

Esse tópico tem como objetivo identificar as empresas brasileiras com posição de destaque na América Latina. Além disso, identificar a evolução do volume de vendas e as transações das companhias pesquisadas pelo MDA.

O relatório da Cepal apresenta uma classificação das empresas e grupos (não financeiros) da América Latina e Caribe que possuem investimentos fora de seu país de origem em termos de vendas. Cerca de dois terços das 34 empresas classificadas nesse ranking são brasileiras e uma delas está entre as empresas pesquisadas pelo MDA.

São elas: 2º lugar: Petrobras (petróleo e gás); 4º lugar: Companhia Vale do Rio Doce (mineração); 8º lugar: Grupo Votorantim (cimento); 10º lugar: Gerdau (siderurgia); 11º lugar: Odebrecht (construção); 15º lugar: Braskem (petroquímica); 18º lugar: Usiminas (siderurgia/metallurgia); 21º lugar: CSN (siderurgia/metallurgia); 22º lugar: Embraer (indústria aeroespacial); 23º lugar: Grupo Camargo Correia (diversificado) e; 26º lugar: TAM (transporte/logística). Além dessas empresas, o grupo **JBS (Friboi)** aparece na 33ª posição no setor de alimentos.

A JBS também aparece na classificação entre as maiores empresas que operam na Argentina, na 146ª posição após a aquisição da *Swift Armour* naquele país. As aquisições da empresa a elevaram a posição de maior empresa de carne bovina do mundo, a principal exportadora e a principal transnacional brasileira no setor de alimentos.

Nos EUA a empresa ocupa o terceiro lugar entre as empresas de carne de porco, possui 18 unidades de produção com capacidade de abate de 28.600 cabeças bovinas/dia e quase o dobro de suínos. Sua concorrente, a Marfrig, é a quarta maior produtora mundial de carne bovina e produtos derivados de carne bovina.

A receita líquida de vendas da JBS declarada à CVM em 2008 supera todas as outras empresas pesquisadas pelo MDA. De acordo com os dados da Comissão, as vendas das empresas do setor de alimentos estão na frente das receitas de outros setores. A JBS teve o maior volume de vendas entre as empresas pesquisadas no ano de 2008, mais de trinta milhões de reais. O mesmo ocorreu em 2007, quando registrou mais de catorze milhões de reais em vendas no Brasil.

As empresas Guarani, Brasilagro, Cosan, Infinity Bio-Energy e Parmalat não disponibilizaram os dados dos demonstrativos financeiros e patrimoniais referentes a 2008, conforme a tabela a seguir.

Tabela 40 - Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços					
Empresas	Período*				
	2008	2007	2006	2005	2004
Guarani	S/I	851.912	805.055	489.645	366.073
Brasilagro	S/I	45.389	659	0	-
Cosan	S/I	2.736.176	3.605.056	2.477.921	1.900.369
JBS (Friboi)	30.340.255	14.141.571	4.301.682	3.709.280	3.500.591
Infinity Bio-Energy	S/I	258.880	74.731	0	-
Marfrig	6.203.797	3.339.949	2.130.509	0	0
Parmalat (Grupo Laep)	S/I	1.076.021	826.459	900.586	1
Perdigão	11.393.030	6.633.363	5.209.758	5.145.176	4.883.254
SLC Agrícola	413.660	268.704	211.148	234.337	255.372
Aracruz Celulose	3.696.930	3.846.913	3.858.335	3.332.255	3.411.168
Klabin S.A.	3.096.580	2.796.442	2.712.798	2.706.308	2.729.459
VCP	2.990.918	3.211.070	3.795.216	3.417.990	3.402.912
Fosfertil	3.429.472	2.421.567	2.060.798	2.025.222	2.245.775

Fonte: Extraído de CVM – DFP. Coleta de dados realizada em 1 maio 09.

*Os períodos variam de acordo com a apresentação das Demonstrações Financeiras e Patrimoniais de cada Empresa. Nesse caso optou-se por ajustar a informação ao ano.

A Perdigão e a Marfrig, outras do setor de alimentos, aparecem em segundo e terceiro lugares em termos de vendas entre as empresas pesquisadas pelo MDA.

Apesar de a Brasilagro e Infinity não terem disponibilizado informações referentes a 2008, é possível verificar, pelos dados de 2007 e anteriores, que a Brasilagro não registrou um volume de vendas e/ou serviços muito alto em relação à sua concorrente, a Infinity. A Brasilagro teve uma receita de pouco mais de R\$ 45 mil em 2007 e a Infinity registrou vendas de quase R\$ 259 mil no mesmo período.

No que diz respeito às empresas do setor de papel e celulose, a Aracruz foi a empresa que registrou o maior volume de vendas em 2008. A Klabin e VCP registraram receitas próximas a R\$ 3

milhões. Entretanto, vale destacar que em 2008 a VCP comprou outros 28% de ações da Aracruz, que a colocaram no controle da empresa com 56% da participação em seu capital social.

A VCP foi também a única empresa que registrou queda na receita líquida de vendas desde 2006. A JBS, Marfrig e Perdigão, por outro lado, praticamente dobraram suas receitas em relação a 2007. No caso da JBS, o volume de vendas apresentou um crescimento de 114% em relação a 2007. A Marfrig registrou um aumento na receita de vendas de 85,7% em relação a 2007.

Na tabela a seguir estão agregadas as informações sobre as transações das empresas pesquisadas pelo MDA de acordo com o tipo de operação realizada até 2003 e após esse período por ano. Essas informações foram coletadas basicamente a partir do *clipping* que abrange os anos de 2003 a 2008 sobre as empresas e suas subsidiárias. Além disso, foram utilizadas informações disponíveis nos sites das empresas, informações que também serviram de base para a elaboração do perfil das companhias neste relatório.

A partir desses dados observa-se que entre 2006 e 2008 a Marfrig foi a empresa que mais realizou operações de aquisições de empresas estrangeiras, aquisições de frigoríficos e de propriedades rurais, totalizando 31 transações em três anos. É possível inferir que o ano de 2009 seja um ano para consolidar as aquisições da empresa, principalmente aquelas realizadas no exterior, Chile, Argentina, Uruguai e Estados Unidos. Além disso, há as incorporações das subsidiárias das empresas adquiridas que serão integradas ao grupo.

Tabela 41 – Transações realizadas pelas empresas pesquisadas (por tipo e período)

Empresas	Transações					
	Até 2003	2004	2005	2006	2007	2008
Guarani	MCA (Tereos)	-	AFR (1)	-	AE (1), AEE (1)	-
Brasílagro	-	-	F	AFR (3)	P (1), AFR (4)	AFR (2)
Cosan	AP (10), O (1), P (1)	-	AU (1), AP (1), P (2)	AE (1), AP (3), AU (1)	CE (1), AE (1)	P (2), CE (1), AP (1), AE (1)
JBS (Friboi)	AP (3), O (1)	-	-	AEE (1)	AEE (3), AP (3), AFR (1)	AEE (3)
Infinity Bio-Energy	-	-	-	F, AE (1), AU (2)	-	AE (4), AU (3), AEE (1)
Marfrig	AP (3)	AP (1)	-	AP (3), AEE (5)	AEE (7), AP (4), AFR (2)	AEE (3), AE (3)
Parmalat (Grupo Laep)	AE (1)	-	-	V (2)	CE (1), P (1), AE (1), AP (2)	-
Perdigão	AP (1), AE (7), P (2)	-	-	AE (1), P (1)	AE (4)	AE (2)
SLC Agrícola	AR (1), P (1)	-	-	-	AFR (1)	AFR (1)
Aracruz Celulose	P (2), AE (1), CE (1), O (1)	V (1)	-	-	-	AE (1), MCA (VCP)
Klabin S.A.	AE (8), AFR (1), CE (4), P (6), AEE (1), V (1)	-	-	-	-	-
VCP	AE (1), CE (1)	P (1)	-	-	P (1)	O (1), AE (1)
Fosfertil	-	-	-	MCA (Bunge)	-	-

Tipos de Transações: a) MCA - Mudança de Controle Acionário (envolve o controle da empresa investigada); b) AFR - Aquisição de Fazenda ou Propriedade Rural; c) AU - Aquisição de Usinas; d) AP - Aquisição Unidade de Produção (inclui frigoríficos, abatedouros); e) AE - Aquisição de Empresa; f) AEE - Aquisição de Empresa no Exterior; g) F - Ano em que a empresa foi fundada; h) P - Parcerias (inclui Joint-Venture e parceria para criação de outra empresa); i) O - Outros (Terminais Portuários, transportadoras e outros de logística); j) CE - Criação de Empresa pelo Grupo (inclui holding); k) V - Venda de Unidade ou parte dela.

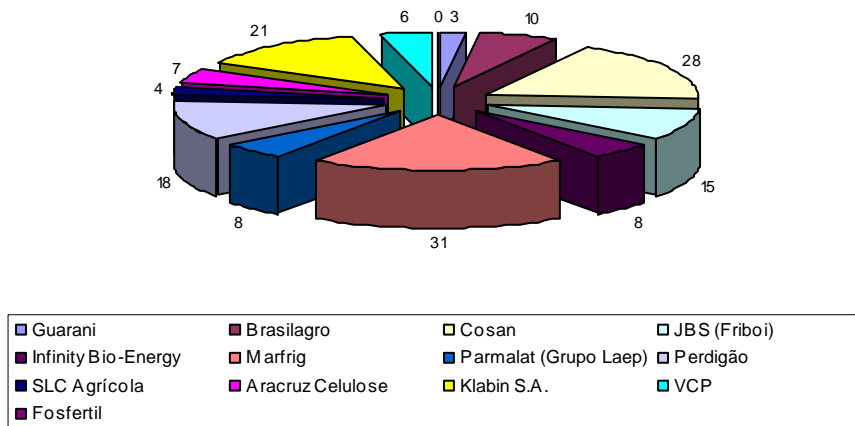
Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009.

Fonte: *Clipping* de notícias das empresas (2003-2005)

Elaboração da autora

Além da Marfrig, a Cosan também realizou várias operações. Foram 28 de 2006 a 2008, envolvendo operações de aquisições de unidades de produção, parcerias no setor de energia (com a CPFL), a criação da *holding* Cosan Limited, em 2007 e, principalmente, a aquisição da Exxon Móbil.

Total de transações das empresas



Fonte: Clippings de notícias das empresas (2003-2005)
 Pesquisa sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. MDA. 2008/2009.

A Klabin, apesar de somar 21 transações, nenhuma delas ocorreu após 2003. Até aquele ano a empresa adquiriu oito empresas, criou outras quatro, fez seis parcerias e adquiriu uma empresa no exterior (Tabela 41).

A Perdigão realizou dez transações até 2003. Mas no período de 2006 a 2008, efetuou oito operações incluindo as aquisições da Eleva Alimentos, da mineira Cotochés, da Batávia e parcerias com cooperativas de leite e outras empresas. Além dessas, a empresa também fez grandes aquisições de marcas. Foi o caso da “Doriana”, “Delicata”, “Claybom” e “Becei” da Unilever e, as marcas “Batavo”, “Eleva” e “Cotochés” resultado das aquisições que a empresa realizou no último triênio.

No período que vai de 2004 a 2008, o ano com maior número de transações registradas pelas empresas foi 2007. Também foi o ano que o Brasil registrou o maior volume de IDEs. A JBS efetuou quinze transações sendo a maioria delas em 2007, quando adquiriu a americana do norte *Swift & Co.*, que opera nos Estados Unidos e Austrália; a italiana Inalca; a argentina Agervase e; o frigorífico Colcar S.A., na Argentina; além de outras unidades e frigoríficos no Brasil. No ano seguinte, a empresa continuou a comprar no exterior, adquiriu a *National Beef* e *Smithfield Beef* nos EUA e a *Tasman* na Austrália. A incorporação da italiana Inalca à JBS a aproximou dos mercados da África e do Leste Europeu.

(d) Marcas

Neste capítulo são apresentadas as principais marcas das empresas pesquisadas neste estudo, levando-se em conta os registros da CVM e as informações disponíveis nos sites das próprias empresas. Além disso, foram utilizadas informações da internet¹¹².

Na tabela a seguir estão agrupadas as marcas declaradas pelas empresas à CVM (conforme referência entre parênteses) e aquelas coletadas nos sites de cada uma das empresas. Nos casos em que havia informação sobre marca internacional está mencionada a sigla (MI) a fim de identificar que se trata de uma marca e/ou produto que pode ser desconhecido no mercado nacional.

Quadro 15 - Principais marcas das empresas

Empresas	Setor de Atividade Econômica	Marcas
Açúcar Guarani S.A.	3210 - Emp. Adm. Part. - Agricultura (Açúcar, Alcool e Cana)	Principal marca "Guarani" (declaração CVM)
Aracruz Celulose S.A.	1040 - Papel e Celulose (Produção de Celulose de Fibra Branqueada de Eucalipto)	(Não há declaração à CVM) Primapress, Primaesar (informação do site da empresa)
Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	1210 - Agricultura (Açúcar, Alcool e Cana) - Atividades de Agronegócios (Exploração de Terras agricultáveis)	Não possui nenhuma marca registrada, patente ou franquia (declaração na CVM)
Cosan S/A Indústria e Comércio	1210 - Agricultura (Açúcar, Alcool e Cana) - Fabricação e comércio de açúcar, etanol e derivados	Principal marca "DaBarra" (declaração CVM)
Fertilizantes Fosfatados S/A - FOSFERTIL	1020 - Petroquímicos e Borracha - Indústria e Comércio de Fertilizantes	Matérias-primas e produtos intermediários fosfatados e nitrogenados para produção de fertilizantes e matérias-primas para a indústria química
		(Marcas declaradas na CVM) Ultrapec Ultraprill Ultraprill Egan Ultraprill Plus Fertiphos, Fertifos, Fosnap, Ortofosquim Fertifos, Fertepec-M23 Fosfertil Fosfertil Ultrafertil
JBS S.A.(1)	1220 - Alimentos - Exploração do ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados	Friboi (Brasil) MI - Organic Beef - Friboi Churrasco Maturatta (Brasil) MI - Cabana Las Lilas - Carne de Argentina MI - Sola MI - Swift MI - Anglo
Infinity BIO-ENERGY Brasil Participações S.A.	3210 - Emp. Adm. Part. - Agricultura (Açúcar, Alcool e Cana) - Administração de empresas voltadas à produção e comercialização de álcool, açúcar e energia elétrica	Marca Mista - Alcana Marca Nominativa - Alcana
Klabin S.A.	1040 - Papel e Celulose (Ind. Papel, celulose, embalagem, florest.e reflorest.)	Klabin, Klapak, Klawhite, Klafold, Klafold FZ, Klaprint, Klamulti

¹¹² As fontes de pesquisa consultadas por meio de solicitação oficial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), ACNielsen e KPMG, não participaram da pesquisa.

		<p>Papéis Kraft Fibra virgem (KlaLiner, KlaLiner White, KraftNatural e Kraft Branco)</p> <p>Papéis Recicladados (Ekoflute, Ekoliner)</p> <p>Embalagens de papelão ondulado</p> <p>Sacos Industriais</p>
Marfrig Frigoríficos e Com. de Alim. S.A.	<p>1220 - Alimentos (Explor. Ativ. Frigoríficas, Abate, ind. Com. Import e Exportação).</p> <p>MI – Marca Internacional</p>	<p>Bassi (Brasil)</p> <p>Palatare (Brasil)</p> <p>Mabella (Brasil e outros)</p> <p>Da Granja (Brasil)</p> <p>Pena Branca (Brasil)</p> <p>GJ (Brasil)</p> <p>MI - Paty (Argentina)</p> <p>MI - Aberdeen Angus, Mirab (Outros países)</p> <p>MI - Bernina Bresaola</p> <p>MI - La Morocha (Argentina Premium Beef)</p> <p>MI - Moy Park</p> <p>MI - Patagonia</p> <p>MI - Pemmican (Beef Jerky)</p> <p>MI - Quikfood S.A.</p> <p>MI - Tacuarembó (Meat the Best)</p> <p>MI - Viva Gross Feed Beef</p>
Parmalat Brasil S.A. Ind. de Alimentos	<p>1220 - Alimentos (Indústria de Alimentos lácteos)</p>	<p>Alimba</p> <p>Duchen</p> <p>Glória</p> <p>Ibituruna</p> <p>Kidlat</p> <p>Parmalat</p> <p>Specialat</p>
Perdigão S.A.	<p>1220 - Alimentos - <i> Holding</i> Alimentos (Indústria de Alimentos - Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados)</p>	<p>Perdigão</p> <p>Perdix</p> <p>Batavo</p> <p>Elege</p> <p>Bovinos</p> <p>Cotochés</p> <p>Avipal</p>
SLC Agrícola S.A.	<p>1210 - Agricultura (Açúcar, Álcool e Cana) - Produção e comercialização de algodão, soja, milho e café</p>	<p>Marcas SLC e SLC Agrícola detidas pela controladora (declaração CVM)</p> <p>SLC Estate Coffee</p>
Votorantim Celulose e Papel S.A.	<p>1040 - Papel e Celulose Fabricação de Papel e Celulose</p>	<p>Easycopy; Extracopy; Extracopy laser; Extracopyself; Slipcopy</p> <p>Image; Lumimax; Lumimax Frontal; Lumimax HS; Lumimax Liner; Lumimax Matte e HS; Limimax Sao; Lumimax Soft; Starmax Matte; Star Max; Top Print; Couché L1 e L2</p> <p>Printmax</p> <p>Copimax Ecoeficiente; Maxcote</p> <p>Termocopy HD; Termolabel 75; Termolabel K LH 75; Termoscript KPD 767; Termoscript KTH 785, 856 AM; Termoscript 868 AM, KPO 165; Termoticket 167, 197, 75.</p>

(1) A JBS não possui informações claras referentes a suas marcas e os produtos relativos a elas em seu site. Tampouco dispõe de informações sobre esse tema nos registros da CVM, que apresenta apenas duas linhas de informações sobre esse item.

Em linhas gerais, as marcas são símbolos adotados pelas empresas para identificar seus produtos e distingui-los dos da concorrência. Segundo Prado (2003), as empresas empenham-se em estabelecer marcas fortes e sólidas a fim de conquistar a fidelidade dos consumidores.

As empresas adotam estratégias de marcas nominativas, marcas guarda-chuva e estratégias de marcas mistas de acordo com seus objetivos de mercado.

A marca guarda-chuva, segundo Prado (2003), é aquela que abrange ao menos cinco produtos, dá nome aos produtos de qualidade da empresa e sua abrangência contribui para o lançamento de novos produtos. A marca guarda-chuva tem a vantagem de reduzir os custos de lançamentos de novas marcas, diminuir os investimentos para posicionamento de mercado e ainda é facilmente associada ao novo produto pelo consumidor. Nesse sentido, a marca guarda-chuva não apenas cumpre seu papel de identificação do produto como o diferencia do concorrente.

Exemplos de marcas “guarda-chuva” ou marca principal são “Guarani”, “DaBarra”, “Friboi”, “Parmalat” e “Batavo”.

A autora afirma que a marca passou a ser um aspecto importante no processo de aquisição de uma empresa podendo aumentar significativamente o seu valor total por tratar-se de um ativo, um símbolo de identificação de bens e serviços que a diferencia da concorrência.

A marca nominativa (individual), ao contrário, tem por objetivo projetar cada produto por meio de uma marca com poder competitivo no mercado. Nesse caso, tanto os aspectos negativos como os positivos que possam estar associados a ela não afetam outros produtos da empresa. Exemplo disso são as marcas das empresas Fosfertil, Klabin, Marfrig e Votorantim.

Não obstante, as empresas costumam adotar “estratégias mistas” de marcas múltiplas junto com a marca guarda-chuva, dando personalidade a outras marcas, mas mantendo a marca guarda-chuva que pode ser ou não o nome da empresa, vide o caso da Parmalat e Perdigão. Outras empresas como a Fosfertil e a Klabin adotam comportamentos semelhantes.

A Açúcar Guarani possui a marca “Guarani” como sendo a mais importante. A Brasilagro não possui nenhuma marca declarada na CVM ou apresentada no site. A Cosan possui uma marca principal que é “DaBarra”. A Infinity Bio-Energy declarou que possui a marca mista “Alcana”. A SLC possui a marca principal “SLC”.

No caso dos frigoríficos, a JBS possui a marca “Friboi” desde a fundação da empresa. Com as aquisições feitas pela empresa, outras marcas individuais foram incorporadas, principalmente marcas internacionais. Já a Marfrig possui várias marcas, conforme mencionado em seu site, sendo a maioria delas marcas internacionais.

A Parmalat possui a marca “guarda-chuva” que dá nome a diversos produtos e possui ainda outras marcas que foram incorporadas após as aquisições. No caso da Perdigão ocorre situação semelhante, há uma marca principal e outras marcas individuais. Vale lembrar que a Sadia e a

Perdigão assinaram recentemente¹¹³ um acordo de fusão que elevará a nova empresa, BRF Brasil Foods S.A. a uma posição importante no ranking das empresas de alimentos e carnes processadas do país.

Com relação as papeleiras, a Aracruz possui diversas marcas, sem apresentar nenhuma como principal, o mesmo acontece com a Votorantim. A Klabin usa a marca “klabin” e outras marcas individuais.

A Fosfertil possui várias marcas diferentes, incluindo a marca “Fosfertil”.

De acordo com Prado (2003) uma “marca forte” leva anos para ser construída e consolidada no mercado, mas pode ser destruída facilmente como ocorreu com a Enron¹¹⁴ nos EUA. Mas autora que estudou as estratégias de marketing na Parmalat, não levou em consideração a possibilidade de que os impactos de um escândalo como esse possam gerar resultados diferentes, ou menos negativos, sobre marcas de outros setores de atividade econômica.

De acordo com Prado (2003), entre 1989 e 2001, a Parmalat adquiriu as seguintes empresas: Fiorlat, Teixeira, Alimba, Via Láctea, Afha, Santa Helena, Go-gó, Mococa, General Biscuits/Duchen e Britânia, Lacesa/Yoplait, Spam, Sodilac, Ouro Preto, Cilpe, Leite Forte, Bols, Planalto, Supremo, Lavisa, Betânia, Mimo, Yolac, Neugebauer, Batavo, Etti, Avaré e Glória.

A Parmalat foi a primeira a co-gestionar times de futebol alcançando com isso mais visibilidade no cenário brasileiro. A empresa patrocinou dois pilotos da Fórmula 1 e também inovou (positivamente) com a propaganda (aliada a uma campanha de publicidade e vendas) dos mamíferos, que durou quase três anos. Nesse período a empresa conseguiu aumentar suas vendas em 30%. Essa propaganda foi repetida também em outros países – Argentina, Chile, Venezuela, Uruguai, Paraguai, Equador, Colômbia e China.

As aquisições deram posicionamento de mercado à Parmalat, mas a estratégia da empresa sempre foi a utilização da marca guarda-chuva, ou seja, um nome para todos os seus produtos buscando conferir qualidade e credibilidade aos seus consumidores. Mas a empresa também adotou a estratégia mista segundo Prado (2003), principalmente para os produtos das marcas adquiridas que tinham um posicionamento mais forte para os consumidores, como a Batavo, Santal, Etti, Glória, Avaré.

Apesar de o caso Enron ter sido emblemático com relação à fragilidade dos mecanismos de regulação nos EUA, ele não serve, como afirma a autora, como exemplo para o setor de alimentos. Pelo menos, não serve como referência para o caso da Parmalat, que guardadas as proporções repetiu o “mau” exemplo da Enron, mas conseguiu manter e reposicionar sua marca no mercado.

¹¹³ Em maio de 2009 as empresas anunciaram oficialmente a fusão entre Sadia e Perdigão. Com a fusão a empresa BRF Brasil Foods S.A. irá tornar-se a segunda maior empresa do setor de alimentos do Brasil, depois da JBS (1ª. do setor no país). Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u568088.shtml> >. Acesso em: 19 mai 09.

¹¹⁴ A Enron, empresa do setor de energia dos EUA, fraudou durante cerca de dois anos os balanços contábeis e fiscais com a conivência de instituições financeiras e de auditoria independentes. O escândalo financeiro a levou a falência em 2001.

O que permite afirmar isso é o fato de o Grupo Laep, que hoje administra a empresa Parmalat no Brasil, ter admitido recentemente o interesse em vender a empresa, mas não a marca¹¹⁵.

A importância de uma marca forte, pode ser analisada por meio de um estudo realizado pela ACNielsen sobre Mega Marcas Globais¹¹⁶, em 2003, no qual analisa mais de 200 marcas de produtos entre higiene e limpeza, alimentos e bebidas, limpeza caseira, produtos para animais e para a saúde. As marcas selecionadas são: a) aquelas comercializadas em pelo menos 15 dos 50 países analisados e; b) comercializadas com o mesmo nome em pelo menos três categorias de produtos, em três ou mais regiões.

De acordo com o estudo da ACNielsen a Parmalat é a única das empresas pesquisadas que aparece na avaliação em posição de destaque, ocupando o segundo lugar como marca derivativa do nome corporativo do fabricante, atrás apenas da suíça Nestlé. A marca "Parmalat" apareceu em 32 dos 50 países analisados.

O estudo da Nielsen aponta que as marcas próprias, como a "Parmalat" tem preços mais baixos que as marcas consideradas tradicionais. As aquisições de empresas consolidadas no mercado em termos de marcas próprias são aquisições de mercado em potencial como as marcas Elegê (Eleva), Batavo, Doriana, Delicata, Claybon, Becel (Perdigão), Parmalat (Grupo Laep); Ripasa (VCP e Suzano), etc. As marcas próprias de grandes empresas desafiam também a oferta da concorrência, sobretudo porque a qualidade é um item importante das marcas próprias.

Em uma pesquisa realizada por uma empresa de consultoria¹¹⁷ sobre as marcas mais valiosas do Brasil, a Perdigão aparece em 33ª posição com valor de marca estimado em cerca de 1,4 bi de reais. A Aracruz aparece na 84ª posição com preço médio de marca em torno de 356 milhões de reais. A VCP aparece em 85ª posição com custo de 354 milhões de reais e a Klabin em 86º lugar, com valor de marca estimado em 353 milhões de reais.

¹¹⁵ De acordo com anúncio feito em abril de 2009 o Grupo Laep tinha interesse em vender a empresa e seus ativos, exceto a marca Parmalat. Disponível em: < <http://portalexame.abril.com.br/financas/laep-vai-recomprar-acoes-parmalat-467100.html> >. Acesso em: 29 abril 2009.

¹¹⁶ Fonte: ACNielsen. Estudos Globais – *Mega Marcas Globais 2005*. Disponível em: < <http://br.nielsen.com/reports/reportesejecutivosglobales.shtml> >. Acesso em 26 mar 09.

¹¹⁷ Lista das 100 marcas mais valiosas do Brasil. Ranking elaborado pela empresa Brand Finance, da fonte: House of Brands. Disponível em: < <http://www.mundodomarketing.com.br/1796,petrobras-e-a-marca-mais-valiosa-do-brasil.htm> >. Acesso em: 28 jun 09.

5. Considerações Gerais

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Antes de tudo é importante mencionar as dificuldades e limitações de acesso às fontes de consulta para este estudo, como as que estão descritas a seguir.

Na CVM, principal fonte de consulta, foram considerados os registros sobre: 1) informações anuais, 2) propriedades relevantes, 3) distribuição do capital, 4) identificação dos principais acionistas, 5) comunicados de fatos relevantes, 6) participação por produtos e serviços, matéria-prima, fornecedores, etc.

As informações anuais¹¹⁸ (IAN) e informações do demonstrativo financeiro e patrimonial (DFP) reúnem dados referentes a: a) Constituição jurídica – razão social e denominação comercial (como é conhecida publicamente); b) Características do(s) setor(es) de atuação da empresa e tipos de produtos e serviços oferecidos por participação da receita líquida; c) Principais patentes e marcas desde que estejam mencionadas e não codificadas por critérios técnicos não conhecidos publicamente; d) Distribuição do capital da empresa, consideradas as posições dos principais acionistas (com destaque para as informações daqueles com mais de 5% de ações); e) Informações sobre denominação social de empresas coligadas controladas; f) Aspectos sobre gênero; g) Propriedades relevantes da empresa, inclui informações sobre localização; h) Informações ambientais desde que faça menção à passivos ambientais da empresa e; i) Ativo Imobilizado¹¹⁹ (AI) - Por esse dado é possível identificar a evolução dos investimentos da empresa relacionados com sua atividade-fim. No entanto, o AI não permite identificar a relação direta com a aquisição de terras. Esses dados serão apresentados em acordo com o que está disposto no Balanço Patrimonial apresentado na CVM; j) Comunicados ao Mercado – esclarecimentos sobre fatos não considerados relevantes e informações periódicas eventuais que sejam consideradas, para efeito desse estudo, como Ato ou Fato Relevante¹²⁰ relacionado aos negócios das empresas pesquisadas e que tenham qualquer ligação com o foco da pesquisa.

Apesar de o registro da CVM estar disponível a acesso público, os dados são manipulados por responsáveis das próprias empresas¹²¹, sem periodicidade ou conceitos, além disso, os comunicados ao mercado nem sempre são claros e objetivos com relação a mensagem que pretende comunicar. Em geral, as empresas usam o banco de dados como uma vitrine de suas ações e balanços para o mercado, tanto é assim que o dado “problemas ambientais”, representado

¹¹⁸ Nas notas de rodapé sobre as Informações Anuais coletadas, há referência à data de encerramento do período fiscal da empresa, a data de apresentação das informações na CVM e a data em que foi realizada a última verificação dos dados para esse estudo.

¹¹⁹ Imobilizado é o registro dos bens e direitos necessários à manutenção das atividades-fim da empresa, ou seja, possui natureza imobiliária como terrenos, prédios, edificações, veículos, máquinas, instalações, móveis etc.

¹²⁰ Considera-se como Ato ou Fato relevante qualquer decisão de acionista ou da assembléia e/ou órgãos da companhia diretamente relacionados aos seus negócios, que possa influenciar nos valores mobiliários da empresa e na decisão dos investidores, tais como: incorporação, fusão, dissolução, concordata, falência da companhia etc.

¹²¹ De acordo com a Instrução 202 – Art. 13 e 20 da CVM, os registros das Companhias são feitos pelos seus administradores, que também são os responsáveis pela veracidade e atualização das informações.

pelo ícone de uma “lata de lixo” na CVM, têm informações sobre os investimentos ambientais, as práticas sustentáveis das empresas e seus projetos. Em nenhum momento foram encontradas informações relativas a passivos ambientais, a multas por danos ambientais, infrações, etc., mesmo nos casos em que foram encontradas denúncias na mídia e na internet sobre as empresas.

As dificuldades encontradas nos registros da CVM são apresentadas no quadro a seguir com algumas críticas e recomendações.

Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ¹²²			
Fontes de pesquisa	Limitações	Críticas	Recomendações
1. CVM	De acordo com a Instrução 202 – Art. 13 e 20 da CVM, os registros das Companhias Abertas são feitos pelos seus administradores, que também são os responsáveis pela veracidade e atualização das informações.	A falta de formatação (padrão) para as declarações inviabiliza o acesso a informações corretas e periódicas.	Formatação / Padrão para apresentação de documentos como inclusão de acionistas, processos judiciais sobre concorrência, fusões, parcerias etc.
	Apresentação de informações/declarações espontâneas sem periodicidade.	A fonte torna-se um instrumento de consulta duvidoso, já que os registros podem ser alterados pela própria Companhia mantendo até a mesma data.	Definição de regras mais rígidas para apresentação de informações conforme períodos, em conformidade com regras contábeis e fiscais.
	O Banco de Dados dos registros das empresas é de acesso complexo	Para acessar o BD é preciso inserir informações objetivas. Em casos de dúvidas o banco não aponta alternativas de consulta	Simplificar acesso para consultas públicas
	Falta de justificativas para concessão e cancelamento de registros inviabiliza o entendimento sobre causas	A avaliação para cancelamento de registros na CVM é sigilosa	Tornar a informação, sobre as razões, públicas em seu site
1.a Informações Anuais (IAN)	Flexibilidade nas declarações e apresentação de dados	Não-obrigatoriedade da empresa a dar todas as informações (Ex.: origem dos acionistas)	Obrigatoriedade com a transparência das informações das companhias
1.b Propriedades Relevantes	As propriedades declaradas são apenas aquelas consideradas relevantes para as empresas.	Faltam informações completas sobre propriedades. Muitas declarações são parciais.	Declaração de “todas” as propriedades. Pelo menos no país de origem.
1.c Comunicados ao Mercado e Fatos Relevantes	Não obrigatoriedade em apresentar documentos oficiais específicos.	Os Comunicados de Fatos Relevantes nem sempre são detalhados com relação às ocorrências (Ex.: judiciais, CADE etc.)	Exigência de apresentação de documentação formal e aclaratória sobre os fatos.

Responsabilidade Social - RS

A responsabilidade social e ambiental das empresas é uma temática que envolve a cultura e o comportamento das companhias, sua conduta social frente aos diversos agentes com os quais se relacionam, trabalhadores, comunidades, fornecedores, consumidores e sociedade civil em geral. Os impactos de suas atividades podem atingir todo o meio ambiente.

Como não foi possível consultar todos os dados que identificam um comportamento socialmente (ir)responsável por parte das empresas, priorizou-se o discurso da empresa manifestado através de seu site, a consulta a autuações por trabalho escravo e desmatamento da Amazônia e informações sobre gênero nas diretorias das empresas.

As principais dificuldades encontradas nos sites devem-se, sobretudo, à inexatidão das informações sobre as ações sociais das empresas, que além de não especificarem os seus

¹²² A CVM foi criada pela Lei 6385/76 juntamente com a Lei das Sociedades Por Ações 6404/76. Disponível em: < <http://www.cvm.gov.br/indexpo.asp> >. Acesso em: 20 ago 08.

projetos e programas em termos de envolvidos, metas, resultados, tempo de interferência, etc., confundem com frequência seus investimentos, que geram lucros, com ações sociais.

Do ponto de vista dos órgãos públicos, a principal dificuldade encontrada, foi a carência de dados que possam ser cruzados com outras fontes de consulta. O cadastro do MTE não permite que se conheça a cadeia de relacionamentos das empresas, ou seja, quem são os fornecedores e compradores daquela pessoa (física ou jurídica) atuada, também não informa o tipo de atividade da propriedade ou dados de localização e nomes completos, dificultando o cruzamento com outras fontes de dados.

Cadastro de Empresas e Pessoas atuadas por exploração de Trabalho Escravo			
Fontes de pesquisa	Limitações	Críticas	Recomendações
MTE <i>Cadastro de Empresas e Pessoas Atuadas por Exploração de Trabalho Escravo</i>	Estabelecer relação dos atuados com a cadeia de relacionamento das empresas	Não há informações sobre fornecedores, compradores, terceirizados, etc.	Informações sobre empresas relacionadas aos atuados. Ou cobrar, por meio da CVM, a declaração dessa cadeia às empresas.
	Levantamento por tipo de atividade(s) desenvolvida(s) nas propriedades atuadas	Não há informações sobre tipo de atividades desenvolvidas nas propriedades atuadas	-
	Endereços incompletos	Nem sempre há o nome das fazendas ou o endereço completo das propriedades atuadas.	Incluir informações completas, principalmente sobre a localização dos imóveis.

A Lista dos Maiores Desmatadores da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente (MMA)¹²³ é um documento muito recente que carece de definições e esclarecimentos metodológicos, além disso, necessita de informações complementares para relação com outros bancos de dados.

Lista dos Maiores Desmatadores da Amazônia			
Fontes de pesquisa	Limitações	Críticas	Recomendações
MMA <i>Lista dos Maiores Desmatadores da Amazônia</i>	Informações incompletas	Dificuldade em cruzar as informações da lista com outra base de dados	Acrescentar o nome de pessoa jurídica (empresas) e empregador; nome de fazenda, sítio, pousada etc.; Principalmente o endereço completo.
	Erros de Metodologia	Há divergências no uso de critérios para a medição de áreas desmatadas, além de outros aspectos que foram questionados publicamente.	
	Falta de informações sobre a cadeia de relacionamentos	A informação sobre cadeia de relações (fornecedores, compradores, parceiros, sócios, etc) é fundamental para se mapear a relação dos atuados com outras pessoas (físicas e/ou jurídicas)	Informações sobre cadeia

No que diz respeito ao tema gênero, as informações coletadas referem-se à participação de mulheres nas diretorias e conselhos de administração das empresas. A dificuldade em discutir o tema neste estudo foi a indisponibilidade de informações sobre números de trabalhadoras das empresas nos registros da CVM. Nesse sentido, a recomendação seria a inclusão de informações

¹²³ Lista dos Maiores Desmatadores da Amazônia. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/ascom/ultimas/index.cfm?id=4385> >. Acesso em: 30 set 08.

sobre o tema nos registros da CVM ou a disponibilidade de alguns dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (MTE) para consulta pública e cruzamento com outros dados.

Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – SBDC

A pesquisa no SBDC priorizou os processos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), por tratar-se da última instância administrativa responsável pela matéria concorrencial feita após a análise dos pareceres elaborados pelas duas secretarias, a Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae) do Ministério da Fazenda e a Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça. No entanto, foi mais fácil acessar informações sobre pareceres na Seae que no Cade. Além disso, durante a tramitação dos processos, as empresas costumam valer-se da confidencialidade sobre as informações, que ficam restritas aos envolvidos no caso.

Na SDE é possível solicitar informações sobre os processos desde que a consulta seja feita após solicitação formal, preenchimento e pagamento da GRU e apresentação. Para a consulta dos processos é preciso ter o número de protocolo, do representante e o de processo. Na Seae foi possível, pelo menos, conhecer a situação de algumas empresas pelo site, uma vez que o órgão é responsável por emitir parecer sobre ato de concentração, investigação de atos anticoncorrenciais e de condutas, para depois oferecer representação à SDE.

Em outras palavras, todas as empresas que participaram de operações de fusão, aquisição, *joint-venture* etc., deverão ser submetidas à análise do SBDC que irá avaliar se a transação incorre em uma conduta anticompetitiva, formação de cartel, se o grupo controla 20% de mercado econômico considerado relevante, se busca excluir concorrentes ou impedir que outras empresas participem da concorrência. A posição dominante de uma empresa pode envolver acordos de exclusividade, discriminação de fornecimentos a concorrentes, criação de obstáculos para o licenciamento de tecnologias, cobrança de preços predatórios para exclusão de concorrentes, oferta de descontos a atores da cadeia de produção, distribuição ou fornecimento, destruição de matéria-prima, etc.

O principal obstáculo nesse caso, diz respeito à indisponibilidade de informações em todas as fases de avaliação e decisão do SBDC, que envolve desde a elaboração de pareceres (Seae e SDE) até a decisão final do Cade. Além disso, o direito de confidencialidade durante o trâmite processual inviabiliza o acompanhamento público do caso, que pode durar anos.

Participação de capital estrangeiro no Brasil

De acordo com os artigos 1.126 e 1.134 do Código Civil, a empresa brasileira (sociedade nacional) é caracterizada por ter sede no país e por ser estruturada segundo a legislação brasileira. A empresa estrangeira (sociedade estrangeira) pode participar como acionista de uma companhia brasileira, ter subsidiária no Brasil, estabelecer uma sociedade anônima estrangeira (S.A) nos termos da lei ou ser acionista de S.A. brasileira.

Para que uma empresa estrangeira torne-se empresa nacional, pode nacionalizar-se a partir da transferência de sua sede para o Brasil mediante autorização do poder executivo federal e o cumprimento dos procedimentos legais. Ou seja, nenhuma empresa estrangeira, filial, sucursal, agência ou quaisquer outras instâncias relacionadas poderão operar no Brasil sem a autorização do governo federal, exceto por meio de participação acionária em sociedade anônima brasileira, que é a forma mais comum de participação estrangeira nas empresas que operam no Brasil.

As designações “multinacional”, “transnacional” e “supranacional” têm caráter apenas econômico e de mercado em função da atuação em diversos países, mas legalmente o que vale é ser empresa nacional ou estrangeira.

Um dos principais objetivos deste estudo é identificar a origem do capital das empresas, principalmente a existência de participação estrangeira no capital social de empresas que operam no Brasil. Vale ressaltar que a dificuldade em avaliar a composição acionária das empresas deve-se principalmente pela frequência com que as participações acionárias são alteradas.

De acordo com o quadro a seguir é possível verificar a participação acionária estrangeira nas empresas analisadas no período da pesquisa (outubro de 2008 a maio de 2009).

Quadro 16 – Natureza e origem do controle acionário das empresas

Empresa	Natureza do controle (CVM)	Controle acionário	Origem (controlador)	Obs. Gerais
Açúcar Guarani S.A.	Estrangeira - Holding	Grupo Tereos	Francês	Participação acionária de outras origens. Controla empresa em Moçambique (África)
Aracruz Celulose S.A.	Privada Nacional	Newark Financial Inc.	Ilhas Britânicas	Controla empresas em outros países. Recebeu financiamento do IFC (braço do BM). Tem participação acionária do BNDES
Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	Estrangeira	Cresud	Não especificado (Argentina)	A Cresud (e outros fundadores) são de origem Argentina. Os fundadores (pessoas físicas) residem na Argentina
Cosan S/A Indústria e Comércio	Privada Nacional	Cosan Limited	Ilhas Bermudas	A Cosan Limited tem como controladores as empresas: Queluz Holdings Limited (Ilhas Virgens) e Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Alcool
Fertilizantes Fosfatados S/A-FOSFERTIL	Privada Nacional	Fertifós Administração e Participação S.A.	Brasileira	O maior acionista da Fertifós (82%) é a norte americana Bunge.
JBS S.A.	Privada Nacional	ZMF Fundo de Investimentos em Participações e J&F Participações S.A.	Brasileiras	Controla empresas em outros países da América Latina, na Austrália, EUA e Itália. Inclui participação do BNDESPar.
Infinity BIO-ENERGY Brasil Participações S.A.	Estrangeira - Holding	Infinity Bio-Energy Limited	Ilhas Bermudas	A controladora é uma empresa privada (americana) de investimentos
Klabin S.A.	Privada Nacional	Klabin Irmãos e Cia e NIBLAK Participações S.A	Brasileiras	Tem participação do BNDESPar. Opera em outros países (Argentina)

Marfrig Frigoríficos e Com. de Alim. S.A.	Privada Nacional	MMS Participações	Brasileira	Controla empresas em outros países da América Latina, EUA, Europa. Inclui participação do BNDESPar na negociação com a americana OSI
Parmalat Brasil S.A. Ind. de Alimentos	Privada Nacional	Lácteos do Brasil S.A	Brasileira	A Lácteos do Brasil é uma subsidiária da Laep de origem das Bermudas
Perdigão S.A.	Nacional Holding	Conjunto de Fundos	Brasileiros	Administrada por grandes grupos de fundos de previdência. Recebe investimentos do BNDES.
SLC Agrícola S.A.	Privada Nacional	SLC Participações S.A. e Evaux S.A.	Brasileiras	Tem participação de empresa dos EUA na composição acionária. Foi associada a John Deere (EUA)
Votorantim Celulose e Papel S.A.	Privada Nacional	Votorantim Investimentos Industriais S.A.	Brasileira	Controla empresas em outros países e controla a Aracruz no Brasil

Fonte: Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na etapa final de pesquisa a empresa **São Martinho**¹²⁴ foi excluída por não ter sido encontrada nenhuma relação dela com capital estrangeiro, seja por meio de empresas associadas ou participação no capital social da empresa. Além disso, não havia nenhuma relação da São Martinho com o BNDES Participações S.A. (BNDESPar).

O BNDES Participações S.A. (BNDESPar) é uma *holding* que administra as participações do BNDES em outras empresas. Através dela o banco participa do mercado de capitais.

Em linhas gerais, as empresas que não são oficialmente de origem estrangeira, segundo as leis brasileiras, adotam a estratégia de participação acionária em empresas criadas no âmbito nacional.

Dentre as empresas pesquisadas, destaca-se o comportamento da estrangeira (de origem sueco-finlandesa) Stora Enso, que chegou a criar segunda e terceira empresas para obter o direito de exploração de terras em áreas de fronteira junto ao Conselho de Defesa Nacional (CDN), demonstrando com isso, os caminhos adotados pelas empresas estrangeiras para adquirir terras em acordo com as leis nacionais.

Os dados acima (quadro 16) apontam que as empresas estrangeiras adotam mecanismos de acesso a empresas brasileiras principalmente através de participação acionária nas companhias de capital aberto, garantindo o controle das decisões da empresa, sem que para isso, tenha que “nacionalizar-se”.

As participações dessas empresas estrangeiras ocorrem em setores estratégicos para o país, como o de agronegócios, agricultura e alimentos. Ou ainda em setores que necessitam de recursos naturais importantes, como a água, que no caso das papeleiras é condição *sine qua non* para garantir um período de produção de matéria-prima até 50% menor que em qualquer outro país do mundo. Do mesmo modo, ocorre com a exploração de recursos minerais (fertilizantes), na qual a empresa estrangeira Bunge, através de uma subsidiária brasileira, praticamente controla o setor de fertilizantes no país.

¹²⁴ A decisão foi avaliada conjuntamente com o coordenador do estudo Vicente Marques.

Para além dos impactos do capital estrangeiro no Brasil, há uma preocupação social com relação aos termos da participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nas composições acionárias e financiamentos das companhias.

O BNDES é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e é acionista e/ou financiadora de muitas das empresas pesquisadas. Entretanto, essa participação suscita alguns questionamentos. Primeiro, saber quais os critérios usados pelo banco para fornecer financiamento às empresas, isto é, se são consideradas informações básicas a respeito da conduta das companhias (em relação a meio ambiente, sociedade, trabalhadores, comunidades locais, consumidores, etc), ou apenas são considerados os aspectos financeiros das concessões.

Segundo, saber em que medida uma instituição acionista e/ou financiadora de quaisquer companhias é também co-responsável por suas práticas, como a discriminação a comunidades indígenas e quilombolas; o tratamento dispensado a movimentos sociais, o apoio à criação de empresas para atuar em favor de estrangeiras, etc.

Nesse sentido, é importante que os agente sociais insiram em suas pautas de debates os temas que envolvem o BNDES, ou os (des)caminhos do banco público, cujo compromisso é com o “desenvolvimento do país” e com a “elevação da qualidade da vida da população”, levando-se em conta, principalmente, os critérios sociais empregados para o fomento nacional.

Por fim, é preciso chamar a atenção para a necessidade de transparência das instituições públicas e privadas no que se refere às suas informações. A escolha de companhias abertas (S.A.) tinha como pressuposto a disponibilidade de acesso a informações sobre as empresas através da CVM. No entanto, muitas informações não puderam ser coletadas na instituição. O mesmo se aplica a outros órgãos públicos consultados oficialmente através do Ministério de Desenvolvimento Agrário, mas que não dispuseram de dados, nem mesmo de uma justificativa.

Se a falta de transparência das empresas é um aspecto negativo para uma sociedade a falta de transparência da administração pública pode ter impactos mais fortes sobre a democracia participativa.

Leis e normas sobre aquisição de terras por estrangeiros no Brasil

Este capítulo tem como objetivo apresentar um breve panorama sobre a legislação referente à aquisição de terras por estrangeiros no Brasil.

Ato Complementar 45, de 30 de janeiro de 1969.

A primeira Lei, ou ato legal, sobre a aquisição de terras por estrangeiros no Brasil é o Ato Complementar nº 45, de 30 de janeiro de 1969. O AC 45 foi um mecanismo criado durante o regime militar no Brasil (1964-1969) para regulamentar os Atos Institucionais (AI) que eram decretos emitidos pelo governo militar com a finalidade de legitimar as ações políticas dos militares no governo. Em outras palavras, era a forma dos militares estabelecer seus próprios poderes extraconstitucionais.

O AC 45, de 30/01/69 determinava que a aquisição de propriedade rural no país poderia ser feita apenas por cidadãos brasileiros ou estrangeiros residentes no Brasil, entendendo-se como residentes os estrangeiros que possuíam permanência definitiva.

Em seu artigo terceiro, o AC 45 estabelecia a determinação de Lei específica para definição das condições gerais sobre aquisição de imóveis rurais por pessoas estrangeiras (física ou jurídica). Essa determinação justificava-se, segundo a norma, pela *“defesa da integridade do território nacional, a segurança do Estado e a justa distribuição da propriedade”*.

Lei 5.709, de 7 de outubro de 1971.

No início da década de 70, foi decretada e sancionada a Lei nº. 5.709, de 7 de outubro de 1971, que regulamenta a aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no Brasil ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a operar.

De acordo com esta Lei, o estrangeiro poderia adquirir até 50 módulos de terras sem apresentar definição de exploração, em área contínua ou não, e definia ainda que as pessoas jurídicas só poderiam adquirir imóveis rurais destinados a projetos agrícolas, pecuários, industriais ou de colonização.

A Lei 5.709 também determinava que a aquisição de imóveis em áreas consideradas indispensáveis à segurança nacional deveria ser autorizada pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

O seu 10º artigo definia a obrigatoriedade dos cartórios de registros de imóveis a manter um cadastro das aquisições de terras rurais por pessoas estrangeiras em livro auxiliar. Esses registros considerados especiais deveriam ser remetidos a cada trimestre à Corregedoria da Justiça dos Estados, subordinadas ao Ministério da Agricultura.

Outro aspecto desta Lei referia-se a definição da soma total de áreas rurais por pessoa (física ou jurídica) que não poderia exceder a um quarto da superfície dos municípios. Além disso,

determinava que pessoas da mesma nacionalidade não poderiam ocupar mais de 40% do limite fixado neste artigo.

Lei 6.634, de 2 de maio de 1979

A Lei 6.634 dispõe sobre a área de fronteira do país e sobre os atos permitidos nesta faixa. De acordo com a norma, ficam vedados os loteamentos e transações com imóveis rurais por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras.

Em seu artigo 3º, a Lei trata das determinações para as empresas e indústrias em relação à atuação em faixa de fronteira. Nestes casos, pelo menos 51% do capital social deve pertencer a brasileiros, e pelo menos dois terços dos trabalhadores devem ser brasileiros.

Decreto 85.064, de 26 de agosto de 1980

O Decreto 85.064, de 26 de agosto de 1980, regulamenta a Lei 6.634, de 2/05/79, sobre a faixa de fronteira. Segundo ele, a alienação ou concessão de terras públicas na faixa de fronteira deve ter processo iniciado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No que diz respeito às atividades de mineração, o órgão responsável pelos procedimentos é o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e as questões relativas à colonização¹²⁵ e loteamentos rurais são de responsabilidade procedimental do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), nos termos gerais da legislação agrária.

Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993

A Lei 8.629 dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária. A Lei regulamenta o cumprimento da função social da terra e determina que cabe à União a desapropriação de terras por interesse social. Dá outras providências.

Até o ano de 1995, o controle sobre a aquisição de terras por estrangeiros era de responsabilidade do INCRA. No entanto, com a Emenda Constitucional n. 6, que revogou o artigo 171 da Constituição Federal, e permitia a distinção entre as pessoas jurídicas (empresas) de capital nacional e de capital estrangeiro, fez com que empresas brasileiras com capital estrangeiro comesçassem a ocupar as áreas da chamada Amazônia Legal.

Emenda Constitucional nº 6, de 15 de agosto de 1995

A EC 06/1995 revogou o artigo 171 da Constituição que considerava a empresa brasileira aquela constituída segundo as leis nacionais com sede e administração no país; a empresa brasileira de

¹²⁵ Empresa particular de colonização são as pessoas físicas ou jurídicas, constituídas e domiciliadas no país, cuja finalidade seja executar programa de valorização de área ou distribuição de terras. Cap. V, Art. 23.

capital nacional aquela com maioria de capital votante sob controle de pessoas domiciliadas e residentes no país e que tinha garantida a aquisição de bens e serviços preferenciais estabelecidos pelo Poder Público. O tratamento preferencial passou a ser apenas para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis nacionais e que tenham sede e administração no país.

O artigo 171 da CF permitia a distinção entre a empresa (pessoa jurídica) de capital nacional e a de capital estrangeiro.

Lei 10.267, de 28 de agosto de 2001

A Lei 10.267, de 2001, criou o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), cuja base de informações é gerenciada pelo INCRA e a Secretaria da Receita Federal. Os Decretos 4.449, de 30 de outubro de 2002 e o Decreto 5.570, de 31 de outubro de 2005, regulamentam esta lei e dão outras providências sobre plantas e memoriais descritivos.

Parecer AGU GQ – 181, de 17 de dezembro de 1997.

O Parecer da Advocacia Geral da União (AGU) GQ – 181, concluído no ano de 1998, determina não existir impedimentos à aquisição de imóvel rural por empresa brasileira de capital estrangeiro.

Segundo esse parecer, a pessoa jurídica brasileira, ainda que possua participação de pessoa (física ou jurídica) estrangeira, não necessita de autorização para aquisição de imóveis rurais no Brasil. Ou seja, qualquer empresa com participação acionária estrangeira pode adquirir terras no território nacional. A Advocacia Geral da União está revisando este parecer.

Alguns conceitos utilizados na pesquisa

Ações são as parcelas em que se divide o capital de uma empresa constituída como sociedade anônima (S.A.). Essas empresas emitem títulos mobiliários com o objetivo de captar recursos no mercado de valores. Ao adquirir ações de uma empresa a pessoa física ou jurídica torna-se sócia da empresa. As ações dividem-se em duas categorias, ordinárias e preferenciais:

a) Ações Ordinárias (ON) são ações que dão direito a voto e participação nos resultados da companhia por dividendos. Esses dividendos são 10% menores que aqueles pagos aos acionistas preferenciais.

b) Ações Preferenciais (PN) são ações que não dão direito a voto, mas garantem prioridade na participação dos resultados da empresa. Os acionistas preferenciais recebem antes dos acionistas de ON e percentual de participação fixo.

ADRs (American Depositary Receipts), são certificados de ações emitidos e negociados apenas nos EUA por bancos americanos, que representam a propriedade de ações de empresas brasileiras. Há diferentes tipos de programas e a participação das empresas variam de acordo com o nível de exigência das informações que elas enviam para a SEC (Securities Exchange Commission), que é uma instituição semelhante a Comissão de Valores Mobiliários no Brasil.

Apenas as empresas registradas no nível 3 podem lançar novas ações no mercado. Outros níveis não podem aumentar o volume de ações.

As ADRs só podem ser comercializadas entre pessoas físicas e jurídicas que têm conta bancária no exterior e as operações ó podem ser realizadas por instituições financeiras credenciadas a operar câmbio.

Companhia aberta é a empresa constituída como sociedade anônima (S.A.) que disponibiliza valores mobiliários em bolsas de valores ou no mercado de balcão. Os valores mobiliários podem ser ações, bônus de subscrição, debêntures, partes beneficiárias e notas promissórias para distribuição pública. O mercado de balcão (compra e venda de ações) funciona diretamente através de negociações por intermediários sem a Bolsa de Valores. Todos os processos de abertura de capitais no Brasil devem ter autorização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), instituição responsável pela fiscalização do mercado de capitais, o registro, a autorização de emissão de valores mobiliários para distribuição no Brasil. Esse tipo de constituição jurídica é também conhecida como “companhia de capital aberto”, “companhia aberta”, “sociedade aberta”, etc.

Empresas nacionais são aquelas que possuem o capital total pertencente a pessoas jurídicas da mesma origem do país em que atua.

Joint-venture é uma forma de associação entre duas empresas para determinado fim produtivo que não implica a dissolução da personalidade jurídica de nenhuma delas.

Private Equity (PE) são fundos direcionados a negócios de compra de participação acionária em empresas com boa situação financeira. Os PE não são oferecidos abertamente ao mercado, ou seja, as empresas receptoras desse tipo de fundos não são empresas abertas. Os PE são acordos privados constituídos entre investidores e gestores.

Sociedade de economia mista é uma sociedade que envolve pessoa jurídica de direito privado em que participam Estado e particulares para determinado objetivo econômico. Neste tipo de sociedade mais da metade das ações com direito a voto deve pertencer ao Estado. Esta sociedade difere da empresa pública, na qual o capital total pertence ao Estado ou da empresa constituída como sociedade anônima, em que o controle é privado e o governo participa como acionista minoritário.

Translatinas são empresas de origem dos países da América Latina e Caribe

Anexo I – Companhias e empresas coligadas/controladas

	Razão Social	CNPJ
1	AÇUCAR GUARANI S/A	47.080.619/0001-17
	Andrade Açúcar e Álcool; Companhia Energética São José; Cruz Alta Participações Ltda; Sena Holdings Limited; Usina Cardoso Ltda	
2	ARACRUZ CELULOSE S/A	42.157.511/0001-61
	Portocel; Mucuri Agroflorestal S.A.; Aracruz Traiding S.A.; Aracruz Celulose EUA, (Inc.); Aracruz (Europe) S.A.; Aracruz Produtos de Madeira S.A.; Veracel Celulose S.A.; Aracruz Traiding Hungary Ltd.; Riocell Trade Ltd.; Ara Pulp - Com. Import. e Export., Unipessoal Ltda.	
3	BRASILAGRO – COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS	07.628.528/0001-59
	Paraná Consultora de Investimentos S.A. Brasilagro Global Corporation; Fundo Fiq Agro - Exclusivo; Imobiliária Araucária Ltda; Imobiliária Cajueiro Ltda; Imobiliária Cremaq Ltda; Imobiliária Engenho de Maracaju Ltda; Imobiliária Mogno Ltda; Jaborandi Agrícola Ltda; Jaborandi Propriedades Agrícolas S.A.; Tarpon Ethanol LLC. (CVM)	
4	COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	50.746.577/0001-15
	Cosan Operadora Portuária; Cosan Finance Limited (Cayman Issuer); Cosan Bioenergia; TEAS - terminal Exportador de Alcool de Santos.	
5	FERTILIZANTES FOSFATADOS S/A- FOSFERTIL	19.443.985/0001-58
	Ultrafertil S.A.	
6	JBS S/A	02.916.265/0001-60
	JBS Confinamento Ltda; JBS Embalagens Metálicas Ltda; JBS Global A/S; JBS Global Investimentos S.A.; JBS Holding Internacional S.A.; JBS USA, Inc.; Mouran Alimentos Ltda; SB Holdings, Inc.	
7	INFINITY BIO-ENERGY BRASIL PART S.A.	07.704.069/0001-45
	Alcana Holdings, LLC; Infinity Agrícola S.A.; Infinity IND. De Biocombustíveis BA Ltda; Infinity Ind. De Biocombustíveis MG S.A.; Infinity Ind.de Biocombustíveis MS Ltda; Infinity Ind. De Espírito Santo S.A.; Infinity Ind. de Minas Gerais S.A.; Infinity-DISA Participações Ltda; Usina Naviraí S.A. - Açúcar e Álcool.	
8	KLABIN S.A.	89.637.490/0001-45
	SI	
9	MARFRIG FRIGORÍFICOS E COM DE ALIM S.A.	03.853.896/0001-40
	Argentine Breeders & Packers S.A.; Blue Horizon Trading Co.; Frigoclass Alimentos S.A.; Frigorífico Tacuarembó S.A.; Inaler S.A.; Marfrig Chile Inversiones Ltda; Masplen Limited Prestcott International Secculum Participações Ltda; União Frederiquense Participações Ltda; Weston Importers Ltd.; Zanzibar Capital LLC	
10	PARMALAT BRASIL S.A. IND DE ALIMENTOS	89.940.878/0001-10
	Aster Holdings S.A.; PRLT S.A. Indústria de Alimentos; Integralat - Integração Agropecuária S.A.; Lácteos do Brasil S.A.; So Nata Indústria, Comércio de Produtos, Laep Investments Ltd.	
11	PERDIGAO S.A.	01.838.723/0001-27

	Perdigão Agroindustrial S.A.; Perdigão Export Ltd.	
12	SLC AGRICOLA S.A.	89.096.457/0001-55
	Fazenda Paiaguás S.A.; Fazenda Parnaíba S.A.; Fazenda Planorte S.A.; SLC Empreendimentos e Agricultura Ltda.	
13	VOTORANTIM CELULOSE E PAPEL S.A.	60.643.228/0001-21
	Ahlstrom VCP Ind.de Papéis Especiais S.A; Aracruz Celulose S.A.; Newark Financial INC.; Normus Empreend.e Participações Ltda; Pakprint S.A.; Ripasa S.A. Celulose e Papel; VCP North América; VCP Overseas Holding KFT; VCP Terminais Portuários S.A.; VCP Trading N.V.; VCP-MS Celulose Sul Mato-Grossense Ltda; Voto-Votorantim Overs.Trading OP.N.V.I	

Anexo II – Localização das propriedades relevantes declaradas pelas empresas à CVM

Açúcar Guarani	Tipo de Propriedade	Endereço	Município	UF
	Imóvel Rural - Parque Industrial	Parque Industrial Via de Acesso Guerindo Bertoco, Km 5	OLÍMPIA	SP
	Imóvel Rural - Parque Industrial	Estrada Severinia - Monte Verde, Km 3	SEVERÍNIA	SP
	Imóvel Rural - Parque Industrial	Fazenda São Joaquim, s/nº	COLINA	SP
	Imóvel Rural - Parque Industrial	Fazenda Tanabi	TANABI	SP
	Imóvel Rural - Parque Industrial	Fazenda Marinheiro	CARDOSO	SP
	Imóvel Rural - Parque Industrial	Estr Santa Isabel do Marinheiro, km 3	PEDRANÓPOLIS	SP
	Imóvel Urbano - Centro de Distribuição de Etanol	Avenida Amélio Cecchin, nº 1500	UCHÔA	SP

Aracruz Celulose	Tipo de Propriedade	Endereço	Município	UF
	Planta Industrial	Barra do Riacho , s/nº	Aracruz	ES
	Terras	Alcobaça	Alcobaça	BA
	Terras	Caravelas	Caravelas	BA
	Terras	Ibirapuan	Ibirapuan	BA
	Terras	Mucuri	Mucuri	BA
	Terras	Nova Viçosa	Nova Viçosa	BA
	Terras	Prado	Prado	BA
	Terras	Teixeira de Freitas	Teixeira de Freitas	BA
	Terras	Vereda	Vereda	BA
	Terras	Aracruz	Aracruz	ES
	Terras	Conceição da Barra	Conceição da Barra	ES
	Terras	Fundão	Fundão	ES
	Terras	Jaguaré	Jaguaré	ES
	Terras	Linhares	Linhares	ES
	Terras	Montanha	Montanha	ES
	Terras	Mucurici	Mucurici	ES
	Terras	Outros	Outros	ES
	Terras	Pinheiros	Pinheiros	ES
	Terras	São Mateus	São Mateus	ES
	Terras	Vila Valério	Vila Valério	ES
	Terras	Serra	Serra	ES
	Terras	Sooretama	Sooretama	ES
	Terras	Nanuque	Nanuque	MG
	Terras	Carlos Chagas	Carlos Chagas	MG
	Terras	Cachoeira do Sul	Cachoeira do Sul	RS
	Terras	Arroio dos Ratos	Arroio dos Ratos	RS
	Terras	Pantano Grande	Pantano Grande	RS
	Terras	Barra do Ribeiro	Barra do Ribeiro	RS
	Terras	Butiá	Butiá	RS
	Terras	Encruzilhada do Sul	Encruzilhada do Sul	RS
	Terras	Dom Feliciano	Dom Feliciano	RS
Terras	Eldorado do Sul	Eldorado do Sul	RS	
Terras	Santa Margarida do Sul/General Camara	Santa Margarida Sul	RS	
Terras	Guaiba	Guaiba	RS	
Terras	Mariana Pimentel/Charqueadas	Mariana Pimentel	RS	
Terras	Minas do Leão	Minas do Leão	RS	
Terras	Triunfo/Barão do Triunfo	Triunfo/Barão do Triunfo	RS	
Terras	São Jerônimo	São Jerônimo	RS	

	Terras	Rio Prado	Rio Prado	RS
	Terras	Tapes	Tapes	RS
	Terras	Outros	Outros	RS
	Florestas de Eucalipto	Serra	Serra	ES
	Florestas de Eucalipto	Montanha	Montanha	ES
	Florestas de Eucalipto	Alcobaça	Alcobaça	BA
	Florestas de Eucalipto	Ibirapuan	Ibirapuan	BA
	Florestas de Eucalipto	Mucuri	Mucuri	BA
	Florestas de Eucalipto	Nova Viçosa	Nova Viçosa	BA
	Florestas de Eucalipto	Prado/Vereda	Prado/Vereda	BA
	Florestas de Eucalipto	Caravelas	Caravelas	BA
	Florestas de Eucalipto	Teixeira de Freitas	Teixeira de Freitas	BA
	Florestas de Eucalipto	Carlos Chagas	Carlos Chagas	MG
	Florestas de Eucalipto	Nanuque	Nanuque	MG
	Florestas de Eucalipto	Butiá	Butiá	RS
	Florestas de Eucalipto	Mariana Pimentel	Mariana Pimentel	RS
	Florestas de Eucalipto	São Jerônimo	São Jerônimo	RS
	Florestas de Eucalipto	Barra do Ribeiro	Barra do Ribeiro	RS
	Florestas de Eucalipto	Minas do Leão	Minas do Leão	RS
	Florestas de Eucalipto	Tapes	Tapes	RS
	Florestas de Eucalipto	Guaíba	Guaíba	RS
	Florestas de Eucalipto	Arroio dos Ratos	Arroio dos Ratos	RS
	Florestas de Eucalipto	Eldorado do Sul	Eldorado do Sul	RS
	Florestas de Eucalipto	São Mateus	São Mateus	ES
	Florestas de Eucalipto	Sooretama	Sooretama	ES
	Florestas de Eucalipto	Aracruz	Aracruz	ES
	Florestas de Eucalipto	Conceição da Barra	Conceição da Barra	ES
	Florestas de Eucalipto	Jaguaré	Jaguaré	ES
	Florestas de Eucalipto	Linhares	Linhares	ES
	Florestas de Eucalipto	Pinheiros/Vila Valério/Mucurici	Pinheiros/Vila Valério/Mucurici	ES
	Florestas de Eucalipto	Fundão/Stª Teresa	Fundão/Stª Teresa	ES
	Florestas de Eucalipto	Rio Bananal	Rio Bananal	ES
	Florestas de Eucalipto	Stª Leopoldina	Stª Leopoldina	ES
	Florestas de Eucalipto	D.Feliciano/Triunfo	D.Feliciano/Triunfo	RS
	Florestas de Eucalipto	Pantano Grande/General Camara	Pantano Grande/General Camara	RS
	Florestas de Eucalipto	Charqueadas/Barão do Triunfo	Charqueadas/Barão do Triunfo	RS
	Florestas de Eucalipto	Sertão Santana/Sentinela do Sul/ R Prado	Sertão Santana/Sentinela do Sul/ R Prado	RS
	Florestas de Eucalipto	Amaral Ferrador/Camaqua/Çaçapava do Sul	Amaral Ferrador/Camaqua/Çaçapava do Sul	RS
	Florestas de Eucalipto	Cachoeira do Sul	Cachoeira do Sul	RS
	Florestas de Eucalipto	Cristal/Candelaria/Santana Boa Vista	Cristal/Candelaria/Santana Boa Vista	RS
	Florestas de Eucalipto	Encruzilhada do Sul	Encruzilhada do Sul	RS
	Florestas de Eucalipto	Lavras do Sul	Lavras do Sul	RS
	Florestas de Eucalipto	Santa Margarida do Sul	Santa Margarida do Sul	RS
	Florestas de Eucalipto	São Gabriel	São Gabriel	RS
	Florestas de Eucalipto	São Sepe	São Sepe	RS
	Florestas de Eucalipto	Vila Nova do Sul	Vila Nova do Sul	RS
	Florestas de Preservação/Reservas	Estado do Espírito Santo	Vários	ES

	Florestas de Preservação/Reservas	Estado da Bahia	Vários	BA
	Florestas de Preservação/Reservas	Estado de Minas Gerais	Vários	MG
	Florestas de Preservação/Reservas	Estado do Rio Grande do Sul	Vários	RS

Brasilagro - Cia Bras. Prop. Agric.	Tipo de Propriedade	Endereço	Município	UF
	Rural	Rodovia GO 050 KM 20	Chapadão do Céu	GO
	Rural	LUG OTR Comarca R Gonçalves	Baixa Grande Ribeiro	PI
	Rural	Rodovia BR 020 KM 304	Jaborandi	BA
	Rural	Rodovia Buriti km 18 + 8 km a direita S/N	Alto Taquari	MT
	Rural	Rodovia GO 341 km 68	Mineiros	GO
	Rural	Rodovia BR 349 km 228 SN	Correntina	BA
	Rural	Estrada Januarina a Veredinha km 87	Bonito de Minas	MG
Rural	Rodovia BR 430 km 73 16 km a direita SN	Baianópolis	BA	

Cosan S.A.	Tipo de Propriedade	Endereço	Município	UF
	Parque Industrial da Usina Costa Pinto	Bairro Costa Pinto S/N	Piracicaba	SP
	Parque Industrial da Usina Diamante	Fazenda São José, S/N	Jaú	SP
	Parque Industrial da Usina Santa Helena	Bairro Campestre, S/N	Rio das Pedras	SP
	Parque Industrial da Usina São Francisco	Fazenda Sobrado, S/N	Elias Fausto	SP
	Parque Industrial da Usina da Serra	Fazenda da Serra, N. 1	Ibate	SP
	Parque industrial da Usina Rafard	Rua do Engenho, S/N - Centro	Rafard	SP
	Parque industrial da Usina da Barra	Fazenda Pau D'alho, S/N	Barra Bonita	SP
	Parque Industrial da Usina Univalem	Rod. Dr. Placido Rocha, Km 39,6	Valparaíso	SP
	Parque Industrial da Usina Ipaussu	Rod. Raposo Tavares, Km 334	Ipaussu	SP
	Parque Industrial da Usina Gasa	Rod. Acesso UHE 3 Irmãos, Km 3,5	Andradina	SP
	Parque Industrial da Usina Destivale	Rod. Eliezer M. Magalhaes, km 58	Araçatuba	SP
	Terrenos e terras p/ cultivo de cana	Vide observação	Vide observação	SP
	Parque Industrial da Usina Dois Córregos	Fazenda Santo Antônio S/N - PRD22	Dois Córregos	SP
	Parque Industrial da Usina Junqueira	Estação Coronel Quito, S/N	Igarapava	SP
	Terminal portuário	Avenida Cândido Gaffree, S/N - Docas	Santos	SP
	Parque Industrial da Usina Mundial	Est.Mirandópolis/Pacaembu, S/N - KM 13,5	Mirandópolis	SP
	Parque Industrial da Usina Bonfim	Rod. Brigadeiro Faria Lima, KM 322	Guariba	SP
	Parque Industrial da Usina Tamoio	Rod. Washington Luiz, S/N - KM 263	Araraquara	SP
	Parque Industrial da Usina Bom Retiro	Fazenda Bom Retiro	Capivari	SP
Parque Industrial da Usina Benálcool	Fazenda Lago Azul S/N	Bento de Abreu	SP	
Parque Industrial da Usina Montividiu	Fazendas Monte Alegre/Cach.Montividiu	Rio Verde	GO	
Parque Industrial da Usina Jataí	Fazenda Santo Antonio do Rio Doce	Jataí	GO	
Parque Industrial da Usina Paraúna	Fazenda Torre Alta	Paraúna	GO	

Fertilizantes Fosfatados S/A- FOSFERTIL	Tipo de Propriedade	Endereço	Município	UF
	Complexo Industrial de Uberaba	Estrada da Cana, Km 11	Uberaba	MG
	Unidade de Granulação	Av. Filomena Cartafina, S/Nº	Uberaba	MG
	Área Lagoas (Ampliação)	Estrada da Cana, Km 11	Uberaba	MG
	Terreno Bairro Boa Vista	Rua Olimpio Jacinto Silva	Uberaba	MG
	Terreno Jardim Eldorado	Quadra 10 - Lotes 1 A 31	Uberaba	MG
	Complexo Mineral de Tapira	Rodovia MG 341, Km 25	Tapira	MG
	Unidade de Patos de Minas	Rodovia BR 352, Km 60	Patos de Minas	MG
	Terreno Araxá	Bairro Dona Beija	Araxá	MG
	Terreno Patos de Minas	Área Bairro Cerro Azul	Patos de Minas	MG

Infinity Bio-Energy Brasil Part. S.A.	Tipo de Propriedade	Endereço	Município	UF
	Complexo Industrial CRIDASA	Rod. Cristal - Montanha, Km 1,5	PEDRO CANÁRIO	ES
	Complexo Industrial ALCANA	Rod. Pedro Canário, Km 09	NANUQUE	MG
	Complexo Industrial USINAVI	Rodovia BR 163, Km 118	NAVIRÁI	MS
	Complexo Industrial IBIRÁLCOOL	Estrada Ibirapuã/Medeiros Neto, Km 07	IBIRAPUÃ	BA
	Complexo Industrial PARAÍSO	Sítio Recanto do Hawái - Zona Rural	S. SEBAST DO PARAÍSO	MG
Complexo Industrial DISA	Rod. BR-101 Norte, Km 39 - Sayonara	CONCEIÇÃO DA BARRA	ES	

JBS S.A.	Tipo de Propriedade	Endereço	Município	UF
	Escritório Administrativo	Av. Marginal Direita do Tietê, 500	São Paulo	SP
	Frigorífico	Rod. Euclides Figueiredo, 1243	Andradina	SP
	Frigorífico	Av. Domingos Ferreira de Medeiros, s/n	Epitacio	SP
	Frigorífico	Av. Duque de Caxias, 7255	Campo Grande	MS
	Frigorífico	Av. Atílio Fontana, 2550	Barra do Garças	MT
	Frigorífico	Av. Lago Azul, s/n	Goiania	GO
	Frigorífico	Av. Central, s/n	Barretos	SP
	Frigorífico	Av. Hamilton Simioni, s/n KM 1,5	Araputanga	MT
	Frigorífico	Av. Fabril, 555	Anápolis	GO
	Frigorífico	Rod. BR 364, KM 18	Vilhena	RO
	Frigorífico	Rod. BR 364, KM 3,5	Cacoal	RO
	Frigorífico	Estrada bel,ont, 9978, KM 18	Porto Velho	RO
	Frigorífico	Av. Deputado Emílio Carlos, 1581	Carapicuíba	SP
	Frigorífico	Rod. BR 364, KM 176	Pedra Preta	MT
	Frigorífico	Rod. BR 497, s/n, KM 2,5	Iturama	MG
	Frigorífico	Av. Vereador Osvaldo Batista, s/n	Cáceres	MT
	Frigorífico	Av. Taylor Silva, nº 920	Uberlândia	MG
	Frigorífico	Rod. Cônego Domenico Rangoni s/n, km 262	Cubatão	SP
	Frigorífico	Rod. BR 323 ou PR 14, lote 350, km 156	Maringá	SP
Terreno	Av. Hélio Ossamu Daikuara, 1445	Embu	SP	

Klabin S.A.	Tipo de Propriedade	Endereço	Município	UF
	Fazenda Monte Alegre	Fazenda Monte Alegre	Telêmaco Borba	PR
	Fábrica	Fazenda Monte Alegre	Telêmaco Borba	PR
	Gleba de terras com edificações	Via Anhanguera, Sítio Tijuco Preto	Jundiá	SP
	Fábrica	Av. Cristóvão Colombo, 2307	Piracicaba	SP
	Terreno com edificações	Rua Hum s/nº, Distrito Ind. Paulo Camilo	Betim	MG
	Terreno com edificações	Estr. Rio-Friburgo, s/nº, km 429	Guapimirim	RJ
	Terreno com edificações	Av. Olinkraft, 6602	Otacílio Costa	SC
	Imóvel urbano com edificações	Rua Felisberto Leopoldo	Ponte Nova	MG
	Imóvel urbano com edificações	Rod. BR-324, Km 104,5	Feira de Santana	BA
	Imóvel urbano com edificações	Estr. do Bonsucesso, 6001	Itaquaquecetuba	SP
	Imóvel urbano com edificações	R. João Antonio Mecatti, 1575	Jundiá	SP
	Imóvel urbano com edificações	Rod. Raposo Tavares, Km 197	Angatuba	SP

Marfrig S.A.	Tipo de Propriedade	Endereço	Município	UF
	Centro de Distribuição	Rua Acarapé,559	Santo André	SP
	Complexo Frigorífico	Rodovia Manoel Da Costa Lima BR 267	Bataguassu	MS
	Complexo Frigorífico	Via Acesso Dr. Shuei Uetsuka, KM 02	Promissão	SP
	Complexo Frigorífico	Vicinal Kitizo Ytiyama, Km 01	Promissão	SP
	Complexo Frigorífico	Rod. BR 358, Km 05	Tangara da Serra	MT
	Complexo Frigorífico	BR 267, Km 05	Porto Murtinho	MS
	Complexo Frigorífico	Estrada Projetada, Km 04	Chupinguaia	RO
	Complexo Industrial	Rod. GO 341, Km 10, Zona Rural	Mineiros	GO
	Complexo Industrial	Rod. MT 130, Km 03	Paranatinga	MT
Complexo Industrial	Santa Brigida	São Gabriel	RS	

Parmalat Brasil S.A. Ind. de Alimentos	Tipo de Propriedade	Endereço	Município	UF
	Fábrica	Av. Bom Pastor S/N	Garanhuns	PE
	Fábrica	Rua Empr Angelo Senger, S/N	Carazinho	RS
	Fábrica	Rua Wilhem Winter, 350 Fundos	Jundiá	SP
	Fábrica	Rua Professora Ana Aguiar, S/N	Santa Helena de Goiás	GO
	Fábrica	Av. das Indústrias, 547	Jundiá	SP
	Fábrica	Av. Presidente Dutra, 943	Itaperuna	RJ
Fábrica	Av. Marechal Deodoro da Fonseca, S/N	Ouro Preto D'Oeste	RO	

Perdigão S.A	Tipo de Propriedade	Endereço	Município	UF
	Frigorífico Aves/Suínos	Rua 15 de Novembro, S/N	Videira	SC
	Frigorífico de Suínos	Av. Presidente Castelo Branco, 141	Herval D'Oeste	SC
	Frigorífico de Industrialização	Rua Saul Brandalise, 118	Salto Veloso	SC
	Frigorífico de Industrialização	Rua Ernesto Hachamann, 585	Capinzal	SC
	Frigorífico de Aves	Estrada Capinzal/Campos Novos, Km 06	Capinzal	SC
	Frigorífico de Suínos	Av. Presidente Vargas, 1040	Marau	RS
	Frigorífico de Aves	Rodovia RS-325, Km 02	Marau	RS
	Frigorífico de Aves e Suínos	Av. Arthur Oscar, 1706	Serafina Correa	RS
	Filial de Venda	Av. Getúlio Vargas, 5705	Porto Alegre	RS
Industrialização	Rodovia BR 116, Km 255	Lages	SC	

Filial de Venda	Rua Guido Camargo Penteadado, 601	Campinas	SP
Frigorífico Mineiros	Pça Dep. José de Assis, 36 Centro	Mineiros	GO
Fábrica de Rações	Estrada de Itapuã, 3119	Porto Alegre	RS
Fábrica de Rações	Av. Presidente Vargas, 77	Porto Alegre	RS
Abatedouro	Quadra Nº 13	Dourados	MS
Fábrica de Rações	BR 463, Km 87	Dourados	MS
Usina de Laticínios	Entre as Linhas 03 e 04	Ijuí	RS
Abatedouro	R. Carlos Spohr Filho, 2836	Lajeado	RS
Abatedouro	R João Vedano, 2836	Porto Alegre	RS
Indústria de Laticínios	BR 116, Km 462	São Lourenço do Sul	RS
Indústria de Laticínios	Lote Nº 97 da Segunda Seção	Santa Rosa	RS
Usina de Laticínios	Rua Paulo Ernesto Norst, S/Nº	Teutônia	RS
Abatedouro	Rod. BA 503 Km 10	São Gonçalo	BA
Frigorífico Carambeí	Av. dos Pioneiros, 2.510	Carambeí	PR
Fábrica de Rações	BR 324, Km 99	Feira de Santana	BA
Indústria de Laticínios	R. São Leopoldo, 558	Ivoti	RS
Indústria de Laticínios	Lotes Industriais de 2 ao 9	ITUMBIARA	GO
Indústria de Bovinos	Fazenda São Pedro	Mirassol D'Oeste	MT
Filial de Venda	Av. Nações Unidas, 51/15	Bauru	SP
Frigorífico de Aves e Suínos	Rod. BR 060, Km 432	Rio Verde	GO
Frigorífico de Industrializados	Rodovia RS 324 Km 76,2	Marau	RS
Fábrica de Rações	Rua Wenceslau Braz, S/N	Catanduvas	SC
Fábrica de Rações	Rod. PR-180, KM 02	Francisco Beltrão	PR
Filial de Venda	Asa Norte Quadra 04, 565	Brasília	DF
Filial de Venda	Av. Wenceslau Braz, 255	Curitiba	PR
Filial de Venda	Rod. BR-101, Km 265	Vitória	ES
Filial de Venda	Av. Acrisio Mota, 350	Rio de Janeiro	RJ
Filial de Venda	Estr. Ger. Forquilhas, 4138	São José	SC
Filial de Venda	Rua 2, Nº 500 Distr. Ind. Rio das Pedras	Contagem	MG
Administração	Av. Escola Politécnica, 760	São Paulo	SP
Fábrica de Rações	Av. Júlio Borella, 2236	Marau	RS
Administração	Rua Duque de Caxias, 3	Marau	RS
Administração	Rua Saul Brandelise, 39	Videira	SC
Administração	Rua Arthur Oscar, 1706	Serafina Correa	RS
Fábrica de Rações	Av. Júlio Borella, 2236	Marau	RS
Filial de Vendas	BR 116 Km4	Fortaleza	CE
Filial de Vendas	Av. Nossa Sra. De Fátima, 1262	Cubatão	SP
Filial de Vendas	BR 324, Km 7,5	Salvador	BA
Fábrica Industrial Carambeí Batávia	Av. dos Pioneiros, 2868	Carambeí	PR
Fábrica Indústria Condórdia Batávia	Rod. SC 283 Km 10 S/Nº Ala 2	Concórdia	PR
Frigorífico Nova Mutum	BR 163 Km 587 Industrial Sul	Nova Mutum	MT
Outros	Outros	Outros	SC

SLC Agrícola S.A.	Tipo de Propriedade	Endereço	Município	UF
	Fazenda Pamplona	Rod. GO 436, Km 60	Cristalina	GO
	Fazenda Planalto	Rod. MS 306, Km 213	Costa Rica	MS
	Fazenda Planeste	Rod. MA 140, Km 200	Balsas	MA
	Fazenda Palmeira	Povoado Marajá - Zona Rural	Buriti	MA
	Fazenda Parnaíba	Rod. MA 006, Km 120	Tasso Fragoso	MA
	Fazenda Planorte	Estr. Nova Fronteira, Km 170	Sapezal	MT
	Fazenda Paiaguás	BR 364, Km328 + 25 Km (A DIREITA)	Diamantino	MT
	Arrendamento Fazenda Planalto	Rod. MS 306, Km 213	Costa Rica	MS
	Arrendamento Fazenda Planeste	Rod. MA 140, Km 200	Balsas	MA
	Arrendamento Fazenda Panorama	BR 020, Km 71	Correntina	BA
	Arrendamento Fazenda Paiaguás	BR 364, Km328 + 25 KM (A DIREITA)	Diamantino	MT
	Fazenda Panorama	BR 020, Km 71	Correntina	BA
	Fazenda Piratini	Rod BR 020, Km, 305 Zona Rural	Jaborandi	BA
	Arrendamento Fazenda Pamplona	Rod. GO 436, Km 60	Cristalina	GO
	Arrendamento Fazenda Piratini	Rod BR 020, Km, 305 Zona Rural	Jaborandi	BA
	Arrendamento Fazenda Parnaíba	Rod. MA 006, Km 120	Tasso Fragoso	MA
	Arrendamento Fazenda Planorte	Estr. Nova Fronteira, Km 170	Sapezal	MT
	Arrendamento Fazenda Palmares	Barreiras - Zona Rural	Barreiras	BA
	Fazenda Palmares	Rod. BA 458 - ANEL DA SOJA	Barreiras	BA
Arrendamento Fazenda Palmares	Rod. BA, 459 - ANEL DA SOJA	Formosa do Rio Preto	BA	
Fazenda Palmares	Rod. BA 458 - ANEL DA SOJA	Riachão das Neves	BA	

Votorantim Celulose e Papel S.A.	Tipo de Propriedade	Endereço	Município	UF
	Fábrica de Celulose e Papel	Rod.Gal.Euryale de Jesus Zerbine s/nº	Jacareí	SP
	Fábrica de Papel	Via Comendador Pedro Morgante, 3393	Piracicaba	SP
	Distribuidora de Papel	Rua Karam Simão Racy, 10 - Pq.Fongaro	São Paulo	SP
	Fazenda (Sta.Cruz I)	Estrada Jambeiro/Redenção da Serra	Jambeiro	SP
	Fazenda (S.Sebastião R.Grande)	Estrada Ribeirão Grande	Pindamonhangaba	SP
	Fazenda (Karacy)	Rodovia SP-5 km.154	Sapucaí-Mirim	MG
	Fazenda (Karamacy)	Estrada do Agrolim km.13	Itapeva	SP
	Fazenda (Santa Maria)	Estrada Vot.-Ventania	Sorocaba	SP
	Fazenda (São Francisco)	Estrada Municipal de Votorantim	Votorantim	SP
	Fazenda (Sapucaia)	Estrada Pindamonhangaba a Guaratinguetá	Pindamonhangaba	SP
	Fazenda (Monte Verde-GI B)	Estrada Municipal Itapetininga Angatuba	Itapetininga	SP
	Fazenda (Boa Vista GB - Juriti)	Estrada Municipal Itapetininga Angatuba	Itapetininga	SP
	Fazenda (Boa Vista Ga)	Estrada Municipal Itapetininga Angatuba	Itapetininga	SP
	Fazenda (Itapetininga)	Estrada Municipal Itapetininga Angatuba	Itapetininga	SP
	Fazenda (Santa Albana)	Estrada Municipal Itapetininga	Itapetininga	SP

Fontes de Consulta

Abin - <http://www.abin.gov.br/>

ACNielsen - <http://br.nielsen.com/>

Açúcar Guarani S.A. - <http://www.acucarguarani.com.br>

Alellyx - <http://www.alellyx.com.br/>

Aracruz Celulose S.A. - <http://www.aracruz.com.br>

Bracelpa - <http://www.bracelpa.org.br/>

Cade - <http://www.cade.gov.br/>

Câmara - <http://www2.camara.gov.br/>

Carta Maior - <http://www.cartamaior.com.br/>

Cepal - <http://www.eclac.org/>

Comissão de Valores Mobiliários - <http://www.cvm.gov.br/indexpo.asp>

Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas - Brasil Agro - <http://www.brasil-agro.com/>

Conab - <http://www.conab.gov.br/conabweb/>

Cosan S/A Indústria e Comércio - <http://www.cosan.com.br/>

Cresud - <http://www.cresud.com.ar/>

Fertilizantes Fosfatados S.A. – Fosfertil - <http://www.fosfertil.com.br>

Grupo Cyrela - <http://www.cyrela.com.br/>

Grupo Irsa - http://www.irsacom.ar/irsacom/index_eni.htm

Grupo Tarpon - <http://www.tarponinvest.com.br/>

Grupo Tereos - <http://www.tereos.com/>

IBGE - <http://www.sidra.ibge.gov.br>

Infinity Bio-Energy Brasil Part S.A. - <http://www.infinitybio.com.br>

Instituto Ethos - <http://www.uniethos.org.br/>

JBS (Friboi) S.A. - <http://www.jbs.com.br>

Jornal Estado de São Paulo - <http://www.estadao.com.br/>

Jornal Gazeta Mercantil - <http://indexet.gazetamercantil.com.br/>

Jornal Valor Econômico – <http://www.valoronline.com.br>

Klabin S.A. – <http://www.klabin.com.br>

LAEP - <http://www.laepinvestments.com>

Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A. - <http://www.marfrig.com.br/>

Ministério do Meio Ambiente - <http://www.mma.gov.br>

Ministério do Trabalho e Emprego - <http://www.mte.gov.br/>

Oficina Nacional de Controle Comercial Agropecuário - <http://www.oncca.gov.ar/>

Parmalat Brasil S.A. Indústria de Alimentos - <http://www.parmalat.com.br>

Perdigão S.A. - <http://www.perdigao.com.br>

Presidência da República - <http://www.planalto.gov.br/>

Portocel - <http://www.portocel.com.br/pt/index.htm>

SLC Agrícola S.A. - <http://www.slcagricola.com.br/>

Veracel - <http://www.veracel.com.br/pt/index.html>

Votorantim Celulose e Papel S.A. – <http://www.vcp.com.br>

Outras fontes

Clippings de notícias – 2003 a 2008

Banco de Registros da CVM

Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – consulta aos pareceres e processos nos órgãos que compõem o sistema

Casa Civil, Inbra - Leis e Normas

IBGE – dados gerais: censo demográfico; Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG), Pesquisa Mensal de Emprego (PME); Estatística da Produção Pecuária, etc.

Câmara dos Deputados – sobre Comissão dos Direitos Humanos

Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais – sobre responsabilidade social das empresas

Revista do Terceiro Setor – sobre ação dos movimentos sociais

Agência Brasileira de Inteligência – sobre lista negra das empresas

Cadastro de Empresas e Pessoas Autuadas Por Exploração do Trabalho Escravo. Disponível em: http://www.mte.gov.br/trab_escravo/cadastro_trab_escravo.asp .

Elias, Edgar M. *Sociedades Estrangeiras no Brasil*. UNESP, Franca (SP).

Estudos Globais – Mega Marcas Globais 2005. ACNielsen. Disponível em: <http://br.nielsen.com/reports/reportesejecutivosglobales.shtml> .

La inversión extranjera en América Latina y el Caribe 2007, mayo de 2008. Disponível em: < <http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/0/32930/P32930.xml&xsl=/ddpe/tpl/p9f.xsl&base=/ddpe/tpl/top-bottom.xsl> >.

Lista dos Maiores Desmatadores da Amazônia. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/ascom/ultimas/index.cfm?id=4385> .

PRADO, Karen Perrotta Lopes de Almeida; Júnior, Moacir Miranda O. *Gestão de Marcas Decorrente de Processos de Aquisição – Um estudo de caso exploratório na indústria de alimentos.* Seminário em administração - VI Semead, São Paulo, 2003.

Pesquisa Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil. Instituto Ethos. Disponível em: http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/documents/Diversidade2005_web.pdf .

Relatório Estatístico Bracelpa 2007. Bracelpa. Disponível em: <http://www.bracelpa.com.br> .